

LINHA FERROVIÁRIA DE ALTA VELOCIDADE ENTRE PORTO (CAMPANHÃ) E LISBOA TROÇO PORTO (CAMPANHÃ) A OIÃ SUBTROÇO 4 E SUBTROÇO 5



PROJETO DE EXECUÇÃO V10 – AMBIENTE Tomo 10.02.04.00 – RECAPE – ANEXOS TÉCNICOS

ANEXO 12 – SOCIOECONOMIA | 12.1 – ESTUDO DE IMPACTE SOCIOECONÓMICO

Controlo de Assinaturas

Realizado	Revisto	Aprovado Coordenador Projeto
Claúdia Cardoso David Santos Francisca Gusmão Francisco Silva Margarida Silva Romana Rocha Vasco Chacim	Fátima Teixeira	Rui Coelho
15-05-2026	15-05-2026	15-05-2026
Data e Assinatura	Data e Assinatura	Data e Assinatura

Informação Adicional	Informação do Documento	
O Gestor de Projeto -	Código Documento PF102AB.PR.10.02.04.00.RTL12.A01.00_EISoc	
O Responsável Unidade -	Revisão [Comentários]	Data 15-05-2026
O Responsável Departamento -	Código Projetista	
O Diretor -	Nome do Ficheiro PF102AB.PR.10.02.04.00.RTL12.A01.00_EISOC.DOCX	

Registo de Alterações

Rev	Data	Autor	Secção Afetada	Alterações
00	15-05-2026	Vários	Edição inicial	-----

LINHA FERROVIÁRIA DE ALTA VELOCIDADE ENTRE PORTO (CAMPANHÃ) E LISBOA
TROÇO PORTO (CAMPANHÃ) A OIÃ
SUBTROÇO 4 E SUBTROÇO 5
PROJETO DE EXECUÇÃO
ÍNDICE GERAL DO PROJETO

VOLUME 00 - GERAL

VOLUME 01 - INFRA-ESTRUTURA E PLATAFORMA DE VIA FÉRREA

VOLUME 02 - INFRA-ESTRUTURA DE OBRAS DE ARTE (VIA FÉRREA)

VOLUME 03 - SUPER-ESTRUTURA DE VIA

VOLUME 04 - PASSAGENS DE NÍVEL

VOLUME 05 - SISTEMAS SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA DE EXPLORAÇÃO

VOLUME 06 - TELECOMUNICAÇÕES

VOLUME 07 - CATENÁRIA E ENERGIA DE TRAÇÃO

VOLUME 08 - EDIFICAÇÕES

VOLUME 09 - EXPROPRIAÇÕES

VOLUME 10 - AMBIENTE

Tomo 10.2 – RECAPE

Tomo 10.2.1 – Resumo Não Técnico

Tomo 10.2.2 – Relatório Base

Tomo 10.2.3 – Peças Desenhadas

Tomo 10.2.4 – Anexos Técnicos

VOLUME 11 - SERVIÇOS AFETADOS

VOLUME 12 - FASEAMENTO CONSTRUTIVO

VOLUME 13 - PROJETO DE INTEGRAÇÃO PAISAGÍSTICA

LINHA FERROVIÁRIA DE ALTA VELOCIDADE ENTRE PORTO (CAMPANHÃ) E LISBOA
TROÇO PORTO (CAMPANHÃ) A OIÃ
SUBTROÇO 4 E SUBTROÇO 5
PROJETO DE EXECUÇÃO
V10 – AMBIENTE
TOMO 10.02.04.00 – RECAPE – ANEXOS TÉCNICOS
ANEXO 12 – SOCIOECONOMIA | 12.1 – ESTUDO DE IMPACTE SOCIOECONÓMICO

ÍNDICE

1	ENQUADRAMENTO E OBJETIVOS	1
2	ABORDAGEM DESENVOLVIDA E ORIENTAÇÕES SEGUIDAS	4
3	METODOLOGIA E CONTEÚDO DA AIS	6
3.1	INTRODUÇÃO	6
3.2	ETAPA 1: COMPREENDER O PROJETO E A ÁREA AFETADA	7
3.3	ETAPA 2: PREVER, ANALISAR E AVALIAR AS POSSÍVEIS VIAS DE IMPACTO	8
3.4	ETAPA 3: DESENVOLVER E IMPLEMENTAR ESTRATÉGIAS – PROGRAMA DE MEDIDAS COMPENSATÓRIAS SOCIOECONÓMICAS E PLANO DE GESTÃO DE IMPACTES SOCIAIS	8
3.5	ETAPA 4: CRIAR E IMPLEMENTAR PROGRAMAS DE MONITORIZAÇÃO	10
4	ETAPA 1 – COMPREENDER O PROJETO E A ÁREA AFETADA	11
4.1	INTRODUÇÃO	11
4.2	ENQUADRAMENTO TERRITORIAL	11
4.3	ENQUADRAMENTO NA DIA E NOS NÍVEIS DE GOVERNAÇÃO	14
4.4	LEVANTAMENTO DE SITUAÇÕES DE AFETAÇÃO	16
4.4.1	Metodologia	16
4.4.2	Resultados	18
5	ETAPA 2 - PREVER / ANALISAR E AVALIAR IMPACTES	22
5.1	INTRODUÇÃO	22
5.2	PERFIL DA COMUNIDADE AFETADA / CARACTERIZAÇÃO DOS CASOS AFETADOS	22
5.2.1	Metodologia	22
5.2.2	Resultados	33

5.3	IMPACTES – SÍNTESE E TIPOLOGIA DE IMPACTE	50
5.3.1	Introdução	50
5.3.2	Antes do Inicio da Obra/Fase de Pré Construção	50
5.3.3	Fase de Construção	51
5.3.4	Fase de Exploração	69
5.3.5	Medidas de Compensação Propostas	71
6	CONCLUSÕES	74
6.1	SÍNTESE GERAL.....	74
6.2	SÍNTESE DOS IMPACTES IDENTIFICADOS	74
6.3	PERCEÇÕES, PREOCUPAÇÕES E RELAÇÃO COM OS INTERESSADOS	75
6.4	VULNERABILIDADE SOCIAL E TERRITORIAL.....	76
6.5	IMPACTES NA ATIVIDADES ECONÓMICAS	76
6.6	MEDIDAS COMPENSATÓRIAS E GESTÃO DOS IMPACTES	76
6.7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
7	ANEXOS	78
7.1	ANEXO I – RESUMO DAS NORMAS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO (BEI, 2022)	78
7.2	ANEXO II – FOLHETO INFORMATIVO	83
7.3	ANEXO III – MODELOS UTILIZADOS PARA O INQUÉRITOS	85
7.4	ANEXO IV – OUTEIRAL STABLES PORTUGAL - RELATÓRIO DE ANÁLISE DE IMPACTES E CONDICIONANTES AO PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO	99
7.5	ANEXO V – COMPILAÇÃO DE DADOS SINTETIZADA	100
7.6	ANEXO VI – CONFIDENCIAL / INQUÉRITOS REALIZADOS E COMPILAÇÃO DE DADOS.....	142

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Formas de abordar os potenciais impactos negativos (usando a hierarquia de mitigação)	9
Quadro 2 – Número de interessados por município e por freguesia, de acordo com a tipologia.....	20
Quadro 3 – Síntese dos Contactos Realizados Com as Entidades e Interessados Durante a Realização do RECAPE	24
Quadro 4 – Síntese dos Contactos Realizados com os Interessados, no Âmbito de Realização de Inquéritos, Durante a Realização do RECAPE	28

Quadro 5 – Indicadores Utilizados na Análise	32
Quadro 6 – Número de Inquéritos Realizados, face ao Número de Situações de Afetação Identificadas.....	35
Quadro 7 – Casos de Afetação de Atividades Económicas, por Município e por Freguesia, com Afetação Direta. EAE – Espaço de Atividades Económicas	44
Quadro 8 – Tipificação dos Casos de Afetação	52
Quadro 9 – Distribuição dos Casos Tipificados – Freguesia de São Paio de Oleiros (Município de Santa Maria da Feira).....	53
Quadro 10 – Distribuição dos Casos Tipificados – Freguesia de Silvalde (Município de Espinho).....	53
Quadro 11 – Distribuição dos Casos Tipificados – Freguesia de Anta (Município de Espinho).....	54
Quadro 12 – Distribuição dos casos tipificados – Freguesia de Guetim (Município de Espinho).....	55
Quadro 13 – Distribuição dos Casos Tipificados – Freguesia de Serzedo (Município de Vila Nova de Gaia)	55
Quadro 14 – Distribuição dos Casos Tipificados – Freguesia de Perosinho (Município de Vila Nova de Gaia)	56
Quadro 15 – Distribuição dos Casos Tipificados – Freguesia de Canelas (Município de Vila Nova de Gaia)	57
Quadro 16 – Distribuição dos Casos Tipificados – Freguesia de Vilar do Paraíso (Município de Vila Nova de Gaia).....	58
Quadro 17 – Distribuição dos Casos Tipificados – Freguesia de Mafamude (Município de Vila Nova de Gaia)	60
Quadro 18 – Distribuição dos Casos Tipificados – Freguesia de Oliveira do Douro (Município de Vila Nova de Gaia).....	60
Quadro 19 – Distribuição dos Casos Tipificados – Freguesia de Bonfim (Município do Porto)	61
Quadro 20 – Distribuição dos Casos Tipificados – Freguesia de Campanhã (Município do Porto).....	62
Quadro 21 – Número de Demolições ⁰ no Trecho 3 e 4 do EIA, correspondente ao subtroços STA4 e STA5 do RECAPE	63
Quadro 22 – Proposta de Medidas Compensatórias: Habitações	71
Quadro 23 – Proposta de Medidas Compensatórias: Atividades Económicas.....	72
Quadro 24 – Proposta de Medidas Compensatórias: Equipamentos, Outros e Comunidade.....	73

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema ilustrativo dos contributos dos estudos realizados na construção do Programa de Medidas Compensatórias Socioeconómicas	3
Figura 2 – Esquema global da metodologia de abordagem à AIS.....	7

Figura 3 – Municípios e Freguesias Abrangidos pelos Subtroços STA 4 e STA 5 do Lote A	13
Figura 4 – Exemplo de distinção entre uma afetação direta e indireta. Poligonal de expropriação - Cor verde; Afetação direta - Ponto vermelho; Afetação indireta – Ponto verde	17
Figura 5 – Número de casos de afetação levantados por tipologia e tipo de afetação	18
Figura 6 – Número de casos por município e junta de freguesia	19
Figura 7 – Relação entre edificado e por município e junta de freguesia	20
Figura 8 – Reunião de esclarecimento em Junta de Freguesia.....	22
Figura 9 – Realização de inquérito em Junta de Freguesia.....	23
Figura 10 – Excerto do Folheto Distribuído e Identificação Utilizada pela Equipa da AIS	29
Figura 11 – Número de Inquéritos Realizados Face ao Total de Casos de Afetação (Direta e Indireta) Identificados	34
Figura 12 – Distribuição das respostas relativas aos meios através dos quais os entrevistados tiveram conhecimento do projeto	36
Figura 13 – Distribuição das Respostas Relativas a Expectativa de Afetação Pelo Projeto (esq.) e Direção (Positiva ou Negativa) dessa Afetação	37
Figura 14 – Número Médio de Pessoas por Agregado, em Cada Município.....	38
Figura 15 – Número de Agregados com Elementos Idosos, com 75 anos ou mais, em Cada Município e Freguesia	38
Figura 16 – Nível de Escolaridade da População Entrevistada	39
Figura 17 – Tipo de Ocupação da População Entrevistada. TCO – Trabalhador por Conta Própria; TCP – Trabalhador por Conta de Outrem	40
Figura 18 – Motivos de Escolha do Local de Residência	42
Figura 19 – Distribuição das atividades económicas inquiridas por setor	43
Figura 20 – Localização de Equipamentos na Área de Implantação do Projeto, na Freguesia de Mafamude (VN Gaia).....	49
Figura 21 – Localização de Equipamentos na Área de Implantação do Projeto, na Freguesia de Campanhã (Porto).....	50
Figura 22 – Vista da Aérea da Zona Urbana Consolidada de Sto. Ovídeo – Estação de Sto. Ovídeo.....	65
Figura 23 – Habitações e Comércio Afetados pelo Edifício Sul da Estação de Sto. Ovídio	65
Figura 24 – Edificado afetado pela ampliação das duas novas linhas	66

1 ENQUADRAMENTO E OBJETIVOS

O presente documento corresponde à Avaliação de Impactes Sociais (AIS) que visa dar resposta ao Estudo de Impacte Social (EIS) e ao Estudo de Impacte das Atividades Económicas (EIAE) previstos na Declaração de Impacte Ambiental (DIA) do *Estudo Prévio da Concessão da Linha Ferroviária de Alta Velocidade entre Porto (Campanhã) e Oiã - LOTE A - Troço Aveiro (Oiã) / Porto (Campanhã) – Sub-Troços STA 4 e 5*, como sendo Elementos a apresentar em sede RECAPE, nos termos que em seguida se transcrevem.

31. Estudo de Impacte Social (EIS) elaborado segundo as melhores práticas e orientações internacionais, entre as quais os standards ambientais e sociais do Banco Europeu de Investimento (BEI, 2022). O EIS deve reavaliar os impactes e medidas de mitigação, desenvolver o Programa de Gestão de Impactes Sociais (PGIS) e o Programa de Monitorização de Impactes Sociais para as fases de construção e exploração. Entre outros aspetos, o EIS deve analisar com particular atenção os casos de afetação de habitações e realojamento, e analisar e configurar as situações que possam originar processos de realojamento coletivo, com a participação ativa dos afetados. Este estudo deve identificar todas as habitações afetadas, por município e freguesia, incluindo para cada habitação: número de residentes; idade; situação de trabalho (trabalhador por conta de outrem/própria, desempregado) e local de trabalho e especificar situações de especial vulnerabilidade (crianças, idosos, situações de incapacidade/dependência) e, identificar, por município e freguesia, as afetações diretas de equipamentos sociais/coletivos. Deve igualmente analisar com particular atenção a afetação de meios de vida.

32. Estudo de Impacte das Atividades Económicas (EIAE), o qual deve identificar, por município e freguesia, as afetações diretas de atividades económicas, incluindo a Identificação da empresa, área, área/tipologia de negócio.

Associado a estes estudos a DIA prevê ainda a elaboração de um **Programa de Medidas Compensatórias Socioeconómicas**, que se desenvolve no **ANEXO 12 – Socioeconomia | Anexo 12.2 Programa de Medidas Compensatórias Socioeconómicas e Programa de Monitorização de Impactes Sociais** do *Tomo 10.02.04.00 – Anexos Técnicos*, nos termos que, igualmente, se transcrevem:

Programa de Medidas Compensatórias Socioeconómicas

O programa de medidas compensatórias a apresentar em sede de RECAPE deve ter em consideração as seguintes orientações:

Objeto do programa:

a. As medidas de compensação são definidas quando há alteração significativa e/ou irreversível da situação de referência (antes do projeto) e há um dano muito significativo para o bem-estar individual e/ou da comunidade.

b. As medidas de compensação visam atenuar os efeitos negativos resultantes desses impactos não mitigáveis e pressupõem uma relação direta entre a situação de referência e a situação após o projeto, devendo ser definidas com base em critérios de equidade, proporcionalidade, subsidiariedade, legalidade e justiça.

i. As medidas compensatórias devem ser definidas para as diferentes fases de desenvolvimento do projeto (Antes do Início da Obra/Fase de Pré-Construção, Fase de Construção e Fase de Exploração).

c. As medidas compensatórias devem ser definidas nas situações seguintes:

i. Situações individuais (Afetações diretas de propriedade, Habitações (incluindo anexos urbanos e rurais) e Atividades económicas) e Situações de afetação de equipamentos sociais/coletivos propriedade dos órgãos de poder local ou instituições particulares de solidariedade social ou outras associações/entidades locais;

ii. Comunidade afetada pelo projeto (comunidade na envolvente da área do projeto).

Adicionalmente a DIA estabelece a necessidade de desenvolvimento de um Programa de Monitorização de Impactes Sociais, que se inclui igualmente no **ANEXO 12 – Socioeconomia | Anexo 12.2 Programa de Medidas Compensatórias Socioeconómicas e Programa de Monitorização de Impactes Sociais** do Tomo 10.02.04.00 – Anexos Técnicos do RECAPE, procurando responder aos critérios que se transcrevem:

Programa de Monitorização de impactes sociais

Este programa, a apresentar com nível de detalhe apropriado as fases de construção e exploração, tem os seguintes objetivos:

- *Avaliar a eficácia da aplicação das medidas de minimização e/ou compensação, propondo, caso se identifiquem impactes adicionais, novas medidas.*
- *Identificar as reclamações registadas e o tratamento das mesmas.*
- *Assegurar a monitorização da implementação do Programa de Gestão de Impactes Sociais.*
- *Avaliar a evolução dos processos de expropriação e compensações.*

No caso concreto da Linha Ferroviária de Alta Velocidade entre Porto (Campanhã) e Oiã - Lote A - Troço Aveiro (Oiã) / Porto (Campanhã) nos sub-troços STA 4 e 5, tratando-se de um projeto desenvolvido parcialmente em meio urbano, em que a grande maioria dos impactos, positivos ou negativos, se exerce ou reflete sobre o bem-estar e qualidade de vida das populações, a elaboração de uma abordagem de carácter social afigura-se justificável e necessária.

Quando no EIS ou no EIAE forem identificadas situações em que há alteração significativa e/ou irreversível da situação de referência (antes do projeto) e há um dano muito significativo para o bem-estar individual, o normal funcionamento de atividades económicas e/ou da comunidade serão definidas medidas compensatórias apresentadas no Programa de Medidas Compensatórias Socioeconómicas (Figura 1).

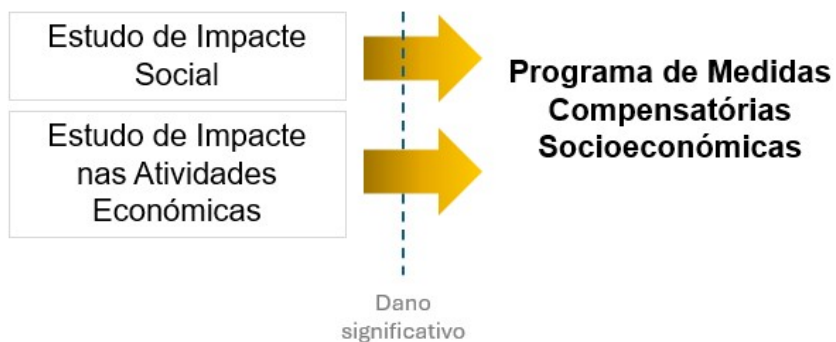


Figura 1 – Esquema ilustrativo dos contributos dos estudos realizados na construção do Programa de Medidas Compensatórias Socioeconómicas

2 ABORDAGEM DESENVOLVIDA E ORIENTAÇÕES SEGUIDAS

Para o desenvolvimento do presente documento foram consultados vários guias e orientações para a elaboração de avaliações de carácter social de entre os quais se destacam:

- As Normas Ambientais e Sociais definidas pelo Banco Europeu de Investimento (BEI, 2022) que regem a forma como os projetos financiados pelo BEI devem tratar questões ambientais, sociais, de direitos humanos e de desenvolvimento sustentável. No **Anexo I** (*Capítulo 7 – Anexos*) é apresentado um resumo das normas.
- Guia de Impactos Sociais da Associação Internacional de Avaliação de Impactos (IAIA) – Avaliação de Impactos Sociais: Guia para a avaliação e gestão dos impactos sociais dos projetos (IAIA, 2015), que descreve um conjunto de boas práticas exigíveis para a avaliação de impactos sociais (AIS).

De acordo com IAIA 2015 “(...) Os *Princípios Internacionais para a Avaliação de Impactos Sociais* consideram que os impactos sociais incluem todas as questões associadas a uma intervenção planeada (ou seja, um projeto) que afetam ou preocupam as pessoas, direta ou indiretamente. Concretamente, um **impacto social** é considerado como algo experienciado ou sentido a qualquer nível, percetivo (cognitivo) ou corpóreo (corporal, físico), ao nível de uma pessoa individual, uma unidade económica (família/agregado familiar), um grupo social (círculo de amigos), um local de trabalho (uma empresa ou agência governamental) ou pela comunidade/sociedade em geral. Estes níveis diferentes são afetados de formas diferentes por um impacto ou uma ação causadora de impacto”.

IAIA define ainda “modos de vida” como as formas como as pessoas vivem, trabalham, se relacionam, organizam o quotidiano e lidam com as suas necessidades e aspirações. Esta definição está formalmente apresentada nos documentos “*International Principles for Social Impact Assessment*” (IAIA, 2003) e “*Social Impact Assessment Guidance*” (IAIA, 2015). Deste modo, o presente estudo foca as diferentes dimensões dos modos de vida:

- A forma como as pessoas vivem – através da caracterização dos agregados familiares, situações de incapacidade, dependências, idosos e crianças, entre outros;
- A forma como as pessoas trabalham – através da análise do tipo de ocupação dos residentes, locais de trabalho, situações de desemprego, e outros;
- A forma como as pessoas organizam o quotidiano – o relatório analisa a satisfação com o local onde vive; acessibilidades, acesso a equipamentos/ serviços;
- A forma como se relacionam e lidam com as suas necessidades – caracterização das relações nos agregados familiares, vizinhos, e relações entre si, vulnerabilidades, perceções de risco, medo e ansiedade.

Apesar do presente documento integrar o processo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), importa salientar que apresenta especificidades que o distinguem substancialmente do processo de AIA. Com efeito, enquanto os impactes ambientais se verificam com a execução material do projeto, os impactes de natureza social podem emergir em fases muito anteriores, nomeadamente a partir da mera circulação de rumores sobre a sua eventual implementação. Tais rumores têm o potencial de desencadear processos especulativos e alterar comportamentos individuais e coletivos.

No contexto específico da construção da Linha de Alta Velocidade (LAV), que implicará a deslocação de habitações, atividades económicas e equipamentos, a propagação de informação não confirmada pode contribuir para o agravamento de perceções de risco, fomentando estados de medo e ansiedade na população, independentemente da veracidade e rigor dessa informação. Estes efeitos, embora subjetivos, configuram impactes sociais reais e mensuráveis, que não devem ser desconsiderados no âmbito da AIA, mas antes objeto de uma abordagem sistemática e estratégias adequadas de gestão e mitigação.

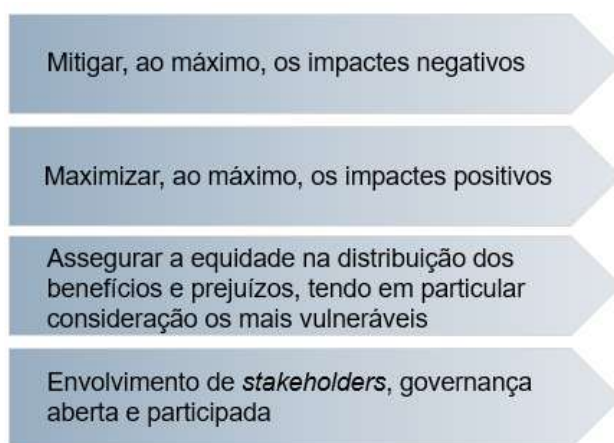
Tendo em conta a abrangência dos impactes sociais, entendeu-se que a abordagem ao EIS e ao EIAE não deve ser efetuada em separado, mas sim conjuntamente uma vez que efetivamente tudo está interligado. Optou-se assim por designar a abordagem conjunta dos dois estudos (EIS e EIAE) por **Avaliação de Impacte Social (AIS)**. Este agrupamento não põe em causa o cumprimento da DIA designadamente no que se refere às medidas 31 e 32, bem como ao Programa de Medidas Compensatórias Socioeconómicas e Programa de Monitorização de Impactes Sociais.

3 METODOLOGIA E CONTEÚDO DA AIS

3.1 INTRODUÇÃO

Tal como mencionado, a presente AIS tem como base a metodologia e as orientações já publicadas para este tipo de abordagem adaptadas ao Projeto específico da LAV. Deste modo, a AIS tem como ponto de partida a análise do traçado selecionado, a aferição dos impactes identificados e avaliados no EIA do Estudo Prévio, as recomendações e as medidas de mitigação ou potenciação nele apresentadas, bem como o conteúdo, orientações e disposições estabelecidas na DIA.

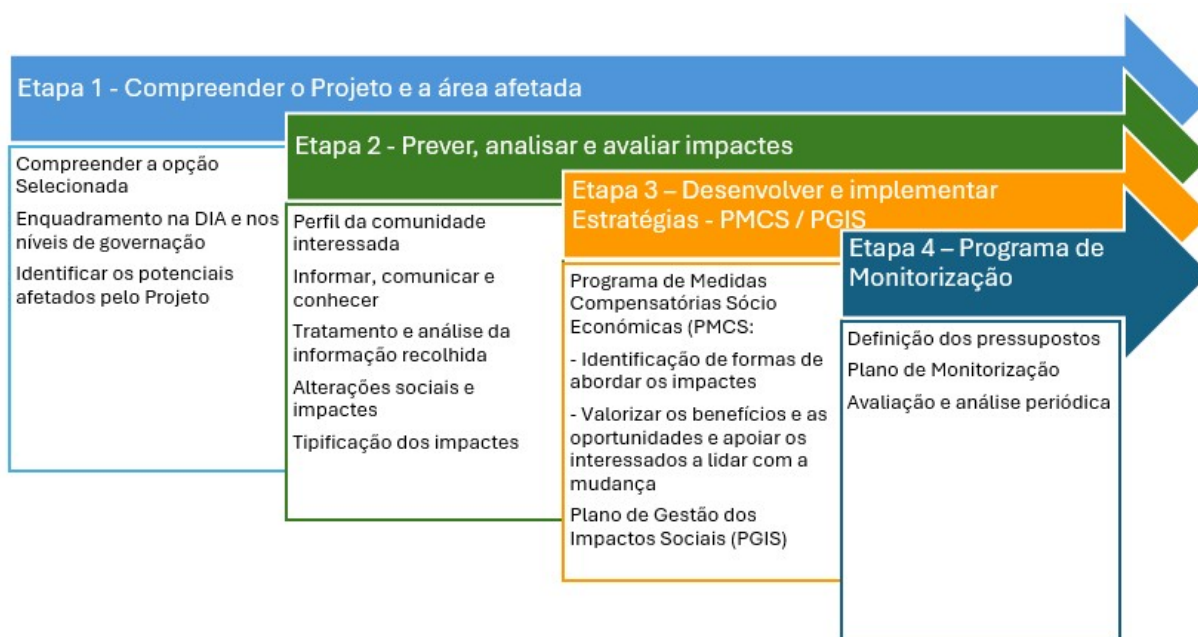
As orientações e a configuração do processo de gestão expressam critérios de sustentabilidade social ou socioambiental, partindo do pressuposto de que um projeto, para ser socialmente sustentável, tem que, na sua conceção e implementação, incorporar, entre os seus objetivos, o bem-estar e o tratamento equitativo e justo das populações afetadas, em particular os segmentos mais vulneráveis. Na prática, traduz-se nas seguintes orientações:



No que respeita ao conteúdo específico, a AIS pode ser estruturada segundo um conjunto de etapas que correspondem, de forma geral, à execução das atividades enumeradas na figura abaixo que configuram um processo dinâmico e interdependente, sendo que as diferentes etapas se influenciam mutuamente.

O presente documento integra os trabalhos relacionados com as Etapas 1 e 2, apresentando-se no **ANEXO 12 – Socioeconomia | Anexo 12.2 Programa de Medidas Compensatórias Socioeconómicas e Programa de Monitorização de Impactes Sociais** do Tomo 10.02.04.00 – *Anexos Técnicos*, os trabalhos relacionados com as Etapas 3 e 4, correspondentes ao Programa de Medidas Compensatórias Socioeconómicas e Programa de Monitorização de Impactes Sociais.

No âmbito do projeto LAV, a AIS surge numa fase do procedimento de AIA em que o traçado já foi selecionado. Desta forma, a metodologia desenvolvida centrou-se nas seguintes etapas e atividades analisadas em profundidade nas secções subsequentes deste documento.



Fonte: adaptado de IAIA, 2015

Figura 2 – Esquema global da metodologia de abordagem à AIS

3.2 ETAPA 1: COMPREENDER O PROJETO E A ÁREA AFETADA

Compreender a opção seleccionada do Projeto – Onde se pretendeu, junto do projetista, compreender o projeto de execução da solução de traçado seleccionada, bem como as suas principais ações. Paralelamente, a equipa da AIS teve de aprofundar o conhecimento sobre todas as dimensões da LAV.

Enquadramento na DIA e nos níveis de governação – Considerou-se fundamental ter a perceção do conteúdo da DIA bem como de todos os outros trabalhos e projetos que estão a ser desenvolvidos em paralelo. A título de exemplo, refira-se a abordagem ao ambiente sonoro ou a abordagem ao futuro processo de expropriações. Acresce ainda como determinante conhecer os vários níveis de governação desde o Governo, que decidiu pela construção da LAV, até as juntas de freguesia que possuem um papel determinante no conhecimento das populações e realidades locais.

Identificar os potenciais afetados pelo Projeto – Nesta atividade procede-se à identificação dos afetados de acordo com os critérios definidos no EIA, recorrendo à tecnologia SIG e ortofotomapa.

3.3 ETAPA 2: PREVER, ANALISAR E AVALIAR AS POSSÍVEIS VIAS DE IMPACTO

Perfil da comunidade afetada – Nesta atividade foram estruturados inquéritos com o objetivo de conhecer melhor a população, atividades económicas, equipamentos e outros interessados. Foram desenvolvidos diferentes inquéritos direcionados para três tipos de situações distintas: situações individuais, atividades económicas e outro edificado.

Ainda com o objetivo de conhecer os interessados, previamente ao contacto com os mesmos para a realização dos inquéritos, foram estabelecidos contactos com as câmaras municipais e juntas de freguesia.

Informar, comunicar e conhecer – O processo de informação e participação foi iniciado no passado ao longo da elaboração do EIA bem como no momento de consulta pública do mesmo. Nesta fase de RECAPE, e concretamente no âmbito da AIS, o processo foi retomado, mas agora de uma forma mais direcionada para os interessados. Foram realizadas reuniões informais e pessoais com os interessados onde, para além do preenchimento do inquérito, foi prestada informação sobre o projeto em si, e sobre a forma como o mesmo os afetará, permitindo a sua preparação atempada para a mudança.

Tratamento e análise da informação recolhida – Centrou-se em trabalho de gabinete, durante o qual se procedeu à organização, sistematização e tratamento da informação recolhida nos inquéritos realizados.

Alterações sociais e impactes – Os dados obtidos foram analisados com recurso a diferentes indicadores qualitativos e quantitativos, permitindo identificar padrões, tendências e aspetos críticos do ponto de vista social – situações de vulnerabilidade - que configuram os impactes.

Tipificação dos impactes – Identificados os impactes, foi necessário proceder à sua tipificação, isto é, identificação de tipo de casos e das suas necessidades específicas e vulnerabilidades, com vista à definição de medidas de minimização / compensação.

Neste ponto, mais uma vez se destaca que a solução de traçado escolhida resultou de uma análise de alternativas desenvolvida em fase de EIA. Deste modo, a presente AIS não contribui ativamente para a seleção de alternativas, ainda assim, pode considerar algumas soluções com vista a minimizar os impactes (por exemplo, restabelecimentos, criação de muros de suporte, etc.).

3.4 ETAPA 3: DESENVOLVER E IMPLEMENTAR ESTRATÉGIAS – PROGRAMA DE MEDIDAS COMPENSATÓRIAS SOCIOECONÓMICAS E PLANO DE GESTÃO DE IMPACTES SOCIAIS

Esta etapa, cujo desenvolvimento se apresenta em documento próprio (**ANEXO 12 – Socioeconomia| Anexo 12.2 Programa de Medidas Compensatórias Socioeconómicas e Programa de Monitorização de Impactes Sociais** do Tomo 10.02.04.00 – *Anexos Técnicos*) centra-se do desenvolvimento e implementação de estratégias, ou seja, na identificação das medidas compensatórias (face às situações de vulnerabilidade identificadas) e respetivos procedimentos de gestão das mesmas.

Programa de Medidas Compensatórias Sócio Económicas (PMCS) que procedeu à:

- **Identificação de formas de abordar os impactos** – Onde se pretendeu identificar formas de abordar os potenciais impactos negativos, usando a hierarquia de mitigação, essas formas poderão ser de diversa ordem, como apresentado no Quadro 1.
- **Valorização dos benefícios e as oportunidades, e apoio dos afetados a lidar com a mudança** – onde se desenvolveram as medidas de minimização e de compensação por forma a melhorar os benefícios e as oportunidades relacionadas com o projeto.

Quadro 1 – Formas de abordar os potenciais impactos negativos (usando a hierarquia de mitigação)

CONCEITO	DESCRIÇÃO	APLICABILIDADE NA PRESENTE AIS
Evitar	Fazer alterações no projeto ou plano (ou local potencial) para evitar efeitos adversos. Esta é a forma mais aceitável de mitigação.	Na presente solução de traçado, tendo já sido alvo de uma análise de alternativas em fase de EIA, não foram equacionadas medidas com vista a evitar impactos, mas sim com vista a reduzir, reparar ou compensar os mesmos
Reduzir	Quando não é possível evitar, os efeitos adversos podem ser reduzidos durante a conceção, construção ou desativação.	Prever muros de contenção de terras, em casos de afetação limítrofe Implementação de barreiras acústicas
Reparar	Quando os efeitos adversos não podem ser mais reduzidos, podem ser introduzidas medidas para limitar a sua influência, restaurando, reabilitando ou remediando o ambiente afetado.	Reconstrução de muros ou vedações Reabilitação/ reposição de estradas/ caminhos e acessos e danos em edificado
Compensar em espécie	Quando não são possíveis novos benefícios, e ainda há impactos residuais, pode ser apropriado disponibilizar medidas compensatórias que tentem equilibrar o efeito adverso com um efeito positivo comparável.	Relocalizar em local equivalente Criar melhores condições de acessibilidade, com ciclovias e passeios. Criação de espaços verdes urbanos e equipamentos públicos
Compensar por outros meios	Quando não é possível compensar em espécie, em último recurso, pode tentar compensar-se por outros meios.	Processo de expropriação Apoios financeiros

Fonte: Adaptado de IAIA, 2015

Plano de Gestão dos Impactos Sociais (PGIS) – Visou a implementação dos benefícios, das medidas de mitigação e de compensação e dos acordos de monitorização e acordos de governação estabelecidos, bem como dos planos para lidar com quaisquer problemas imprevistos, à medida que venham a surgir. Pretendeu-se no PGIS definir parcerias com vista à concretização das ações, parcerias essas que passem pela integração nos planos de atividades dos municípios e/ou juntas de freguesia de ações com vista à concretização do PGIS.

3.5 ETAPA 4: CRIAR E IMPLEMENTAR PROGRAMAS DE MONITORIZAÇÃO

A Etapa 4 centra-se no desenvolvimento e implementação de um Programa de Monitorização de Impactes Sociais, cujo desenvolvimento se apresenta no **ANEXO 12 – Socioeconomia | Anexo 12.2 Programa de Medidas Compensatórias Socioeconómicas e Programa de Monitorização de Impactes Sociais** do *Tomo 10.02.04.00 – Anexos Técnicos* e envolve os seguintes aspetos:

Definição dos pressupostos de Monitorização – Para monitorizar a mudança ao longo do tempo, é importante identificar e rastrear os indicadores sociais que meçam todos os possíveis impactos e quaisquer questões que possam dizer respeito às partes interessadas. Desenvolvidos os indicadores, estes terão de ser integrados no plano de monitorização.

Plano de monitorização – Definido com vista a conferir uma consideração cuidadosa à governação e à supervisão do processo de monitorização, para que haja legitimidade. O plano de monitorização define as bases para a futura monitorização bem como as respetivas dimensões a monitorizar, constituindo um documento de trabalho dinâmico a ser revisto regularmente para determinar se todos os indicadores ainda são relevantes, se os métodos de medição permanecem apropriados (especialmente no contexto dos avanços tecnológicos) e se surgiram novas questões que deveriam ser incluídas no plano de monitorização.

Avaliação e análise periódica – Pretende-se que as avaliações sejam periódicas, iniciando-se com uma campanha de referência antes do início da fase de construção, para estabelecer uma base atualizada de referência dos parâmetros a monitorizar, e prolongando-se pela fase de construção e exploração.

4 ETAPA 1 – COMPREENDER O PROJETO E A ÁREA AFETADA

4.1 INTRODUÇÃO

Esta etapa baseou-se num conjunto de atividades com o objetivo de dotar a Equipa da AIS de conhecimento relativo ao território abrangido pela LAV, ao conteúdo do EIA bem como ao enquadramento em termos de níveis de governação do território abrangido.

4.2 ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

Como ponto de partida importa fazer um enquadramento territorial e sociodemográfico da área de intervenção do Projeto e, particularmente, dos municípios e freguesias afetadas pelo mesmo (representados na figura seguinte).

A área de estudo integra os municípios do Porto, Vila Nova de Gaia, Espinho, Santa Maria da Feira e Ovar. Trata-se de um território marcadamente urbano e densamente povoado, no qual a população total dos concelhos atravessados pelos subtroços STA4 e STA5 concentra cerca de 758 294 habitantes ao nível concelhio e 203 978 habitantes ao nível das freguesias, correspondendo às áreas mais densamente povoadas do traçado.

No que respeita à ocupação do território, todas as unidades territoriais consideradas apresentam densidades populacionais superiores a 350 habitantes/km², verificando-se um gradiente crescente de densificação no sentido sul-norte, com particular incidência no município do Porto, que mantém os valores mais elevados, apesar de perdas demográficas registadas.

Apresentado o enquadramento territorial, procede-se à caracterização sociodemográfica com base na informação constante do EIA e nos dados censitários de 2001 a 2021, considerando exclusivamente os sub-troços 4 e 5.

Em termos de dinâmica demográfica, verifica-se uma tendência global de decréscimo da população residente, correspondente a -2,4% ao nível dos concelhos e -6,7% ao nível das freguesias no período 2001–2021. Esta redução foi mais expressiva na primeira década (2001–2011), atenuando-se no período subsequente (2011–2021). Não obstante esta tendência global, identificam-se dinâmicas territoriais diferenciadas: Vila Nova de Gaia apresenta crescimento populacional em ambos os períodos intercensitários, ainda que mais moderado na segunda década; Ovar e Santa Maria da Feira evidenciam crescimento inicial seguido de decréscimo; e os municípios do Porto e de Espinho registam perdas contínuas, embora menos acentuadas no período mais recente.

Ao nível das freguesias, as maiores perdas populacionais concentram-se em áreas urbanas consolidadas, nomeadamente em Campanhã e Bonfim, enquanto freguesias como Canelas e Esmoriz evidenciam crescimento. Estas dinâmicas refletem processos de reorganização territorial da população, associados, entre outros fatores, à terciarização da economia e à deslocação de residentes dos centros urbanos para áreas periféricas ou de expansão urbana.

A análise da estrutura etária evidencia um processo de envelhecimento demográfico transversal ao território. Verifica-se um crescimento significativo da população com 65 ou mais anos (superior a 50% no período em análise), em contraste com a diminuição dos grupos etários mais jovens (0–14 anos e 15–24 anos) e, em menor grau, da população em idade ativa. Esta tendência é particularmente relevante ao nível das freguesias, onde o envelhecimento assume maior expressão e pode traduzir-se em vulnerabilidades acrescidas.

Do ponto de vista socioeconómico, observa-se uma redução da taxa de emprego no período global (2001–2021), mais acentuada na primeira década, acompanhada por um aumento da taxa de desemprego no mesmo período. Contudo, a análise da última década evidencia sinais de recuperação, com crescimento da taxa de emprego e diminuição do desemprego, ainda que de forma desigual entre municípios e freguesias.

A estrutura económica revela uma progressiva terciarização, com aumento do peso do setor terciário (económico e social) no emprego total, em detrimento dos setores primário e secundário, que registam perdas significativas. Esta reconfiguração é coerente com os padrões de evolução de territórios urbanos e metropolitanos, refletindo transformações estruturais no tecido económico.

No que respeita às fontes de rendimento da população residente, o trabalho constitui a principal fonte de rendimento, seguido das pensões e reformas, o que reforça a evidência do envelhecimento demográfico. A proporção de população dependente mantém também um peso relevante, sobretudo em contextos territoriais com maior fragilidade socioeconómica.

Em síntese, caracteriza-se por um território densamente povoado, em processo de recomposição demográfica e funcional, marcado por decréscimo populacional moderado, envelhecimento acentuado, redistribuição espacial da população e transformação da estrutura económica.

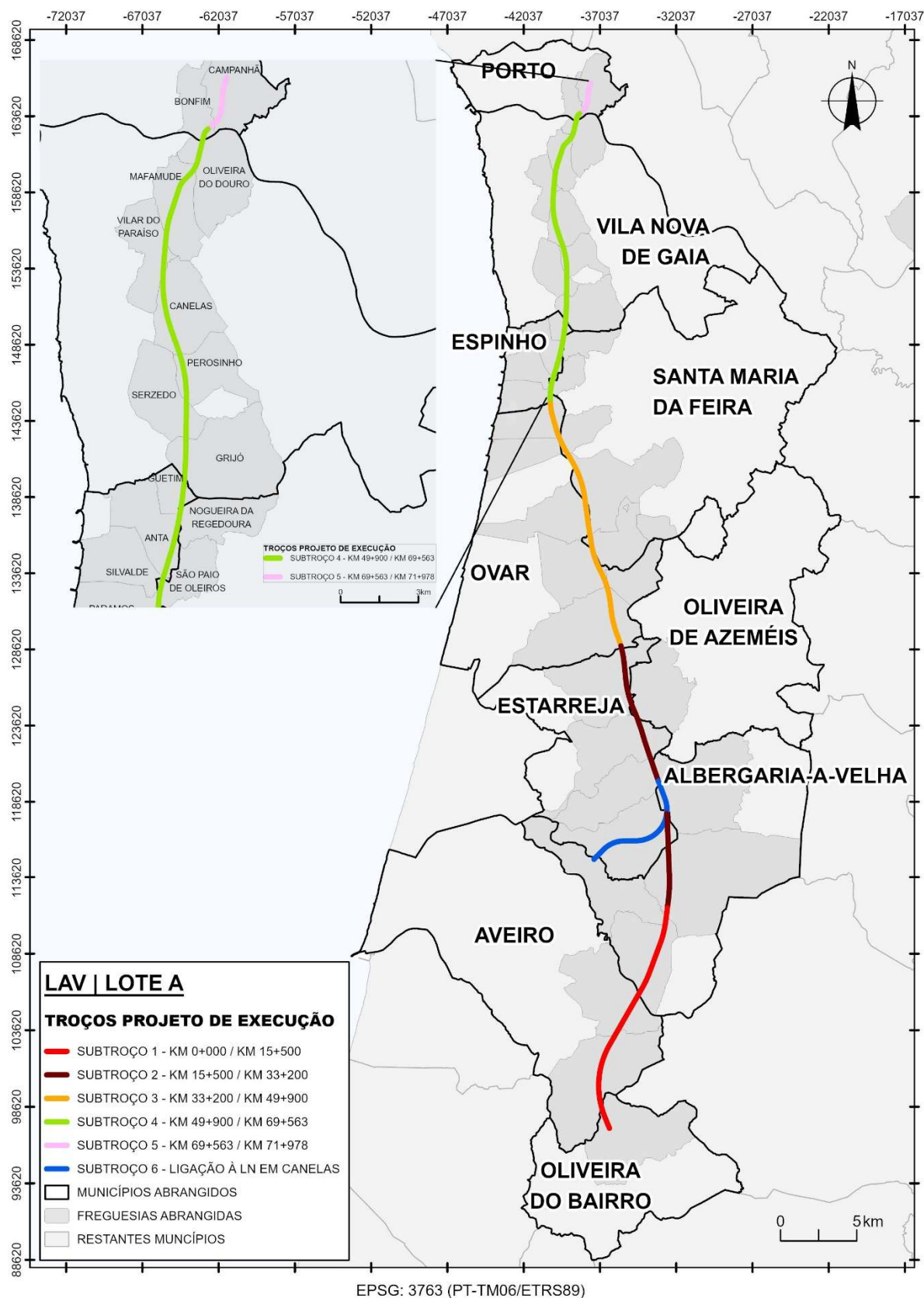


Figura 3 – Municípios e Freguesias Abrangidos pelos Subtroços STA 4 e STA 5 do Lote A

4.3 ENQUADRAMENTO NA DIA E NOS NÍVEIS DE GOVERNAÇÃO

Como já mencionado no capítulo inicial, a presente AIS dá resposta ao disposto na DIA no que se refere ao cumprimento das medidas associadas à componente socioeconómica e respetivo PMCS sua gestão (através do PGIS) e monitorização. Todavia, haverá que enquadrar o trabalho aqui apresentado com as restantes tarefas desenvolvidas em fase de RECAPE, bem como com todos os intervenientes - níveis de Governação.

Efetivamente “*Como o “impacto social” é entendido como algo associado a um projeto que afeta ou implica qualquer grupo de pessoas afetadas, quase tudo pode ser potencialmente um impacto social, desde que seja valorizado ou considerado importante para um grupo específico de pessoas. Os impactos ambientais, por exemplo, também podem ser impactos sociais porque as pessoas dependem do meio ambiente para os seus meios de subsistência e porque podem ter ligação afetiva aos locais onde os projetos estão a ser instalados. Os impactos na saúde e bem-estar são impactos sociais. A perda de património cultural, de habitats importantes ou biodiversidade também pode ser um impacto social, porque é valorizada pelas pessoas. Deste modo, a AIS deve considerar tudo o que é relevante para as pessoas e para a forma como vivem. Isto significa que a AIS não deve começar com uma lista de verificação de possíveis impactos, mas sim identificar os impactos sociais a partir de uma compreensão do projeto e de um entendimento de como o projeto afetará aquilo que é importante para as partes interessadas (IAIA. 2015).*

Para o presente Projeto os impactes sociais são entendidos como as alterações em um ou mais dos seguintes aspetos (adaptado de IAIS, 2015):

- Estilo de vida das pessoas – ou seja, a forma como vivem, trabalham, se divertem e se relacionam diariamente;
- Cultura – incluindo as suas tradições, valores;
- Comunidade – o quanto as pessoas estão unidas, como é o ambiente onde vivem, os serviços que têm por perto e os equipamentos e as infraestruturas disponíveis;
- Sistema político – refere-se à forma como os cidadãos participam nas decisões que influenciam as suas vidas, ao grau de democracia existente e aos meios oferecidos para essa participação;
- Meio ambiente – diz respeito à qualidade do ar e da água utilizados, aos níveis de exposição a riscos como poluição, ruído ou perigo, à eficácia do saneamento básico, à segurança das pessoas e ao acesso e controlo dos recursos naturais;
- Saúde e bem-estar – entendida como um estado completo de bem-estar físico, mental, social e espiritual, e não apenas a ausência de doenças;
- Direitos individuais e de propriedade – especialmente no que se refere a possíveis impactos económicos sobre as pessoas ou desvantagens pessoais que possam representar uma violação das suas liberdades civis;
- Medos e expectativas – incluindo perceções sobre segurança, preocupações quanto ao futuro da comunidade e os desejos e sonhos para si próprios e para os seus filhos.

Como é possível constatar do acima mencionado, a AIS não se esgota no cumprimento do disposto nas medidas 31 e 32 da DIA, não se podendo autonomizar e desgarrar das abordagens desenvolvidas nos restantes descritores do procedimento de AIA, em particular do presente RECAPE, como sejam os abaixo listados.

- Clima e Alterações Climáticas
- Recursos Hídricos Superficiais
- Recursos Hídricos
- Sistemas Ecológicos
- Uso Do Solo e Ordenamento do Território
- Paisagem
- Qualidade Do Ar
- Ruído
- Vibrações
- Património

Os elementos apresentados nestes descritores, tal como as análises desenvolvidas, aprofundam questões de especialidade complexas, que não cabem à socioeconomia, mas influenciam direta ou indiretamente o bem-estar da população (e.g. ruído e vibrações geradas pelo Projeto). Promovem, portanto, de forma complementar à AIS, a identificação de situações concretas de afetação, passíveis de minimização ou compensação.

Da mesma maneira, o sucesso das medidas de compensação a definir assenta na assunção dos níveis de governação que envolvem a concretização do projeto e cujas competências, âmbito de atuação e responsabilidades terão de estar bem presentes ao longo de todo o desenvolvimento da AIS por forma a ser possível estabelecer consensos e definir acordos e responsabilidades. No caso em presença tem-se:

- O Governo de Portugal – que decidiu a construção da nova Linha de Alta Velocidade ferroviária, ligando as duas principais cidades do país em 1h15.
- As Infraestruturas de Portugal – à qual foi cometida a concretização da LAV e que constitui a entidade licenciadora.
- A AVAN NORTE – Gestão da Ferrovia de Alta Velocidade, S.A. – Concessionária – a quem foi adjudicada pela Infraestruturas de Portugal, S.A., a concessão da conceção, projeto, construção, financiamento, manutenção e disponibilização da Infraestrutura Ferroviária.
- O ACE – constituída pelo consórcio Lusolav, a quem a Concessionária adjudicou a execução da totalidade dos trabalhos de conceção, projeto e construção.

- Os Municípios – detentores de diversas competências, abrangendo áreas como ação social, ambiente, educação, cultura, ordenamento do território, entre outras.
- As Juntas de Freguesia – que constituem o elo direto entre os cidadãos e a administração pública, contribuindo para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida nas freguesias.
- Associações e outras entidades locais – com um papel importante no apoio à comunidade em termos sociais, educativos, culturais, entre outras.

Só com esta definição clara de competências se poderão definir medidas e ações com vista a levar a bom porto os objetivos da AIS que se entende como “(...) *sendo o processo de identificação e gestão das questões sociais do desenvolvimento de projetos e inclui o envolvimento eficaz das comunidades afetadas em processos participativos de identificação, avaliação e gestão de impactos sociais. (...) Embora a AIS ainda seja utilizada como um mecanismo de previsão de impactos e ferramenta de tomada de decisões em processos regulamentares, para considerar os impactos sociais antes de uma decisão de permissão ou licenciamento, igualmente importante é o seu papel de contribuição para a gestão contínua de questões sociais em todo o ciclo de desenvolvimento do projeto, desde a conceção até ao pós-encerramento.*” (IAIA, 2015).

4.4 LEVANTAMENTO DE SITUAÇÕES DE AFETAÇÃO

4.4.1 METODOLOGIA

Tendo em conta o traçado desenvolvido em fase de projeto de execução, foi realizada nova aferição das situações de afetação, em ambiente SIG⁽¹⁾, com análise de ortofotomapa.

A aferição das situações de afetação considerou, de forma genérica, a poligonal de ocupação do projeto, que inclui a área a ocupar pela construção da infraestrutura ferroviária, definida pelas saias dos aterros e escavações, obras de arte e infraestruturas associadas, como os caminhos de serviço, órgãos de drenagem longitudinal. No caso das estações e restabelecimentos ao longo do traçado, a aferição foi efetuada da mesma forma, isto é, considerando os seus locais de implantação, respetivas saias dos taludes de aterros e escavações.

Refira-se que a AIS acompanhou o desenvolvimento do projeto de execução e a normal integração de ajustes (e.g. taludes, aterros, restabelecimentos) no projeto ao longo do processo, tendo mantido constante contacto com os projetistas. Por esta razão, o número total de situações de afetação variou entre o início e o final da elaboração do presente estudo, altura em que ficou estabilizada a poligonal de ocupação.

(1) Sistemas de Informação Geográfica

Numa primeira fase foi levantado o edificado existente e, posteriormente, o número de interessados instalados no referido edificado, sendo certo que um edifício pode albergar um ou mais interessado(s), ou, por outro lado, pode incluir diferentes tipologias de edificado. É exemplo, um prédio com diversas frações e, portanto, com diversos agregados familiares. Deste modo, a cada edificado (e.g. edifício/construção, equipamento ou atividade económica) identificado foi atribuído um ponto de localização georreferenciado e um código específico (ex. Edif_1, Edif_2). E foi atribuído um código numérico específico a cada interessado de um determinado edificado (ex. 116, 117), com correspondência à informação posteriormente recolhida nos inquéritos.

Foram ainda identificadas situações de “Afetação direta”, isto é, no interior da poligonal de ocupação, que implicam demolição do edificado, e outras que não serão alvo de afetação direta pelo Projeto e que foram designadas como “Afetações indiretas” (i.e., sem demolição) (Figura 4).

- **Afetação direta:** implica demolição do edificado;
- **Afetação indireta:** não implica demolição do edificado. Pode registar-se afetação da propriedade envolvente ao edificado e/ ou proximidade acentuada ao projeto, isto é, não se verifica cumprimento de condições mínimas de vida relativamente a habitações, ou condições mínimas de funcionamento adequado no que respeita a atividade económica.



Figura 4 – Exemplo de distinção entre uma afetação direta e indireta. Poligonal de expropriação - Cor verde; Afetação direta - Ponto vermelho; Afetação indireta – Ponto verde

Por motivos de proteção de dados e privacidade, em particular no que se refere a habitações particulares, este relatório apresenta a localização dos casos em desenho sem referência a códigos, com indicação de referência a tipologia de afetação e carácter da mesma (direta/ indireta). Da mesma forma, a informação recolhida de cada caso foi protegida para proteção de dados e privacidade.

O **Anexo VI** (*Capítulo 7 – Anexos*) reúne toda a informação recolhida durante o processo, apresentada na íntegra para efeitos de registo e consulta futura. Dado que este anexo contém **dados pessoais sensíveis**, como nomes, moradas e outros elementos identificativos, o seu acesso é **restrito**. Por esse motivo, o anexo é disponibilizado apenas numa pasta própria e **não é objeto de publicação** juntamente com o relatório. O tratamento desta informação cumpre os princípios de confidencialidade e proteção de dados aplicáveis, garantindo que apenas as entidades autorizadas têm acesso ao seu conteúdo.

4.4.2 RESULTADOS

4.4.2.1 EDIFICADO

O levantamento do edificado inclui quatro tipologias distintas de edificado - habitação, atividades económicas, outras construções (inclui anexos urbanos, agrícolas e outros) e equipamentos. A localização dos casos pode ser consultada no **Desenho AMB015 – Planta de Interferências / Edificado Afetado** do *Tomo 10.02.03.00 – Peças Desenhadas*.

A implementação do Projeto resultará na interferência direta ou indireta com um total de 180 casos. No que diz respeito à tipologia, 113 casos correspondem a habitações, 54 casos dizem respeito a atividades económicas, 5 casos são atividades económicas mistas com habitações, 3 casos a equipamentos e 5 casos a outras construções.

Como se pode constatar da análise da figura seguinte, o tipo de afetação preponderante é a afetação direta, isto é, com demolição. Regista-se assim, a interferência direta com 82 habitações, 42 atividades económicas, 5 casos mistos de habitação e atividade económica, 2 equipamentos e 5 outras construções.

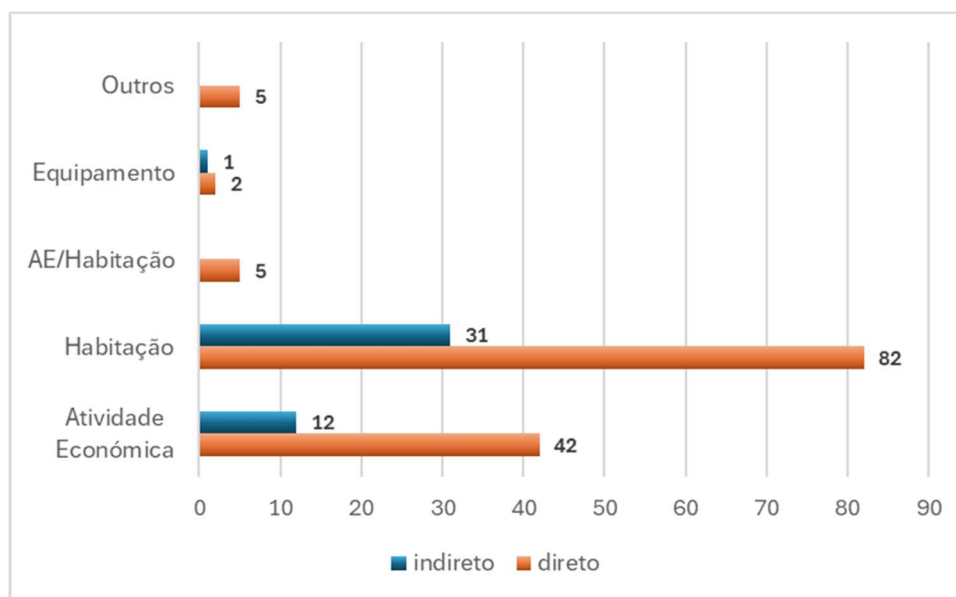


Figura 5 – Número de casos de afetação levantados por tipologia e tipo de afetação

Os casos concentram-se nas zonas com maior densidade populacional, municípios de Vila Nova de Gaia e Porto, como se pode observar na figura seguinte. A distribuição dos casos sobremaneira a localização das estações – Estação de Santo Ovídeo em Mafamude (Vila Nova de Gaia) e Estação de Campanhã na freguesia com o mesmo nome (Porto). Reflete a ainda o atravessamento de duas zonas industriais – Terços, localizada em Canelas (VN Gaia) e São Caetano localizada em Vilar do Paraíso.

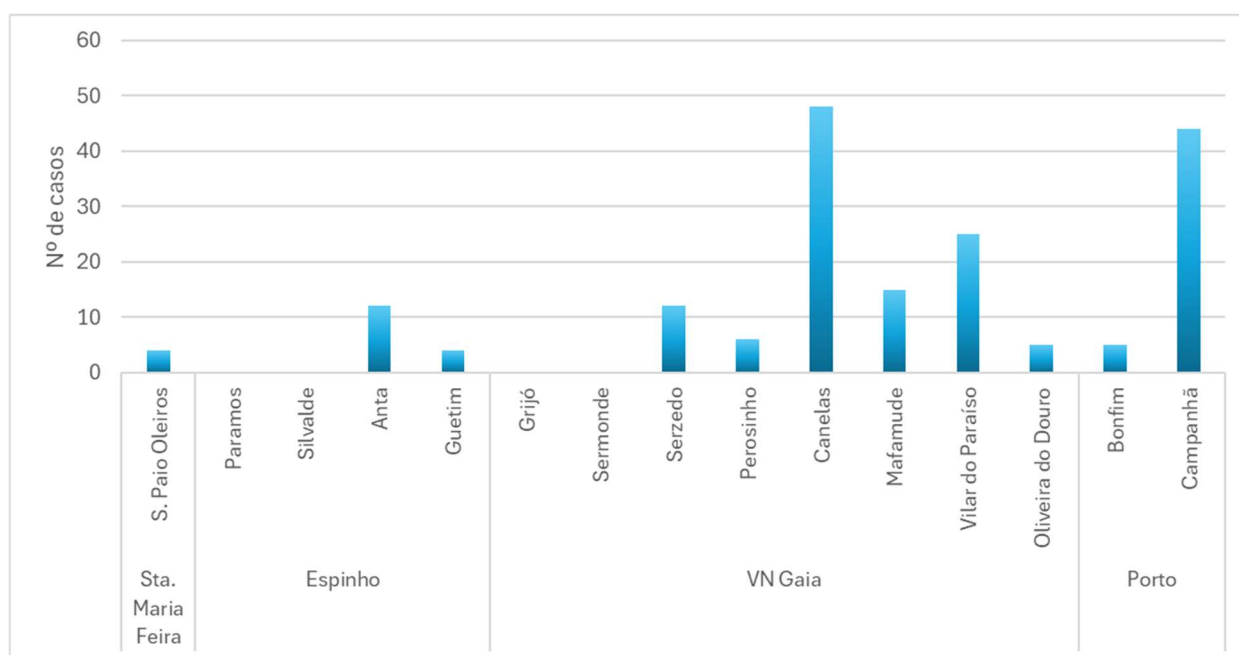


Figura 6 – Número de casos por município e junta de freguesia

Tendo em conta que um determinado edificado pode albergar mais do que um interessado (por exemplo, um prédio com várias frações, ou um edifício com atividade económica no rés do chão e habitação no primeiro andar), procede-se à quantificação dos interessados no capítulo seguinte.

4.4.2.2 INTERESSADOS

Com base no edificado identificado, procedeu-se ao levantamento de interessados, tendo resultado num total de 205 casos, dos quais 136 correspondem aos agregados familiares das habitações identificadas, 61 correspondem a atividades económicas, 3 a equipamentos e 5 outras construções. A localização dos casos pode ser consultada no **Desenho AMB015 – Planta de Interferências / Interessados Afetados** do *Tomo 10.02.03.00 – Peças Desenhadas*.

A figura seguinte relaciona o levantamento do número de casos de edificado com o número de casos de interessados. Neste âmbito, registam-se 9 habitações com dois ou mais interessados; 2 edifícios com duas ou mais atividades económicas; e 4 situações mistas de atividade económica e habitação (neste caso, na figura os interessados apresentam-se distribuídos nas categorias correspondentes).

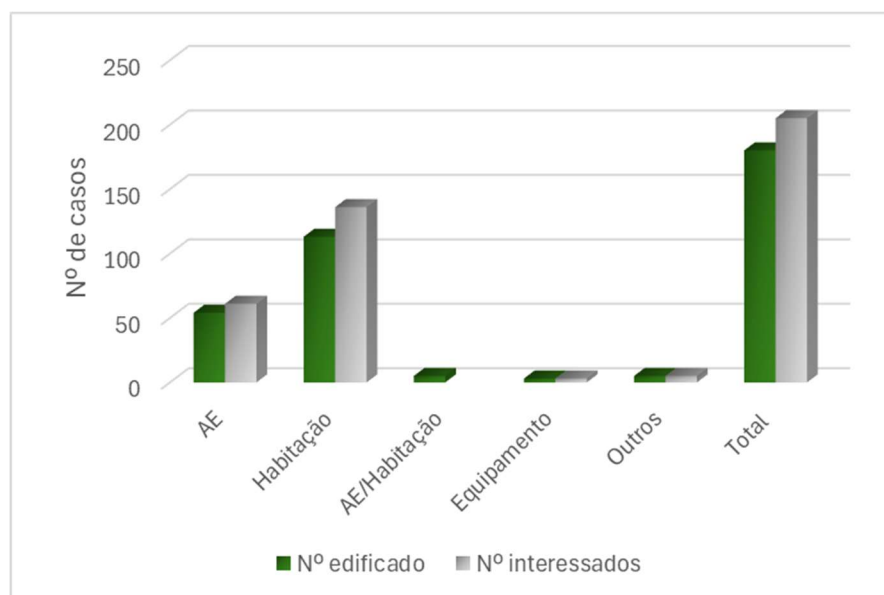


Figura 7 – Relação entre edificado e por município e junta de freguesia

No quadro seguinte, identifica-se o número de interessados por tipologia e tipo de afetação. Na primeira coluna apresenta-se a localização considerando o Município e a Freguesia, nas colunas seguintes apresenta-se o número de casos.

Relativamente ao tipo de afetação, 156 casos correspondem a afetações diretas (ou seja, com demolição de edificado), dos quais 101 habitações, 49 atividades económicas, 2 equipamentos e 5 outras construções. Os restantes 49 casos dizem respeito a afetações indiretas (e.g. afetação de propriedade de habitação e/ou localização limítrofe à obra).

O Município com maior número de casos de afetação diz respeito a Vila Nova de Gaia com 127 afetações distribuídas pelas juntas de freguesia de Grijó, Sermonde, Serzedo, Perosinho, Canelas, Mafamude, Vilar do Paraíso e Oliveira do Douro; e ao Porto com 56 casos, distribuídos por Bonfim e Campanhã. Por outro lado, Santa Maria da Feira tem o menor número de situações de afetação com 4 casos.

Quadro 2 – Número de interessados por município e por freguesia, de acordo com a tipologia.

MUNICÍPIO	FREGUESIA	Nº DE INTERESSADOS POR TIPOLOGIA												TOTAL		
		HAB.			AE			EQU.			OUT.			TOTAL		
		Dir.	Ind.	Total	Dir.	Ind.	Total	Dir.	Ind.	Total	Dir.	Ind.	Total			
Sta. Maria da Feira	São Paio de Oleiros	1	2	3	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2	2	4
Espinho	Paramos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Silvalde	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
	Anta	8	4	12	1	0	1	0	0	0	0	0	0	9	4	13

MUNICÍPIO	FREGUESIA	Nº DE INTERESSADOS POR TIPOLOGIA												TOTAL		
		HAB.			AE			EQU.			OUT.					
		Dir.	Ind.	Total	Dir.	Ind.	Total	Dir.	Ind.	Total	Dir.	Ind.	Total	Dir.	Ind.	Total
	Nogueira da Regadoura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Guetim	1	2	3	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2	2	4
Vila Nova de Gaia	Grijó	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Sermonde	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Serzedo	6	5	11	0	1	1	0	0	0	0	0	0	6	6	12
	Perosinho	1	2	3	0	2	2	0	0	0	1	0	1	2	4	6
	Canelas	17	15	32	16	4	20	0	0	0	0	0	0	33	19	52
	Mafamude	15	4	19	6	0	6	1	0	1	1	0	1	23	4	27
	Vilar do Paraíso	4	1	5	15	5	20	0	0	0	0	0	0	19	6	25
	Oliveira do Douro	4	0	4	1	0	1	0	0	0	0	0	0	5	0	5
Porto	Bonfim	2	0	2	4	0	4	0	0	0	0	0	0	6	0	6
	Campanhã	42	0	42	4	0	4	1	1	2	2	0	2	49	1	50
TOTAL		101	36	137	49	12	61	2	1	3	4	0	4	156	49	205

Legenda: Hab.: habitações; AE: atividades económicas; Equ.: equipamento; Out: outras construções

5 ETAPA 2 - PREVER / ANALISAR E AVALIAR IMPACTES

5.1 INTRODUÇÃO

Estando concluída a identificação e listagem dos casos de afetação na Etapa 1, importa agora conhecer e caracterizar a população e atividades económicas afetadas. Nesta etapa, foram efetuados contactos prévios com as câmaras municipais e juntas de freguesia e realizadas reuniões informais, onde foi prestada informação sobre o projeto em si, não só aos dirigentes, mas também à população. Pretendeu-se estabelecer contacto com todos os interessados, facilitar a participação no processo e prestar informação. Por fim, realizaram-se as entrevistas aos interessados recorrendo ao preenchimento de inquéritos desenvolvidos para situações específicas.

No capítulo seguinte apresenta-se a metodologia utilizada na caracterização da população afetada. Não tendo sido possível entrevistar a totalidade dos interessados, refere-se que os resultados e considerações tecidas resultam de uma amostra da população afetada, extraída de um universo de 205 casos de afetação (Capítulo 4.4.2). Assim, as conclusões devem ser entendidas como uma aproximação, já que podem existir diferenças entre os interessados que responderam e aqueles que não participaram no inquérito.

No âmbito da AIS, esta abordagem visa a identificação de impactes informada, e em detalhe, a fim de construir um programa de medidas compensatórias adequado para as diferentes fases de desenvolvimento do Projeto.

5.2 PERFIL DA COMUNIDADE AFETADA / CARACTERIZAÇÃO DOS CASOS AFETADOS

5.2.1 METODOLOGIA

O trabalho de caracterização da comunidade afetada foi iniciado com a realização de contactos com os dirigentes das câmaras municipais e juntas de freguesia e reunião com os mesmos. Estes contactos tiveram como objetivos aferir a melhor forma de contactar os afetados de cada zona, e facilitar a realização das entrevistas. As reuniões foram úteis ainda para auscultação acerca de impactes positivos ou negativos resultantes do Projeto, bem como de potenciais medidas de minimização e/ou compensação ajustadas à realidade de cada local (Figura 8).



Figura 8 – Reunião de esclarecimento em Junta de Freguesia

No quadro seguinte sintetizam-se os contactos realizados com as entidades e interessados, durante o período de elaboração da AIS, bem como as datas em que foram elaborados os inquéritos.

Em determinadas freguesias, as sedes de Junta de Freguesia serviram como local de reunião dos interessados para informação e esclarecimento e realização dos inquéritos (Figura 9). Quando a deslocação à junta por parte dos afetados não foi possível, a equipa do AIS, devidamente identificada (Figura 10), contactou diretamente os interessados, através de visita ao local ou telefonema. O envio do inquérito através de correio ou email, foi também possibilitado. Em cada contacto foi entregue um folheto informativo (Figura 10; **Anexo II** do *Capítulo 7 – Anexos*).



Figura 9 – Realização de inquérito em Junta de Freguesia

Quadro 3 – Síntese dos Contactos Realizados Com as Entidades e Interessados Durante a Realização do RECAPE

ENTIDADE	DATA	SUMÁRIO DA CONSULTA REALIZADA
JF São Paio de Oleiros (Santa Maria da Feira)	6 de junho de 2025	Apresentação do enquadramento e objetivos da AIS, bem como do faseamento previsto. Identificação dos potenciais afetados tendo em conta o projeto de execução que se encontra a ser desenvolvido bem como da(s) melhor(es) forma(s) para entrar em contacto com os mesmos. Auscultação da Junta de Freguesia sobre os impactes positivos e negativos do Projeto bem como de potenciais medidas de minimização e/ou compensação que possam ser sugeridas. A Junta de Freguesia não conhecia em concreto o traçado tendo colocado um conjunto de dúvidas designadamente no que se refere ao atravessamento da linha do Vouga. Deu ainda nota de que a freguesia recebe diariamente mais de 1000 pessoas para trabalhar nas diversas indústrias sendo que existe uma grande falta de habitação. No que se refere aos potenciais afetados foi destacada a situação de um terreno urbanizável com um projeto em aprovação; de uma empresa instalada no local cujo edifício foi feito de raiz; bem como de outras construções que irão ser afetadas. A Junta de Freguesia irá aferir os contactos dos afetados por forma a que a equipa da AIS faça os respetivos inquéritos, tendo ficado ainda de ponderar possíveis medidas de minimização / compensação
JF de Silvalde (Espinho)	15 de maio de 2025	Apresentação do enquadramento e objetivos da AIS, bem como do faseamento previsto. Identificação dos potenciais afetados tendo em conta o projeto de execução que se encontra a ser desenvolvido bem como da(s) melhor(es) forma(s) para entrar em contacto com os mesmos. Auscultação da Junta de Freguesia sobre os impactes positivos e negativos do Projeto bem como de potenciais medidas de minimização e/ou compensação que possam ser sugeridas. Na área da freguesia apenas existe um afetado. A Junta de Freguesia vai entrar em contacto no sentido de ser agendada a realização do inquérito.
JF de Anta; JF de Guetim ⁽²⁾ (Espinho)	16 de maio de 2025	Apresentação do enquadramento e objetivos da AIS, bem como do faseamento previsto. Identificação dos potenciais afetados tendo em conta o projeto de execução que se encontra a ser desenvolvido bem como da(s) melhor(es) forma(s) para entrar em contacto com os mesmos. Auscultação da Junta de Freguesia sobre os impactes positivos e negativos do Projeto bem como de potenciais medidas de minimização e/ou compensação que possam ser sugeridas. A Junta de Freguesia gostaria de debater os restabelecimentos uma vez que considera que os mesmos poderiam ser melhorados, destacando situações em que será difícil a passagem de camiões; destaca também os impactes da LAV na desconfiguração do território, bem como do ruído e da criação de uma barreira social. Efetivamente e principalmente na rua do Alto dos Céus existe uma relação entre as populações que será quebrada. Destaca ainda que a LAV vai passar muito perto de duas quintas de eventos e que nesse sentido as mesmas sofrerão impactos indiretos, bem como a afetação de um campo desportivo.

(2) Antiga União de Freguesias de Anta e Guetim

ENTIDADE	DATA	SUMÁRIO DA CONSULTA REALIZADA
		Parque da Picadela, é um parque protegido onde estão presentes espécies e património protegido, onde existe também a ruína de um antigo moinho. Pedra da gata: bloco rochoso com forma de gato onde existem percursos pedestres e trilhos. No que se refere a potenciais medidas destaca, i) A criação de um novo acesso – criar uma ligação da rua principal ao pavilhão de Cassufas e ao campo desportivo da zona (que vai ser o provisório do Cassufas); Melhorar a Praça do Cruzeiro; Requalificar o largo (largo da capela dos Altos dos Céus); Criação de um parque de merendas e de lazer junto ao atual campo de futebol do Cassufas; Criação de balneários e bancada e eventualmente novas modalidades como o ténis ou o <i>padde!</i>, na área do campo de futebol de Guetim em terrenos municipais; Equacionar medidas para compensar a freguesia pela perda do parque ambiental.
JF de Canelas (VNG)	14 de maio de 2025	Apresentação do enquadramento e objetivos da AIS, bem como do faseamento previsto. Identificação dos potenciais afetados tendo em conta o projeto de execução que se encontra a ser desenvolvido bem como da(s) melhor(es) forma(s) para entrar em contacto com os mesmos. Auscultação da Junta de Freguesia sobre os impactes positivos e negativos do Projeto bem como de potenciais medidas de minimização e/ou compensação que possam ser sugeridas. Foi referido que a junta de freguesia não tinha conhecimento de que o traçado na freguesia de Canelas não fosse em túnel, situação que motivou preocupação tendo em conta o impacto que ira gerar. Foi sugerido que os contactos com a população devem ser efetuados via Município.
	12 de março de 2026	Apresentação do enquadramento e objetivos da AIS ao novo Presidente do Junta de Freguesia. Auscultação sobre os impactes positivos e negativos do Projeto bem como de potenciais medidas de minimização e/ou compensação que possam ser sugeridas. A JF reiterou que não pretendia assumir um papel direto no processo; contudo, manifestou disponibilidade para facilitar os contactos necessários.
JF de Serzedo; JF de Perosinho ⁽³⁾ ; JF de Grijó; JF de Sermonde ⁽⁴⁾ (VNG)	14 de maio de 2025	Apresentação do enquadramento e objetivos da AIS, bem como do faseamento previsto. Identificação dos potenciais afetados tendo em conta o projeto de execução que se encontra a ser desenvolvido bem como da(s) melhor(es) forma(s) para entrar em contacto com os mesmos. Auscultação da Junta de Freguesia sobre os impactes positivos e negativos do Projeto bem como de potenciais medidas de minimização e/ou compensação que possam ser sugeridas. Foi transmitida a preocupação pelo facto de já terem sido transmitidos diversos traçados, pelo que persistis a dúvida sobre qual o traçado que é o final. Foi transmitida a necessidade de ser, a breve trecho, realizada uma reunião onde seja apresentado o traçado final para que existam garantias do que pode ser transmitido à população que são as reais visadas no projeto final (para não criar alarmismos desnecessários). <i>[A reunião solicitada foi realizada posteriormente nos dias 16 e 23 de junho de 2025, onde o Consórcio procedeu à apresentação detalhada do traçado e das justificações que motivaram as alterações face ao Estudo Prévio]</i>

(3) Antiga União de Freguesias de Serzedo e Perosinho

(4) Antiga União de Freguesias de Grijó e Sermonde

ENTIDADE	DATA	SUMÁRIO DA CONSULTA REALIZADA
JF de Serzedo; JF de Perosinho; JF de Grijó; JF de Sermonde; JF de Mafamude; JF de Vilar do Paraíso ⁽⁵⁾ JF de Canelas; JF Oliveira do Douro (VNG) GAIAURB	16 e 23 de julho de 2025	Apresentação do enquadramento e objetivos da AIS, bem como do faseamento previsto. Identificação dos potenciais afetados tendo em conta o projeto de execução que se encontra a ser desenvolvido bem como da(s) melhor(es) forma(s) para entrar em contacto com os mesmos. Auscultação da Junta de Freguesia sobre os impactes positivos e negativos do Projeto bem como de potenciais medidas de minimização e/ou compensação que possam ser sugeridas. Foi feita uma breve apresentação ao estudo de impacte social e económico incidindo nos objetivos e metodologia desenvolvida. Os presidentes de junta manifestaram a sua preocupação relativamente ao traçado da LAV, deram nota de que em 2023, aquando da discussão pública do EIA foi transmitido individualmente a cada pessoa qual seria o impacte da LAV. Como grande parte do traçado era em túnel o número de habitações afetadas era relativamente reduzido. Esse número agora é aumentado pelo que entendem que deve ser dada uma explicação clara às pessoas sobre as razões para a alteração do traçado. Acresce que o facto de a LAV ser à superfície irá induzir a fragmentação das freguesias. A presidente da UF de Mafamude e Vilar do Paraíso refere ainda que, contrariamente aos restantes presidentes de junta, não tinha ainda sido contactada pela equipa do Estudo Social, pelo que desconhecia que o número de afetados fosse tão grande. Foi explicado à senhora presidente da UF de Mafamude e Vilar do Paraíso que efetivamente acabou por não se agendar reunião na medida em que na altura em que se reuniu com os demais presidentes de junta o traçado não estava ainda fechado pelo que nunca se poderia avançar sem uma nova reunião. Os representantes do Consórcio explicaram as razões processuais e técnicas que levaram à alteração do traçado, ou seja, explicaram porque é que na versão atual existem troços à superfície. No segundo dia de reunião foi feita uma apresentação detalhada do traçado nas diversas freguesias do concelho tendo sido analisadas todas as afetações. Foi debatida a forma como deve ser transmitida a informação aos afetados, sendo que as juntas de freguesia defenderam que deveria ser promovida uma sessão antes do contacto para a elaboração dos inquéritos. Concluiu-se que estando previstas sessões de apresentação aquando da consulta pública do RECAPE, que a GAIAURB e as juntas de freguesia iriam apoiar a equipa da AIS a obter os contactos dos afetados por forma a serem promovidas as reuniões para agendamento da realização dos inquéritos.
JF de Mafamude (VNG)	13 de março de 2026	Apresentação do enquadramento e objetivos da AIS ao novo Presidente do Junta de Freguesia. Auscultação sobre os impactes positivos e negativos do Projeto bem como de potenciais medidas de minimização e/ou compensação que possam ser sugeridas. A JF transmitiu disponibilidade em reunir os contactos e disponibilizar as instalações para receber a população interessada.
JF de Bonfim (Porto)	17 de julho de 2025	Apresentação do enquadramento e objetivos da AIS, bem como do faseamento previsto. Identificação dos potenciais afetados tendo em conta o projeto de execução que se encontra a ser desenvolvido bem como da(s) melhor(es) forma(s) para entrar em contacto com os mesmos. Auscultação da Junta de Freguesia sobre os impactes positivos e negativos do Projeto bem como de potenciais medidas de minimização e/ou compensação que possam ser sugeridas. A Junta de Freguesia deu nota que tem conhecimento sobre o projeto e que a afetação de construções na área da freguesia é relativamente reduzida.

(5) Antiga União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso

ENTIDADE	DATA	SUMÁRIO DA CONSULTA REALIZADA
		Foi dada a nota pela equipa que efetivamente são apenas 4 as construções abrangidas sendo que uma é a bomba de gasolina. A Junta de Freguesia disponibilizou-se para acompanhar a equipa da AIS ao local para contactar os afetados, em data a definir.
JF de Campanhã (Porto)	17 de julho de 2025	Apresentação do enquadramento e objetivos da AIS, bem como do faseamento previsto. Identificação dos potenciais afetados tendo em conta o projeto de execução que se encontra a ser desenvolvido bem como da(s) melhor(es) forma(s) para entrar em contacto com os mesmos. Auscultação da Junta de Freguesia sobre os impactes positivos e negativos do Projeto bem como de potenciais medidas de minimização e/ou compensação que possam ser sugeridas. A Junta de Freguesia manifestou preocupação pelo facto de não ter ainda sido contactada a população que está ansiosa e insegura sem saber o que poderá vir a ser o seu futuro. Tal acontece porque aquando da consulta pública do EIA se constatou que grande número de construções na freguesia teria de ser demolido. Considera que seria fundamental apresentar o projeto final e cronologia às pessoas de forma a estas ficarem informadas e não haver atrito desnecessário. Uma vez que a Junta de Freguesia não dispõe dos contactos de todos os afetados, com o objetivo de fazer o inquérito e de ao mesmo tempo informar as pessoas foram agendadas duas tardes em que a equipa da AIA esteve no auditório da Junta de freguesia, onde apresentou o projeto e elaborou os inquéritos. No que se refere a medidas de compensação a JF mencionou que na proximidade da área existe um terreno propriedade do Município, sugerindo que nesse local pudessem ser construídas novas habitações com o objetivo de realojar a população; sugeriu também a criação de um ATL ou equipamento infantil que permita assegurar serviços de apoio à comunidade Pais/crianças.
	24 de julho de 2025	Realização de sessão de apresentação

Quadro 4 – Síntese dos Contactos Realizados com os Interessados, no Âmbito de Realização de Inquéritos, Durante a Realização do RECAPE

MUNICÍPIO	JUNTA DE FREGUESIA	DATA
Santa Maria da Feira	São Paio de Oleiros	29 de julho de 2025
Espinho	Silvalde	04 de junho de 2025
	Anta e Guetim ⁽⁶⁾	29 de julho a 1 de agosto de 2025
	Anta e Guetim	19 de março de 2026
	Anta	24 de março de 2026
Vila Nova de Gaia	Canelas	31 de julho de 2025 11, 13, 19, 20, 21 e 24 de março de 2026
	Serzedo e Perosinho ⁽⁷⁾ ; Grijó e Sermonde ⁽⁸⁾	4 e 5 de agosto de 2025
	Perosinho	24 de março de 2026
	Serzedo	25 de março de 2026
	Mafamude e Vilar do Paraíso ⁽⁹⁾	29 de julho a 1 de agosto de 2025
	Mafamude	12, 20, 21, 24 e 25 de março de 2026
	Vilar do Paraíso	11, 13 e 24 de março de 2026
	Oliveira do Douro	12 e 24 de março de 2026
Porto	Bonfim	24 e 25 de julho de 2025
	Campanhã	24 e 25 de julho de 2025 21 de março de 2026

(6) Antiga União de Freguesias de Anta e Guetim

(7) Antiga União de Freguesias de Serzedo e Perosinho

(8) Antiga União de Freguesias de Grijó e Sermonde

(9) Antiga União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso



Figura 10 – Excerto do Folheto Distribuído e Identificação Utilizada pela Equipa da AIS

Os **inquéritos** tiveram como objetivo principal caracterizar a população afetada pelo Projeto. A informação recolhida pretendeu ainda:

- Determinar a aceitabilidade dos impactos prováveis e benefícios propostos;
- Facilitar a visão da comunidade sobre os futuros desejados;
- Contribuir para os planos de mitigação e de monitorização.

Os inquéritos desenvolvidos, pretenderam ainda obter informações face às diferentes situações:

- Habitações e Atividades económicas - afetações diretas de propriedade, habitações (incluindo anexos urbanos e rurais) e empresas/ negócios. E afetações indiretas em casos específicos;
- Situações de vulnerabilidade e afetação de modos de vida;
- Situações de afetação de equipamentos sociais/ coletivos, propriedade dos órgãos de poder local ou instituições particulares de solidariedade social ou outras associações/ entidades locais;
- Comunidade afetada pelo projeto (comunidade na envolvente da área do projeto).

Em resultado, foram estruturados três inquéritos distintos:

- I. Inquérito às habitações,
- II. Inquérito às atividades económicas e
- III. Inquérito a outras construções.

De seguida descreve-se sucintamente a estrutura dos inquéritos. Os modelos de inquéritos utilizados podem ser consultados no **Anexo III** (*Capítulo 7 – Anexos*).

I. Inquérito às Habitações

O inquérito encontra-se estruturado em 5 partes:

- Parte I, onde se pretende proceder à caracterização do indivíduo inquirido.
- Parte II, onde se pretende caracterizar o agregado populacional que reside na habitação. As questões prendem-se com a identificação do número de residentes e suas características (grau de instrução; existência de incapacidades e apoios recebidos, caso aplicável; ocupação, local de trabalho ou ensino; fonte de rendimento principal do agregado e setor de atividade).

Nesta parte do inquérito também se pretende avaliar em que medida os residentes possuem parcelas agrícolas que possam ser afetadas e se as mesmas têm um peso significativo para o rendimento do agregado.
- Parte III, onde se pretende caracterizar a habitação, designadamente se o residente é proprietário ou arrendatário e que encargos existem com a habitação. Pretendeu-se ainda aferir as características da habitação (dimensão; nível de infraestruturação). Ainda nesta Parte pretendeu-se aferir a relação dos residentes com o território questionando o tempo de residência e razões pelas quais aí residem.
- Parte IV, onde se pretende aferir qual a avaliação que os residentes fazem face ao local onde residem, ou seja, se gostam de viver no local e quais as relações de vizinhança que a localização proporciona da comunidade e como caracterizam a qualidade de vida do local. Ainda neste ponto é aferida a perceção dos inquiridos face aos equipamentos e serviços existentes na proximidade da área de residência.
- Na Parte V, pretende-se aferir em que medida os residentes têm conhecimento e perceção do projeto da LAV se têm conhecimento que o projeto os afetará e que medidas de minimização e/ou compensação sugere que possam ser criadas.

II. Inquérito às atividades económicas

Este inquérito encontra-se estruturado em cinco partes:

- Na Parte I, procede-se à identificação do inquirido e da empresa, bem como a relação do inquerido com a empresa.
- Na Parte II pretende-se caracterizar a atividade, aferindo o seu ramo bem como os principais produtos e serviços que a empresa fornece, passando também pelo número de anos que a empresa se encontra instalada no local, área ocupada. Nesta Parte, ainda se detalha o tipo de ocupação (proprietário / arrendatário) bem como os encargos com a ocupação, e uma estimativa global do volume de negócios anual (considerando os limiares para a classificação das empresas (micro, PME ou grande empresa).
- Na Parte III pretende-se aferir os potenciais impactes em termos de emprego e por essa via as questões visam a caracterização dos trabalhadores (número, área de residência, faixa etária, ocupação, existência de apoios à exploração, forma de deslocação dos trabalhadores e ainda a relação de parentesco entre trabalhadores).
- Na Parte IV procede-se à avaliação do local, ou seja, às razões que levaram a empresa a instalar-se no local selecionado e se essa localização é crítica para o seu funcionamento. Nesta Parte é ainda questionado o grau de satisfação face ao local e em que medida seria proveitoso a mudança para outra localidade; é ainda aferido se a atividade gera algum constrangimento com os residentes na envolvente.
- Na Parte V questiona-se, à semelhança do realizado para as Situações individuais, qual é o grau de conhecimento do projeto LAV e dos potenciais impactes para a empresa, aferindo quais são os principais problemas que identifica e eventuais medidas de minimização ou de compensação que possam ser sugeridas.

III. Inquérito a outras construções

A longo do levantamento efetuado detetou-se que existem várias construções que não são nem habitações nem atividades económicas correspondendo a armazéns de arrumos ou de apoio a outras atividades.

Para estes casos o inquérito estrutura-se em três partes:

- Na Parte I, à semelhança dos anteriores é caracterizado o entrevistado bem como a relação do mesmo com o edificado.
- Na Parte II é feita a caracterização do edificado designadamente a sua tipologia (anexo à habitação, armazém agrícola, ruína, barracão, etc..), o seu estado de conservação e a sua utilização habitual. Procede-se ainda à sua análise em termos de inserção no território e se o mesmo possui infraestruturas associadas, aferindo ainda quais os eventuais impactes em caso de desativação.
- Por fim na Parte III destina-se a aferir o conhecimento do inquirido face ao Projeto.

Os dados recolhidos foram tratados e compilados, procedendo-se então à sua análise, considerando os indicadores expressos na DIA, completando com outra informação considerada pertinente. No Quadro 5 sintetiza-se o conjunto de indicadores utilizado.

Quadro 5 – Indicadores Utilizados na Análise

TIPO	OBJETIVO	INDICADOR
Habitações	Avaliar a vulnerabilidade social e económica da população afetada, nas freguesias abrangidas	– Número total de afetados – Composição do agregado familiar – Idade média dos residentes – Escolaridade média dos residentes – Percentagem de agregados com rendimentos oriundos maioritariamente de apoios sociais – Percentagem de residentes reformados – Percentagem de agregados com elementos com deficiência – Percentagem de desempregados por agregado
	Avaliar o grau de estabilidade habitacional e ligação ao território	– Percentagem de proprietários vs. arrendatários. – Percentagem de Tipo de residência – Percentagem de pessoas com encargos mensais (renda ou crédito). – Modos de vida e satisfação com a localidade.
Atividades económicas	Conhecer o perfil das empresas afetadas pela implantação do projeto	– Distribuição por ramo de atividade – Tipo de ocupação – Encargos com terrenos – Volume de negócios anual
	Conhecer o perfil socioprofissional dos trabalhadores e a sua vulnerabilidade/dependência face à empresa	– Número médio de trabalhadores por empresa – Faixa etária predominante – Nível de qualificação geral – Percentagem de trabalhadores residentes no município – Vínculo laboral dominante – Existência de laços familiares no emprego
	Entender a importância da localização atual para a empresa, e a sua eventual substituíbilidade	– Motivo para a localização da empresa – Percentagem de empresas que consideram a sua localização crítica.
Outras construções	Conhecer o perfil do interessado e caracterizar o edificado	– Tipo de relação do inquirido com o edificado – Tipo de estrutura – Estado de conservação – Tipo de utilização
Todos	Avaliar o grau de informação, preocupação e envolvimento da população com o projeto	– Percentagem da população que tem conhecimento do projeto (no momento da realização do inquérito). – Fontes de informação mais referidas. – Percentagem que participou em sessões públicas. – Percentagem que se sente ou não afetada. – Principais preocupações manifestadas (ambiente, expropriações, ruído, mobilidade).

5.2.2 RESULTADOS

5.2.2.1 INTRODUÇÃO

Nos pontos seguintes são apresentados os resultados, primeiro em termos globais, e depois tendo em conta as diversas situações, designadamente:

- Habitações
- Atividades económicas
- Equipamentos
- Outras Construções

Pela importância da informação e conhecimento do Projeto na presente AIS, destaca-se ainda o conhecimento e perceção dos inquiridos sobre o Projeto.

Refira-se que, por motivos de proteção de dados e privacidade, o relatório não faz referência a nomes ou moradas, em particular de habitações e outras construções, a fim de salvaguardar os proprietários/arrendatários. No **Anexo IV** (*Capítulo 7 – Anexos*) pode ser consultada a matriz de informação recolhida sintetizada de cada caso de afetação cuja entrevista foi possível, a partir da leitura da informação do quadro é possível obter a informação por município e por freguesia relativa a um vasto conjunto de variáveis onde se incluem as previstas na DIA, a saber:

- Habitações: número de residentes; idade; situação de trabalho (trabalhador por conta de outrem/própria, desempregado); local de trabalho; situações de especial vulnerabilidade (crianças, idosos, situações de incapacidade/dependência) e, identificar, por município e freguesia.
- Atividades económicas: Identificação da empresa; área, área/tipologia de negócio.

O **Anexo VI** (*Capítulo 7 – Anexos*) reúne toda a informação recolhida durante o processo, apresentada na íntegra para efeitos de registo e consulta futura. Dado que este anexo contém **dados pessoais sensíveis**, como nomes, moradas e outros elementos identificativos, o seu acesso é **restrito**. Por esse motivo, o anexo é disponibilizado apenas numa pasta própria e **não é objeto de publicação** juntamente com o relatório. O tratamento desta informação cumpre os princípios de confidencialidade e proteção de dados aplicáveis, garantindo que apenas as entidades autorizadas têm acesso ao seu conteúdo.

5.2.2.2 RESULTADOS GLOBAIS

Foi realizado um total de 128 inquéritos de um universo de 205 situações de afetação identificadas, o que corresponde a cerca de 62% de entrevistados. A taxa de resposta considera-se robusta, permitindo confiança na sua representatividade. Do total, 88 inquéritos correspondem a habitações, 39 inquéritos dizem respeito a atividades económicas e 1 a outras construções (Figura 11). No que respeita a Equipamentos, não foi obtida informação proveniente de inquérito, ou de outra fonte.

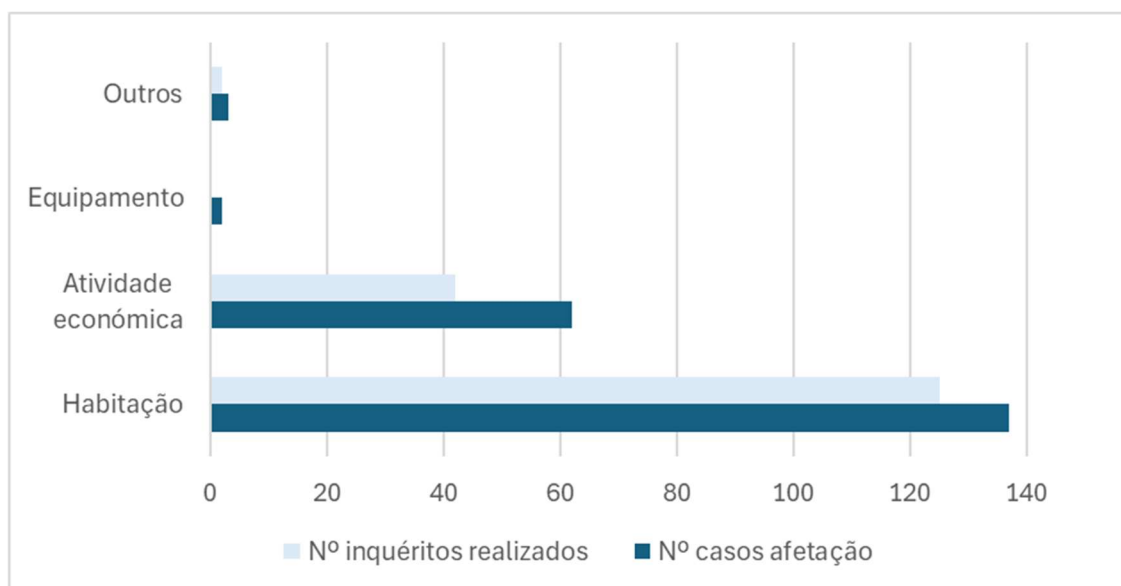


Figura 11 – Número de Inquéritos Realizados Face ao Total de Casos de Afetação (Direta e Indireta) Identificados

Por tipologia, foram efetivamente entrevistados 64% do total de casos de habitações, 64% do total de atividades económicas e 33% de Outras construções. Relativamente aos Equipamentos, não foi possível recolher informação das juntas de freguesia responsáveis.

No que diz respeito aos inquéritos não realizados (total de 76 casos), as razões prenderam-se com situações distintas, de entre as quais se destacam as que em seguida se listam:

- Recusa em responder ao inquérito – 10,5% do total de casos;
- Sem resposta após contacto – 50,0% do total de casos;
- Edificado fechado e/ou ao abandono – 25,0% do total de caso;
- Contacto desconhecido/ indisponível – 9,2% do total de casos.
- Outros – 5,3% do total de casos.

Por outro lado, parte dos inquiridos optou por não preencher a totalidade do inquérito, deixando parte das questões por responder.

A indisponibilidade manifestada para preencher o inquérito (ou parte do mesmo) resultou de razões distintas de entre as quais se destaca o facto de os interessados mencionarem não terem tido conhecimento do Projeto ou das alterações ao mesmo. Efetivamente uma das conclusões retiradas desta auscultação foi a falta de informação sobre o traçado e sobre o Projeto por parte das Juntas de Freguesia e consequentemente por parte da população. Uma outra situação que motivou esta recusa no preenchimento do inquérito derivou da ausência de informação entre o procedimento de consulta pública do EIA e o momento atual, que gerou o aumento dos níveis de ansiedade por parte dos interessados.

Estas situações de desconhecimento motivaram a necessidade de uma explicação adicional aos intervenientes, numa primeira etapa às Juntas de Freguesia e numa segunda etapa aos potenciais afetados.

No Quadro 6 apresenta-se o número de inquéritos realizado por município e por freguesia, considerando todas as tipologias (e.g. habitações, atividades económicas e outras construções).

Quadro 6 – Número de Inquéritos Realizados, face ao Número de Situações de Afetação Identificadas

MUNICÍPIO	FREGUESIA	Nº TOTAL DE INQUÉRITOS REALIZADOS
Sta. Maria da Feira	São Paio de Oleiros	4 (de 4)
Espinho	Paramos	0 (de 0)
Espinho	Silvalde	1 (de 1)
Espinho	Anta	10 (de 13)
Espinho	Guetim	3 (de 4)
Vila Nova de Gaia	Grijó	0 (de 0)
Vila Nova de Gaia	Sermonde	0 (de 0)
Vila Nova de Gaia	Serzedo	9 (de 12)
Vila Nova de Gaia	Perosinho	4 (de 6)
Vila Nova de Gaia	Canelas	33 (de 52)
Vila Nova de Gaia	Mafamude	12 (de 27)
Vila Nova de Gaia	Vilar do Paraíso	13 (de 25)
Vila Nova de Gaia	Oliveira do Douro	2 (de 5)
Porto	Bonfim	5 (de 6)
Porto	Campanhã	32 (de 50)
TOTAL		128 (de 205)

Na amostra de casos onde se procedeu a entrevista, foi possível determinar a dimensão da **população** amostrada em causa para cada tipologia, sendo que perfaz uma população com uma dimensão máxima de 1130 pessoas (entre habitantes e trabalhadores), distribuídos da seguinte forma:

- Habitações: amostra de 246 pessoas;
- Atividades económicas: amostra entre 707 e 883 trabalhadores;
- Outras construções: amostra de 1 pessoa;

Tratando-se de uma amostra da totalidade de casos identificados, os valores atrás referidos não representam a totalidade da população, mas somente a amostra de casos envolvidos nos inquéritos. Por forma a ter uma perceção do que poderá ser o total de potenciais afetados foi feita uma extrapolação utilizando o método de proporcionalidade direta.

Considerando as **habitações**, efetuam-se as seguintes extrapolações:

- População **diretamente afetada** (e.g. com habitação demolida): considerando o total de 101 casos registados com afetação direta, foram entrevistados 62 casos, obtendo-se uma população amostrada de 154 pessoas. Extrapolando para o total de casos diretamente afetados estima-se uma população de 251 pessoas.
- População **indiretamente afetada** (sem demolição): considerando o total de 36 casos registados, foram entrevistados 26 casos, obtendo-se uma população amostrada de 92 pessoas. Extrapolando para o total de casos indiretamente afetados estima-se uma população de 127 pessoas.

5.2.2.3 CONHECIMENTO E PERCEÇÃO DO PROJETO DA LAV

Um dos objetivos dos inquéritos realizados foi avaliar o grau de informação, preocupação e envolvimento da população com o projeto.

Em resultado do total de 128 inquéritos realizados nas diferentes tipologias de casos, a maioria dos inquiridos refere ter, no momento da entrevista, algum conhecimento do Projeto (cerca de 82%). Referem ainda que tiveram conhecimento⁽¹⁰⁾ através dos jornais ou televisão (cerca de 27% das respostas), através das equipas do Projeto ou das autarquias (cerca de 30% das respostas), ou por familiares e vizinhos (cerca de 21% das respostas), e os restantes através das redes sociais, sessões de esclarecimento ou outro. Ainda que se trate de uma amostra representativa, a distribuição das respostas (figura seguinte) não deixa de ser preocupante pois revela um esforço de comunicação insuficiente por parte da concessionária com a população. Por outro lado, a maior parte dos interessados não participou em sessões públicas efetuadas até ao momento de realização do inquérito (77% dos inquiridos).

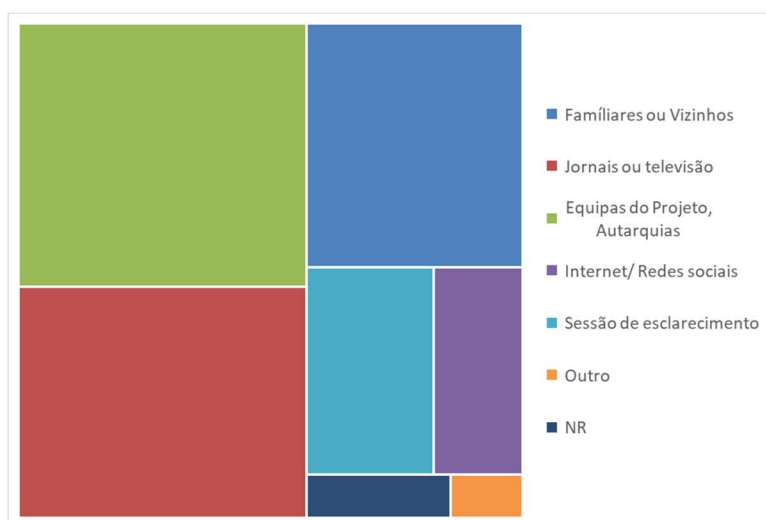


Figura 12 – Distribuição das respostas relativas aos meios através dos quais os entrevistados tiveram conhecimento do projeto

(10) Considere-se que a resposta permite a escolha de mais do que um meio de informação.

Quando questionados sobre o conhecimento se seriam, de alguma forma, afetados, os inquiridos responderam em 67% dos casos que “Sim”, e 32% dos casos que “Não”. O restante 1% não respondeu à questão. A maior parte dos inquiridos espera ainda que o projeto venha a ter consequências ao nível do seu dia-a-dia (ex. valorização imobiliária, expropriações), da mobilidade e acessos (ex. rapidez e estado dos acessos), da economia local (ex. aumento de oportunidades de emprego) ou no ambiente (ex. ruído, paisagem, biodiversidade), como é visível na figura seguinte (à esquerda). O grupo de inquiridos que respondeu “Sim” refere ainda, maioritariamente, que espera impactes negativos.

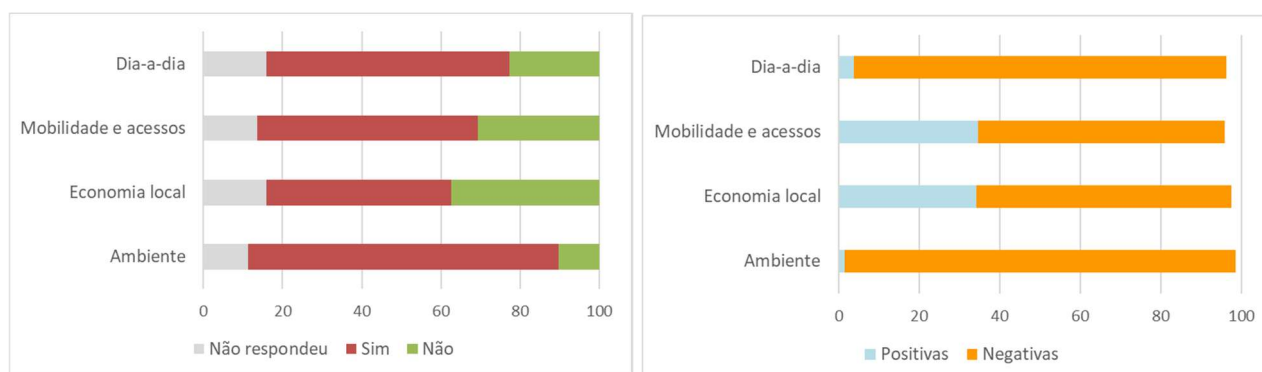


Figura 13 – Distribuição das Respostas Relativas a Expectativa de Afetação Pelo Projeto (esq.) e Direção (Positiva ou Negativa) dessa Afetação

Por fim, as principais preocupações manifestadas dizem respeito à afetação da casa/ propriedade ou danos provocados pela obra; ao desconhecimento da possibilidade de ter de mudar de casa; indemnização justa; com a qualidade de vida futura (incerteza do futuro); ter de mudar de casa no cenário atual do mercado imobiliário; com o incómodo gerado pela obra. É referido ainda a preocupação e stress gerado pela falta de informação sobre a obra e prazos.

5.2.2.4 HABITAÇÕES

De acordo com a informação recolhida através dos inquéritos verifica-se que foram realizadas 88 entrevistas correspondentes a situações de afetação de habitações, onde se regista afetação direta ou indireta.

Ao conjunto de entrevistados corresponde um total de 246 residentes, com **idade média** de 63 anos, sendo a média de idade dos habitantes dos agregados, de 57 anos. Efetivamente, a média de idades é elevada, contando com 39 entrevistados com idade superior à idade da reforma, o que constitui 44% do universo de entrevistados. Ao nível do agregado, verifica-se uma prevalência de 33% do total de residentes com idade superior à idade da reforma, o que corresponde a 80 pessoas. Por outro lado, verifica-se que 16 dos agregados incluem menores de 18 anos, sendo a sua prevalência de 8% no total de residentes, o que corresponde a 20 crianças e jovens.

A **composição do agregado familiar** tem em média 2,8 pessoas, destacando-se o município de Vila Nova de Gaia com 3,2 pessoas em média, e Espinho com 3,0 pessoas em média. Abaixo da média, surgem Santa Maria da Feira e Porto, respetivamente com 2,0 e 2,3 pessoas (Figura 14).

O número de pessoas varia entre 1 e 7 pessoas, registando-se 12 casos de agregados com 5 ou mais elementos.

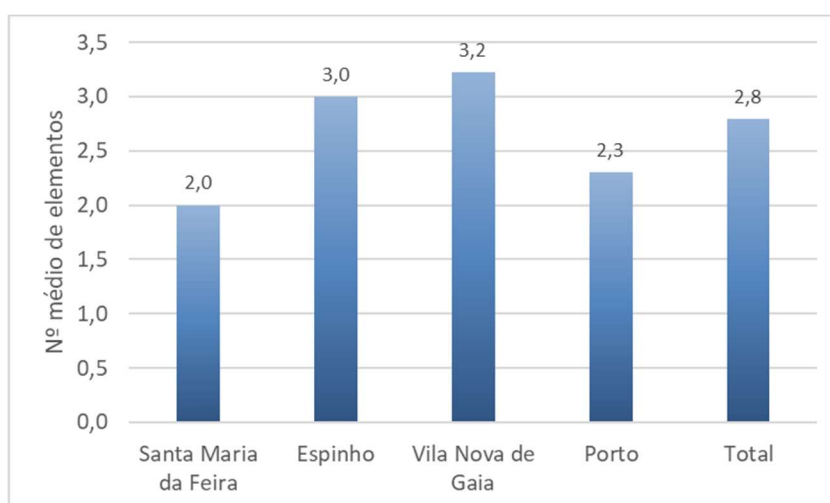


Figura 14 – Número Médio de Pessoas por Agregado, em Cada Município

Ainda no que diz respeito à composição dos agregados familiares foi possível constatar que um total de 37 casos são compostos por apenas um residente **idoso** ou um casal de idosos (mais de 65 anos). Destes, 33 agregados incluem residentes com 75 anos ou mais idade, o que os torna particularmente vulneráveis - estes casos incidem principalmente no Porto, freguesia de Campanhã, onde foram registados 11 casos; e Vila Nova de Gaia, freguesia de Canelas, com 8 casos.

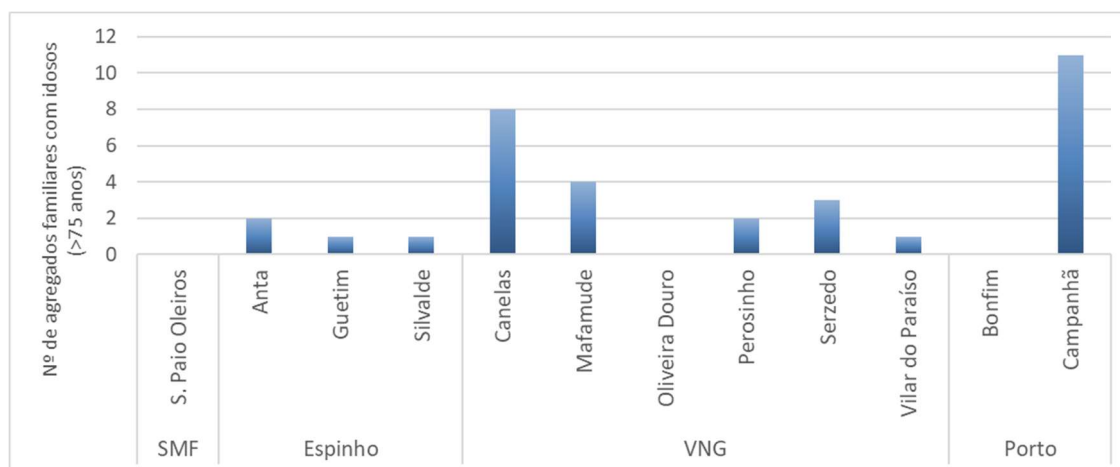


Figura 15 – Número de Agregados com Elementos Idosos, com 75 anos ou mais, em Cada Município e Freguesia

De referir também que 18 agregados referem existência de **menores** (menores de 18 anos). O número de crianças varia entre uma e duas, sendo que se identificam 4 casos com 2 crianças. Estes casos localizam-se em Espinho (freguesia de Anta), Vila Nova de Gaia (freguesias de Serzedo e Canelas) e Porto (freguesia de Bonfim). Não se identificam famílias numerosas na população inquirida (agregado com 3 ou mais filhos).

A convivência de gerações diferentes na mesma habitação é muito perceptível na população amostrada, com casos de até 4 gerações distintas. Efetivamente, observam-se frequentemente agregados com duas gerações (pais e filhos) revelando uma estrutura familiar típica; e agregados com 3 e 4 gerações (avós+ filhos+ netos/ bisavós+ avós+ filhos+ netos).

A análise dos agregados familiares revela dinâmicas sociais e demográficas marcadas por fortes interdependências entre gerações. A presença simultânea de crianças, adultos e idosos no mesmo domicílio sugere **estratégias familiares de suporte económico**, onde a partilha de despesas e recursos se torna essencial para a estabilidade do agregado. Em paralelo, observa-se que muitos destes arranjos respondem também a necessidades de **cuidado e apoio quotidiano**, tanto no acompanhamento de crianças como na assistência a idosos em fases de maior vulnerabilidade.

A coexistência de várias gerações pode igualmente refletir **pressão habitacional**, sobretudo em contextos urbanos e periurbanos, onde o acesso à habitação própria ou arrendada se torna mais difícil para famílias jovens. Este padrão convive com estruturas familiares mais tradicionais, nas quais a proximidade intergeracional é valorizada e mantida como forma de organização social.

Por fim, a elevada presença de pessoas idosas nos agregados evidencia o impacto do **envelhecimento demográfico**, reforçando a necessidade de medidas orientadas para o apoio domiciliário, a promoção do envelhecimento ativo e a criação de respostas que articulem cuidados, habitação e bem-estar familiar.

O **nível de escolaridade** dos residentes incide maioritariamente no ensino básico (55% dos residentes), seguido do ensino secundário (13% dos residentes). Apenas 22% dos residentes frequenta ou frequentou o ensino superior (figura seguinte). A distribuição observada na amostra revela um padrão socioeconómico marcado por níveis de escolaridade tendencialmente baixos. Esta realidade indica uma população com qualificações limitadas, maior probabilidade de exercer trabalho pouco especializado e, por consequência, maior vulnerabilidade perante processos de mudança, como deslocações ou alterações no território.

Os agregados com níveis mais elevados - secundário e superior — surgem em menor número, sugerindo uma presença mais reduzida de perfis com maior autonomia económica e maior capacidade de adaptação. A coexistência, dentro do mesmo agregado, de níveis de escolaridade distintos evidencia as estruturas familiares intergeracionais, onde adultos com baixa escolaridade convivem com jovens em fases mais avançadas de escolarização, refletindo trajetórias educativas diferenciadas e potenciais assimetrias na capacidade de resposta a impactes socioeconómicos. No conjunto, esta distribuição reforça a necessidade de considerar vulnerabilidade social e capacidade de resiliência como elementos centrais na análise dos impactes.

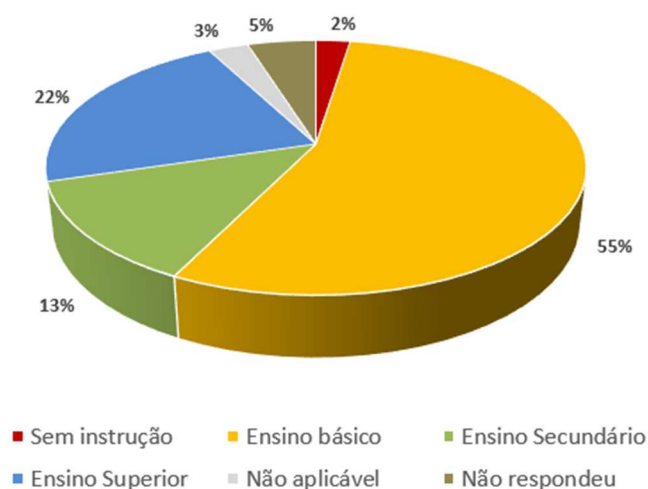


Figura 16 – Nível de Escolaridade da População Entrevistada

Destacam-se ainda os seguintes dados reveladores de vulnerabilidade das famílias ao nível da **saúde**. Identificam-se 29 agregados familiares com problemas de saúde, o que corresponde a cerca de 33% dos casos, acarretando diferentes níveis de incapacidade⁽¹¹⁾, dependência familiar e esforço financeiro. São referidos problemas oncológicos (4 residentes), locomoção motora (17 residentes), respiratórios (1 residente), visual/ auditiva (7 residentes), e atraso intelectual ou problemas de foro psicológico (10 residentes).

Ao nível do **emprego** foi possível verificar que 31% dos residentes é Trabalhador por Conta de Outrem (TCO), 8% é Trabalhador por Conta Própria (TCP) ou ambos em 1% dos casos. Como se pode observar na figura seguinte a população empregada – realçada com os tons azuis, representa menos de metade da amostra.

Identifica-se uma incidência de 11% de elementos em situação de Desemprego (21 pessoas), refletindo-se em 24% dos agregados com, pelo menos, um elemento em situação de desemprego. Inclui desempregados de longa duração, entre 3 anos e 20 anos;

Por outro lado, como já referido, o número de residentes Reformados é acentuado, com 38% dos casos. Esta percentagem reflete-se em 66% de agregados com residentes reformados, o que corresponde a 58 agregados.

Cerca de 11% dos elementos são Estudantes, dando-se nota que não estão incluídas as crianças em pré-escolar ou mais novas (incluídas na categoria Outros).

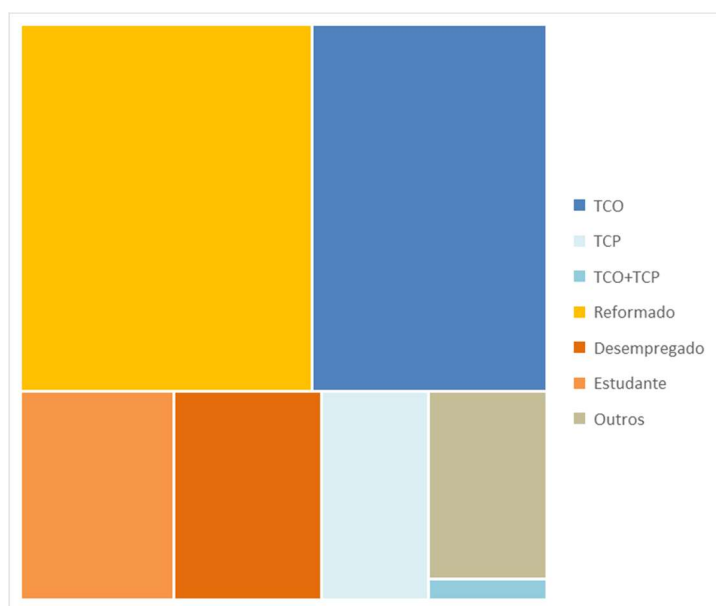


Figura 17 – Tipo de Ocupação da População Entrevistada. TCO – Trabalhador por Conta Própria; TCP – Trabalhador por Conta de Outrem

(11) Refira-se que um residente pode possuir mais de um tipo de incapacidade.

No que se refere a **apoio à saúde, emprego, apoios ao rendimento, à família e à criança**, verifica-se que 24 pessoas recebem algum tipo de apoio social, o que se reflete em 19 agregados familiares. Sumarizam-se os apoios identificados:

- Apoios à deficiência ou dependência: Prestação Social para a Inclusão (PSI) (pessoas com deficiência com grau $\geq 60\%$) – 3 pessoas;
- Apoios ao rendimento: Idosos/ baixos rendimentos- Complemento Solidário para Idosos (CSI) – 2 pessoas;
- Apoios ao rendimento: Pobreza - Rendimento Social de Inserção (RSI) – 1 pessoa; - Subsídio Social de Desemprego – 2 pessoas;
- Apoio ao emprego: Desemprego - Subsídio de Desemprego; – 11 pessoas;
- Outros (Apoio psicológico ou técnico-pedagógico; Apoios à educação; Subsídio por assistência de terceira pessoa) – 6 pessoas.

Esta análise permite confirmar a efetiva existência de vulnerabilidade social e económica de parte da população afetada.

No que diz respeito à **situação habitacional**, verifica-se que 76% dos inquiridos são proprietários do imóvel, 18% são arrendatários, 5% correspondem a outros casos (e.g. pessoas que vivem em casa de familiares ou amigos) e 1% não respondeu (respetivamente, 67 casos, 16 casos, 4 casos e 1 caso). Efetivamente, em 95% dos casos, trata-se da residência principal, 5% de segunda residência.

Os arrendatários distribuem-se maioritariamente por Vila Nova de Gaia (freguesias de Mafamude, Canelas, e em menor medida Oliveira do Douro) e Porto (freguesia de Campanhã).

Por fim, a maior parte dos inquiridos, 75% de casos, não identifica encargos mensais com o imóvel, 20% tem encargos (e.g. renda ou crédito) e 5% não respondeu.

No que se refere aos **modos de vida** a afetação direta das 62 habitações, impondo a realocação destas famílias para destinos indefinidos, implica necessariamente a alteração dos modos de vida das mesmas. Para além da perda material, este processo representa uma rutura profunda nos modos de vida das populações afetadas: redes de vizinhança são desfeitas, rotinas quotidianas são interrompidas e vínculos sociais construídos ao longo de décadas ficam subitamente fragilizados. A incerteza quanto aos locais de realojamento acentua a sensação de instabilidade, dificultando o planeamento familiar e profissional e gerando receios sobre a capacidade de manter a mesma qualidade de vida. Assim, o projeto não se limita a transformar o território físico, mas reconfigura também as dinâmicas sociais e emocionais das comunidades que o habitam.

A este respeito, o conjunto de inquéritos realizados mostra-nos que um universo de 154 pessoas seja deslocalizado das suas moradas atuais. Uma vez que em 95% dos casos a afetação diz respeito à habitação principal, a rutura será transversal aos diferentes grupos etários.

A deslocalização afeta cada grupo etário de forma distinta:

- **Idosos** - 33% dos agregados (50 agregados) entrevistados incluem idosos, o que corresponde a 80 residentes. Este resultado é particularmente importante, sabendo que 69 dos entrevistados têm 70 anos ou mais, e que 23 dos entrevistados têm 80 anos ou mais. Este grupo etário é particularmente vulnerável, já que a mudança pode gerar perda de autonomia, insegurança e quebra de laços comunitários que sustentam o seu bem-estar diário. Perdem ainda as referências espaciais e rotinas que lhes garantem estabilidade.

- *Crianças e jovens* - do total de residentes, 20 dizem respeito a menores. Neste grupo antecipa-se potencialmente a necessidade de mudança de escola, perda de contacto com amigos próximos e alteração de rotinas estruturantes. Perdem o espaço que associam à segurança e identidade familiar; podem ver interrompidas atividades extracurriculares; redes de amizade e percursos escolares, elementos centrais nos seus modos de vida;
- *Adultos em idade ativa* - do total de residentes, 115 dizem respeito a adultos em idade ativa, dos quais 90 encontram-se a trabalhar e 25 em situação de desemprego. Estes enfrentam desafios logísticos e económicos, como reorganizar deslocações para o trabalho, redefinir redes de apoio e adaptar-se a novos contextos residenciais, em particular grupos mais vulneráveis (ex. agregados familiares com elementos em situação de desemprego). Enfrentam o peso emocional e financeiro de reconstruir um lar noutra local, para além de, nas situações em que existem menores, enfrentam a pressão para garantir a continuidade educativa, segurança e estabilidade emocional durante a transição;

As condições de vida e bem-estar dos residentes também foram avaliadas, sendo possível concluir que a maior parte (> 90%) se encontra satisfeita com a localidade onde vive. Os principais motivos para o local de residência⁽¹²⁾ estão relacionados com as ligações familiares, seja por ser natural do local onde vive, pela proximidade à família ou ter casa da família (61% das respostas) e a qualidade de vida (e.g. acessibilidades, acesso a equipamentos/ serviços, espaço exterior da habitação, quintal; 19% das respostas). Por outro lado, a proximidade ao emprego foi mencionada apenas em 9% das respostas (Figura 18).

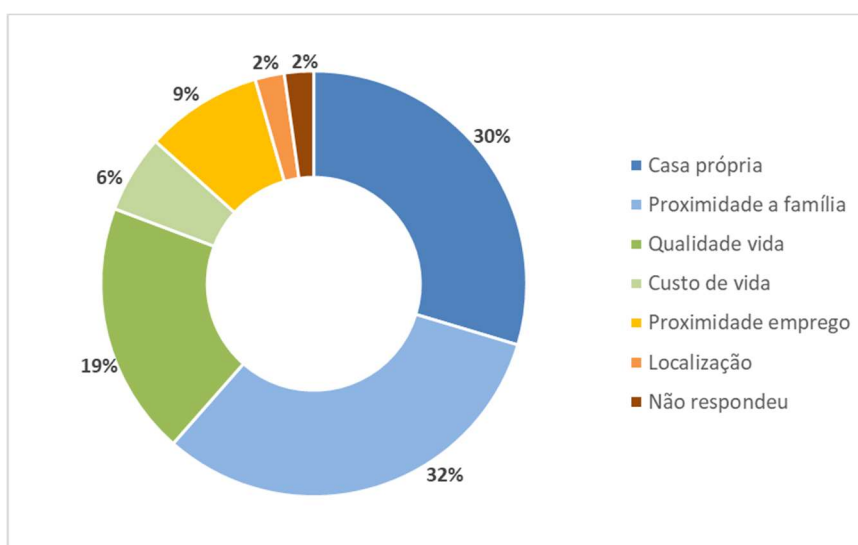


Figura 18 – Motivos de Escolha do Local de Residência

Também a afetação indireta das 26 habitações previstas - tal como as habitações na envolvente próxima, e as comunidades onde se inserem, sofrerão mudanças, passando a conviver com a presença física da nova linha ferroviária como uma barreira entre si e os seus vizinhos, alterando inevitavelmente a forma como se relacionam.

(12) Considerando que pode haver mais do que um motivo identificado em cada caso.

A divisão imposta pela infraestrutura pode alongar percursos quotidianos, dificultar o acesso a serviços ou equipamentos que antes estavam a poucos minutos de distância e reduzir a frequência de contactos informais que sustentam a coesão social. Mesmo quando existem passagens superiores ou inferiores, a sensação de separação territorial tende a persistir, fragmentando redes de apoio e enfraquecendo dinâmicas comunitárias construídas ao longo do tempo. Assim, a linha de alta velocidade não apenas reorganiza o espaço físico, mas reconfigura também os padrões de mobilidade e interação que moldam a vida coletiva.

5.2.2.5 ATIVIDADES ECONÓMICAS

Caracterizam-se de seguida as atividades económicas, com afetação direta ou indireta, resultante da realização de inquéritos a situações, num total de 39 casos.

O conjunto de casos entrevistados é diverso no que respeita a setores de atuação. Foi possível aferir que 12 empresas operam na Construção, Engenharia e Metalomecânica, 5 na Indústria transformadora, 6 no Comércio e Distribuição, 2 empresas estão ligadas ao ramo Automóvel e uma a Transportes e Logística; registam-se ainda 3 empresas de Tecnologia, Consultoria e Serviços profissionais, 4 que prestam Serviços especializados, 5 de Hotelaria, Restauração e Alimentação, e por fim, um negócio ligado ao Desporto e Lazer.

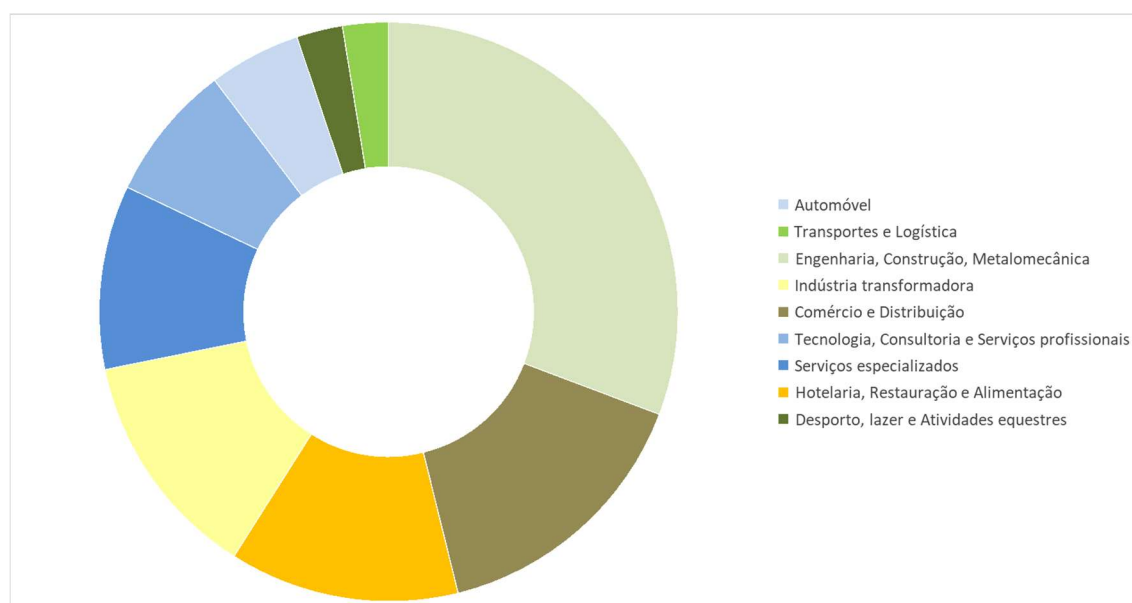


Figura 19 – Distribuição das atividades económicas inquiridas por setor

Caracterizam-se as atividades económicas com afetação direta, no quadro seguinte, com identificação das empresas localizadas em espaços de atividades económicas. Como já referido no capítulo 4.4.2, regista-se afetação direta de 49 atividades económicas no subtroços STA4 e 5, sendo que 14 destas encontram-se inseridas em zonas industriais.

O quadro identifica ainda as atividades que identificam algum tipo de sensibilidade a vibrações/ ruído, o que poderá ser relevante na sua futura realocação.

Quadro 7 – Casos de Afetação de Atividades Económicas, por Município e por Freguesia, com Afetação Direta. EAE – Espaço de Atividades Económicas

MUNICÍPIO	FREGUESIA	SUB-TROÇO	PK	NOME DA EMPRESA	ÁREA (m²)	INTEGRADA EM EAE (SIM/NAO) E IDENTIFICAÇÃO	ÁREA/ TIPOLOGIA DE NEGÓCIO	SENSIBILIDADE A VIBRAÇÕES/ RUÍDO (SIM/NÃO)
Sta. Maria da Feira	São Paio de Oleiros	4	51 + 200	Poça Consulting Lda.	>1000	N	Des. informático, marketing, contabilidade	Não
Espinho	Anta	4	51 + 975	Guilherme Tavares Pinto	500 a 1000	N	Serralharia civil	Não
Vila Nova de Gaia	Canelas	4	61 + 300	João Pinho	<500	N	Fabrico de ferragens para mobiliário	Não
		4	61 + 650	Guimotec Unipessoal Limitada	<500	N	Construção e reabilitação	Não
		4	61 + 650	Aires Coelho Lda	<500	N	Serralharia	Não
		4	62 + 150	TOP Car/ Peak Drive Automóveis, Lda.	500 a 1000	S (Terços)	Comércio, Reparação/Manutenção e Peças Auto	Sim
		4	62 + 200	Monteiro & Filho Materiais De Fixação Lda.	>1000	S (Terços)	Instalações elétricas	Sim
		4	62 + 250	PPG DYRUP S.A	500 a 1000	S (Terços)	Tintas e Vernizes	Não
		4	62 + 250	Silliker Portugal S.A	>1000	S (Terços)	Análises químicas laboratoriais	Sim
		4	62 + 325	Escolha alinhada Lda.	<500	N	Comércio madeira	Não
		4	63 + 150	J. Silva Reis - Engenharia, Unipessoal Lda	>1000	N	Obras Públicas e Exploração de pedreiras	Não

(Cont.)

(Cont.)

MUNICÍPIO	FREGUESIA	SUB-TROÇO	PK	NOME DA EMPRESA	ÁREA (m²)	INTEGRADA EM EAE (SIM/NAO) E IDENTIFICAÇÃO	ÁREA/ TIPOLOGIA DE NEGÓCIO	SENSIBILIDADE A VIBRAÇÕES/ RUÍDO (SIM/NÃO)
Vila Nova de Gaia (Cont.)	Vilar do Paraíso	4	63 + 650	Perpicola, Comércio de etiquetas e autocolantes Lda	>1000	S (São Caetano)	Artes Gráficas	Não
		4	63 + 675	Poluic Lda	<500	S (São Caetano)	Eletricidade	Não
		4	63 + 700	Cardoso & Trigo Lda.	500 a 1000	S (São Caetano)	Carpintaria/ Designer	Sim
		4	63 + 700	Perfilium metal System	500 a 1000	S (São Caetano)	Construção Metálicas	Não
		4	63 + 725	Colisauto	500 a 1000	S (São Caetano)	Comércio Reparador Auto	Sim
		4	63 + 750	Confeiteiros Arco & Arcádio SA	>1000	S (São Caetano)	Confeitaria/ Pastelaria	Não
		4	63 + 775	Hyper metal	<500	S (São Caetano)	Metalúrgica	Sim
		4	63 + 850	GIS Segurança Privada Unipessoal, Lda	>1000	N	Segurança Privada	Sim
		4	64 + 000	Intercereais do Oeste Lda.	<500	S (São Caetano)	Comércio e distribuição de alimentos para animais de estimação	Não
		4	64 + 000	By Food	<500	S (São Caetano)	Comércio de bens alimentares	Não
		4	64 + 100	Seabra Tavares-Formulários Lda	>1000	S (São Caetano)	Transformação e Impressão de Papel	Não

(Cont.)

(Cont.)

MUNICÍPIO	FREGUESIA	SUB-TROÇO	PK	NOME DA EMPRESA	ÁREA (m²)	INTEGRADA EM EAE (SIM/NAO) E IDENTIFICAÇÃO	ÁREA/ TIPOLOGIA DE NEGÓCIO	SENSIBILIDADE A VIBRAÇÕES/ RUÍDO (SIM/NÃO)
Vila Nova de Gaia (Cont.)	Mafamude	4	66 + 250	Nova Chaves Santo Ovídio	<500	N	Venda de Chaves e ferragem	Não
		4	66 + 250	Fernanda Cabeleireira	<500	N	Cabeleireiro	Não
		4	66 + 250	Costa Eletricista	<500	N	Eletricista Mecânica	Não
		4	66 + 250	Porto Charme	<500	N	Estética	Não
		4	66 + 250	Joaquina Ribeiro Velhote Limitada	<500	N	Padaria / Pastelaria	Não
	Oliveira do Douro	4	68 + 425	Kaninine - Centro de Treino Canino	>1000	N	Creche e escola canina	Não
Porto	Bonfim	5	69 + 300	Cepsa - Portugal Petróleos, Lda /Propel- Produtos de Petróleo, Limitada	>1000	N	Comércio a Retalho de Combustíveis	Não
		5	69 + 300	O Fintas	Não respondeu	N	Café/Restaurante	Não
		5	69 + 820	Frederic	>1000	N	Hotelaria	Não
		5	69 + 860	Sem designação identificada	<500	N	Marketing	Não
	Campanhã	5	70 + 200	O boraquinho do freixo	<500	N	Restauração	Não
		5	70 + 320	PNP - Pedro Neves Pinto Lda.	<500	N	Arquitetura, engenharia e construção	Não
		5	70 + 480	Madfiel	>1000	N	Setor Metalúrgico	Não

A maior parte das atividades económicas diz respeito a pequenas ou médias empresas, com um volume de negócios anual de “Até 2 milhões de euros” em 69% dos inquiridos. Registam-se ainda empresas com um volume de negócios “Entre 2 milhões e 50 milhões” em 18% dos inquiridos, e 13% Não sabe ou não quis responder.

Efetivamente, a maior parte das atividades - 74% dos inquiridos, possui sede única, enquanto 23% possui de uma ou mais filiais. De referir que 3% dos inquiridos não respondeu.

O tipo de ocupação principal distribui-se entre proprietário, com 44% dos casos e arrendamento, com 49% dos casos. Os restantes dizem respeito a outro caso (e.g. empresa que explora pedreira) e inquéritos sem resposta (Figura 19).

As principais razões apontadas para a **localização atual** das atividades são: ter terreno próprio ou acesso a terreno de família, a proximidade à residência do proprietário; a localização estratégica, a disponibilidade local de mão de obra; e a proximidade a matéria-prima. No que diz respeito a localização estratégica, destacam-se as atividades inseridas em Espaços de Atividades Económicas, num total de 15 empresas entrevistadas, que encontram aí espaços com características muito específicas. O projeto atravessa as zonas industriais de Terços e São Caetano, ambas em Vila Nova de Gaia.

Foi avaliada a **importância da localização atual** para cada empresa, sendo que 82% identificam a localização como crítica e 10% como relativamente relevante. Destaque para alguns casos concretos, como: i) a J. Silva Reis - Engenharia, Unipessoal Lda. com licença para exploração de pedreira e que depende da matéria prima local para laborar; ii) a Confeiteiros Arco & Arcádia SA (Vila Nova de Gaia, freguesia de Vilar do Paraíso), localizada na zona industrial de São Caetano, que depende de condições específicas que o local oferece de potência de energia elétrica.ID451

Destaque para 3 casos do setor da restauração que dependem, em certo grau, da localização onde estão inseridos – um restaurante (ID 302) em Campanhã (Porto), um café/ restaurante (ID257A) em Bonfim (Porto) e uma padaria/ pastelaria (ID413) em Mafamude (Vila Nova de Gaia).

É importante ainda de um caso em que o proprietário tem habitação e atividade económica na mesma propriedade, relativa a fabrico de ferragens para mobiliário (ID 451). Este localiza-se em Canelas (Vila Nova de Gaia).

Estima-se que o **número de trabalhadores** para o total de unidades entrevistadas se situe entre os 707 (mínimo) e 883 (máximo), sendo que a maior parte das atividades diz respeito a pequenos e médios negócios com um único trabalhador (17,9% das situações inquiridas) ou 2-9 trabalhadores (46,2% das situações inquiridas). Em 25,6% dos casos inquiridos registam-se 10-19 trabalhadores ou 20-49 trabalhadores. Destaque para duas atividades económicas com mais de 50 trabalhadores, ambas sediadas em Vila Nova de Gaia, designadamente, a Silliker Portugal S.A. (freguesia de Canelas) que está inserida na zona industrial de Terços; e a GIS Segurança Privada Unipessoal, Lda (freguesia de Vilar do Paraíso. Ambos os casos têm afetação direta pela implantação do projeto.

No que diz respeito ao **perfil socioprofissional dos trabalhadores**, não foi possível tirar conclusões acerca da sua idade média e nível de qualificação geral devido à escassez de respostas e fragmentação das mesmas. Relativamente ao vínculo laboral, o tipo dominante é “tempo inteiro” em 93% dos inquiridos, sendo que o restante não respondeu. Identificam-se casos de atividades com laços familiares entre os funcionários (38,5% dos casos, correspondente a 15 atividades). Estes casos ilustram a vulnerabilidade/ dependência dos trabalhadores, e respetivos agregados familiares, face ao emprego do qual dependem. Distribuem-se por VN Gaia (freguesias de Vilar do Paraíso, Oliveira do Douro, Mafamude e Canelas) e Porto (Bonfim e Campanhã).

Por fim, além das afetações diretas, registam-se 4 casos de **afetação indireta**, um em Serzedo (ID178) e 3 em Canelas (ID210, ID214, ID217). Destaque para a Sociedade Hípica Quinta Outeiral (ID178; localizada na freguesia de Serzedo) que, ainda que não registre afetação direta, identifica sensibilidade ao ruído e vibração gerado pela presença do projeto (consultar mais informação no relatório apresentado pelo interessado, no **Anexo IV**).

5.2.2.6 OUTRAS CONSTRUÇÕES

A informação recolhida através de inquérito permitiu caracterizar apenas um caso correspondente a “Outras construções”, de um total de 5 situações identificadas.

O inquirido (ID 189), proprietário do edificado em questão, referiu que se trata de um armazém de ferramentas e outros materiais, em utilização atualmente, referindo ainda que a estrutura é amovível. Prevê-se que tenha afetação indireta pelo projeto.

5.2.2.7 EQUIPAMENTOS

Não foi possível obter informação relativa aos 3 equipamentos identificados, com base em inquérito ou esclarecimento por parte das juntas de freguesia ou outras entidades, pelo que se apresenta uma breve caracterização dos equipamentos conforme observações efetuadas no terreno.

- Mercado de Levante (ID 431) situado na freguesia de Mafamude, concelho de Vila Nova de Gaia (Figura 20). Trata-se de um terreno privado arrendado à junta de freguesia para realização do mercado. Este equipamento serve a população local. Prevê-se que tenha afetação direta em resultado do projeto.
- Campo de futebol (ID 327) situado na freguesia de Campanhã, concelho do Porto (Figura 21). Este equipamento faz parte da Escola Profissional de Campanhã . Prevê-se que tenha afetação direta em resultado do projeto.
- Infraestruturas de Portugal COM Norte (ID 307) situado na freguesia de Campanhã, concelho do Porto (Figura 21). Trata-se de um equipamento público onde está sediada a Infraestruturas de Portugal COM Norte, prevendo-se que sejam relocados na própria estação nova. O edificado atual regista uma afetação indireta em resultado do projeto.

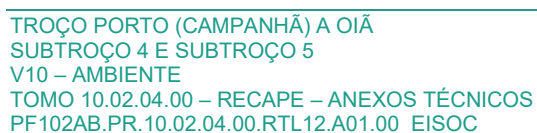
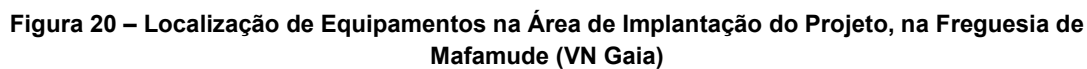


Figura 21 – Localização de Equipamentos na Área de Implantação do Projeto, na Freguesia de Campanhã (Porto)

5.3 IMPACTES – SÍNTESE E TIPOLOGIA DE IMPACTE

5.3.1 INTRODUÇÃO

À semelhança do desenvolvido no EIA, a análise e avaliação de impactes sociais procura articular duas dimensões e escalas de análise complementares:

- Uma dimensão mais geral e quantitativa, sustentada na medição e/ou quantificação de impactes (e.g. determinado número de edificações) à escala da globalidade da área de intervenção.
- Uma avaliação não só quantitativa, mas também qualitativa, baseada numa análise, mais circunstanciada e localizada, da sensibilidade dos recursos afetados, bem como da conjugação de efeitos/ impactes sobre um mesmo local/ área ou recurso. Nesta escala de análise, procurou-se identificar os principais pontos críticos, em que os impactes são mais significativos.

Como referido no IAIA 2015 “(...) os *impactos sociais incluem todas as questões associadas a uma intervenção planeada (ou seja, um projeto) que afetam ou preocupam as pessoas, direta ou indiretamente. Concretamente, um **impacto social** é considerado como algo experienciado ou sentido a qualquer nível, percetivo (cognitivo) ou corpóreo (corporal, físico), ao nível de uma pessoa individual, uma unidade económica (família/agregado familiar), um grupo social (círculo de amigos), um local de trabalho (uma empresa ou agência governamental) ou pela comunidade/sociedade em geral. Estes níveis diferentes são afetados de formas diferentes por um impacto ou uma ação causadora de impacto*”.

No que se refere à identificação e qualificação dos impactes em termos de níveis e de significância, a análise apresentada no EIA (2023) pretendeu identificar parâmetros quantificáveis que permitissem aferir qual a solução de traçado com menos impactos, ou seja, selecionar a melhor opção. No presente momento, a solução de traçado final está escolhida, pesando o facto de que o traçado de uma linha ferroviária de alta velocidade tem muito pouca flexibilidade em integrar ajustes, por via dos seus requisitos técnicos exigentes. Deste modo, a análise de impactes não contribui para uma seleção de alternativas, mas para a identificação de medidas de minimização e/ ou compensação dos impactes negativos identificados.

5.3.2 ANTES DO INICIO DA OBRA/FASE DE PRÉ CONSTRUÇÃO

Tal como referido no capítulo dedicado à metodologia, os impactes sociais não se iniciam apenas na fase de construção, mas no momento em que é tomado conhecimento da sua existência e traçado possível. Esta situação acontece geralmente em fase de consulta pública do EIA ou já durante o desenvolvimento do projeto de execução e RECAPE, através de notícias nos meios de comunicação social, seja na sequência de consultas a entidades, de reuniões com autarquias locais, de atividade de técnicos no terreno, ou de outras formas de divulgação.

De imediato geram-se receios e/ou expectativas, em função dos cenários que os agentes potencialmente afetados ou interessados começam a traçar, projetando possíveis efeitos, projeção que pode ser distorcida em função das incertezas resultantes da insuficiência de informação sobre o projeto e/ou da interação com outros agentes. As situações de indefinição e incerteza podem mesmo conduzir a atitudes e ações de contestação.

Deste modo, é importante que, pelo menos os agentes potencialmente afetados, sejam informados do traçado previsto e das características do Projeto, tão cedo quanto possível, de modo a reduzir situações de incerteza e, por outro lado, permitir contribuições para a configuração das melhores soluções.

Em resultados dos contactos efetuados com órgãos dirigentes e população, durante a elaboração da AIS, constatou-se que, em alguns casos, tanto dirigentes e população ainda não tinham a perceção da situação, do traçado aprovado, ou do estado de desenvolvimento do Projeto.

Certamente que o projeto só será aprovado após a consulta pública do RECAPE, mas claramente, e especialmente, em termos de acompanhamento dos interessados com afetação identificada, será necessário garantir uma maior proximidade. Em resultado, nesta fase prevê-se como impacte negativo, o desconhecimento e falta de informação por parte da população afetada.

5.3.3 FASE DE CONSTRUÇÃO

Os principais impactes negativos identificados e avaliados em fase de estudo prévio, e atualizados em fase de RECAPE, são os que resultam das intervenções do projeto, principalmente a construção da ferrovia, estações, restabelecimentos e caminhos de apoio.

5.3.3.1 AFETAÇÃO DE EDIFICADO

A implementação do Projeto de Execução conduzirá à afetação direta (ou seja, com demolição de edificado) de 129 interessados - dos quais 82 casos correspondem a habitações e 42 casos a atividades económicas. Adicionalmente, registam-se 2 casos a equipamentos e 5 casos correspondem a outras construções. Por outro lado, 44 casos dizem respeito a afetações indiretas (e.g. afetação de propriedade de habitação e/ou localização limítrofe à obra).

5.3.3.2 AFETAÇÃO DE INTERESSADOS

A identificação de impactes negativos visa enquadrar as medidas propostas no Programa de Medidas Compensatórias Socioeconómicas, apresentado no **ANEXO 12 – Socioeconomia | Anexo 12.2 Programa de Medidas Compensatórias Socioeconómicas e Programa de Monitorização de Impactes Sociais** do *Tomo 10.02.04.00 – Anexos Técnicos*, tendo em conta o disposto na DIA.

Tipificação de vulnerabilidades

Consideram-se os seguintes critérios com vista à tipificação de vulnerabilidades:

- Quando há alteração significativa e/ou irreversível da situação de referência (antes do projeto) e há um dano muito significativo para o bem-estar individual e/ou da comunidade;

- Habitações: afetações diretas de propriedade e/ ou edificado (incluindo anexos urbanos e rurais);
- Atividades económicas: afetações diretas de propriedade e/ ou edificado;
- Equipamentos: situações de afetação de equipamentos sociais/coletivos ou públicos.

Considerando as situações identificadas no capítulo introdutório, e com base na caracterização dos interessados realizada no Capítulo 5.2, que informou o estudo sobre as vulnerabilidades e preocupações por parte dos interessados, os casos de afetação podem ser tipificados de acordo com o apresentado no Quadro 8.

Quadro 8 – Tipificação dos Casos de Afetação

TIPOLOGIA	TIPO DE AFETAÇÃO	VULNERABILIDADE
Habitações	Direta	Agregado numeroso
		Agregado com menores
		Agregado com desempregados
		Agregado com idosos
		Agregado com pessoas com deficiência; com rendimentos oriundos de apoios sociais, e/ ou outros
	Indireta	Sem informação/ Sem situação de vulnerabilidade
Atividades económicas	Direta	Empresa em Espaços de Atividades Económicas
		Empresa com trabalhadores com relações familiares
		Empresa não integrada em Espaços de Atividades Económicas
	Indireta	Empresa não integrada em Espaços de Atividades Económicas com exigências ou requisitos específicos ⁽¹³⁾
Equipamentos	Direta	NA
Outras construções	Direta	NA
Comunidade	Indireta	NA

Impactes por freguesia

Nos quadros seguintes são apresentados os casos tipificados, por Município e Freguesia.

A freguesia de **São Paio de Oleiros** regista um reduzido número total de casos de afetação - 4 casos, dos quais 2 têm incidência direta, designadamente uma habitação e uma atividade económica (quadro seguinte). No que diz respeito às habitações destaca-se o caso ID121 (afetação direta), pela sua vulnerabilidade, dado ser relativo a residente idoso que vive sozinho.

(13) Condicionamento relativo a licenciamento, localização de acordo com o Plano Diretor Municipal, ou a fatores ambientais como o ruído.

Quadro 9 – Distribuição dos Casos Tipificados – Freguesia de São Paio de Oleiros (Município de Santa Maria da Feira)

Tipologia	Tipo de Afetação	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Nº de casos
Habitacões	Direta	1	3	Agregado numeroso	0
				Agregado com menores	1 (indireto)
				Agregado com desempregados	0
				Agregado com idosos	1 (direto)
	Indireta	2		Agregado com pessoas com deficiência/doença e/ ou com rendimentos oriundos de apoios sociais, e outros	1 (indireto)
				Sem informação/ Sem situação de vulnerabilidade	1 (indireto)
Atividades Económicas	Direta	1	1	Empresa em Espaço de Atividades Económicas	0
	Indireta	0		Empresa com trabalhadores com relações familiares	0
				Empresa não integrada em espaços de atividades económicas	1 (direto)
Comunidade		-			

A freguesia de **Silvalde** não regista afetações diretas com situações relevantes de vulnerabilidade, conforme o quadro seguinte.

Quadro 10 – Distribuição dos Casos Tipificados – Freguesia de Silvalde (Município de Espinho)

Tipologia	Tipo de Afetação	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Nº de casos
Habitações	Direta	0	1	Agregado numeroso	0
				Agregado com menores	0
				Agregado com desempregados	0
				Agregado com idosos	1 (indireto)
	Indireta	1		Agregado com pessoas com deficiência/doença e/ ou com rendimentos oriundos de apoios sociais, e outros	0
				Sem informação/ Sem situação de vulnerabilidade	0
Atividades Económicas	Direta	0	-	Empresa em Espaço de Atividades Económicas	0
				Empresa com trabalhadores com relações familiares	0

Tipologia	Tipo de Afetação	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Nº de casos
	Indireta	0		Empresa não integrada em espaços de atividades económicas	0
Comunidade		-			

Na freguesia de **Anta** identificam-se 13 casos de afetação no total, dos quais 8 habitações e 1 atividade económica com afetação direta. No caso das habitações identificam-se alguns casos de vulnerabilidade, nomeadamente, 2 agregados com idosos – ID 126 e ID130. São registados 2 casos em que é referida alguma deficiência/ doença, um que corresponde ao ID126 já referido, e ainda o ID123 que refere a existência de uma incapacidade intelectual/ cognitiva do único elemento que constitui o agregado.

Em termos de desemprego identificam-se 2 casos com elementos em situação de desemprego – ID126 e ID 416.

Quadro 11 – Distribuição dos Casos Tipificados – Freguesia de Anta (Município de Espinho)

Tipologia	Tipo de Afetação	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Nº de casos
Habitações	Direta	8	9	Agregado numeroso	2 (indireto)
				Agregado com menores	1 (indireto)
				Agregado com desempregados	2 (direto) 3 (indireto)
				Agregado com idosos	2 (direto) 2 (indireto)
	Indireta	4		Agregado com pessoas com deficiência/doença e/ ou com rendimentos oriundos de apoios sociais, e outros	2 (direto) 1 (indireto)
Atividades Económicas	Direta	1	1	Empresa em Espaço de Atividades Económicas	0
	Indireta	0		Empresa com trabalhadores com relações familiares	0
				Empresa não integrada em espaços de atividades económicas	1 (direto)
Comunidade		A rodovia afetada ao Km 52+600, não sendo restabelecida (por existirem) outras estradas a norte e a sul, afeta a vivência na comunidade de forma localizada			

Na freguesia de **Guetim** foram registadas algumas situações de vulnerabilidade, designadamente, um agregado numeroso (com 5 ou mais elementos) com afetação direta – ID140. Trata-se de um caso com constituição multigeracional onde se incluem idosos e menores. Refira-se que o menor tem idade pré-escolar. No mesmo agregado regista-se um caso de deficiência/ doença, designadamente problemas de locomoção.

Quadro 12 – Distribuição dos casos tipificados – Freguesia de Guetim (Município de Espinho)

Tipologia	Tipo de Afetação	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Nº de casos
Habitações	Direta	1	3	Agregado numeroso	1 (direto) 1 (indireto)
				Agregado com menores	1 (direto) 1 (indireto)
				Agregado com desempregados	1 (indireto)
				Agregado com idosos	1 (indireto)
	Indireta	2		Agregado com pessoas com deficiência/doença e/ ou com rendimentos oriundos de apoios sociais, e outros	1 (direto) 1 (indireto)
Atividades Económicas	Direta	1	0	Empresa em Espaço de Atividades Económicas	0
	Indireta	0		Empresa com trabalhadores com relações familiares	0
				Empresa não integrada em Espaços de Atividades Económicas com exigências ou requisitos específicos	1 (direto)
Comunidade		-			

Na freguesia de **Serzedo** registam-se alguns casos de afetação direta com situações de vulnerabilidade social, designadamente, dois agregados que incluem menores com afetação direta – ID179 e ID186. Refira-se que os menores têm idade pré-escolar.

Regista-se ainda um agregado com idosos – ID185, e um agregado com situação de algum tipo de incapacidade locomotora – ID181.

No que diz respeito a atividades económicas, destaque para uma empresa relativa a Sociedade Hípica com interferência indireta pelo projeto (ID178). Trata-se de um caso em que, face às especificidades do negócio (consultar relatório apresentado pelo interessado no **Anexo IV**), que existe sensibilidade a ruído e vibrações, o que pode condicionar a atividade e/ ou produtividade da empresa.

Quadro 13 – Distribuição dos Casos Tipificados – Freguesia de Serzedo (Município de Vila Nova de Gaia)

Tipologia	Tipo de Afetação	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Nº de casos
Habitções	Direta	6	8	Agregado numeroso	4 (indireto)
				Agregado com menores	2 (direto) 2 (indireto)
				Agregado com desempregados	0

Tipologia	Tipo de Afetação	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Nº de casos
				Agregado com idosos	1 (direto) 2 (indireto)
	Indireta	5		Agregado com pessoas com deficiência/doença e/ ou com rendimentos oriundos de apoios sociais, e outros	1 (direto) 2 (indireto)
Atividades Económicas	Direta	0	1	Empresa em Espaço de Atividades Económicas	0
				Empresa com trabalhadores com relações familiares	0
	Indireta	1		Empresa não integrada em Espaços de Atividades Económicas com exigências ou requisitos específicos	1 (indireto)
Comunidade		Vivência em comunidade afetada entre Km 57+700 e Km 57+600, com 3 afetações diretas e 2 indiretas. Restabelecido a 40 metros para sul. Efeito barreira e vivência em comunidade afetada, com rodovia afetada ao Km 58+050 (Rua senhora de Fátima), restabelecida no Km 58+200, ou seja, 150m a norte.			

Na freguesia de **Perosinho** registam-se alguns casos de afetação direta com situações de vulnerabilidade, designadamente, um agregado com idosos – ID152.

Quadro 14 – Distribuição dos Casos Tipificados – Freguesia de Perosinho (Município de Vila Nova de Gaia)

Tipologia	Tipo de Afetação	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Nº de casos
Habitações	Direta	1	3	Agregado numeroso	1 (indireto)
				Agregado com menores	0
				Agregado com desempregados	0
				Agregado com idosos	1 (direto) 2 (indireto)
	Indireta	2		Agregado com pessoas com deficiência/doença e/ ou com rendimentos oriundos de apoios sociais, e outros	0
Atividades Económicas	Direta	0	0	Empresa em Espaço de Atividades Económicas	0
	Indireta	2		Empresa com trabalhadores com relações familiares	0
				Empresa não integrada em espaços de atividades económicas	2 (indireto)
Comunidade		-			

Na freguesia de **Canelas** evidenciam-se algumas situações de vulnerabilidade, designadamente, dois agregados numerosos (com 5 ou mais elementos) com afetação direta – ID190 e ID206. Trata-se de dois casos com constituição multigeracional onde se incluem idosos e menores.

Destaque para 3 agregados com afetação direta, que incluem menores em idade escolar – ID190, ID206 e ID216. Por outro lado, 7 agregados incluem elementos idosos (ID204, ID205, ID206, ID216, ID219, ID224 e ID227), com destaque para o ID205 cujo agregado é composto por um único idoso.

Ao nível do desemprego, identificam-se 3 agregados com elementos em situação de desemprego – ID190, ID 221 e ID 228.

No que diz respeito às atividades económicas tem relevo a afetação da zona industrial de Terços, registando-se a afetação direta de 4 casos (ID209, ID211, ID212 e ID402). Na freguesia identificam-se 4 casos de empresas com trabalhadores com relações familiares (ID197, ID209, ID211, ID451).

Quadro 15 – Distribuição dos Casos Tipificados – Freguesia de Canelas (Município de Vila Nova de Gaia)

Tipologia	Tipo de Afetação	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Nº de casos
Habitações	Direta	17	21	Agregado numeroso	2 (direto) 1 (indireto)
				Agregado com menores	3 (direto)
				Agregado com desempregados	3 (direto) 3 (indireto)
				Agregado com idosos	7 (direto) 7 (indireto)
	Indireta	15		Agregado com pessoas com deficiência/doença e/ ou com rendimentos oriundos de apoios sociais, e outros	3 (direto) 1 (indireto)
Atividades Económicas	Direta	16	12	Empresa em Espaço de Atividades Económicas	4 (direto) 1 (indireto)
				Empresa com trabalhadores com relações familiares	4 (direto)
	Indireta	4		Empresa não integrada em espaços de atividades económicas	5 (direto) 2 (indireto)
				Empresa não integrada em Espaços de Atividades Económicas com exigências ou requisitos específicos	3 (direto) 1 (indireto)

Tipologia	Tipo de Afetação	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Nº de casos
Comunidade				Vivência em comunidade afetada ligeiramente com rodovia afetada ao Km 60+950 e restabelecida no Km 61+100, isto é, a mais de 100m a norte.	
				Cut & Cover Km 61+150 a 61+800 – propor criação de um corredor verde/jardim.	
				Atravessamento da zona industrial de Terços, com afetação minimizada por muros. Estrada atravessada no Km 62+150 é restabelecida no mesmo local.	
				Atravessamento no Km 62+500 e restabelecido a norte a 75m.	
				Atravessamento no Km 62+500, Km 62+700 e no Km 62+800, com restabelecido a sul. Perde-se acessibilidade entre as casas e indústria este-oeste.	

Na freguesia de **Vilar do Paraíso** evidenciam-se algumas situações de vulnerabilidade em casos de habitações com afetação direta, designadamente, 2 agregados que incluem elementos idosos (ID239 e ID400). Destaque para o ID400 que cujo agregado é composto por um único idoso.

Destaque para a interferência com a zona industrial de São Caetano, onde se registam 10 casos de afetação direta. Destes casos, dá-se nota que 4 empresas têm algum tipo de sensibilidade a vibrações/ ruído (ID232, ID234, ID237 e ID240).

Na freguesia identificam-se 5 casos de empresas com trabalhadores com relações familiares (ID230, ID232, ID236, ID242, ID422).

Quadro 16 – Distribuição dos Casos Tipificados – Freguesia de Vilar do Paraíso (Município de Vila Nova de Gaia)

Tipologia	Tipo de Afetação	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Nº de casos
Habitacões	Direta	4	2	Agregado numeroso	0
				Agregado com menores	0
				Agregado com desempregados	0
				Agregado com idosos	2 (direto)
	Indireta	1		Agregado com pessoas com deficiência/doença e/ ou com rendimentos oriundos de apoios sociais, e outros	0
Atividades Económicas	Direta	15	11	Empresa em Espaço de Atividades Económicas	10 (direto)
				Empresa com trabalhadores com relações familiares	5 (direto)
	Indireta	5		Empresa não integrada em espaços de atividades económicas	1 (direto)

Tipologia	Tipo de Afetação	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Nº de casos
Comunidade		Túnel cut & cover ao Km 64+775 a 64+800			

Na freguesia de **Mafamude** identificam-se casos de vulnerabilidade relativos a agregados com afetação direta com elementos idosos – ID329, ID433 e ID434. Tal como em outras freguesias, também nesta se destaca dois agregados compostos por um único idoso (ID329 e ID452). Relativamente a desemprego, identificam-se 3 casos com elementos em situação de desemprego – ID410, ID433 e ID434.

Relativamente a atividades económicas, na freguesia regista-se a afetação direta de 5 empresas. E um caso de empresa com trabalhadores com relações familiares (ID405).

Dá-se nota ainda da afetação de um equipamento, relativo ao mercado de levante local (ID431).

Quadro 17 – Distribuição dos Casos Tipificados – Freguesia de Mafamude (Município de Vila Nova de Gaia)

Tipologia	Tipo de Afetação	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Nº de casos
Habitações	Direta	15	7	Agregado numeroso	0
				Agregado com menores	0
				Agregado com desempregados	3 (direto)
				Agregado com idosos	3 (direto) 2 (indireto)
	Indireta	4		Agregado com pessoas com deficiência/doença e/ ou com rendimentos oriundos de apoios sociais, e outros	1 (indireto)
Atividades Económicas	Direta	6	5	Empresa em Espaço de Atividades Económicas	0
	Indireta	0		Empresa com trabalhadores com relações familiares	0
				Empresa não integrada em espaços de atividades económicas	5 (direto)
Equipamento	Direta	1	0	NA	1 (direto)
Comunidade		Túnel cut & cover entre Km 67+950 e Km 68+200			

Na freguesia de **Oliveira do Douro** identifica-se um caso de atividade económica com trabalhadores com relações familiares (ID256).

Quadro 18 – Distribuição dos Casos Tipificados – Freguesia de Oliveira do Douro (Município de Vila Nova de Gaia)

Tipologia	Tipo de Afetação	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Nº de casos
Habitacões	Direta	4	1	Agregado numeroso	0
				Agregado com menores	0
				Agregado com desempregados	0
				Agregado com idosos	0
	Indireta	0		Agregado com pessoas com deficiência/doença e/ ou com rendimentos oriundos de apoios sociais, e outros	0
Atividades Económicas	Direta	1	1	Empresa em Espaço de Atividades Económicas	0
				Empresa com trabalhadores com relações familiares	0

Tipologia	Tipo de Afetação	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Nº de casos
	Indireta	0		Empresa não integrada em Espaços de Atividades Económicas com exigências ou requisitos específicos	1 (direto)
Comunidade		Túnel cut & cover entre Km 67+950 e Km 68+200			

Na freguesia de **Bonfim** regista-se afetação direta de uma habitação cujo agregado inclui dois menores – ID274, neste caso com idade pré-escolar.

Relativamente a atividades económicas, na freguesia identifica-se 2 casos de empresas com trabalhadores com relações familiares (ID273 e ID257A).

Quadro 19 – Distribuição dos Casos Tipificados – Freguesia de Bonfim (Município do Porto)

Tipologia	Tipo de Afetação	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Nº de casos
Habitações	Direta	2	1	Agregado numeroso	0
				Agregado com menores	1 (direto)
				Agregado com desempregados	0
				Agregado com idosos	0
	Indireta	0		Agregado com pessoas com deficiência/doença e/ ou com rendimentos oriundos de apoios sociais, e outros	0
Atividades Económicas	Direta	4	4	Empresa em Espaço de Atividades Económicas	0
	Indireta	0		Empresa com trabalhadores com relações familiares	2 (direto)
				Empresa não integrada em espaços de atividades económicas	4 (direto)
Comunidade		-			

Na freguesia de **Campanhã**, destaque para 4 agregados familiares cuja habitação será diretamente afetada pelo projeto, com menores – ID278, ID297, ID299 e ID301, todos em idade escolar. Por outro lado, 16 agregados incluem elementos idosos – ID275, ID278, ID281, ID284, ID287, ID288, ID290, ID291, ID301, ID304, ID310, ID311, ID317, ID318, ID320 e ID302A. Destaque para 6 situações em que o agregado é composto por apenas um idoso – ID287, ID288, ID310, ID311, ID318 e ID320. Identificam-se ainda 6 casos de agregados com elementos em situação de desemprego – ID279, ID281, ID297, ID298 e ID302A.

Relativamente a atividades económicas, na freguesia identifica-se 2 casos de empresas com trabalhadores com relações familiares (ID302 e ID306A).

Dá-se nota ainda da afetação direta de um equipamento, propriedade da Escola Profissional de Campanhã, relativo a um campo de futebol (ID327).

Quadro 20 – Distribuição dos Casos Tipificados – Freguesia de Campanhã (Município do Porto)

Tipologia	Tipo de Afetação	Total	Inquéritos Realizados	Situação / Aplicabilidade	Nº de casos
Habitações	Direta	42	29	Agregado numeroso	0
				Agregado com menores	4 (direto)
				Agregado com desempregados	6 (direto)
				Agregado com idosos	16 (direto)
	Indireta	0		Agregado com pessoas com deficiência/doença e/ ou com rendimentos oriundos de apoios sociais, e outros	1 (direto)
Atividades Económicas	Direta	4	3	Empresa em Espaço de Atividades Económicas	0
	Indireta	0		Empresa com trabalhadores com relações familiares	0
				Empresa não integrada em espaços de atividades económicas	3 (direto)
Equipamento		2	0	NA	1 (direto) 1 (indireto)
Comunidade		-			

5.3.3.3 COMPARAÇÃO COM O EIA

A descrição das principais características do Projeto e ações da fase de construção é efetuada no **Capítulo 3 do Tomo 10.02.02.00 – Relatório Base do RECAPE** e **Capítulo 2 do ANEXO 13 – Reavaliação de Impactes do Tomo 10.02.04.00 – Anexos Técnicos**

Por forma a avaliar eventuais impactes ao nível social dos ajustes realizados importa destacar as alterações que motivam essa reavaliação de impactes, e que se sintetizam de seguida. Efetivamente o traçado da fase de Estudo Prévio (DIA) foi ajustado de forma a integrar um conjunto de melhorias, as quais foram implementadas dentro do corredor aprovado em Estudo Prévio.

As alterações do Projeto de Execução decorrem no essencial da evolução normal no desenvolvimento de um projeto de execução, e a pormenorização / otimização que se introduz ao traçado em face dos estudos de pormenor e da articulação com as entidades, em particular com as Câmaras Municipais tendo em vista a minimização de impactes em particular ao nível das acessibilidades e diminuição do efeito de barreira, bem como ainda no caso destes subtroços STA4 e STA5, da articulação quanto à estação de Santo Ovídeo e à ampliação da estação de Campanhã.

Como **alterações mais notórias**, que são localizadas, com correspondente necessidade de reavaliação de impactes, revela-se a zona das estações de Santo Ovídeo, em Gaia e de Campanhã, no Porto pela pormenorização do projeto que apenas nesta fase de Projeto de Execução ocorre e ainda as alterações aos Túneis de Negrelas e de Gaia, com extensões diferentes das previstas em Estudo Prévio e cuja justificação e contextualização é apresentada nos documentos atrás mencionados.

O impacto da afetação de edificado - habitações, atividades económicas, equipamentos e outros; e consequente transformação da estrutura e funcionalidade do território, é o mais expressivo da fase de construção. Em sede da presente AIS é reavaliado e, além dos elementos detalhados no ponto anterior procede-se a uma comparação com o apresentado anteriormente no EIA desenvolvido em fase de Estudo Prévio.

A comparação entre as demolições previstas para a solução de Estudo Prévio selecionada em sede de AIA e as demolições previstas para o Projeto de Execução é apresentada no Quadro 21. Antes de proceder à análise comparativa entre as duas fases de desenvolvimento do Projeto importa esclarecer que a mesma não pode ser feita de uma forma direta.

De facto, a metodologia do EIA para identificar as afetações utilizou o levantamento topográfico como base de trabalho, onde qualquer edificado é representado com um polígono, o que implica que anexos, garagens e telheiros (para citar apenas exemplos), são considerados separadamente, quando na realidade podem estar associadas a habitações; por outro lado são contabilizados os anexos rurais não sendo igualmente claro a que tipologia de edificação se referem.

Por outro lado, o RECAPE avaliou cada situação de forma integrada e *in situ*, registando com pontos as situações identificadas, na sua quase totalidade confirmadas nas reuniões prévias aos inquéritos com as várias juntas de freguesia (que, como mencionado no início do documento, constituíram um grande apoio para a identificação dos potenciais afetados: nome, número de telefone, etc.). Considera, por exemplo, que garagens ou telheiros quando associados a habitações não são contabilizados à parte.

O Quadro seguinte sintetiza o número de demolições previstas no EIA e RECAPE. Nas duas primeiras colunas efetua-se uma correspondência entre a tipologia de edificado.

Quadro 21 – Número de Demolições⁽¹⁴⁾ no Trecho 3 e 4 do EIA, correspondente ao subtróços STA4 e STA5 do RECAPE

TIPOLOGIA (de acordo com EIA)	TIPOLOGIA (de acordo com o RECAPE)	EIA			RECAPE
		Alternativa 3.3/ A8+Var. Vila Nova de Gaia	Alternativa 4.1/ Solução C	Total	
Casa habitada	Habitação	14	44	58	82
Casa não habitada					
Empresa, pavilhão, armazém, indústria	Atividade económica	13	1	14	42
Quinta com habitação e picadeiro		3	-	3	

(14) Relembre-se que em sede de RECAPE, demolições correspondem a afetações diretas no âmbito da Socioeconomia.

TIPOLOGIA (de acordo com EIA)	TIPOLOGIA (de acordo com o RECAPE)	EIA			RECAPE
		Alternativa 3.3/ A8+Var. Vila Nova de Gaia	Alternativa 4.1/ Solução C	Total	
(3 construções na mesma unidade)					
Centro Hípico (8 construções na mesma unidade)		8	-	8	
Campos desportivos		Equipamento	1	-	1
Outros equipamentos	-		-	-	1
Garagem, anexo urbano	Outras construções	11	36	47	5
Anexo rural, telheiro		51	-	51	
TOTAL		101	81	182	131

De acordo com os valores apresentados no quadro anterior, verifica-se que o número de demolições geral é reduzido no Projeto de Execução. No que diz respeito às tipologias habitações e atividades económicas, o número de demolições aumenta no Projeto de Execução, no entanto, é necessário enquadrar devidamente estes valores. Estes acréscimos devem-se sobretudo às alterações dos túneis de Negrelos e de Gaia, e à definição do layout da estação de Santo Ovídeo.

Estação de S. Ovídeo e Campanhã

Como referido no *Capítulo 2 Principais Alterações efetuadas ao Projeto* do **ANEXO 13 – Reavaliação de Impactes** do Tomo 10.02.04.00 – *Anexos Técnicos*, a pormenorização do projeto que ocorre na zona das duas estações previstas em Estudo Prévio, Santo Ovídeo (em Vila Nova de Gaia) e Campanhã (no Porto), não era possível de avaliar em fase de Estudo Prévio, porque de facto ainda não existia o respetivo projeto, mas apenas de uma indicação de localização.

Em resultado, a sua avaliação em fase de EIA no que respeita a Socioeconomia foi bastante sumária, nomeadamente não foram contabilizadas um número importante de afetações de habitações e comércio em Santo Ovídeo, tendo sido remetida para a fase de RECAPE uma avaliação mais profunda da mesma. No entanto, o EIA já abordou a sua localização aproximada, bem como a sua associação ao Túnel de Gaia, pelo que, embora no Estudo Prévio não tivesse sido quantificada qualquer afetação à superfície devida à Estação de Santo Ovídeo (uma vez que não estava definida a sua solução), o certo é que teriam sempre de haver essas afetações.

As intervenções da estação de Santo Ovídeo, em Vila Nova de Gaia, com impacto na superfície (Figura 21) conduzem, por si só à afetação direta adicional de 11 interessados (Figura 23). Assim, a comparação do Quadro anterior não tem em consideração estas afetações diretas adicionais.

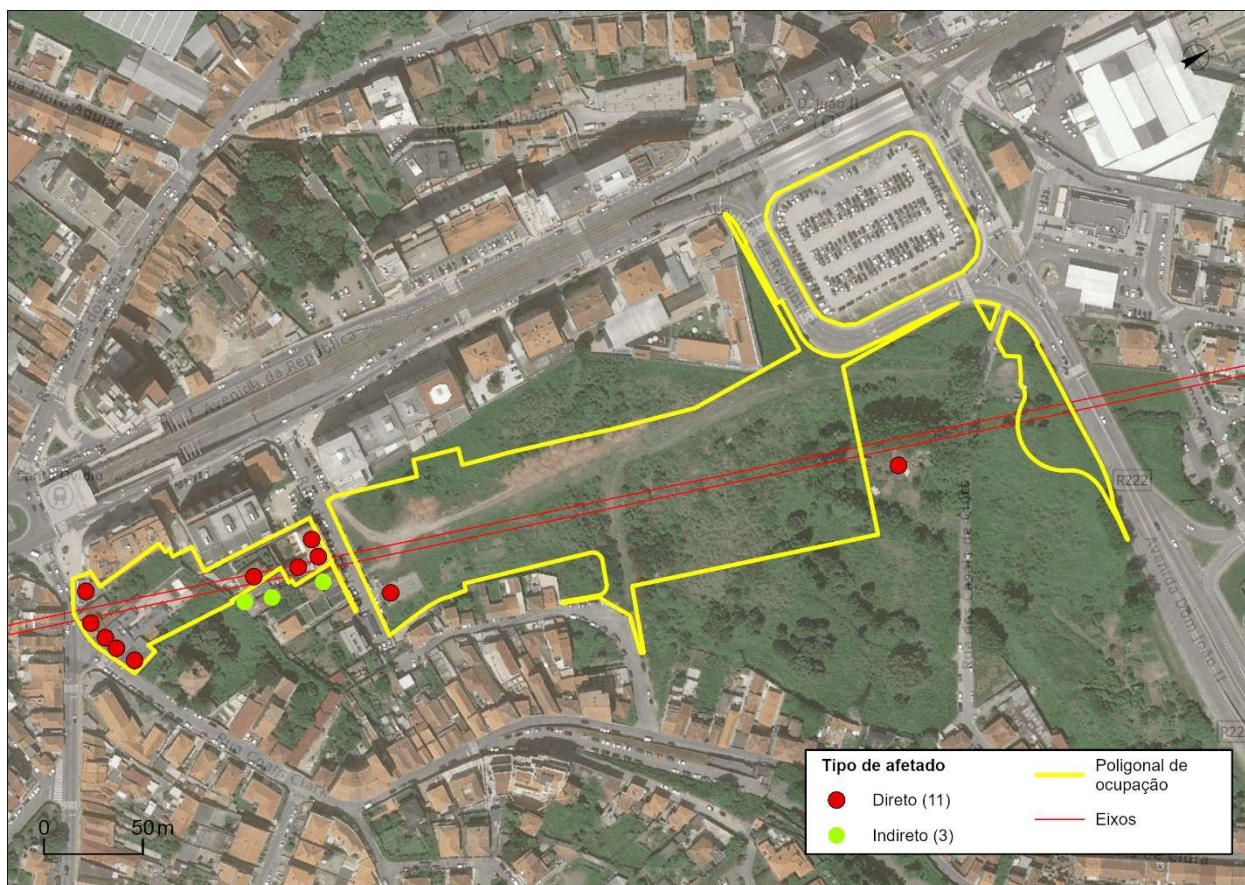


Figura 22 – Vista da Aérea da Zona Urbana Consolidada de Sto. Ovídeo – Estação de Sto. Ovídeo

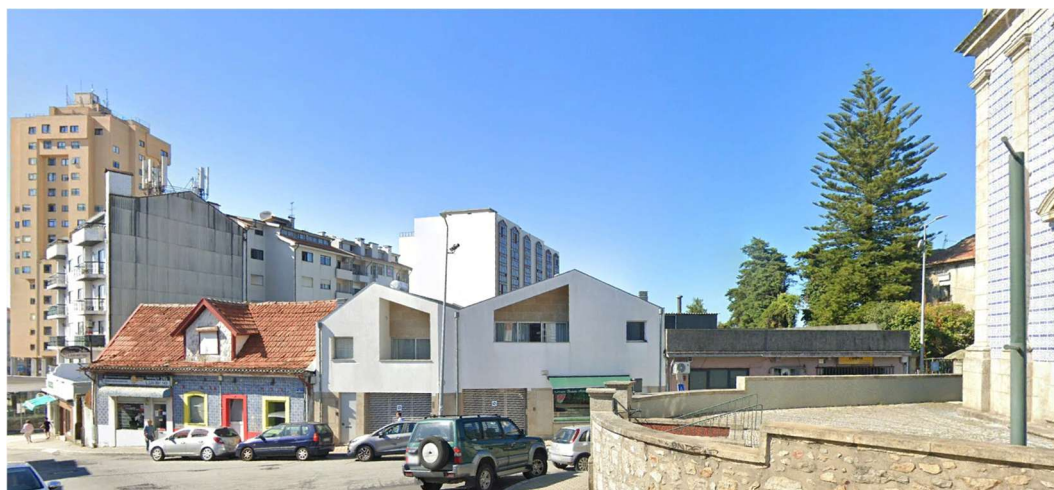


Figura 23 – Habitações e Comércio Afetados pelo Edifício Sul da Estação de Sto. Ovídio

No Porto, as intervenções na Estação de Campanhã consubstanciam-se na construção de um novo edifício – ponte a toda a largura da estação ampliada pelas duas novas linhas a implantar do lado nascente para a alta velocidade, na materialização de rotundas de ambos os lados da estação e no lado nascente da estação, na construção do restabelecimento da rua Pinheiro de Campanhã.

As intervenções da estação de Campanhã, com impacte na superfície conduzem, por si só à afetação direta de 44 interessados (Figura 24).

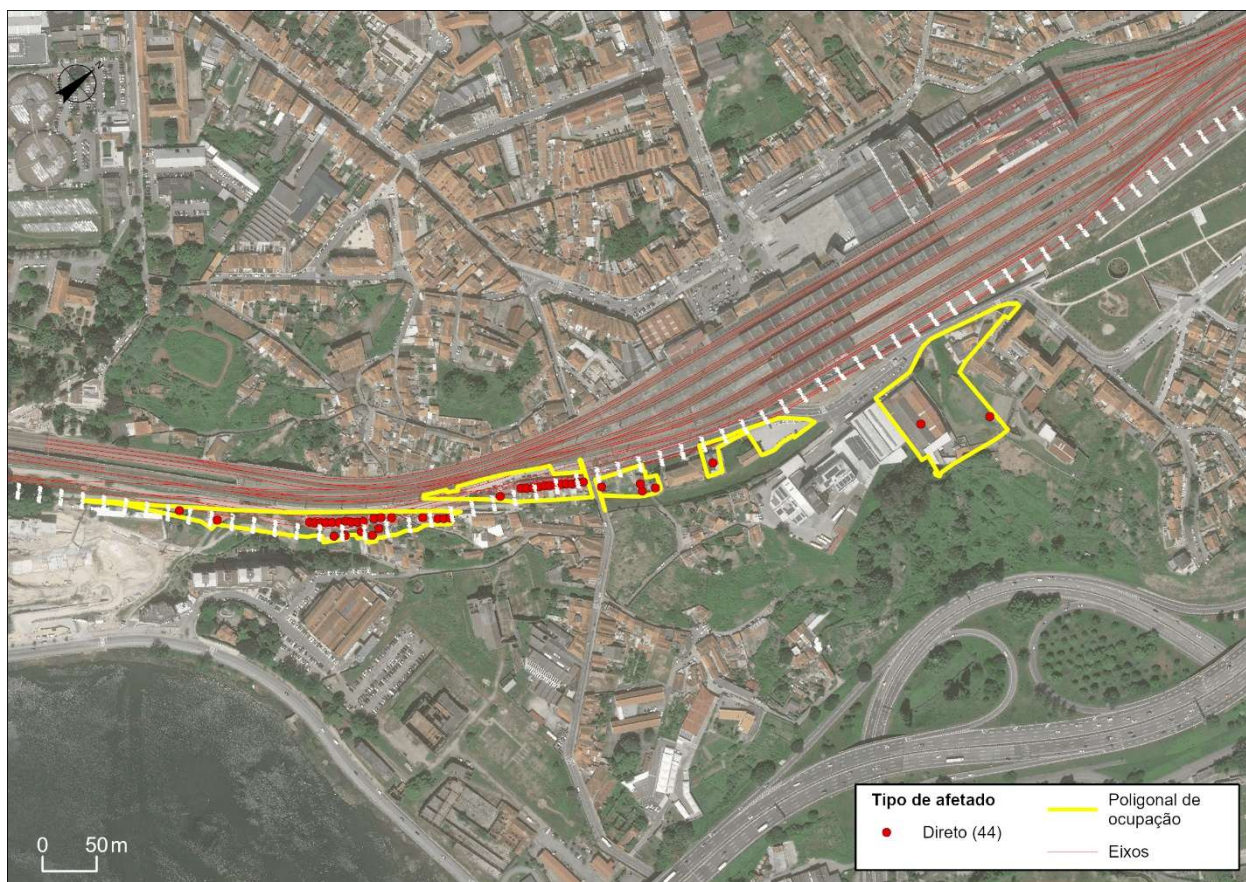


Figura 24 – Edifício afetado pela ampliação das duas novas linhas

Túneis de Negrelos e de Gaia

A adaptação do Túnel de Negrelos, em Vila Nova de Gaia, decorre da situação da atual rasante, a qual é motivada pela alteração da passagem do traçado nas pedreiras de Vilar do Paraíso. Está agora posicionada ligeiramente mais a poente, na área entre as duas pedreiras, e a uma cota mais elevada e sob a forma de viaduto (Viaduto da Pedreira das Lajes - km 63+108 / km 63+547 – 439 m), para que as Pedreiras e uma vez que as mesmas não foram expropriadas, possam funcionar durante a obra e se possa aí proceder à deposição dos materiais provenientes das escavações do projeto da LAV e à correspondente recuperação após enchimento, tal como se previa no Estudo Prévio.

Neste caso, a alteração é positiva no sentido em que permite compatibilizar a construção da LAV e a operação das pedreiras, recebendo estas o material de escavação para o encerramento das áreas já exploradas.

O Túnel de Negrelos foi reduzido em Projeto de Execução (de 3235 m para 1185 m) e dividido em 2 túneis – Negrelos 1 (túnel mineiro) e Negrelos 2 (túnel cut & cover). Neste troço regista-se a afetação de direta de 16 casos (9 habitações e 7 atividades económicas).

Regista-se maior afetação do edificado nesta zona, devido à eliminação do túnel em zona cujo recobrimento, obrigando à execução de cut & cover, levaria sempre à afetação do edificado à superfície – Zona Industrial dos Terços.

Portanto, os impactes do Projeto de Execução são superiores aos do Estudo Prévio (o traçado apresentava-se em túnel mineiro, não tendo qualquer afetação à superfície), mas o traçado colocado de modo a diminuir ao máximo as afetações com passagem entre muros e a realização de restabelecimentos conforme solicitado pela Câmara de Gaia para diminuição do efeito de barreira, mas também criando uma nova ligação rodoviária direta ligando as duas zonas industriais que se localizam a sul e a norte da A29, a zona industrial dos Terços (anteriormente abrangida pelo Túnel de Negrelos) e a zona industrial de São Caetano (anteriormente abrangida pelo Túnel de Gaia). Todos os proprietários ou arrendatários serão indemnizados ou encontradas alternativas de localização, conforme exposto na presente AIS.

No que se refere ao Túnel de Gaia, foi reduzido em Projeto de Execução de 4 703 m para 3 393 m, devido à subida da rasante para a passagem entre as pedreiras de Vilar do Paraíso e consequentemente, à redução do recobrimento a montante e a jusante desse local. O Túnel de Gaia proposto em Projeto de Execução inicia-se agora antes de toda a zona urbana densamente ocupada de Vila Nova de Gaia, seguindo o mesmo alinhamento do Estudo Prévio e permitindo executar a estação subterrânea em Santo Ovídeo, tal como previsto em Estudo Prévio. Termina no mesmo local do Estudo Prévio. O túnel é mineiro e apenas 20m são cut & cover.

Face ao Estudo Prévio, o túnel inicia-se cerca de 1,5 km a norte, após a zona industrial de São Caetano e a zona rural a norte da mesma, em Laborim de Baixo, pois neste trecho os recobrimentos são reduzidos variando entre 3 m e 13 m no máximo, condicionando ou mesmo impedindo a construção por método mineiro, o que significaria, portanto, a execução de túnel cut & cover, com afetação sempre da superfície. O atravessamento da zona industrial de S. Caetano faz-se em escavação entre muros para minimizar a afetação de naves industriais, havendo, contudo, algumas afetações.

Com esta alteração os impactes do Projeto de Execução são superiores aos do Estudo Prévio (onde o traçado apresentava-se em túnel mineiro, não tendo qualquer afetação à superfície), mas o traçado colocado de modo a diminuir ao máximo as afetações com passagem entre muros e a realização de restabelecimentos conforme solicitado pela Câmara de Gaia, minimiza o desenvolvimento que se faz à superfície. Todos os proprietários ou arrendatários serão indemnizados ou encontradas alternativas de localização conforme exposto na presente AIS.

Finalmente, importa referir que na zona de Grijó/Serzedo, com a adoção de túnel mineiro foi possível evitar a afetação direta de dezenas de habitações – 27 afetados em Grijó e 8 afetados em Serzedo.

Efetivamente estas alterações nos Túneis de Negrelos e Gaia e concretização na Estação de Vila Nova de Gaia motivaram um aparente aumento do número de afetados no Trecho 4 (excluindo o Porto – Trecho 5), pelo que de uma análise direta se poderia concluir que o impacto negativo é potenciado. No entanto, esta conclusão não pode ser vista de uma forma direta. Em resumo, comparativamente ao EIA o número de afetados no Trecho 4 o número apresentado estaria subavaliado na medida do atrás exposto.

Outras alterações que merecem atenção, em particular por reduzirem o número de afetações localmente, são as seguintes:

Túnel de Cassufas

O túnel foi reduzido em 125 m, de 955 m para 830 m e com ligeira ripagem do eixo para nascente. Trata-se de túnel mineiro como previsto em Estudo Prévio. O campo desportivo de Cassufas deixa de ser afetado na presente fase.

Ripagem do traçado para Poente

A ripagem do traçado para poente, ao km 54+857, cria maior afastamento de uma atividade económica - Quinta da Gata (ID426) em Guetim (Espinho). O traçado em escavação é agora substituído por muros, o que impede a afetação da quinta e das habitações que se localizam na travessa do Espinheiro (lado poente da via).

Esta alteração, já no Km 55+250/55+350, evita ainda a afetação de um equipamento, o campo de futebol de Guetim. Em fase de Estudo Prévio estava previsto a sua afetação e restabelecimento do mesmo.

No km 57+550 / km 57+650 a ripagem do traçado para poente, deixa de afetar diretamente uma atividade económica – Sociedade Hípica Quinta do Outeiral (ID178). A passagem é efetuada entre muros para melhoria do atravessamento face ao edificado em presença. Por outro lado, o restabelecimento também apresenta menos afetações quando comparado com o Estudo Prévio.

Por fim, além do impacto da afetação de habitações, atividades económicas, equipamentos e outro edificado; e consequente transformação da estrutura e funcionalidade do território e alteração da configuração e amenidade do habitat social, de um modo geral, mantêm-se outros impactes identificados na Socioeconomia e o sentido dos impactes previamente identificados no Estudo Prévio, designadamente:

- Efeitos positivos do processo construtivo nos modos de vida locais (emprego, atividades económicas, rendimentos familiares) – Impacte positivo.
- Processos de negociação, expropriação e indemnização, e realojamento - Processos que, em si mesmos, implicam impactes (positivos ou negativos) nos expropriados e que devem ser considerados enquanto tal.
- Incómodos e riscos para as populações: Utilização de explosivos para desmonte de formações rochosas; Presença dos trabalhadores da obra - Impactes negativos.
- Transformações definitivas dos usos atuais do solo, incluindo áreas agrícolas e florestais, habitação, áreas empresariais e outras áreas edificadas, infraestruturas e equipamentos; transformações da estrutura e funcionalidade do território; alteração da configuração e amenidade do habitat social - Impactes negativos.

5.3.4 FASE DE EXPLORAÇÃO

Na fase de funcionamento, os principais **impactes negativos** a nível local resultam da presença das linhas, estações técnicas e equipamentos associados, e catenária, que conduzem a **fragmentação do território** e **efeito barreira**, como já identificado na análise das vulnerabilidades por freguesia na fase de construção (capítulo 5.3.3.1). Ao nível local, o efeito barreira, e consequente afetação da vivência em comunidade local, terá maior expressão nos locais apresentados de segunda. Ainda assim,

- Freguesia de Anta (município de Espinho): o atravessamento da rodovia ao Km 52+600 não é restabelecida, existindo outras estradas a norte e a sul (figura seguinte). Esta situação poderá criar uma barreira local e afetar a vivência na comunidade;
- Freguesia de Serzedo: vivência em comunidade afetada entre km 57+700 e o km 57+600, com rodovia restabelecida a 40 metros para sul. Efeito barreira e vivência em comunidade afetada, com rodovia afetada ao km 58+050 (Rua Senhora de Fátima), restabelecida no km 58+200, ou seja, 150 m a norte.
- Freguesia de Canelas: algumas situações poderão gerar efeito barreira localmente e interferir com a vivência em comunidade, sendo elas, o atravessamento da rodovia ao km 60+950 e restabelecida no km 61+100, isto é, a mais de 100 m a norte; atravessamento no km 62+500 e restabelecido a norte a 75 m; atravessamento no km 62+500, km 62+700 e no km 62+800, com restabelecido a sul, conduzindo a perda de acessibilidade entre as casas e indústria este-oeste.

A este respeito, importa destacar que do processo de consulta aos municípios interessados e das diversas reuniões realizadas para apresentação e articulação do Projeto com as realidades específicas, resultou na definição e Projeto de Execução de 41 restabelecimentos, multiplicando o número de restabelecimentos considerados em Estudo Prévio (7 restabelecimentos), tendo como objetivo minimizar o efeito barreira provocado pela infraestrutura linear e assegurar uma maior mobilidade entre os dois lados da linha, o que se considera alcançado. As situações cuja afetação não foi possível evitar ou minimizar, deverão ser alvo de medidas de compensação específicas que promovam a conectividade da comunidade, tais como, a criação de parques e zonas de lazer em áreas onde o projeto define tuneis cut & cover ou intervenções específicas com vista a garantir a criação de espaços públicos e de recreio e lazer nos lugares afetados pela LAV.

Nesta fase, poderá observar-se um prolongamento no tempo de impactes negativos identificados em fase de construção, como é o caso de resolução e gestão de situações concretas de realojamentos e/ ou vulnerabilidade, e também as transformações de estrutura e funcionalidade do território que conduzem a reorganização de modos de vida e ligações familiares e com vizinhos, e alterações da configuração e amenidade social. Por se tratar de situações cuja afetação não é possível evitar ou minimizar, são propostas medidas de compensação concretas que abrangem a fase de exploração, como é o caso da criação de uma Unidade de Gestão Social do Projeto, e de um plano de monitorização de impactes sociais.

A referir ainda, que a circulação de composições, conduzirá previsivelmente ao incómodo da população face ao ruído e vibração gerado. A nível socioeconómico, e a escalas mais amplas, prevê-se, por outro lado, que a transferência modal prevista, resultante da captação de procura de modos de transporte coletivo rodoviário e aéreo, tenha efeitos negativos nestas atividades.

A identificação dos **impactes positivos** na fase de exploração apresenta duas vertentes, por um lado a consideração da manutenção dos impactes positivos previstos no EIA em fase de Estudo Prévio, e por outra a perceção desses impactes por parte dos interessados consultados em sede da presente AIS.

No que se refere à primeira questão, considera-se que se mantêm os impactes identificados na medida em que não aconteceram alterações que motivassem a alterações aos mesmos (descritos de seguida). Todavia, no que se refere à perceção dos interessados contactados em sede da presente AIS, constata-se que nenhum considerou esses impactes. De facto, os interessados entrevistados resumem a sua análise ao impacto da LAV nas suas propriedades ou habitações (o que é compreensível) não relevando os impactes de carácter mais abrangente e de carácter regional de decorrentes do próprio funcionamento da LAV.

De seguida apresentam-se os principais impactes sociais e socioeconómicos positivos, resultantes do Projeto, na fase de exploração, que correspondem aqueles que foram identificados em fase de EIA:

- Criação direta de emprego, resultante do funcionamento e manutenção da infraestrutura ferroviária e infraestruturas complementares;
- Impacte direto e indireto na economia local, resultante da aquisição de serviços e bens correntes, relacionados com o funcionamento da infraestrutura;
- Reforço das centralidades urbanas resultante da reformulação das Estações ferroviárias de Aveiro e Porto - Campanhã, e criação de uma nova centralidade, resultante da nova Estação LAV em Vila Nova de Gaia;
- Impacte na oferta de transporte ferroviário de passageiros e mercadorias, resultante do novo serviço de alta velocidade e da articulação com a rede ferroviária convencional;
- Impacte económico, direto e indireto, à escala local, regional e a escalas mais amplas, relacionado com os benefícios da nova oferta de transporte ferroviário;
- Contribuição para a redução de emissões de GEE e efeitos positivos nas alterações climáticas.

Acresce, em termos globais, salientar a transformação do território e a criação de uma nova centralidade onde o conceito de intermodalidade e a importância estratégica serão as palavras-chave, e em que o desafio será aliar o desenvolvimento do território às pessoas numa perspetiva de mobilidade e sustentabilidade, numa verdadeira plataforma de crescimento. Pelo acima exposto se afirma que a estação de Vila Nova de Gaia contribuirá para a majoração dos impactes positivos identificados em fase de EIA.

5.3.5 MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO PROPOSTAS

Em resultado das análises efetuadas nos capítulos anteriores e considerando situações de afetação em que o impacto não seja passível de ser evitado e/ ou minimizado, propõe-se um conjunto de medidas compensatórias, listadas no quadro seguinte.

Como se poderá verificar, são abrangidos os interessados de um modo geral, e em particular os segmentos mais vulneráveis. A respeito dos Equipamentos afetados dá-se nota que a informação reunida não permite avaliar objetivamente o único caso direto mais expressivo, relativo a um campo de futebol em Campanhã, pelo que deve ser avaliado novamente em fase posterior, bem como a necessidade de proposta de medida compensatória.

A sua caracterização é efetuada no Programa de Medidas Compensatórias Socioeconómicas, apresentado no **ANEXO 12 – Socioeconomia | Anexo 12.2 Programa de Medidas Compensatórias Socioeconómicas e Programa de Monitorização de Impactes Sociais do Tomo 10.02.04.00 – Anexos Técnicos**, tendo em conta o disposto na DIA.

Quadro 22 – Proposta de Medidas Compensatórias: Habitações

TIPO DE AFETAÇÃO	TIPOLOGIA	VULNERABILIDADE	MEDIDA
Direta (e.g. com demolição do edificado)	Casos gerais (Sem Informação ou Sem situação de vulnerabilidade identificada)	-	Proprietário - Processo de expropriação; Arrendatário - Realojamento das famílias; - Apoio financeiro em casos de rendas desatualizadas.
	Agregado familiar com situação de vulnerabilidade identificada	Agregado numeroso	- Processo de expropriação; - Realojamento das famílias afetadas em habitação própria, digna e semelhante à sua habitação na situação de origem, respeitando e permitindo a manutenção do seu modo de vida; - Criação de uma Unidade de Gestão Social do Projeto; - Criação de uma Bolsa Social com vista a financiar ações concretas.
		Agregado com menores	
		Agregado com desempregados	
		Agregado com idosos	
Indireta (e.g. sem demolição do edificado)	Afetação do terreno envolvente à habitação	NA	- Processo de expropriação da parcela afetada; E - Intervenção de reabilitação das edificações afetadas localizadas na proximidade da LAV no sentido da melhoria do seu desempenho térmico/acústico.
	Proximidade da habitação ao projeto	NA	- Indeminização de interessados por comprovada afetação indireta (ruído, vibrações, qualidade de vida); OU - Intervenção de reabilitação das edificações afetadas localizadas na proximidade da LAV no sentido da melhoria do seu desempenho térmico/acústico.

TIPO DE AFETAÇÃO	TIPOLOGIA	VULNERABILIDADE	MEDIDA
	Interferência com acessos	NA	- Reposição de acessibilidades à habitação.

Quadro 23 – Proposta de Medidas Compensatórias: Atividades Económicas

TIPO DE AFETAÇÃO	VULNERABILIDADE	MEDIDA
Direta (e.g. com demolição do edificado)	Casos gerais	- Processo de expropriação; - Identificação de localização alternativa para a deslocalização da atividade e Apoio económico para a deslocalização da atividade. Se localizada em EAE: - A realocação deve ser, preferencialmente, para EAE. Se NÃO localizada em EAE: - A realocação deve considerar região envolvente num raio máximo de 30km.
	Atividade estritamente dependente de condições locais	- Processo de expropriação; - Compensação financeira pela afetação da atividade.
	Empresa dependente da geografia	- Processo de expropriação; - Compensação financeira; OU - Identificação de localização alternativa para a deslocalização da atividade + Apoio económico para a deslocalização da atividade.
	Empresa com trabalhadores com relações familiares	- Processo de expropriação; - Identificação de localização alternativa para a deslocalização da atividade; - Apoio económico para a deslocalização da atividade. - Identificação dos agregados familiares e encaminhamento para a Unidade de Gestão Social do Projeto;
Indireta (sem afetação de edificado)	Casos gerais	- Processo de expropriação da área afetada; - Reposição de acessibilidades e danos
	Empresa com exigências ou requisitos específicos	- Indemnização por comprovada afetação indireta. - Identificação de localização alternativa para a deslocalização da atividade e Apoio económico para a deslocalização da atividade.

Quadro 24 – Proposta de Medidas Compensatórias: Equipamentos, Outros e Comunidade

TIPO DE AFETAÇÃO	TIPOLOGIA	VULNERABILIDADE	MEDIDA
Direta	Outras construções	NA	- Processo de expropriação;
Direta	Equipamentos	NA	- Processo de expropriação;
Indireta	Comunidade	NA	- Criação de parques e zonas de lazer em áreas onde o projeto define tuneis <i>cut and cover</i>; - Criação de percursos pedonais e/ou cicláveis, nos locais intervencionados e/ou caminhos de serviço que possuam características que permitam o usufruto por parte da população residente; - Intervenções com vista a garantir a criação de espaços públicos e de recreio e lazer nos lugares afetados pela LAV; - Criação de uma Unidade de Gestão Social do Projeto; - Criação de uma Bolsa Social com vista a financiar ações concretas. - Construção de travessias da LAV (passagens pedonais e viárias) de modo a preservar as condições de comunicação, mobilidade e convívio entre a comunidade em condições semelhantes; - Utilização de pavimento que atenua o efeito do ruído nos restabelecimentos.

6 CONCLUSÕES

6.1 SÍNTESE GERAL

Ao longo do presente documento foi apresentada a metodologia, bem como os resultados obtidos com a concretização do disposto na DIA, no que se refere aos elementos 31 e 32 - Estudo de Impacte Social (EIS) e Estudo de Impacte das Atividades Económicas (EIAE), respetivamente.

A análise desenvolvida permitiu caracterizar os interessados potencialmente afetados, aprofundando o conhecimento sobre as suas condições socioeconómicas, vulnerabilidades, preocupações, expectativas e necessidades específicas, constituindo uma base técnica relevante para a definição de medidas compensatórias adequadas e proporcionais aos impactos identificados. A abordagem foi desenvolvida com o objetivo de prever medidas de compensação nas situações em que há alteração significativa e/ou irreversível da situação de referência (antes do projeto) e em que existe um dano muito significativo para o bem-estar individual e/ou da comunidade.

6.2 SÍNTESE DOS IMPACTES IDENTIFICADOS

De acordo com a DIA foram tipificadas as seguintes situações de habitações, atividades económicas, outras construções e equipamentos sociais/coletivos, bem como a comunidade afetada pelo Projeto (comunidade na envolvente da área do Projeto). Em detalhe, foram consideradas:

- afetação de habitações e outras construções;
- afetação de atividades económicas;
- alteração das condições de acessibilidade e mobilidade;
- perturbação dos modos de vida e das redes de proximidade;
- fragmentação territorial e comunitária;
- perturbações temporárias associadas à fase de construção.

À semelhança do desenvolvido no EIA a abordagem combinou uma análise quantitativa (contabilizando o número de afetações) e uma análise qualitativa, ouvindo os interessados a fim de aferir as suas preocupações e expectativas. Neste último ponto, deve ser destacado o papel determinante das juntas de freguesia abrangidas, que facilitaram e apoiaram a equipa técnica da AIS nos contactos com os interessados (apesar do descontentamento de algumas destas juntas de freguesia face ao projeto).

No desenvolvimento da AIS, um dos constrangimentos mais relevantes foi o curto espaço de tempo para a sua realização. Sendo a AIS desenvolvida em paralelo com o projeto de execução, não foi possível dispor de um panorama seguro do número de interessados no início dos trabalhos, e consequentemente de respostas claras e definitivas para dar aos mesmos nos momentos das entrevistas. Acresce ainda a impossibilidade de contacto com todos os interessados (por motivo de ausência, recusa na resposta ou impossibilidade de contacto), o que inviabilizou a abordagem a todos os casos.

É normal que quando se parte de um nível de detalhe de um Estudo Preliminar (ou prévio), se torne difícil comparar o número de afetações entre a solução do EIA e a solução do Projeto de Execução. Independentemente do exercício comparativo é certo que qualquer das soluções implícitas (EIA ou Projeto de Execução) apresentam impactes relevantes na travessia do concelho de Espinho, Vila Nova de Gaia e Porto. Por outro lado, as alterações do projeto reduziram significativamente o efeito barreira, um dos impactes negativos identificados mais relevantes, e potenciou os impactes positivos.

Tendo em conta que um dos impactes negativos identificados no EIA se prendia com o efeito barreira e fragmentação do território, verificou-se, em sede de projeto de execução, um profundo comprometimento com a minimização deste impacte, através da aferição das melhores soluções para os restabelecimentos e criando outros novos, minimizando desta forma os impactos causados nas populações. Na extensão correspondente aos subtroços STA 4 e STA5, no EIA foram considerados apenas 7 restabelecimentos, acrescidos de 4 pontes/viadutos, enquanto no projeto de execução se preveem 41. Acrescem pontes/ viadutos.

6.3 PERCEÇÕES, PREOCUPAÇÕES E RELAÇÃO COM OS INTERESSADOS

A análise qualitativa evidenciou níveis significativos de preocupação e ansiedade entre os interessados afetados, associados quer à expectativa de alteração das condições de vida, quer à incerteza relativamente aos procedimentos, prazos e consequências concretas do Projeto. Foram identificadas duas situações principais:

- Nas situações em que o Projeto não sofreu alterações e em que os interessados tinham conhecimento de que o LAV iria conduzir a alterações nas suas vidas (ex. demolição das habitações). Nestes casos, a ansiedade decorreu da falta de divulgação de informação sobre o Projeto entre a fase de EIA e o momento de elaboração da AIS. Nestes casos, o contacto personalizado com os afetados, efetuado no decurso do desenvolvimento da AIS, permitiu minimizar essa ansiedade na medida em que permitiu divulgar informação sobre o projeto, prazos e procedimentos que serão desenvolvidos.
- Nas situações em que o Projeto sofreu acertos (dentro do corredor aprovado) e os interessados não tinham conhecimento da sua real afetação. Estas situações revelaram-se bastante mais difíceis de gerir, pelo que, tal como no cenário anterior, a AIS desempenhou um papel determinante como meio de divulgação de informação do projeto, prazos e procedimentos, sublinhando que todos os casos de afetação serão devidamente compensados, respeitando a legislação e as boas práticas.

6.4 VULNERABILIDADE SOCIAL E TERRITORIAL

A caracterização efetuada revelou um conjunto de vulnerabilidades da população interessada, entre as quais se destaca a idade avançada (forte peso da população reformada) e a existência de deficiências e/ou problemas de saúde. Destaca-se ainda o facto de a grande maioria dos interessados manifestar gosto em residir nos locais afetados, frequentemente por se tratar de população que sempre residiu na área, com laços familiares, de vizinhança e de comunidade bem vinculados, resultando a presença do projeto na manifesta alteração dos modos de vida dos habitantes dos locais afetados.

Nestas situações, os impactes associados ao Projeto transcendem a dimensão estritamente patrimonial, assumindo igualmente uma dimensão social, emocional e territorial relevante.

Por este motivo, as situações de deslocação residencial, realocização de atividades económicas e alteração das dinâmicas territoriais deverão merecer especial atenção nas fases subsequentes do Projeto, exigindo abordagens individualizadas e medidas de acompanhamento proporcionais às vulnerabilidades identificadas.

6.5 IMPACTES NA ATIVIDADES ECONÓMICAS

No que se refere às atividades económicas, foram identificadas situações distintas: empresas inseridas em áreas de atividades económicas (vulgo, zonas industriais) e empresas dispersas pelo território. Foram ainda identificadas situações específicas que merecerão especial atenção na fase seguinte, na medida em que, mesmo não sendo afetadas diretamente, a proximidade à LAV poderá condicionar o seu normal funcionamento.

Consequentemente, algumas situações exigirão acompanhamento específico e soluções individualizadas em fases subsequentes do Projeto.

6.6 MEDIDAS COMPENSATÓRIAS E GESTÃO DOS IMPACTES

Com base na caracterização dos interessados, foi possível proceder à tipificação das situações por município e por freguesia, com vista à definição das medidas de compensação adequadas a cada situação. É proposto um conjunto de 11 medidas distintas. Estas medidas são apresentadas e caracterizadas no **Programa de Medidas Compensatórias Socioeconómicas**, que integra o **ANEXO 12 – Socioeconomia | Anexo 12.2 Programa de Medidas Compensatórias Socioeconómicas e Programa de Monitorização de Impactes Sociais do Tomo 10.02.04.00 – Anexos Técnicos**. Este Programa é acompanhado do Plano de Gestão de Impactes.

Importa salientar que a eficácia destas medidas constituirá um fator determinante para a aceitação social do Projeto e para a mitigação efetiva dos impactes identificados.

A sua implementação deverá assegurar proporcionalidade, adequação às especificidades locais e capacidade de resposta diferenciada às vulnerabilidades identificadas.

6.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo, independentemente dos constrangimentos identificados, a presente AIS permitiu atingir os seus objetivos, que se prendem com a identificação e gestão dos impactes sociais e económicos decorrentes do desenvolvimento do Projeto LAV, incluindo o envolvimento eficaz da comunidade afetada num processo participativo de identificação, avaliação e gestão de impactes.

Os resultados obtidos evidenciam que o Projeto apresenta impactes negativos relevantes, particularmente associados à afetação direta de habitações, atividades económicas e alterações das dinâmicas territoriais e comunitárias. Contudo, as alterações introduzidas em fase de Projeto de Execução permitiram reduzir alguns dos impactes negativos anteriormente identificados, designadamente no que respeita ao efeito barreira e fragmentação territorial.

A continuidade do envolvimento dos interessados, a transparência dos procedimentos e a adoção de mecanismos de resposta adequados às diferentes tipologias de afetação serão fatores determinantes para assegurar uma implementação socialmente sustentável do Projeto.

7 ANEXOS

7.1 ANEXO I – RESUMO DAS NORMAS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO (BEI, 2022)

A promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo está no centro dos objetivos do BEI e da sua estratégia de financiamento. A política ambiental e social do Grupo BEI constitui o enquadramento global dos seus compromissos e uma visão para a década crítica até 2030, colocando o financiamento sustentável no centro de todas as atividades do BEI. Para honrar os seus compromissos em matéria de sustentabilidade, o BEI adotou um conjunto de 11 normas ambientais e sociais que estabelecem os requisitos que o promotor e o projeto devem cumprir ao longo de todo o ciclo de vida do projeto BEI. Segue-se um resumo destas normas.

Norma 1 – Impactos e Riscos Ambientais e Sociais

Promove uma abordagem integrada à avaliação e gestão de impactos e riscos, garantindo que as considerações ambientais, climáticas, sociais e de direitos humanos são tidas em conta e abordadas em todas as fases do projeto. A norma estabelece as responsabilidades do promotor para avaliar, gerir, monitorizar e comunicar os potenciais impactos e riscos ambientais, climáticos e sociais associados ao projeto e para maximizar os resultados positivos ao longo do mesmo. Isto é essencial para alcançar os resultados ambientais, climáticos e sociais em conformidade com a Política Ambiental e Social do Grupo BEI e as Normas Ambientais e Sociais do BEI.

Norma 2 – Envolvimento das Partes Interessadas

Promove uma abordagem inclusiva e sistemática para o envolvimento construtivo das partes interessadas. Reconhece que o envolvimento das partes interessadas é essencial para a avaliação, gestão e monitorização eficazes dos impactos e riscos ambientais, climáticos e sociais, e para assegurar que os projetos são sustentáveis e produzem melhores resultados. Esta norma descreve as responsabilidades do promotor na implementação de um envolvimento contínuo e transparente com as partes interessadas do projeto.

Norma 3 – Eficiência dos recursos e Prevenção da Poluição

Esta norma reconhece a importância da eficiência dos recursos para aliviar a pressão sobre o ambiente e travar as alterações climáticas. Incentiva a identificação, a conceção e a utilização de tecnologias, processos e serviços mais adequados para atingir os objetivos de qualidade ambiental. A norma também reforça a abordagem e os requisitos para projetos que envolvam atividades, instalações, modificações e/ou extensões existentes.

Norma 4 – Biodiversidade e Ecossistemas

A norma sublinha que a proteção e conservação da biodiversidade e dos ecossistemas, e a manutenção das suas funções e processos ecológicos, são fundamentais para a sustentabilidade ambiental e social. Esta norma estabelece os requisitos e medidas que o promotor tem de adotar ao longo das diferentes fases de um projeto apoiado pelo Banco para conseguir uma “no loss” de biodiversidade e - quando necessário - um impacto líquido positivo. A norma 4 também aborda a gestão sustentável e a utilização de recursos naturais vivos, como plantas, árvores e florestas, e reconhece a necessidade de considerar os meios de subsistência das pessoas afetadas pelo projeto, cujo acesso ou utilização de recursos naturais vivos pode ser afetado pelo projeto. A norma também sublinha a necessidade de envolver as comunidades tradicionais e indígenas como principais interessados na proteção e gestão da biodiversidade e dos recursos naturais, respeitando simultaneamente os seus direitos à terra, cultura e espiritualidade.

Norma 5 – Alterações Climáticas

Em consonância com as ambições reforçadas do BEI em matéria de ação climática e sustentabilidade ambiental e com o seu Roteiro do Banco para o Clima 2021-2025, esta norma promove o alinhamento dos projetos apoiados pelo BEI com os objetivos e princípios do Acordo de Paris e do Plano de Ação da UE para o Financiamento Sustentável. Para o efeito, estipula que os promotores devem abordar e incorporar explicitamente as considerações relativas à atenuação das alterações climáticas e à adaptação às mesmas no processo de tomada de decisão relativo aos projetos apoiados pelo BEI ao longo de todo o ciclo do projeto, avaliando e minimizando as emissões de gases com efeito de estufa e os riscos climáticos físicos.

Norma 6 – Reinstalação involuntária

Os projetos do BEI implicam por vezes a aquisição de terras e/ou restrições à sua utilização, o que pode resultar na deslocação temporária ou permanente de pessoas dos seus locais de residência originais ou das suas atividades económicas ou práticas de subsistência. Uma situação em que os indivíduos ou comunidades afetadas não têm o direito de recusar essa deslocação é designada por reinstalação involuntária. A Norma 6 procura evitar a reinstalação involuntária em primeira instância e minimizar e definir as medidas de mitigação adequadas que devem estar em vigor para contrariar os impactos adversos da reinstalação involuntária. Visa igualmente prestar assistência a todas as pessoas afetadas para que possam melhorar ou, pelo menos, restabelecer as suas condições socioeconómicas e culturais.

Pela importância desta norma para a presente AIA transcrevem-se as seguintes

1 O termo «reinstalação involuntária» designa a deslocação que resulta diretamente da aquisição de terrenos⁽¹⁵⁾ ou de restrições ao uso do solo no âmbito de um projeto. Inclui: a) a deslocação física (ou seja, a recolocação física, a perda de residência ou a perda de abrigo); e/ou b) a deslocação económica (ou seja, a perda de bens ou do acesso a bens, que conduz à perda de fontes de rendimento ou meios de subsistência⁽¹⁶⁾). A reinstalação é involuntária quando as pessoas ou comunidades afetadas não têm o direito de recusar essa deslocação.

2 A reinstalação involuntária pode ter impactos negativos graves no bem-estar económico, social e cultural dos titulares de direitos (pessoas afetadas e comunidades de acolhimento). As pessoas podem perder temporária ou permanentemente as suas fontes de rendimento ou ser deslocadas para ambientes em que as suas competências poderão ser menos relevantes e a compensação poderá não ser suficiente para evitar situações de carência ou de desvantagem de longa duração.

3 Por conseguinte, devem ser envidados esforços para, antes de mais, evitar a reinstalação involuntária. Nos casos em que não possa ser evitada, a reinstalação involuntária deve ser minimizada e devem ser adotadas medidas adequadas para atenuar os impactos negativos nos titulares de direitos, com vista a melhorar ou, pelo menos, restabelecer as suas condições socioeconómicas e culturais. A gestão da reinstalação involuntária deve assentar na consulta das pessoas afetadas e na divulgação de informações ao público.

Objetivos

4 A presente norma descreve as responsabilidades do promotor no âmbito da gestão dos riscos e impactos da reinstalação involuntária. Tem por objetivos:

- a. Evitar ou, quando tal não seja possível, minimizar a reinstalação involuntária explorando alternativas ao próprio projeto, bem como à sua conceção e localização;*
- b. Evitar despejos coercivos;*
- c. Melhorar os meios de subsistência e/ou o nível de vida das pessoas deslocadas ou, pelo menos, restabelecer a situação existente antes do projeto;*
- d. Melhorar as condições de vida das pessoas deslocadas pobres e de outros grupos vulneráveis de modo a assegurar um nível de vida mínimo, promovendo uma habitação adequada³ e a segurança do direito de ocupação⁴;*

(15) Entende-se por «aquisição de terrenos» todos os métodos de obtenção de terrenos para fins de execução de um projeto, nomeadamente a aquisição direta, a expropriação de terrenos e bens e a aquisição de direitos de acesso temporários ou permanentes, tais como servidões, direitos de passagem, e a imposição de restrições de acesso a zonas protegidas e outras

(16) Entende-se por «meios de subsistência» todos os meios que as pessoas, as famílias e as comunidades utilizam para assegurar as suas condições de vida, como sejam a habitação, a alimentação, o vestuário, entre outros

e. Atenuar os impactos sociais e económicos de situações inevitáveis de reinstalação involuntária: i) concedendo atempadamente uma compensação pela perda de bens com base no custo total de substituição; ii) garantindo que a conceção, o planeamento e a execução da reinstalação são acompanhadas por uma divulgação adequada de informações às pessoas afetadas, bem como pela consulta e participação informada das mesmas; iii) proporcionando às pessoas deslocadas acesso a mecanismos de reclamação; e iv) enquanto oportunidade de desenvolvimento, permitindo que as pessoas deslocadas beneficiem diretamente do projeto, consoante a natureza deste o justifique.

Norma 7 – Grupos Vulneráveis, Povos Indígenas e Género

O objetivo desta norma é abordar as desigualdades e outros fatores que contribuem para a vulnerabilidade, a marginalização e/ou a discriminação num projeto do BEI. A norma também promove a igualdade de género como um direito humano básico crucial para o desenvolvimento sustentável. Descreve as responsabilidades do promotor para avaliar, gerir e monitorizar os impactos, riscos e oportunidades do projeto relacionados com os povos indígenas e pessoas/grupos vulneráveis.

Norma 8 – Direitos do Trabalho

As boas práticas laborais e a utilização de códigos de conduta adequados são importantes para garantir que os direitos fundamentais dos trabalhadores são respeitados e que as condições de trabalho são justas e decentes. Esta norma visa garantir que os promotores de projetos do BEI cumpram as normas laborais fundamentais da Organização Internacional do Trabalho e a legislação nacional em matéria de trabalho e emprego. Estabelece a necessidade de um mecanismo de reclamação dos trabalhadores. Define ainda normas para proteger os trabalhadores migrantes e os trabalhadores afetados por despedimentos coletivos. A norma também exige o estabelecimento, a manutenção e a melhoria das relações entre os trabalhadores e a direção e dos termos e condições de emprego. A norma define os requisitos de avaliação necessários para a força de trabalho do próprio promotor, para os trabalhadores de terceiros e para os trabalhadores da cadeia de abastecimento.

Norma 9 – Saúde, Segurança e Proteção

A norma define as responsabilidades dos promotores e dos trabalhadores para salvaguardar a saúde, a segurança e a segurança dos trabalhadores e das pessoas e comunidades afetadas. Estabelece a importância de pôr em prática um sistema de gestão da saúde e da segurança bem definido, dotado de recursos adequados e de conhecimentos especializados. A norma reforça ainda os requisitos para prevenir a violência baseada no género e introduz requisitos de avaliação do impacto e dos riscos para novas áreas, como a segurança rodoviária e do tráfego, os riscos naturais (incluindo os que desencadeiam catástrofes tecnológicas) e as pandemias e epidemias.

Norma 10 - Património Cultural

O BEI reconhece o papel central do património cultural enquanto fonte de valiosas informações históricas e científicas, um trunfo para o desenvolvimento económico e social e parte integrante dos direitos, da identidade e das práticas culturais das pessoas. Em conformidade com as convenções e declarações internacionais aplicáveis, esta norma visa identificar e avaliar os riscos do projeto e os impactos potenciais que afetam o património cultural tangível e intangível e abrange a gestão e o acompanhamento das medidas de atenuação correspondentes. Salienta a necessidade de um procedimento de descoberta fortuita que defina as ações a tomar caso seja encontrado património cultural anteriormente desconhecido.

Norma 11 – Financiamento Intermediado

A Norma estabelece os requisitos e processos que os intermediários financeiros devem ter em vigor para avaliar, gerir, monitorizar e comunicar os impactos e riscos ambientais, climáticos e sociais associados aos subprojectos que financiam, conforme apropriado à natureza do financiamento intermediado.

7.2 ANEXO II – FOLHETO INFORMATIVO

informação

**LINHA DE ALTA VELOCIDADE
PORTO-LISBOA**

Logo: LUSOLAV

A chegada da **Linha de Alta Velocidade** ao seu território trará consigo novas oportunidades de mobilidade e desenvolvimento, mas também alguns constrangimentos durante a fase de construção e de operação.

Serão implementadas medidas rigorosas para minimizar os impactos ambientais e na vida quotidiana.

As obras de construção da linha estão previstas iniciar-se no primeiro trimestre de 2026, devendo a linha estar construída e entrar em operação em 2030.

Mais informações:
apoio@avan.pt

Benefícios da Linha de Alta Velocidade (LAV) Porto - Lisboa

- **Menos tempo de viagem:** Porto-Lisboa em cerca de 1h15m, aproximando as cidades, com paragens em Vila Nova de Gaia, Aveiro, Coimbra e Leiria.
- **Mais mobilidade:** Mais comboios e melhor serviço regional/mercadorias na linha do Norte.
- **Crescimento económico:** Ligação rápida a centros de desenvolvimento e novas oportunidades.
- **Transporte sustentável:** Menos emissões ao privilegiar o uso do comboio

Mapa da Linha: Porto, Gaia, Aveiro, Oia, Coimbra, Soure

SOBRE O CONSÓRCIO LUSOLAV

O projeto da Linha de Alta Velocidade Porto - Lisboa será desenvolvido em regime de Parceria Público-Privada e estruturado em três troços: Norte (lote 1: Porto-Oiã e lote 2: Oiã-Soure), Central (Soure-Carregado) e Sul (Carregado-Lisboa). Neste regime, os parceiros privados selecionados assumirão as responsabilidades cruciais pelo desenvolvimento do projeto, que vão desde o financiamento e projeto do traçado até à construção, manutenção e operação da infraestrutura.



SOBRE O PROJETO

O traçado definitivo da Linha de Alta Velocidade (LAV) ainda está em estudo e será submetido pela Lusolav a consulta pública durante o processo de avaliação ambiental do projeto de execução, que se estima venha a ocorrer entre agosto e setembro deste ano. À data de hoje o que está definido é um alinhamento de traçado dentro de um corredor com 400 metros de largura, aprovado pela Infraestruturas de Portugal em fase de Estudo Prévio. O traçado final da linha a propor pela Lusolav terá de se inserir dentro desse corredor.

Porque é que estou a ser contactado?

O projeto da LAV implica a realização de um conjunto de estudos multidisciplinares e trabalhos preparatórios dentro e nas imediações do corredor aprovado para o traçado. Estão a ser realizados estudos geotécnicos, levantamentos topográficos, estudos cadastrais e de caracterização do edifício e estudos socioeconómicos. Se está a ser contactado é porque a sua propriedade se situa dentro ou nas imediações do corredor onde passará a LAV, não sendo, no entanto, garantido que a sua propriedade venha a ser diretamente afetada pela linha. Pedimos que colabore com os técnicos no terreno, disponibilizando-lhes as informações solicitadas.

Haverá expropriações? Como serão compensadas as pessoas afetadas?

A construção da Linha de Alta Velocidade, como qualquer projeto de infraestrutura de grande escala, implicará expropriações de terrenos e propriedades. A compensação das pessoas afetadas será realizada de forma justa e transparente, seguindo rigorosamente a legislação de expropriações em vigor. O processo de compensação privilegiará a via negocial, buscando acordos amigáveis que satisfaçam ambas as partes. No entanto, caso não seja possível alcançar um acordo, o processo seguirá os trâmites legais, garantindo que os proprietários recebam uma indemnização justa e adequada pelo seu património.

É importante salientar que a confirmação clara dos terrenos a expropriar só será possível com a conclusão do projeto de execução. Estima-se que as equipas no terreno iniciarão o contacto com as pessoas afetadas previsivelmente durante o mês de setembro, fornecendo informações detalhadas e esclarecendo dúvidas sobre o processo. O processo expropriativo acautelar-se-á sempre que as pessoas afetadas encontrem alternativas viáveis para o seu realojamento e levará em consideração o tempo necessários para as respetivas mudanças.

Quem é a Lusolav?

A Lusolav é o Consórcio vencedor do concurso para a Concessão do lote 1 Porto-Oiã da Linha de Alta Velocidade Porto-Lisboa. O Consórcio é formado pela Alves Ribeiro, Casais, Condunil, Gabriel Couto, Mota-Engil, Serena e Teixeira Duarte. A AVAN é a futura concessionária da Alta Velocidade, que terá como único acionista a Lusolav. A Construção será executada pelo Consórcio AVACE-NORTE e as Expropriações estarão a cargo do Consórcio AVEXP-NORTE. Ambas entidades subcontratarão outras empresas para fazer o Projeto, as Expropriações e a Construção.



7.3 ANEXO III – MODELOS UTILIZADOS PARA O INQUÉRITOS

Inquérito direcionado para as habitações

LUSOLAV - Inquérito no âmbito da elaboração do EIS

Este inquérito tem como objetivo recolher informações no âmbito do Estudo de Impacte Social (EIS), no contexto do Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (RECAPE) da Linha de Alta Velocidade (LAV).
A sua participação é voluntária e os dados serão utilizados apenas para fins deste estudo.

PARTE I - CARACTERIZAÇÃO DO INQUIRIDO

I.1. Identificação da habitação

ID ☐ (preenchimento por parte da ET)

I.2. Nome do inquirido (opcional):

I.3. Morada:

I.4. Sexo

Masculino

Feminino

Outro

☐
☐
☐

I.5. Idade

____ anos

I.6 Estado civil: ☐ Solteiro/a ☐ Casado/a ☐ Divorciado/a ☐ Viúvo/a

PARTE II - CARACTERIZAÇÃO AGREGADO

II.1. Número de pessoas no agregado familiar: ____

II.2. Idades das pessoas que vivem consigo

1	2	3	4	5	6
☐	☐	☐	☐	☐	☐

II.3. Escolaridade

Sem instrução

Primária incompleta

Primária completa

6º ano (2º ano antigo)

9º ano (5º ano antigo)

12º ano (7º ano antigo)

Universitária/Politécnica

1	2	3	4	5	6
☐	☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐	☐

II.4. Existe alguém no agregado familiar com alguma incapacidade?

Não

Sim, incapacidade motora

Sim, incapacidade visual

Sim, incapacidade auditiva

Sim, incapacidade intelectual ou cognitiva

Outra (Especificar)

1	2	3	4	5	6
☐	☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐	☐
☐	☐	☐	☐	☐	☐

II.5 Essa(s) pessoa(s) recebe(m) algum apoio específico?

	1	2	3	4	5	6
Nenhum	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Apoios ao emprego -						
Desemprego - Subsídio de Desemprego	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Outro (medidas de estímulo ao emprego, formação financiada, etc)	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Apoios ao rendimento						
Desemprego - Subsídio Social de Desemprego	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Pobreza - Rendimento Social de Inserção (RSI)	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Idosos/ sem acesso a pensão – Pensão Social de Velhice	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Idosos/ baixos rendimentos- Complemento Solidário para Idosos (CSI)	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Crianças – Abono de família	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Apoios à família e à criança						
Prestações de parentalidade	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Outros (vários)	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Apoios à deficiência ou dependência						
Prestação Social para a Inclusão (PSI) (pessoas com deficiência com grau $\geq 60\%$)	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Outros (Subsídio por assistência de terceira pessoa, etc)	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Apoios à habitação						
Porta 65 Jovem	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Apoio Extraordinário ao arrendamento	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Outro	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Outro						
Apoios à educação (ação social, bolsa de estudo, etc) e saúde (vários)	☐	☐	☐	☐	☐	☐

II.6 Essa(s) pessoa(s) recebe(m) algum apoio no âmbito do sistema educativo específico?

	1	2	3	4	5	6
Nenhum	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Apoio social escolar	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Apoio social Direta (refeições, transporte, etc)	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Bolsa de Estudo	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Apoio psicológico ou técnico-pedagógico	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Outro	☐	☐	☐	☐	☐	☐

II.7. Ocupação

	1	2	3	4	5	6
Trabalhador por conta própria	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Trabalhador por conta de outrem	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Profissão liberal	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Quadro médio	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Empregado de escritório	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Empregado de comércio	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Agricultor	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Operário especializado	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Reformado	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Doméstica	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Estudante	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Desempregado	☐	☐	☐	☐	☐	☐

Há quanto tempo? _____

meses

II.8. Local de Trabalho/Escola

Na freguesia (assinalar com cruz se sim)
No município (assinalar com cruz se sim)

Fora: Local: _____

Local: _____

Local: _____

Local: _____

Local: _____

Local: _____

1	2	3	4	5	6

II.9. Qual é a principal fonte de rendimento do seu agregado familiar?

Trabalho por conta de outrem

Trabalho por conta própria

Apoios sociais (pensões, subsídios)

Rendimento de propriedade (aluguéis, terrenos, etc.)

Outro (especificar): _____

II.10. Qual o setor de atividade principal dos membros ativos do agregado familiar?

Agricultura / Floresta / Pecuária

Indústria transformadora

Comércio / Serviços

Construção civil

Administração pública / Educação / Saúde

Turismo / Restauração

Desempregado(a)

Reformado(a)

Outro: _____

1	2	3	4	5	6

II.11. O seu agregado possui terrenos agrícolas? (Ex. residência ou envolvente)

Sim

Não

II.12. Que utilidade têm esses terrenos para o seu agregado?

Produção para autoconsumo

Produção para venda (atividade económica principal)

Produção para venda (atividade complementar)

Arrendamento a terceiros

Outro: _____

II.13. Que percentagem aproximada do rendimento familiar vem da utilização desses terrenos?

Menos de 10%

Entre 10% e 25%

Entre 25% e 50%

Mais de 50%

Não sei / Prefiro não responder

II.14. Alguém no agregado familiar trabalha em unidades industriais na zona?

Sim

Não

Quantos elementos? _____

PARTE III - CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO

III.1. Tempo de residência atual: ____ anos

III.2. Tipo de ocupação

Proprietário ☐
Arrendatário ☐
Outro ____ ☐

III.3. Tipo de residência

Residência principal ☐
Segunda residência ☐
Residência temporária ☐
Concelho de nascimento _____

III.4 Encargos com a residência

Sem encargos ☐
Empréstimo (valor mensal em euros): ____
Renda (valor mensal em euros): ____
Outro (especificar): _____

III.5. Estado de conservação e infraestruturas da residência

N.º de divisões ☐

Identifique se é:

Moradia isolada ☐

Moradia geminada ☐

Apartamento ☐

Outro ☐

Qual: _____

	S	N
Servida por água	☐	☐
Servida por rede elétrica	☐	☐
Servida por via pavimentada	☐	☐
Servida por rede de esgotos	☐	☐
Servida por rede de telecomunicações	☐	☐

III.6. Qual a razão de viver aqui?

III.6.1. Há quanto tempo vive nesta localidade?

menos de 1 ano ☐
entre 1 e 5 anos ☐
entre 5 e 10 anos ☐
mais de 10 anos ☐

III.6.2. Por que razão vive nesta localidade?

Porque já tinha casa	☐
Porque estou próximo da família	☐
Porque nasci aqui/aqui perto	☐
Porque é sossegado	☐
Porque a vida é mais barata	☐
Porque tenho quintal/horta	☐
Porque estou próximo do meu emprego/do meu cônjuge	☐
Porque está bem servida de equipamentos/serviços	☐
Outra	☐
Qual? _____	

PARTE IV - AVALIAÇÃO DO LOCAL / ZONA DE RESIDENCIA

Esta Parte tem como objetivo perceber o que pensa da terra onde vive.

IV.1. Estou satisfeito por viver nesta localidade

Sim ☐ Não ☐ Mais ou menos ☐ S/ opinião ☐
Porquê? _____

IV.2. Sinto que pertenço a este local

Sim ☐ Não ☐ Mais ou menos ☐ S/ opinião ☐

IV.3. Gostaria de sair desta localidade

Sim ☐ Não ☐ Mais ou menos ☐ S/ opinião ☐
Porquê? _____

IV.4. Como caracteriza as relações da população

As pessoas nesta terra dão-se mal umas com as outras
Não há grande relacionamento entre vizinhos
Nesta terra todos nos conhecemos
Somos todos uma grande família

S	N
☐	☐
☐	☐
☐	☐
☐	☐

IV.5. Como avalia a qualidade de vida na zona?

Muito má ☐
Má ☐
Média ☐
Boa ☐
Muito boa ☐

IV.6. O agregado familiar tem acesso regular a cuidados de saúde?

Não ☐
Sim, com facilidade ☐
Sim, mas com dificuldades (ex. tempo de espera, distância) ☐
Só em situações urgentes ☐

S	N
☐	☐
☐	☐
☐	☐
☐	☐

IV.7. Frequência de utilização de serviços locais (escola, centro de saúde, comércio)

	1xSem	2xSem	+3xSem	1xMês	2xMês	+3xMês	Raramente	Nunca
Escola	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Centro de saúde	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Comércio	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Outros: _____	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

IV.8. Que actividades económicas são desenvolvidas nesta Localidade/Zona de Residência?

Lojas ☐
Mercados ☐
Feiras ☐
Restaurantes ☐
Padarias/Cafés/Bares ☐
Turismo ☐
Fábricas ☐
Oficinas Auto ☐
Artesanato ☐
Serviços de Saúde ☐
Centros de Estudo ☐
Construção ☐
Outro: _____ ☐

IV.9. Quais são os principais problemas/Carências deste Local/Zona de Residência?

Desemprego	
Serviços de Saúde	
Acessos	
Segurança	
Poluição Ambiental	
Transportes	
Educação	
Outro: _____	

IV.10. Quais são serviços locais que considera mais importante para melhorar a qualidade de vida do Local/Zona de Residência?

	Muito	2	3	Pouco
Escola				
Centro de saúde				
Comércio				
Outros: _____				

PARTE V - CONHECIMENTO E PERCEÇÃO DO PROJETO LAV

V.1. Tem conhecimento do projeto da Linha de Alta Velocidade?

Sim ☐ Não ☐

V.2. Como tomou conhecimento do projeto?

Jornais/TV	
Redes Sociais	
Vizinhos	
Sessão de Esclarecimento	
Outro: _____	

V.3. Participou em sessões públicas de esclarecimento ou recebeu informações sobre o projeto?

Sim ☐ Não ☐

V.4. Quais são as suas principais preocupações relativamente ao projeto?

V.5. Tem conhecimento se será, de alguma forma, afetado? Por exemplo, habitação, terreno agrícola, terreno florestal, outro.

Sim	
Não	
Não sabe	

V.6. Espera que o projeto afete:

	S	N
O ambiente (p.ex: ruído, paisagem, biodiversidade)	☐	☐
A economia local (p.ex: aumento de oportunidades de emprego)	☐	☐
A mobilidade e acessos (p.ex: rapidez e estado de acessos)	☐	☐
O seu dia-a-dia (p.ex: valorização imobiliária, expropriações)	☐	☐

V.7. Identifique impactes positivos e negativos que prevê:

	+	-
O ambiente (p.ex: ruído, paisagem, biodiversidade)	☐	☐
A economia local (p.ex: aumento de oportunidades de emprego)	☐	☐
A mobilidade e acessos (p.ex: rapidez e estado de acessos)	☐	☐
O seu dia-a-dia (p.ex: valorização imobiliária, expropriações)	☐	☐
Outro: _____	☐	☐

V.8. Sugestões de medidas de mitigação ou compensação:**V.9. Gostaria de participar em futuras sessões públicas de esclarecimento sobre o projecto?**

Sim ☐
Não ☐

V.10. Gostaria de receber informações sobre o projecto?

Sim ☐ (segue para questão V.11)
Não ☐ (segue para questão V.12)

V.11. Qual o melhor meio para receber informações?

Email ☐ _____
Telefone ☐ _____
Visita ☐ _____
Contacto: _____

V.12. Comentários adicionais

Inquérito direcionado para as atividades económicas

LUSOLAV - Inquérito no âmbito da elaboração do EIAE

Este inquérito tem como objetivo recolher informações no âmbito do Estudo de Impacte das Atividades Económicas (EIAE), no contexto do Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (RECAPE) da Linha de Alta Velocidade (LAV). A sua participação é voluntária e os dados serão utilizados apenas para fins deste estudo.

PARTE I - IDENTIFICAÇÃO DO INQUIRIDO

I.1. Identificação da atividade económica

ID ☐ (preenchimento por parte da ET)

I.2. Nome da empresa/exploração: _____

I.3. Morada: _____

I.4. Nome do inquirido: _____

I.5. Relação do inquirido com a empresa (sócio(a)/gerente/ outro): _____

PARTE II - CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

II.1. Ramo de atividade: _____

II.2. Quais são os principais produtos/ serviços que a empresa oferece?: _____

II.3. Há quantos anos a empresa está localizada nesta área?:

Menos de 1 ano ☐
1 a 5 anos ☐
6 a 10 anos ☐
Mais de 10 anos ☐
mais de 20 ☐

II.4. Área ocupada pela atividade (instalações e terrenos):

Até 500 m² ☐
500 – 1.000 m² ☐
Mais de 1.000 m² ☐

II.5. Sede única ou filial?: _____

II.6. Tipo de ocupação

Proprietário ☐
Arrendatário ☐
Outro _____ ☐

II.7. Encargos com terreno

(Se respondeu proprietário)

Sem encargos ☐
Com encargos (empréstimo bancário) ☐

II.8. Qual o volume de negócios anual?

Até 2 milhões de euros ☐
Entre 2ME e 50ME ☐
Mais de 50 ME ☐
Não sei / Prefiro não responder ☐

PARTE III - CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

III.1. Número de trabalhadores?:

1	☐
2-9	☐
10-19	☐
20-49	☐
mais de 50	☐

III.2. Local(ais) de residência dos trabalhadores (freguesia/ município)?

III.3. Qual é o nível de qualificação geral dos trabalhadores (Nº ou %)?

9º ano (5º ano antigo)	_____
12º ano (7º ano antigo)	_____
Universitária/Politécnica	_____

III.4. Qual é a faixa etária predominante dos trabalhadores (Nº ou %)?

até aos 18 anos	☐ (número aproximado)
18-25 anos	☐ (número aproximado)
26-50 anos	☐ (número aproximado)
>51 anos	☐ (número aproximado)

III.5. Tem ou já teve apoios (estágio IEFP/ Outro)?

Sim	☐ (número aproximado)
Não	☐ (número aproximado)

III.6. Os trabalhadores da empresa trabalham a tempo inteiro?

Sim todos trabalham a tempo inteiro	☐
Entre 50% e 75%	☐ (número aproximado)
Menos de 50%	☐ (número aproximado)
Não sei / Prefiro não responder	☐

III.7. Meio de transporte utilizado pelos trabalhadores

Transporte próprio (automóvel)	☐ (número aproximado)
Transporte público	☐ (número aproximado)
Transporte da empresa	☐ (número aproximado)

III.8. Os trabalhadores têm relações familiares entre si? Famílias, casais, etc?

Sim	☐	Não	☐	Não sabe	☐
-----	--------------------------	-----	--------------------------	----------	--------------------------

PARTE IV - AVALIAÇÃO DO LOCAL

IV.1. Por que razão se encontra nesta localidade?

Já tinha terreno	☐
Proximidade da residência do proprietário(a)/sócio(a)	☐
Disponibilidade de mão de obra	☐
Proximidade da matéria prima	☐
Benefícios fiscais	☐
Outra	☐
Qual?	_____

IV.2. A localização é crítica para o funcionamento da empresa?

Sim, completamente	☐
Parcialmente	☐
Não	☐

IV.3. Se respondeu Sim, identifique as razões.

Acessibilidade ☐
Proximidade a matérias primas ☐
Procura/ oferta ☐
Disponibilidade de mão de obra ☐
Outra ☐

IV.4. Está satisfeito com o local da atividade?

Sim ☐ Não ☐ Mais ou menos ☐ S/ opinião ☐

Porquê? _____

IV.5. Gostaria de sair desta localidade

(Se respondeu "Não" / "Mais ou menos" / "S/ opinião" na questão anterior)

Sim ☐ Não ☐ Mais ou menos ☐ S/ opinião ☐

Porquê? _____

IV.6. Quais são os principais problemas/Carências deste Local?

Acessos ☐
Segurança ☐
Poluição Ambiental ☐
Transportes ☐
Educação ☐
Outro: ☐

IV.7. Como caracteriza a relação com a população residente na envolvente

	S	N
A população apoia o negócio	☐	☐
As pessoas da terra dependem do negócio	☐	☐
Não há grande relacionamento entre vizinhos	☐	☐
Indiferente	☐	☐

PARTE V - CONHECIMENTO E PERCEÇÃO DO PROJETO LAV

V.1. Tem conhecimento do projeto da Linha de Alta Velocidade?

Sim ☐
Não ☐

V.2. Como tomou conhecimento do projeto?

Jornais/TV ☐
Redes Sociais ☐
Vizinhos ☐
Sessão de Esclarecimento ☐
Outro: ☐

V.3. Participou em sessões públicas de esclarecimento ou recebeu informações sobre o projeto?

Sim ☐
Não ☐

V.4. Quais são as suas principais preocupações relativamente ao projeto?

V.5. Como espera que o projeto afete:

	S	N
O ambiente (p.ex: ruído, paisagem, biodiversidade)	☐	☐
A economia local (p.ex: aumento de oportunidades de emprego)	☐	☐
A mobilidade e acessos (p.ex: rapidez e estado de acessos)	☐	☐
O seu dia-a-dia (p.ex: valorização imobiliária, expropriações)	☐	☐

V.6. Tem conhecimento se a sua atividade será, de alguma forma, afetada?

Instalações
Terreno
Perda de acessos rodoviários
Aumento de ruído / poeiras
Interrupção de serviços ou fornecimentos
Perda de rendimentos
Diminuição da produtividade
Outra _____

☐
☐
☐
☐
☐
☐
☐

V.7. Identifique impactes positivos e negativos que prevê:

--

V.8. Sugestões de medidas de mitigação ou compensação:

--

V.9. Gostaria de participar em sessões públicas de esclarecimento futuras?

Sim ☐
Não ☐

V.10. Gostaria de receber informações sobre o projecto?

Sim ☐ (segue para questão V.11)
Não ☐ (segue para questão V.12)

V.11. Qual o melhor meio para receber informações?

Email ☐ _____
Telefone ☐ _____
Visita ☐ _____
Contacto: _____

V.12. Comentários adicionais

--

Inquérito direcionado para as outras construções

LUSOLAV - Inquérito no âmbito da elaboração do EIS

Este inquérito tem como objetivo recolher informações no âmbito do Estudo de Impacte Social (EIS), no contexto do Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (RECAPE) da Linha de Alta Velocidade (LAV).

A sua participação é voluntária e os dados serão utilizados apenas para fins deste estudo.

PARTE I - CARACTERIZAÇÃO DO INQUIRIDO

I.1. Identificação do edificado

ID (preenchimento por parte da ET)

I.2. Nome do inquirido (opcional):

I.3. Morada:

I.4. Sexo

Masculino

Feminino

Outro

☐
☐
☐

I.5. Idade

_____ anos

I.6. Relação do inquirido com o edificado

Proprietário

Arrendatário

Outro

☐
☐

PARTE II - CARACTERIZAÇÃO DO EDIFICADO

II.1. Que tipo de estrutura é?

Anexo de habitação

Armazém/ arrumos agrícolas

Ruína

Barracão

Armazém de ferramentas / material

Estufa

Abrigo para animais

Outro

☐
☐
☐
☐
☐
☐
☐

II.2. Estado de conservação

Em utilização

Abandonado

Ruína

Outro

☐
☐
☐

II.3. Utilizado para fins de:

Uso doméstico

Uso agrícola

Armazenamento de ferramentas ou máquinas

Conservação de produtos agrícolas ou florestais

Apoio à atividade pecuária

Apoio à silvicultura

Apoio a obras ou construção

Indefinido

Outro

☐
☐
☐
☐
☐
☐
☐
☐

III.7. Identifique impactes positivos e negativos que prevê:

O ambiente (p.ex: ruído, paisagem, biodiversidade)
A economia local (p.ex: aumento de oportunidades de emprego)
A mobilidade e acessos (p.ex: rapidez e estado de acessos)
O seu dia-a-dia (p.ex: valorização imobiliária, expropriações)
Outro: _____

+	-
☐	☐
☐	☐
☐	☐
☐	☐

III.8. Sugestões de medidas de mitigação ou compensação:

III.9. Gostaria de participar em futuras sessões públicas de esclarecimento sobre o projecto?

Sim ☐
Não ☐

III.10. Gostaria de receber informações sobre o projecto?

Sim ☐ (segue para questão V.11)
Não ☐ (segue para questão V.12)

III.11. Qual o melhor meio para receber informações?

Email ☐ _____
Telefone ☐ _____
Visita ☐ _____
Contacto: _____

III.12. Comentários adicionais

7.4 ANEXO IV – OUTEIRAL STABLES PORTUGAL - RELATÓRIO DE ANÁLISE DE IMPACTES E CONDICIONANTES AO PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO



OUTEIRAL
STABLES
PORTUGAL

**RELATÓRIO DE ANÁLISE DE IMPACTOS E CONDICIONANTES
AO PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO NO ÂMBITO DO
PROJETO DA LINHA DE ALTA VELOCIDADE PORTO-LISBOA**

Estudo de Caso: A Sociedade Hípica Quinta do Outeiral

De: Sociedade Hípica Quinta do Outeiral Serzedo, Vila Nova de
Gaia

Resumo Executivo

O presente relatório é submetido em nome da Sociedade Hípica Quinta do Outeiral (SHQO), localizada em Serzedo, Vila Nova de Gaia, em resposta à notificação e ao processo de levantamento de dados no âmbito do Estudo de Impacte das Atividades Económicas (EIAE) para a construção da Linha de Alta Velocidade (LAV) Porto-Lisboa, lote 1 (Porto-Oiã). Este documento visa demonstrar, de forma exaustiva e fundamentada, a natureza singular e o valor multidimensional da SHQO, provando que um processo de expropriação padrão, baseado numa compensação pecuniária pelo valor do imóvel, é não só legalmente inadequado como materialmente destrutivo para um ativo económico, desportivo e social de características únicas.

Os argumentos centrais desenvolvidos são os seguintes:

1. **Singularidade do Ativo:** A SHQO não é um bem imóvel fungível, mas um ecossistema operacional complexo, cujo valor reside no seu capital biológico (cavalos de alta competição e um pipeline genético de elevado potencial), no seu capital intelectual (uma equipa especializada e residente) e no seu capital social (o único centro de hipoterapia em Vila Nova de Gaia, com protocolo de cooperação com a autarquia). O seu modelo de negócio, assente em ciclos de investimento de 10 a 15 anos, encontra-se numa fase de maturação crítica que uma avaliação baseada na faturação anual não consegue capturar.
2. **Impacto Científico Irreversível:** A sensibilidade auditiva extrema dos equinos, cientificamente documentada, torna-os fisiológica e comportamentalmente incompatíveis com o ambiente de ruído e vibração gerado por uma obra de grande escala e, subsequentemente, pela operação de uma linha de alta velocidade. A exposição ao stress sonoro crónico induzirá patologias, degradará a performance desportiva e tornará a prática da hipoterapia perigosa e inviável. As medidas de mitigação padrão são manifestamente insuficientes.
3. **Inadequação Jurídica da Indemnização Padrão:** O princípio constitucional da "justa indemnização", consagrado no Código das Expropriações, visa ressarcir integralmente o prejuízo do expropriado, aplicando-se a teoria da substituição. Dada a inexistência no mercado de um ativo que possa substituir a SHQO, a única forma de cumprir este preceito legal é através do financiamento da sua deslocalização e reconstrução integral.
4. **Impossibilidade Prática do Cronograma:** O cronograma anunciado pela LusoLav, com início das obras no primeiro trimestre de 2026 ¹, é materialmente impossível de conciliar com a deslocalização da SHQO. O processo de identificação de terreno, licenciamento multifacetado (municipal, desportivo, sanitário, ambiental) e construção especializada de um novo centro equestre

requer, numa estimativa conservadora, um período de 3 a 5 anos.

Conclui-se que qualquer tentativa de aplicar um processo expropriativo padrão resultará na destruição irreversível da SHQO, na violação do princípio da justa indemnização e na geração de um contencioso jurídico prolongado, que representará um risco significativo para o cronograma do próprio projeto LAV. Em alternativa, propõe-se uma resolução negociada, baseada num plano de deslocalização assistida e faseada, como a única via que salvaguarda os interesses de todas as partes, cumpre a lei e permite que o desenvolvimento nacional não se faça à custa da aniquilação de um projeto de valor inestimável.

Secção 1: A Natureza Singular e o Valor Multidimensional da Sociedade Hípica Quinta do Outeiral

1.1. Introdução: Um Ativo Estratégico e Não Replicável

A Sociedade Hípica Quinta do Outeiral (SHQO), sita em Serzedo, Vila Nova de Gaia, representa muito mais do que a parcela de terreno e as edificações que ocupa. Constitui um ecossistema operacional de alta especialização, um centro de excelência desportiva e um polo de intervenção social de reconhecida importância local. A sua avaliação, no contexto do processo expropriativo para a construção da Linha de Alta Velocidade (LAV), não pode, sob pena de erro grosseiro, ser reduzida a uma análise imobiliária convencional, como a que é sugerida pela estrutura do "Inquérito no âmbito da elaboração do EIAE".¹ Esse inquérito, focado em métricas como a "área ocupada" e o "volume de negócios anual", é metodologicamente inadequado para capturar a essência e o valor de um negócio cujos ativos mais valiosos são biológicos, intangíveis e sociais.

A presente secção tem como objetivo estabelecer um paradigma de avaliação correto, demonstrando que a SHQO é um ativo estratégico e não replicável no mercado. O seu valor real não reside nos "tijolos e argamassa", mas sim na sinergia entre um modelo de negócio de longo prazo, um património genético equino de elite, uma função social única no concelho e um capital humano especializado. Ignorar estas dimensões não é apenas uma falha de análise; é o ponto de partida para uma indemnização manifestamente injusta e para a destruição de um valor que o dinheiro, por si só, não pode substituir.

1.2. O Modelo de Negócio: Um Investimento de Longo Prazo em Ativos Biológicos

O modelo de negócio da SHQO fundamenta-se na criação, desenvolvimento e valorização de cavalos de desporto para a disciplina de saltos de obstáculos, uma atividade que, por sua natureza, opera em ciclos de investimento de longa duração. A literatura especializada e a prática do setor confirmam que o percurso de um cavalo de desporto, desde o nascimento até atingir o seu pico de performance e valor em competição, se estende por um período de 10 a 15 anos.² A SHQO, após mais de uma década de investimento contínuo e criterioso, encontra-se precisamente no ponto de inflexão em que começa a colher os frutos dessa estratégia de longo prazo.

O património da quinta é composto por 35 cavalos atualmente alojados nas suas instalações. Este plantel não é um conjunto homogéneo; é uma carteira de ativos biológicos diversificada, que inclui:

- **Atletas de Alta Competição:** Cavalos em plena carreira desportiva, com provas dadas nos mais altos escalões. Um exemplo emblemático é o cavalo "Imposant van de Renger", que já representou Portugal em diversas Taças das Nações, um testemunho do nível de excelência alcançado pela SHQO.
- **Promessas Olímpicas:** Animais com potencial genético e desportivo para integrar futuras representações nacionais, nomeadamente com o objetivo de participação nos Jogos Olímpicos de 2028.
- **Cavalos de Formação e Escola:** Animais dedicados ao ensino da equitação, essenciais para a sustentabilidade da componente de formação do centro.
- **Cavalos de Hipoterapia:** Equinos com um temperamento e treino específicos para a terapia assistida, representando um valor social incalculável.

Para além dos ativos presentes, a SHQO realizou um investimento estratégico crucial para a sua continuidade e crescimento futuro: um conjunto de 35 poldros e embriões selecionados, atualmente em desenvolvimento na Holanda, um dos principais centros mundiais de genética equina. Este "pipeline" representa o futuro do negócio, a garantia de sucessão desportiva e a próxima geração de valor. A combinação dos 35 cavalos na quinta e dos 35 em desenvolvimento representa um capital biológico total de 70 animais, cujo valor transcende em muito o valor patrimonial das instalações.

Neste contexto, a insistência em métricas como o "volume de negócios anual" ¹ é profundamente enganadora. No setor da criação de cavalos de elite, a faturação pode ser baixa ou irregular durante os longos anos de desenvolvimento, enquanto o valor dos ativos cresce exponencialmente. O valor de um cavalo de Grande Prémio não é determinado por uma transação anual, mas pelo seu desempenho em competição, pela sua linhagem genética e pelo seu potencial como reprodutor, podendo atingir valores de centenas de milhares ou mesmo milhões de euros.⁴ A expropriação, neste momento, não interrompe apenas um fluxo de caixa; ela aniquila um capital acumulado ao longo de mais de uma década, no exato momento em que este atingia a sua maturidade.

1.3. A Função Social e Terapêutica: Um Serviço Único em Vila Nova de Gaia

Para além da sua vertente desportiva e económica, a SHQO desempenha uma função social de extrema relevância, sendo a única entidade em todo o concelho de Vila Nova de Gaia que disponibiliza o serviço de hipoterapia. Esta é uma modalidade terapêutica que utiliza o cavalo como agente promotor de ganhos a nível físico, psicológico e social, com eficácia cientificamente comprovada para utentes com um vasto leque de necessidades especiais, incluindo Paralisia Cerebral, Transtorno do Espectro Autista (TEA), entre outras patologias.⁸

A importância desta valência é reconhecida e formalizada através de um protocolo de colaboração estabelecido com a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.¹³ Este acordo confere à atividade da SHQO um carácter de serviço de interesse público, respondendo a uma necessidade social que, de outra forma, não teria resposta no município. A interrupção deste serviço não representa apenas uma perda para um negócio privado; significa o abandono de dezenas de utentes e das suas famílias, que dependem desta terapia para o seu desenvolvimento e qualidade de vida.

É fundamental compreender que o sucesso e a segurança da hipoterapia estão intrinsecamente dependentes de condições ambientais que a construção e operação da LAV tornarão impossíveis de manter. A literatura científica e as boas práticas do setor são unânimes em afirmar que a terapia assistida por equinos exige um ambiente seguro, tranquilo, previsível e livre de poluição sonora ou visual excessiva.¹⁶ O cavalo, para ser um parceiro terapêutico eficaz, tem de estar calmo, confiante e focado no utente.²⁰ A introdução de ruídos e vibrações intensas e súbitas, características de uma obra de grande escala, no ambiente da SHQO, irá gerar um estado de stress e imprevisibilidade nos animais, tornando-os inadequados e até perigosos para o trabalho com utentes vulneráveis. A base da terapia – a relação de confiança e calma entre o utente e o cavalo, num ambiente natural e acolhedor – será irremediavelmente destruída.

1.4. O Ecossistema Humano e Operacional

A SHQO não é uma entidade despersonalizada; é uma comunidade. Nas suas instalações residem permanentemente funcionários, cujas vidas e habitação estão diretamente ameaçadas pelo processo expropriativo. A equipa da quinta é composta por profissionais altamente qualificados e com anos de experiência – tratadores, cavaleiros, instrutores e terapeutas – cuja interação e conhecimento acumulado constituem um "saber-fazer" que é, em si mesmo, um ativo intangível da empresa. A desagregação desta equipa, consequência inevitável de uma cessação abrupta da atividade, representaria uma perda de capital intelectual e humano impossível de ser

compensada financeiramente. A coesão e a estabilidade deste ecossistema humano são vitais para o bem-estar dos animais e para o sucesso de todas as vertentes do negócio.

Secção 2: Análise de Impacto Científico: Ruído, Vibração e o Bem-Estar Animal

A viabilidade da Sociedade Hípica Quinta do Outeiral está indissociavelmente ligada a um ambiente que respeite as necessidades biológicas e etológicas dos equinos. A construção e posterior operação da Linha de Alta Velocidade (LAV) nas imediações da quinta introduzem um fator de perturbação ambiental – o ruído e a vibração – de tal magnitude que compromete, de forma científica e objetivamente demonstrável, a saúde, o bem-estar e a própria função dos cavalos que constituem o principal ativo da SHQO.

2.1. A Sensibilidade Auditiva Extrema dos Equinos: Uma Perspetiva Biológica

Os cavalos são, por natureza, animais de presa. A sua evolução dotou-os de um sistema sensorial excecionalmente desenvolvido como mecanismo de sobrevivência para detetar predadores à distância. A sua audição é extraordinariamente mais sensível que a humana. Estudos indicam que os cavalos conseguem detetar sons num raio de até 4 quilómetros e perceber uma gama de frequências muito mais ampla, que se estende de aproximadamente 14 Hz a 35 kHz, incluindo ultrassons que são inaudíveis para o ser humano.²¹ As suas orelhas, controladas por um conjunto de dez músculos (em comparação com os três humanos), podem mover-se independentemente em 180 graus, permitindo uma localização sonora precisa e constante.²¹ Esta acuidade auditiva torna-os extremamente vulneráveis à poluição sonora. Ruídos excessivos, súbitos ou contínuos, como os produzidos por maquinaria de construção pesada, geram um estado de sobressalto e agitação constante.²² Para um cavalo, estes sons não são meros incómodos; são interpretados pelo sistema nervoso como sinais de perigo iminente e inescapável. Adicionalmente, a sensibilidade dos cavalos não se limita ao som aéreo. Eles são capazes de perceber vibrações de baixa frequência através do solo, por via dos seus cascos e ossos.²¹ Isto significa que o impacto da obra da LAV não se restringirá ao ruído audível. A vibração gerada pela maquinaria pesada durante a fase de construção (terraplanagens, estaqueamento, etc.) e, de forma permanente, pela passagem dos comboios de alta velocidade, constituirá uma fonte adicional e constante de perturbação e stress, que não pode ser mitigada por barreiras acústicas convencionais.

2.2. A Resposta Fisiológica ao Stress Sonoro: A Cascata de Danos

A exposição a um estímulo stressante, como o ruído intenso e prolongado, desencadeia no organismo do cavalo uma cascata de respostas fisiológicas conhecida como a reação de "luta ou fuga". Esta reação é mediada pelo sistema nervoso autónomo e pelo eixo hipotalâmico-hipofisário-adrenal (HHA). A ativação prolongada deste eixo leva a um aumento da secreção de hormonas do stress, nomeadamente a hormona adrenocorticotrópica (ACTH) e, consequentemente, o cortisol.²⁵

Embora esta seja uma resposta adaptativa a ameaças de curta duração, a exposição crónica ao ruído transforma-a num estado patológico com consequências sistémicas graves:

- **Disfunções Cardiovasculares:** O stress sonoro provoca aumentos da pressão sanguínea e da frequência cardíaca.²⁶ A manutenção crónica destes estados pode levar a problemas cardíacos a longo prazo.
- **Perturbações Gastrointestinais:** O stress afeta a motilidade gastrointestinal, sendo um fator de risco conhecido para o desenvolvimento de úlceras gástricas e cólicas, condições que são das principais causas de morbilidade e mortalidade em equinos.
- **Alterações Metabólicas:** O cortisol influencia o metabolismo da glicose, podendo levar a desequilíbrios com impacto na condição física e na saúde geral do animal.²⁶
- **Imunossupressão:** Níveis cronicamente elevados de cortisol suprimem o sistema imunitário, tornando os cavalos mais vulneráveis a infeções bacterianas, virais e fúngicas.²⁶

É crucial sublinhar que estes danos não são especulativos. A avaliação dos níveis de stress em cavalos é uma área de estudo consolidada, recorrendo-se a marcadores fisiológicos objetivos como a medição da concentração de cortisol no plasma, saliva ou fezes, a monitorização da frequência cardíaca e a análise de perfis leucocitários.²⁵ A implementação de um estaleiro de obras nas imediações da SHQO criará um ambiente experimental

in vivo que, com base na evidência científica disponível, levará inevitavelmente a um declínio mensurável da saúde e do bem-estar de todo o efetivo.

2.3. Consequências Comportamentais e de Performance

As alterações fisiológicas induzidas pelo stress traduzem-se diretamente em alterações comportamentais que comprometem a função e o valor de cada cavalo na SHQO.

- **Para os Cavalos de Desporto:** A disciplina de saltos de obstáculos exige uma combinação de atletismo, coragem, concentração e uma relação de confiança absoluta entre cavalo e cavaleiro. Um cavalo que vive num estado de ansiedade e alerta permanentes terá a sua capacidade de concentração e aprendizagem severamente diminuída. Torna-se mais reativo, assustadiço e imprevisível. Isto manifesta-se em recusas a saltar, erros de percurso, pânico e reações de fuga, que não só anulam qualquer possibilidade de sucesso desportivo, como criam um risco elevado de acidentes graves para o cavaleiro e para o próprio animal, podendo resultar em lesões que terminam carreiras.²⁹ O valor de um cavalo de alta competição, construído ao longo de anos de treino e investimento, pode ser destruído em meses por um ambiente inadequado.
- **Para os Cavalos de Hipoterapia:** No contexto terapêutico, as consequências são ainda mais graves. A segurança do utente, muitas vezes uma criança ou um adulto com mobilidade reduzida e elevada vulnerabilidade, é a prioridade absoluta. Esta segurança depende inteiramente da calma, fiabilidade e previsibilidade do cavalo. Um animal que se assusta facilmente ou que tem reações inesperadas devido ao ruído ambiente ²² não pode, em circunstância alguma, ser utilizado em terapia. Deixa de ser um agente terapêutico para se tornar uma fonte de perigo. A atividade de hipoterapia na SHQO, um serviço social único em Gaia, tornar-se-ia, pura e simplesmente, impraticável.

A introdução de uma fonte de ruído e vibração permanente, como a operação da LAV, significa que estes impactos não seriam temporários. O ambiente da quinta ficaria perpetuamente contaminado, tornando a localização incompatível com a manutenção de um centro equestre de elite e de terapia. As medidas de mitigação propostas em projetos de infraestruturas, como barreiras acústicas, são desenhadas para o recetor humano e são manifestamente insuficientes para proteger animais com a sensibilidade biológica do cavalo. O problema não é mitigável; é existencial.

Tabela 1: Matriz de Risco – Impacto do Ruído e Vibração nos Ativos Equinos da SHQO

Fonte de Perturbação (Fase do Projeto LAV)	Tipo de Ativo Equino	Risco Fisiológico e Comportamental Identificado	Impacto Económico / Social / Desportivo
Fase de Construção (Q1 2026 - 2030)			
<i>Ruído de Maquinaria Pesada (intermitente, alta intensidade)</i>	Cavalos de Alta Competição (e.g., "Imposant van de Renger")	Stress agudo, picos de cortisol, reatividade aumentada, medo, ansiedade. Risco de lesões por reações de pânico na box ou no treino. ²⁶	Degradação da performance, impossibilidade de treinar eficazmente, perda de resultados em competição, desvalorização do ativo, risco de fim de carreira.
<i>Vibração do Solo (terraplanagens, fundações)</i>	Poldros e Cavalos em Desenvolvimento	Perturbação do descanso, stress crónico, potencial impacto negativo no desenvolvimento esquelético e nervoso. ²¹	Abrandamento do desenvolvimento, surgimento de problemas comportamentais, perda do potencial genético, anulação do investimento a longo prazo.
<i>Ruído e Movimento Constante (trabalhadores, veículos)</i>	Cavalos de Hipoterapia	Estado de alerta constante, perda de confiança, imprevisibilidade. Impossibilidade de manter o estado de calma necessário para a terapia. ²⁰	Inviabilização total e imediata do programa de hipoterapia por razões de segurança. Cessação do serviço social prestado à comunidade de Gaia.
Fase de Operação (Pós-2030)			

<i>Ruído da Passagem do Comboio (súbito, alta frequência)</i>	Todos os Cavalos	Respostas de sobressalto repetidas, habituação impossível devido à natureza do som, manutenção de níveis de stress cronicamente elevados. ²¹	Danos de saúde a longo prazo (úlceras, problemas cardíacos, imunossupressão), redução da longevidade e da vida útil desportiva/terapêutica.
<i>Vibração do Solo (permanente e cíclica)</i>	Todos os Cavalos	Fonte de perturbação crónica e inescapável, afetando o descanso e o bem-estar geral, mesmo dentro das boxes. ²⁴	Ambiente perpetuamente inadequado para a manutenção de equinos, especialmente os de alta sensibilidade e valor.
<i>Impacto Acumulado (Construção + Operação)</i>	Todo o Ecossistema da SHQO	Danos fisiológicos e psicológicos irreversíveis em todo o efetivo. Perda da reputação da quinta como um local de excelência e tranquilidade.	Destruição total do modelo de negócio. Perda do "fundo de comércio". Impossibilidade de atrair novos clientes, cavaleiros ou utentes de terapia. Colapso do valor da empresa.

Secção 3: Enquadramento Jurídico e a Inviabilidade do Modelo Expropriativo Padrão

A expropriação por utilidade pública é uma ferramenta do Estado de Direito, mas o seu exercício não é discricionário. É estritamente balizado por princípios constitucionais e legais que visam proteger o expropriado de um sacrifício desproporcional. A aplicação de um modelo expropriativo padrão à Sociedade Hípica Quinta do Outeiral, que se limite ao pagamento do valor de mercado do imóvel, constitui uma violação flagrante destes princípios, nomeadamente o da "justa indemnização".

3.1. O Princípio Constitucional da "Justa Indemnização"

A Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 62.º, n.º 2, garante o direito à propriedade privada, estabelecendo que a expropriação por utilidade pública só pode ser efetuada "mediante o pagamento de justa indemnização". Este princípio fundamental é densificado pelo Código das Expropriações (CE), aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro. O seu artigo 1.º reitera que a expropriação se faz "mediante o pagamento contemporâneo de uma justa indemnização".³¹

O conceito de "justiça" nesta matéria não é vago. O artigo 23.º, n.º 1, do CE clarifica que a indemnização "não visa compensar o benefício alcançado pela entidade expropriante, mas ressarcir o prejuízo que para o expropriado advém da expropriação".³³ A jurisprudência dos tribunais superiores, de forma consistente, tem interpretado este preceito no sentido de que a indemnização deve deixar o expropriado numa situação patrimonial equivalente à que detinha antes do ato ablativo, ou seja, deve deixá-lo incólume.³⁴ O objetivo não é empobrecer nem enriquecer o expropriado, mas sim garantir que o seu património não sofre uma diminuição em virtude de um ato imposto no interesse da comunidade.

3.2. A Teoria da Substituição como Critério para a Justiça

Para alcançar o desiderato de uma indemnização justa, a doutrina e a jurisprudência portuguesas acolheram a "teoria da substituição".³⁵ Segundo esta teoria, a indemnização deve ser calculada de modo a permitir ao expropriado adquirir um bem sucedâneo, ou seja, um outro bem com características e potencialidades equivalentes ao que lhe foi retirado. É o valor necessário para "substituir" o bem perdido, e não meramente o seu valor de venda em abstrato.

A aplicação desta teoria ao caso da SHQO é o cerne da questão jurídica. Conforme

demonstrado na Secção 1, a SHQO não é um "terreno com construções". É um ativo único, um ecossistema funcional que resulta de uma combinação específica de localização, instalações especializadas, um plantel de cavalos de elite com um pipeline genético, um programa social exclusivo e uma equipa experiente. Não existe no mercado imobiliário da região do Grande Porto, ou mesmo a nível nacional, um bem "pronto a comprar" que possa substituir a SHQO.

Perante a impossibilidade de encontrar um bem sucedâneo no mercado, a única forma de aplicar a teoria da substituição e, conseqüentemente, de garantir uma justa indemnização, é dotar a SHQO dos meios financeiros necessários para *criar* esse bem. Isto implica, necessariamente, o financiamento integral da deslocalização e reconstrução de um novo centro equestre, com as mesmas ou equivalentes valências, noutro local. Qualquer valor inferior a este não permitirá a substituição do ativo e, portanto, constituirá uma indemnização injusta, em violação da lei.

3.3. A Indemnização pela Cessação da Atividade Económica

O Código das Expropriações não se limita a compensar a perda da propriedade. Reconhece que, muitas vezes, o imóvel é o suporte de uma atividade económica, cuja interrupção constitui um dano autónomo e indemnizável. A lei prevê expressamente o cálculo de uma indemnização pela interrupção da atividade comercial, industrial, liberal ou agrícola.³⁶ Esta indemnização deve ressarcir os "prejuízos directos e necessariamente resultantes" da expropriação³⁷, o que inclui, nomeadamente, o valor do estabelecimento ou "fundo de comércio" e os lucros cessantes.³⁸

No caso da SHQO, estes danos são de enorme expressão:

- **Fundo de Comércio:** Inclui o valor da marca "Sociedade Hípica Quinta do Outeiral", a sua reputação no meio equestre nacional e internacional, a clientela estabelecida para as aulas de equitação, a rede de contactos e parcerias no desporto de alta competição, e o valor incomensurável do protocolo com a Câmara Municipal de Gaia, que legitima a sua função social.
- **Lucros Cessantes:** Não se podem calcular com base na faturação histórica, que, como vimos, é uma métrica inadequada. Os lucros cessantes correspondem à perda do potencial de valorização futura de todo o capital biológico – os 70 cavalos (presentes e em desenvolvimento). A expropriação aniquila a possibilidade de realizar o valor destes ativos através da competição e da reprodução, um dano que ascende a vários milhões de euros.

A tentativa de calcular estes valores de forma isolada para uma compensação pecuniária seria um exercício complexo, especulativo e propenso a litígio. No entanto,

a abordagem da deslocalização assistida resolve esta questão de forma elegante e justa: ao permitir a continuidade da atividade, ela mitiga a maior parte destes danos, transformando a "indenização por cessação" numa "indenização por reinstalação".

A combinação da natureza única do bem com o princípio da justa indenização, interpretado à luz da teoria da substituição, transforma a obrigação da entidade expropriante. Esta não pode ser uma mera "obrigação de dar" (pagar uma quantia em dinheiro). Torna-se, por força da lei e das circunstâncias, uma "obrigação de fazer": a obrigação de viabilizar a criação de uma nova situação patrimonial equivalente, ou seja, de viabilizar a reconstrução do negócio noutro local. O pedido da SHQO não é, pois, um apelo à benevolência da LusoLav, mas a exigência do estrito cumprimento da lei.

Tabela 3: Análise Comparativa de Modelos de Indemnização

Critério de Avaliação	Modelo Padrão (Compensação Pecuniária)	Modelo de Substituição (Deslocalização Assistida)	Conformidade Legal (Código das Expropriações)
Valor do Imóvel	Calculado com base no valor de mercado do terreno e construções existentes.	O valor do terreno e construções a adquirir/edificar no novo local.	O Modelo Padrão falha em considerar o destino efetivo do bem (Art. 23º). O Modelo de Substituição alinha-se com a criação de uma situação patrimonial de igual valor. ³⁵
Ativos Biológicos (70 Cavalos)	Valor residual ou de "venda de emergência", ignorando o potencial de valorização futuro. Dano massivo e não compensado.	A deslocalização permite a manutenção dos ativos e a continuação do seu ciclo de valorização. O dano é mitigado.	O Modelo Padrão não ressarciria o prejuízo real (Art. 23º). O Modelo de Substituição preserva o valor do património.
Fundo de Comércio	Cálculo complexo e litigioso do valor da	A continuidade do negócio preserva a	O Modelo de Substituição é a

	marca, reputação e clientela, que seria perdido.	marca, a reputação e a clientela. O valor é transferido para o novo local.	forma mais eficaz de indemnizar pela perda do estabelecimento, evitando a sua destruição. ³⁶
Função Social (Hipoterapia)	Valor zero. O modelo padrão é incapaz de quantificar e compensar a perda de um serviço social único e protocolado.	A reconstrução do centro permite a continuidade do programa de hipoterapia, mantendo o serviço à comunidade.	O Modelo de Substituição reconhece e salvaguarda o "destino efetivo" e o valor social do bem, que o modelo padrão ignora.
Capital Humano (Equipa)	Ignorado. Leva à desagregação da equipa e à perda de conhecimento especializado.	Permite a manutenção da equipa, incluindo os funcionários residentes, preservando o capital humano.	O Modelo de Substituição é o único que considera os "prejuízos directa e necessariamente resultantes" da expropriação, como a perda da equipa. ³⁷
Resultado Final	Indemnização manifestamente injusta. Destruição de um negócio viável e de uma função social. Elevada probabilidade de litígio.	Cumprimento do princípio da justa indemnização. Continuidade do negócio e da função social. Solução negociada e de menor risco.	Apenas o Modelo de Substituição cumpre integralmente o espírito e a letra do Art. 62º da CRP e do Código das Expropriações. ³¹

Secção 4: A Inviabilidade Prática da Deslocalização no Cronograma da LusoLav

Mesmo que a entidade expropriante aceite o princípio da deslocalização como a única forma de justa indemnização, a sua implementação colide frontalmente com o cronograma anunciado para o projeto LAV, que prevê o início das obras no primeiro trimestre de 2026.¹ A reinstalação de um centro equestre da dimensão e complexidade da SHQO não é uma tarefa simples ou rápida. É um projeto de grande envergadura que envolve múltiplas fases, cada uma com os seus próprios prazos e dependências, tornando o calendário da LusoLav, no que à SHQO diz respeito, manifestamente irrealista.

4.1. A Complexidade do Processo de Reinstalação de um Centro Equestre

A criação de um novo centro hípico a partir do zero é um processo labiríntico que se pode dividir em três grandes etapas:

1. Prospeção e Aquisição de Terreno:

O primeiro desafio é encontrar um terreno adequado. Este tem de cumprir um conjunto de requisitos cumulativos: área suficiente para albergar todas as valências (picadeiros, 70 boxes, paddocks, habitações, etc.), o que implica vários hectares; localização num ambiente rural e tranquilo, livre de poluição sonora, mas com bons acessos rodoviários e proximidade a Vila Nova de Gaia para servir a sua base de clientes e utentes; e, crucialmente, uma classificação no Plano Diretor Municipal (PDM) que permita a construção das infraestruturas necessárias, ou que, pelo menos, apresente viabilidade de reclassificação. Uma pesquisa de mercado demonstra a escassez e o custo de terrenos com estas características na região do Grande Porto.⁴⁰ Este processo, por si só, pode demorar muitos meses.

2. Licenciamento Multifacetado:

Após a aquisição do terreno, inicia-se a fase mais demorada e complexa: o licenciamento. A construção de um centro hípico está sujeita à aprovação de múltiplas entidades, num processo que envolve:

- **Licenciamento Municipal:** Submissão e aprovação dos projetos de arquitetura e das especialidades junto da Câmara Municipal competente, um processo que obedece aos prazos e trâmites do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE).⁴³
- **Parecer do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ):** Por se tratar de uma instalação desportiva especializada, o licenciamento municipal carece de parecer prévio favorável do IPDJ, que avalia a conformidade do projeto com as normas técnicas desportivas.⁴³
- **Licenciamento Sanitário-Veterinário:** A Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) tem de aprovar o projeto e licenciar o estabelecimento como

um núcleo de produção de equídeos, o que implica o cumprimento de normas estritas de bem-estar animal, biossegurança e localização.⁴⁶

- **Outros Pareceres:** Dependendo da localização específica do terreno, podem ser necessários pareceres de outras entidades, como a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) ou a Direção-Geral do Património Cultural. A articulação entre estas diferentes entidades é notoriamente morosa.

3. Construção Especializada:

Apenas após a obtenção de todas as licenças se pode iniciar a construção. As infraestruturas de um centro equestre são altamente especializadas e dispendiosas, incluindo picadeiros com pisos técnicos adequados, boxes com dimensões e materiais que garantam o bem-estar animal, áreas de tratamento veterinário, zonas de armazenamento de alimentos e equipamentos, e habitações para os funcionários.⁴⁷ A execução de um projeto desta natureza requer construtores com experiência no setor e um prazo de construção que, realisticamente, se mede em muitos meses, senão anos.

4.2. Precedentes Internacionais: O Caso da Linha HS2 no Reino Unido

A problemática enfrentada pela SHQO não é um caso isolado. A construção da linha de alta velocidade HS2, no Reino Unido, que ligará Londres ao norte de Inglaterra, serve como um poderoso estudo de caso. O traçado da HS2 afetou dezenas de propriedades e negócios equestres, gerando um debate público e protestos significativos por parte da comunidade equestre.⁵¹

Os testemunhos dos proprietários britânicos espelham com exatidão as preocupações e os argumentos apresentados neste relatório. Nigel Taylor, proprietário de Washbrook Farm, um importante centro de concursos, afirmou perante a imprensa britânica: "Eles [o governo] não parecem entender que não é como mover uma fábrica de um local para outro. Um local como este leva anos a desenvolver e custaria milhões a deslocalizar".⁵¹ Esta declaração encapsula a essência do problema: a destruição de um ecossistema que foi construído ao longo do tempo e que não pode ser simplesmente "recomprado". Este precedente internacional valida a tese da SHQO, demonstrando que os desafios invocados não são um exagero ou uma tática de negociação, mas sim uma realidade intrínseca e reconhecida quando projetos de infraestruturas lineares colidem com negócios equestres estabelecidos.

O cronograma agressivo da LusoLav cria um risco que, na realidade, se inverte contra o próprio projeto. Ao tentar impor um processo inadequado e um prazo impossível, a LusoLav expõe-se a um cenário de litígio prolongado, que poderá incluir a impugnação judicial da declaração de utilidade pública, a contestação do montante

indenizatório e o recurso a providências cautelares para suspender a posse administrativa do terreno. Tal cenário resultaria, com elevada probabilidade, em atrasos e custos muito superiores aos de uma negociação e planeamento adequados desde o início. A abordagem mais rápida e de menor risco para a LusoLav não é a imposição, mas a cooperação. A proposta da SHQO não deve ser vista como um obstáculo que atrasa o projeto, mas como a definição de um "caminho crítico" que, se for gerido de forma colaborativa, é a única forma de *evitar* atrasos significativamente maiores e mais dispendiosos no futuro.

Tabela 2: Cronograma Comparativo – Proposta LusoLav vs. Realidade da Deslocalização da SHQO

Fase do Processo de Deslocalização	Duração Estimada (Meses)	Início Previsto	Fim Previsto
Fase 1: Negociação e Acordo de Princípio	3	Mês 1	Mês 3
<i>Definição do modelo de deslocalização e assinatura do acordo.</i>			
Fase 2: Prospeção e Aquisição de Terreno	9	Mês 4	Mês 12
<i>Identificação, avaliação, negociação e aquisição de terreno adequado.</i>			
Fase 3: Elaboração de Projetos de Arquitetura e Especialidades	6	Mês 13	Mês 18
<i>Desenvolvimento de todos os projetos necessários para o</i>			

<i>licenciamento.</i>			
Fase 4: Processo de Licenciamento	18	Mês 19	Mês 36
<i>Submissão, apreciação e aprovação por todas as entidades (Câmara, IPDJ, DGAV, etc.).</i>			
Fase 5: Concurso e Adjudicação da Obra	4	Mês 37	Mês 40
<i>Preparação do concurso, receção e análise de propostas, adjudicação.</i>			
Fase 6: Construção das Instalações	24	Mês 41	Mês 64
<i>Execução da obra, incluindo todas as infraestruturas e arranjos exteriores.</i>			
Fase 7: Vistorias e Licença de Utilização	3	Mês 65	Mês 67
<i>Realização de vistorias finais e emissão da licença de utilização.</i>			
Fase 8: Transição e Mudança	3	Mês 68	Mês 70
<i>Transporte seguro dos 70 cavalos,</i>			

<i>equipamentos e pessoal.</i>			
DURAÇÃO TOTAL ESTIMADA (CONSERVADORA)	70 Meses (aprox. 6 anos)		
PRAZO LIMITE DA LUSOLAV (Início das obras)	< 6 Meses (até Q1 2026)		
CONCLUSÃO	INCOMPATIBILIDAD E TOTAL		

Secção 5: Proposta de Resolução Negociada: Um Caminho para a Justa Indemnização

Face à análise detalhada nas secções anteriores, torna-se inequívoco que um processo expropriativo padrão é inaplicável e levaria à destruição de um ativo de elevado valor económico, desportivo e social. A Sociedade Hípica Quinta do Outeiral não se opõe ao desenvolvimento nacional que a Linha de Alta Velocidade representa. Opõe-se, sim, a que esse desenvolvimento seja alcançado através do seu sacrifício desproporcional e injusto.

Neste sentido, e em linha com a própria comunicação do consórcio LusoLav, que se compromete a assegurar que "as pessoas afetadas encontram alternativas viáveis" e a levar "em consideração o tempo necessário para as respetivas mudanças" ¹, apresenta-se uma proposta de resolução negociada. Esta proposta não constitui um pedido de favor, mas sim a única concretização possível do princípio da "justa indemnização" neste caso concreto, representando uma solução construtiva e de boa-fé que serve os interesses de todas as partes envolvidas.

5.1. Fundamentação da Proposta

A proposta de deslocalização assistida e faseada fundamenta-se nos seguintes pilares, exaustivamente demonstrados neste relatório:

1. **A Necessidade de Substituição:** Dado que a SHQO é um bem infungível e insubstituível no mercado, a única forma de cumprir a obrigação legal de ressarcir integralmente o prejuízo é financiar a sua reconstrução (Teoria da Substituição).
2. **A Mitigação do Dano:** A continuidade da atividade noutra local é a forma mais eficaz de mitigar os danos incomensuráveis associados à perda do fundo de comércio e à anulação do potencial de valorização dos ativos biológicos.
3. **A Viabilidade do Projeto LAV:** A cooperação na deslocalização da SHQO é a via mais segura e rápida para a LusoLav garantir a disponibilidade dos terrenos de que necessita, evitando os custos e os atrasos de um litígio judicial que se afigura inevitável caso se opte pela via da imposição.

5.2. Plano de Deslocalização Assistida e Faseada

Propõe-se a celebração de um acordo de expropriação amigável que, em vez de fixar um valor pecuniário, estabeleça um conjunto de obrigações de fazer por parte da entidade expropriante, a serem executadas de forma faseada e colaborativa:

- **Fase 1 - Acordo de Princípio e Colaboração:** Assinatura de um protocolo entre a SHQO e a AVEXP-NORTE que consagre o modelo de deslocalização assistida como forma de indemnização. Este acordo definirá as responsabilidades de cada parte e estabelecerá que os prazos legais para a posse administrativa do atual terreno ficam suspensos até à conclusão do processo de reinstalação.
- **Fase 2 - Identificação e Aquisição de Terreno:** Constituição de uma equipa de trabalho conjunta para, de forma célere e proativa, identificar, avaliar e negociar a aquisição de um terreno que cumpra os requisitos necessários para a nova SHQO. Os custos de aquisição serão suportados pela entidade expropriante.
- **Fase 3 - Financiamento do Projeto e da Construção:** A entidade expropriante assumirá o financiamento integral dos custos de elaboração dos projetos de arquitetura e especialidades, bem como o custo total da construção das novas instalações. O projeto será desenvolvido pela SHQO para garantir a adequação funcional, sendo o orçamento sujeito a auditoria e aprovação por ambas as partes.
- **Fase 4 - Apoio no Processo de Licenciamento:** A LusoLav/AVEXP-NORTE, dada a sua experiência e capacidade de interlocução com as entidades públicas, compromete-se a prestar apoio ativo no processo de licenciamento, contribuindo para a agilização dos trâmites burocráticos.

- **Fase 5 - Transição Planeada e Efetivação da Posse:** A posse administrativa do terreno da atual SHQO apenas se tornará efetiva num prazo a acordar (e.g., 90 dias) após a emissão da licença de utilização das novas instalações. Este período é crucial para garantir uma transição segura e com o mínimo de stress para os 70 cavalos, bem como a mudança de todos os equipamentos e do pessoal residente.

5.3. Vantagens Mútuas da Abordagem Colaborativa

Esta abordagem, embora mais complexa do que uma simples transação financeira, gera vantagens significativas para ambas as partes e para a comunidade.

- **Para a Sociedade Hípica Quinta do Outeiral:**
 - Garante a sobrevivência do seu negócio e do projeto de uma vida.
 - Preserva o seu valioso capital biológico, intelectual e social.
 - Permite a continuidade do serviço de hipoterapia, de enorme importância para a comunidade de Vila Nova de Gaia.
- **Para a LusoLav/AVEXP-NORTE:**
 - Cumpre, de forma exemplar e irrefutável, a sua obrigação legal e constitucional de pagar uma "justa indemnização".
 - Evita um processo de litígio que seria dispendioso, demorado e de resultado incerto, com potencial para atrasar significativamente o cronograma da LAV naquele troço.
 - Mitiga o risco reputacional associado à perceção pública de que o progresso se faz destruindo negócios viáveis e projetos de reconhecido valor social.
 - Cria um precedente positivo de responsabilidade social corporativa e de desenvolvimento de infraestruturas de forma dialogante e sustentável.

Conclusão

A Sociedade Hípica Quinta do Outeiral reconhece a importância estratégica da Linha de Alta Velocidade para o desenvolvimento de Portugal. Contudo, o progresso não pode ser invocado como justificação para a destruição desproporcional e injusta de um projeto de vida, de um ativo económico de valor único e de um serviço social insubstituível para a comunidade de Vila Nova de Gaia.

Este relatório demonstrou, com base em evidências científicas, enquadramento jurídico e análise prática, que a aplicação de um processo de expropriação padrão à SHQO é técnica, legal e eticamente indefensável. O valor da SHQO não é mensurável por metros quadrados, e o seu prejuízo não é ressarcível por um mero depósito bancário. A sensibilidade dos seus ativos biológicos é incompatível com o ambiente que a LAV irá criar, e a complexidade da sua reinstalação é incompatível com os prazos propostos.

A única solução que respeita a lei, salvaguarda o património e viabiliza o projeto da LAV de forma expedita e segura é a via da negociação e da cooperação. A proposta de deslocalização assistida e faseada não é um obstáculo, mas sim um roteiro para uma solução justa e eficiente.

Apela-se, por isso, aos responsáveis do Consórcio LusoLav e da AVEXP-NORTE que reconheçam a singularidade do presente caso e que se abram a um diálogo construtivo. Um diálogo que eleve este processo para além de uma mera transação imobiliária, transformando-o num exemplo de como o desenvolvimento de grandes infraestruturas pode e deve ser compatibilizado com o respeito pelos direitos, projetos e comunidades que encontra no seu caminho.

7.5 ANEXO V – COMPILAÇÃO DE DADOS SINTETIZADA

Tabela 1 – Compilação de dados recolhidos com recurso a inquérito – Habitações (1/6)

ID	Município	Freguesia	Sub-troço	Tipo Afetação	Sexo do Inquirido	Idade do Inquirido	Estado civil	Nº pessoas do agregado	Ind1. Idade	Ind1. Nível de Escolaridade	Ind1. Tem alguma incapacidade? (Sim/ Não/ Qual)	Ind1. Recebe algum apoio específico? (Sim/ Não/ Qual)	Ind1. Ocupação	Ind1. Se respondeu na pergunta anterior "Desempregado" indique há quanto tempo.	Ind1. Local de Trabalho / Escola	Ind2. Idade	Ind2. Nível de Escolaridade	Ind2. Tem alguma incapacidade? (Sim/ Não/ Qual)
117	SMFeira	S. Paio Oleiros	4	indiretos	Masculino	61	Casado / a	2	61	2	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem		Outro: NR	60	2	Não
118	SMFeira	S. Paio Oleiros	4	indiretos	Masculino	49	Casado / a	3	49	5	Outra: Distúrbio de sono	Não	Trabalhador por conta própria; Trabalhador por conta de outrem		Na freguesia	43	5	Outra: Depressão crónica
121	SMFeira	S. Paio Oleiros	4	diretos	Masculino	68	NR			NR								
122	Espinho	Silvalde	4	indiretos	Feminino	79	Divorciado / a	1	79	6	Não	Não	Reformado					
123	Espinho	Anta	4	diretos	Masculino	58	Solteiro / a	1	58	2	Sim, incapacidade intelectual ou cognitiva	Apoios à deficiência ou dependência						
124	Espinho	Anta	4	diretos	Masculino	58	Divorciado /a	1	58	4	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem		Outro: VNG			
126	Espinho	Anta	4	diretos	Feminino	58	Casado / a	2	58	4	Sim, incapacidade visual	Não	Desempregado	20 anos		69	4	Sim, incapacidade motora
130	Espinho	Anta	4	diretos	Masculino	72	Casado / a	3	72	4	Não	Não	Reformado			72	4	Não
140	Espinho	Guetim	4	diretos	Feminino	57	Casado / a	5	57	3	Sim, incapacidade motora	Não	Trabalhador por conta de outrem		Outro: Grijó	67	3	Não
142	VN Gaia	Canelas	4	indiretos	Masculino	51	Casado /a	3	51	5	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem		Na freguesia	52	5	Não
152	VN Gaia	Perosinho	4	diretos	Masculino	74	Casado /a	3	74	2	Não	Não	Reformado			74	2	Não
158	VN Gaia	Canelas	4	diretos	Feminino	43	Casado /a	4	43	3	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem		Na freguesia	48	2	Não
176	VN Gaia	Serzedo	4	indiretos	Masculino	57	Casado / a	5	57	4	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem		Na freguesia	55	3	Não
177	VN Gaia	Serzedo	4	indiretos	Feminino	45	Casado /a	6	45	6	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem		No Município	44	6	Não
179	VN Gaia	Serzedo	4	diretos	Masculino	37	Casado /a	3	37	6	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem		Outro: Maia	32	6	Não
181	VN Gaia	Serzedo	4	diretos	Feminino	66	Casado /a	3	66	2	Não	Não	Reformado			67	2	Sim, incapacidade motora
183	VN Gaia	Serzedo	4	indiretos	Masculino	57	Casado /a	5	85	2	Não	Não	Reformado			61	6	Não
184	VN Gaia	Serzedo	4	indiretos	Masculino	66	Casado /a	6	66	3	Não	Não	Reformado			64	3	Não
185	VN Gaia	Serzedo	4	diretos	Masculino	49	Solteiro /a	2	49	6	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem		Outro: Porto	88	6	Não
186	VN Gaia	Serzedo	4	diretos	Masculino	35	Casado /a	3	35	6	Não	Não	Trabalhador por conta própria		Na freguesia	34	6	Não
187	VN Gaia	Perosinho	4	indiretos	Masculino	75	Casado /a	2	75	2	Não	Não	Reformado			75	2	Não
188	VN Gaia	Perosinho	4	indiretos	Masculino	76	Casado / a	5	76	6	Não	Não	Reformado			78	6	Não
190	VN Gaia	Canelas	4	diretos	Feminino	64	Casado / a	5	64	4	Não	Não	Reformado;	Baixa médica	Outro: Portugal-Espanha	67	3	Não
193	VN Gaia	Canelas	4	indiretos	Masculino	52	Casado /a	4	52	5	Não	Não	Trabalhador por conta própria, Trabalhador por conta de outrem		No Município	50	6	Não

ID	Município	Freguesia	Sub-troço	Tipo Afetação	Sexo do Inquirido	Idade do Inquirido	Estado civil	Nº pessoas do agregado	Ind1. Idade	Ind1. Nível de Escolaridade	Ind1. Tem alguma incapacidade? (Sim/ Não/ Qual)	Ind1. Recebe algum apoio específico? (Sim/ Não/ Qual)	Ind1. Ocupação	Ind1. Se respondeu na pergunta anterior "Desempregado" indique há quanto tempo.	Ind1. Local de Trabalho / Escola	Ind2. Idade	Ind2. Nível de Escolaridade	Ind2. Tem alguma incapacidade? (Sim/ Não/ Qual)
195	VN Gaia	Canelas	4	indiretos	Masculino	31	Solteiro /a	4	31	6	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem		Outro: NR	65	4	Não
200	VN Gaia	Canelas	4	indiretos	Feminino	56	Casado / a	2	56	3	Outra: Teve AVC	Não	Desempregado	15 anos		59	3	Não
204	VN Gaia	Canelas	4	diretos	Feminino	77	Casado / a	2	77	3	Não	Não	Reformado			80	3	Não
205	VN Gaia	Canelas	4	diretos	Masculino	88	Viúvo /a	1	88	0	Não	Não	Reformado					
206	VN Gaia	Canelas	4	diretos	Feminino	55	Casado / a	6	55	5	Não		Trabalhador por conta de outrem		Na freguesia	53	2	Não
216	VN Gaia	Canelas	4	diretos	Masculino	71	Casado /a	4	71	2	Não	Não	Reformado			69	2	Não
218	VN Gaia	Canelas	4	indiretos	Feminino	72	Solteiro / a	2	72	2	Não	Apoios ao rendimento	Reformado			67	2	Não
219	VN Gaia	Canelas	4	diretos	Feminino	66	Solteiro / a	3	66	4	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem		Outro: Porto	74	3	Não
221	VN Gaia	Canelas	4	diretos	Feminino	63	Casado / a	2	69	4	Não	Não	Doméstica			67	3	Não
223	VN Gaia	Canelas	4	indiretos	Masculino	72	Casado / a	2	74	3	Não	Outros: Apoios à educação	Reformado			72	3	Não
224	VN Gaia	Canelas	4	diretos	Feminino	72	Casado /a	2	72	2	Sim, incapacidade motora	Não	Reformado			75	2	Não
225	VN Gaia	Canelas	4	indiretos	Masculino	62	Casado / a	3	62	2	Não	Não	Reformado			61	2	Não
226	VN Gaia	Canelas	4	indiretos	Masculino	87	Viúvo /a	5	87	2	Não	Não	Reformado			58	5	Não
227	VN Gaia	Canelas	4	diretos	Masculino	85	Casado /a	2	85	2	Sim, incapacidade motora	Não	Reformado			83	2	Sim, incapacidade motora
228	VN Gaia	Canelas	4	diretos	Feminino	49	Casado /a	3	49	5	Não	Apoio ao emprego-Desemprego	Desempregado	julho 24		43	4	Não
239	VN Gaia	Vilar do Paraíso	4	diretos	Masculino	73	Casado /a	2	73	2	Não	Não	Reformado			71	2	Não
253	VN Gaia	Oliveira do Douro	4	diretos	Feminino	60	Casado /a	4	60	4	Não	Não	Reformado					
274	Porto	Bonfim	5	diretos	Masculino	40	Casado / a	4	40	6	Não	Não	Trabalhador por conta própria		No Município	41	6	Não
275	Porto	Campanhã	5	diretos	Masculino	85	Casado /a	2	85	2	Sim, incapacidade motora	Não	Reformado			87	2	Sim, incapacidade intelectual ou cognitiva
277	Porto	Campanhã	5	diretos	Feminino	54	Casado / a	3	54	4	Não		Trabalhador por conta de outrem		No Município	55	5	Não
278	Porto	Campanhã	5	diretos	Masculino	71	Casado / a	3	71	2	Não	Não	Reformado			70	2	Outra: Próteses nos joelhos
279	Porto	Campanhã	5	diretos	Feminino	61	Solteiro / a	3	61	4	Não	Não	Desempregado	3 anos		65	2	Outra: AVC
280	Porto	Campanhã	5	diretos	Feminino	67	Divorciado / a	1	67	6	Sim, incapacidade motora; Sim, incapacidade visual	Não	Reformado					
281	Porto	Campanhã	5	diretos	Feminino	64	Casado / a	4	64	4	Não		Desempregado	Limpezas	Outro: Valbom	68	5	Sim, incapacidade visual
282	Porto	Campanhã	5	diretos	Feminino	59	Divorciado /a	1	59	2	Sim, incapacidade intelectual ou cognitiva	Não	Trabalhador por conta de outrem		No Município			
284	Porto	Campanhã	5	diretos	Feminino	54	União de Facto	3	54	3	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem		Na freguesia	59	4	Não
287	Porto	Campanhã	5	diretos	Masculino	70	Casado / a			NR								
288	Porto	Campanhã	5	diretos	Masculino	79	Solteiro / a	1	78	3	Não	Não	Reformado					

ID	Município	Freguesia	Sub-troço	Tipo Afetação	Sexo do Inquirido	Idade do Inquirido	Estado civil	Nº pessoas do agregado	Ind1. Idade	Ind1. Nível de Escolaridade	Ind1. Tem alguma incapacidade? (Sim/ Não/ Qual)	Ind1. Recebe algum apoio específico? (Sim/ Não/ Qual)	Ind1. Ocupação	Ind1. Se respondeu na pergunta anterior "Desempregado" indique há quanto tempo.	Ind1. Local de Trabalho / Escola	Ind2. Idade	Ind2. Nível de Escolaridade	Ind2. Tem alguma incapacidade? (Sim/ Não/ Qual)
290	Porto	Campanhã	5	diretos	Masculino	77	Casado / a	2	77	3	Outra: doença crónica nos pulmões	Não	Reformado			73	3	Não
291	Porto	Campanhã	5	diretos	Feminino	76	Casado / a	2	76	3	Não	Não	Reformado			76	3	Não
295	Porto	Campanhã	5	diretos	Masculino	29	Solteiro / a	4	29	5	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem		No Município	35		Não; Sim, incapacidade motora
297	Porto	Campanhã	5	diretos	Feminino	28	Solteiro / a	3	28	4	Outra: dislexia	Não	Desempregado	4 meses		11	2	Não
298	Porto	Campanhã	5	diretos	Feminino	66	Viúvo / a	2	66	6	Outra: Câncro	Não	Desempregado	6 anos		28	6	Não
299	Porto	Campanhã	5	diretos	Feminino	47	Casado / a	4	47	4	Não	Não	Trabalhador por conta própria		Na freguesia	49	4	Não
301	Porto	Campanhã	5	diretos	Feminino	71	Solteiro / a	4	71	6	Outra: Problemas de coluna	Não	Reformado			96	1	Sim, incapacidade motora; Sim, incapacidade intelectual ou cognitiva
303	Porto	Campanhã	5	diretos	Masculino	40	União de Facto	2	40	6	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem		No Município	24	6	Não
304	Porto	Campanhã	5	diretos	Masculino	73	Casado / a	2	73	2	Não	Não	Reformado			72	2	Sim, incapacidade motora
306	Porto	Campanhã	5	diretos	Feminino	45	Casado / a	3	45	6	Outra: câncro	Não	Trabalhador por conta de outrem		Outro: NR	50	6	Não
310	Porto	Campanhã	5	diretos	Feminino	75	Divorciado / a	1	75	4	Não	Não	Reformado					
311	Porto	Campanhã	5	diretos	Feminino	77	Solteiro / a	1	77	2	Outra: Tumor	Não	Reformado					
312	Porto	Campanhã	5	diretos	Masculino	25	NR	2	25	5	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem		Outro: todo país	32	5	Não
313	Porto	Campanhã	5	diretos	Masculino	35	Solteiro / a	1	35	6	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem		Outro: Maia			
317	Porto	Campanhã	5	diretos	Feminino	75	Viúvo / a	2	75	4	Sim, incapacidade motora	Não	Reformado			55	3	Não
318	Porto	Campanhã	5	diretos	Masculino	90	Viúvo / a	1	90	2	Sim, incapacidade visual ou auditiva	Não	Reformado					
319	Porto	Campanhã	5	diretos	Masculino	58	Casado / a	4	58	2	Não	Não	Reformado			55	3	Não
320	Porto	Campanhã	5	diretos	Feminino	75	Divorciado / a			NR								
329	VN Gaia	Mafamude	4	diretos	Masculino	73	Divorciado / a	1	73	2	Não	Apoios ao rendimento-Desemprego	Reformado					
400	VN Gaia	Vilar do Paraíso	4	diretos	Feminino	77	Viúvo / a	1	77	4	Não	Não	Reformado					
410	VN Gaia	Mafamude	4	diretos	Feminino	63	Casado / a	2	63	4	Não	Não	Doméstica		Outro: Porto	67	2	Não
415	Espinho	Anta	4	indiretos	Feminino	56	Casado / a	5	56	4	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem		Outro: Ovar	60	3	Não
416	Espinho	Anta	4	diretos	Masculino	61	Casado / a	2	61	4	Não	Não	Reformado			51	5	Não
418	Espinho	Guetim	4	indiretos	Feminino		Viúvo / a	5	66	2	Não		Trabalhador por conta de outrem, Reformado		Outro: Grijó	46	4	Não
419	Espinho	Guetim	4	indiretos	Masculino	71	Casado / a	3	71	2	Sim, incapacidade motora	Apoios ao rendimento-Desemprego	Reformado			66	3	Não
428	VN Gaia	Canelas	4	indiretos	Masculino	74	Casado / a	4	74	6	Não	Não	Trabalhador por conta própria		Na freguesia	74	4	Não

ID	Município	Freguesia	Sub-troço	Tipo Afetação	Sexo do Inquirido	Idade do Inquirido	Estado civil	Nº pessoas do agregado	Ind1. Idade	Ind1. Nível de Escolaridade	Ind1. Tem alguma incapacidade? (Sim/ Não/ Qual)	Ind1. Recebe algum apoio específico? (Sim/ Não/ Qual)	Ind1. Ocupação	Ind1. Se respondeu na pergunta anterior "Desempregado" indique há quanto tempo.	Ind1. Local de Trabalho / Escola	Ind2. Idade	Ind2. Nível de Escolaridade	Ind2. Tem alguma incapacidade? (Sim/ Não/ Qual)
433	VN Gaia	Mafamude	4	diretos	Feminino	85	Viúvo /a	4	85	2	Não	Não	Reformado			65	6	Não
434	VN Gaia	Mafamude	4	diretos	Masculino	76	Casado /a	2	76	2	Não	Não	Reformado			63	4	Não
443	Espinho	Anta	4	indiretos	Feminino	62	Viúvo /a	1	62	3	Sim, incapacidade visual ou auditiva	Apoio ao emprego-Desemprego	Desempregado	3 meses				
444	Espinho	Anta	4	indiretos	Masculino	78	Casado /a	7	78	3	Não	Não	Reformado			80	2	Não
452	VN Gaia	Mafamude	4	indiretos	Masculino	79	Divorciado /a	1	79	2	Não	Não	Reformado					
453	VN Gaia	Mafamude	4	indiretos	Feminino	84	Casado /a	3	84	0	Sim, incapacidade motora	Apoios ao rendimento-Desemprego	Reformado			85	0	Sim, incapacidade visual, Sim, incapacidade auditiva
454	VN Gaia	Canelas	4	indiretos	Feminino	61	Solteiro /a	3	61	2	Não	Não	Desempregado			70	2	Não
458	VN Gaia	Mafamude	4	diretos	Feminino	55	Divorciado /a	3	55	5	Não				Outro: Porto	30	6	Não
126A	Espinho	Anta	4	diretos	Masculino	52	Casado / a	3	55	5	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem		Outro: Oliveira de Azeméis	52	5	Não
302A	Porto	Campanhã	5	diretos	Masculino	70	Divorciado / a	2	70	3	Outra: doente oncológico	Não	Trabalhador por conta própria		Na freguesia	62	3	Não

(Cont.)

Tabela 1 – Compilação de dados recolhidos com recurso a inquérito – Habitações (2/6)

ID	Ind2. Recebe algum apoio específico? (Sim/ Não/ Qual)	Ind2. Ocupação	Ind2. Se respondeu na pergunta anterior "Desempregado" indique há quanto tempo.	Ind2. Local de Trabalho / Escola	Ind3. Idade	Ind3. Nível de Escolaridade	Ind3. Tem alguma incapacidade? (Sim/ Não/ Qual)	Ind3. Recebe algum apoio específico? (Sim/ Não/ Qual)	Ind3. Ocupação	Ind3. Local de Trabalho / Escola	Ind4. Idade	Ind4. Nível de Escolaridade	Ind4. Tem alguma incapacidade? (Sim/ Não/ Qual)	Ind4. Recebe algum apoio específico?	Ind4. Ocupação
117	Não	Trabalhador por conta de outrem		Outro: Suíça											
118	Não	Trabalhador por conta de outrem		Município	17	4	Não	Não	Estudante	Outro: Espinho					
121															
122															
123															
124															
126	Não	Reformado													
130	Não	Reformado			37	6	Não	Não	Trabalhador por conta própria	Outro: Aveiro					
140	Não	Reformado			34	6	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem	Outro: Cortegaça	31	5	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem
142	Não	Trabalhador por conta própria		Outro: vários	20	5	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem	Freguesia					
152	Não	Reformado			46	6	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem	Município					
158	Não	Trabalhador por conta de outrem		Outro: Municípios e fora também	26	4	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem	Município	21		Não	Não	
176	Apoios à deficiência ou dependência	Trabalhador por conta própria		Freguesia	83	2	Sim, incapacidade motora	Não	Reformado		83	2	Sim, incapacidade intelectual ou cognitiva	Não	Reformado

ID	Ind2. Recebe algum apoio específico? (Sim/ Não/ Qual)	Ind2. Ocupação	Ind2. Se respondeu na pergunta anterior "Desempregado" indique há quanto tempo.	Ind2. Local de Trabalho / Escola	Ind3. Idade	Ind3. Nível de Escolaridade	Ind3. Tem alguma incapacidade? (Sim/ Não/ Qual)	Ind3. Recebe algum apoio específico? (Sim/ Não/ Qual)	Ind3. Ocupação	Ind3. Local de Trabalho / Escola	Ind4. Idade	Ind4. Nível de Escolaridade	Ind4. Tem alguma incapacidade? (Sim/ Não/ Qual)	Ind4. Recebe algum apoio específico?	Ind4. Ocupação
177	Não	Trabalhador por conta de outrem		Freguesia	14		Não	Não	Estudante	Município	11	2	Sim, incapacidade intelectual ou cognitiva	Apoios à deficiência ou dependência	Estudante
179	Não	Trabalhador por conta de outrem		Outro:Espinho	<1	0	Não	Não							
181	Não	Reformado			43	3	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem						
183	Não	Trabalhador por conta própria		Freguesia	21	6	Não	Não	Estudante	Outro: Aveiro	18	6	Não	Não	Estudante
184	Não	Reformado			41	5	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem	Outro: Espinho	39	6	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem
185	Não	Reformado													
186	Não	Trabalhador por conta própria		Freguesia	<1	0	Não	Não							
187	Não	Reformado													
188	Não	Reformado			46	6	Não	Não	Trabalhador por conta própria	Outro: Município, Freguesia e fora do município	46	5	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem
190	Não	Reformado			39	4	Não	Não	Desempregado		12	3	Não	Não	Estudante
193	Não	Trabalhador por conta de outrem		Município	18	6	Não	Não	Estudante	Outro: Porto	70	2	Não	Não	Reformado
195	Não	Trabalhador por conta própria		Freguesia	64	5	Não	Não	Trabalhador por conta própria	Freguesia	83	0	Sim, incapacidade motora	Não	Reformado
200	Não	Trabalhador por conta de outrem		Outro:Suiça											
204	Não	Reformado													
205															
206	Não	Trabalhador por conta de outrem		Freguesia	82	2	Sim, incapacidade intelectual ou cognitiva	Não	Reformado		22	6	Não	Não	Estudante
216	Não	Reformado			40	4	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem	Município	15	4	Não	Não	Estudante
218	Não	Reformado													
219	Não	Reformado			82	3	Não	Não	Reformado						
221	Não	Reformado													
223	Não	Reformado													
224	Não	Reformado													
225	Não	Trabalhador por conta de outrem		Outro: Vilar de Almendres	26	5	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem	Outro: Maia					
226	Apoio ao emprego-Desemprego	Desempregado			30	6	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem		32	6	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem
227	Não	Reformado													
228	Não	Trabalhador por conta de outrem		Município	23	5	Não	Não	Trabalhador por conta própria	Freguesia					
239	Não	Reformado													
253															
274	Não	Trabalhador por conta própria		Outro: Deslocação aos EUA por ter outra atividade económica	4		Não	Não	Estudante		0	0	Não	Não	

ID	Ind2. Recebe algum apoio específico? (Sim/ Não/ Qual)	Ind2. Ocupação	Ind2. Se respondeu na pergunta anterior "Desempregado" indique há quanto tempo.	Ind2. Local de Trabalho / Escola	Ind3. Idade	Ind3. Nível de Escolaridade	Ind3. Tem alguma incapacidade? (Sim/ Não/ Qual)	Ind3. Recebe algum apoio específico? (Sim/ Não/ Qual)	Ind3. Ocupação	Ind3. Local de Trabalho / Escola	Ind4. Idade	Ind4. Nível de Escolaridade	Ind4. Tem alguma incapacidade? (Sim/ Não/ Qual)	Ind4. Recebe algum apoio específico?	Ind4. Ocupação
275	Não	Reformado													
277		Trabalhador por conta de outrem		Outro: Vila Nova de Gaia	25	5	Não		Trabalhador por conta de outrem	Outro: Matosinhos					
278	Não	Reformado			10	2	Não	Não	Estudante						
279	Não	Desempregado	3 anos		57	1	Não	Não	Trabalhador por conta própria	Município					
280															
281		Reformado			35	4	Não		Trabalhador por conta de outrem	Outro: Maia	29	5	Não		Trabalhador por conta de outrem
282															
284	Apoio ao emprego-Desemprego	Desempregado	6 meses		89	0	Outra : Alzheimer	Não	Reformado						
287															
288															
290	Não	Reformado													
291	Não	Reformado													
295	Não	Trabalhador por conta de outrem		Município	23		Não	Não	Trabalhador por conta de outrem	Município	22	5	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem
297	Não	Estudante		Outro: Torres Novas	39	6	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem	Outro: Torres Novas					
298	Não	Operário Especializado		Município											
299	Não	Trabalhador por conta de outrem		Município	15	4	Não	Não	Estudante	Município	20	6	Não	Não	Estudante
301	Apoios ao rendimento	Reformado			45	6	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem	Outro: Castelo de Paiva	13	3	Não	Não	Estudante
303	Não	Trabalhador por conta de outrem		Município											
304	Não	Reformado													
306	Não	Trabalhador por conta própria		Outro: Porto; Lisboa; Coimbra e Palmela	20	6	Não	Não	Estudante	Município					
310															
311															
312	Não	Trabalhador por conta de outrem		Município											
313															
317	Não	Trabalhador por conta de outrem		Município											
318															
319	Não	Reformado			36	3	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem	Outro: Suíça	21	4	Não	Não	Estudante
320															
329															
400	Não														
410	Não	Reformado													
415	Apoios ao rendimento-Desemprego	Desempregado	24 meses		85	2	Não	Não	Reformado		27	5	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem

ID	Ind2. Recebe algum apoio específico? (Sim/ Não/ Qual)	Ind2. Ocupação	Ind2. Se respondeu na pergunta anterior "Desempregado" indique há quanto tempo.	Ind2. Local de Trabalho / Escola	Ind3. Idade	Ind3. Nível de Escolaridade	Ind3. Tem alguma incapacidade? (Sim/ Não/ Qual)	Ind3. Recebe algum apoio específico? (Sim/ Não/ Qual)	Ind3. Ocupação	Ind3. Local de Trabalho / Escola	Ind4. Idade	Ind4. Nível de Escolaridade	Ind4. Tem alguma incapacidade? (Sim/ Não/ Qual)	Ind4. Recebe algum apoio específico?	Ind4. Ocupação
416	Apoio ao emprego-Desemprego	Desempregado	1 mês												
418		Trabalhador por conta de outrem		Outro: Serzedo	46	4	Não	Apoio ao emprego-Desemprego	Desempregado		16	3	Não	Apoio Social Direta (refeições, transporte, etc.)	Estudante
419	Não	Operário Especializado		Freguesia	95	0	Não	Não	Reformado						
428	Não	Reformado			46	6	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem	Outro: Porto	53	5	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem
433	Não	Desempregado			60	6	Não	Não	Reformado		19	6	Não	Não	Estudante
434	Não	Desempregado													
443															
444	Não	Reformado			50	3	Não	Apoio ao emprego-Desemprego	Desempregado		32	4	Não	Apoio ao emprego-Desemprego	Desempregado
452															
453	Apoios ao rendimento-Desemprego	Reformado			56		Sim, incapacidade intelectual ou cognitiva	Apoios à deficiência ou dependência	Reformado						
454	Não	Reformado			39	3	Não	Não	Desempregado						
458				Outro: Porto	26	5	Não			Outro: Porto					
126A	Não	Trabalhador por conta de outrem		Outro: Vila Nova de Gaia	20	6	Não	Não	Estudante	Outro: Vila Nova de Gaia					
302A	Apoios ao rendimento	Desempregado	3 anos												

(Cont.)

Tabela 1 – Compilação de dados recolhidos com recurso a inquérito – Habitações (3/6)

ID	Ind4. Se respondeu na pergunta anterior "Desempregado" indique há quanto tempo.	Ind4. Local de Trabalho / Escola	Ind5. Idade	Ind5. Nível de Escolaridade	Ind5. Tem alguma incapacidade? (Sim/ Não/ Qual)	Ind5. Recebe algum apoio específico? (Sim/ Não/ Qual)	Ind5. Ocupação	Ind5. Se respondeu na pergunta anterior "Desempregado" indique há quanto tempo.	Ind5. Local de Trabalho / Escola	Ind6. Idade	Ind6. Nível de Escolaridade	Ind6. Tem alguma incapacidade? (Sim/ Não/ Qual)	Ind6. Recebe algum apoio específico? (Sim/ Não/ Qual)	Ind6. Ocupação	Ind6. Local de Trabalho / Escola	Qual é a principal fonte de rendimento do seu agregado familiar?
117																Trabalho p/ conta de outrem
118																Trabalho p/ conta de outrem
121																
122																Apoios sociais (pensões, subsídios)
123																
124																Trabalho p/ conta de outrem
126																Apoios sociais (pensões, subsídios)

ID	Ind4. Se respondeu na pergunta anterior "Desempregado" indique há quanto tempo.	Ind4.Local de Trabalho / Escola	Ind5. Idade	Ind5. Nível de Escolaridade	Ind5. Tem alguma incapacidade? (Sim/ Não/ Qual)	Ind5. Recebe algum apoio específico? (Sim/ Não/ Qual)	Ind5. Ocupação	Ind5. Se respondeu na pergunta anterior "Desempregado" indique há quanto tempo.	Ind5. Local de Trabalho / Escola	Ind6. Idade	Ind6.Nível de Escolaridade	Ind6.Tem alguma incapacidade? (Sim/ Não/ Qual)	Ind6.Recebe algum apoio específico? (Sim/ Não/ Qual)	Ind6. Ocupação	Ind6. Local de Trabalho / Escola	Qual é a principal fonte de rendimento do seu agregado familiar?
130																Trabalho p/ conta de outrem; Apoios sociais (pensões, subsídios)
140		No município	3	0	Não	Apoios à família e à criança: Outros										Trabalho p/ conta de outrem; Apoios sociais (pensões, subsídios)
142																Trabalho p/ conta de outrem, Trabalho p/ conta própria
152																
158																Trabalho p/ conta de outrem
176			28	6	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem		Outro: Mortágua							Trabalho p/ conta de outrem; Trabalho p/ conta própria
177		No município	79	6	Sim, incapacidade motora	Não	Reformado			87	6	Não	Não	Reformado		Trabalho por conta de outrem
179																Trabalho por conta de outrem
181																Trabalho por conta de outrem, Apoios sociais (pensões, subsídios)
183		No município	57	4	Não	Não	Trabalhador por conta própria		Na freguesia							Trabalho por conta de outrem
184		Outro: Grijó	39	5	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem		Outro: Grijó	4		Não	Não			Trabalho por conta de outrem, Reforma
185																Trabalho por conta de outrem
186																Trabalho por conta própria
187																Reforma
188		Outro: No Município, freguesia e fora do município														Trabalho por conta de outrem; Trabalho por conta própria
190		Na freguesia	16	4	Não	Não	Estudante		Na freguesia							Trabalho por conta de outrem; Apoios sociais (pensões, subsídios)
193																Trabalho por conta de outrem, Trabalho por conta própria
195																Trabalho por conta de outrem, Trabalho por conta própria
200																Trabalho por conta de outrem
204																Apoios sociais (pensões, subsídios)

ID	Ind4. Se respondeu na pergunta anterior "Desempregado" indique há quanto tempo.	Ind4.Local de Trabalho / Escola	Ind5. Idade	Ind5. Nível de Escolaridade	Ind5. Tem alguma incapacidade? (Sim/ Não/ Qual)	Ind5. Recebe algum apoio específico? (Sim/ Não/ Qual)	Ind5. Ocupação	Ind5. Se respondeu na pergunta anterior "Desempregado" indique há quanto tempo.	Ind5. Local de Trabalho / Escola	Ind6. Idade	Ind6.Nível de Escolaridade	Ind6.Tem alguma incapacidade? (Sim/ Não/ Qual)	Ind6.Recebe algum apoio específico? (Sim/ Não/ Qual)	Ind6. Ocupação	Ind6. Local de Trabalho / Escola	Qual é a principal fonte de rendimento do seu agregado familiar?
205																Apoios sociais (pensões, subsídios)
206		Outro: Porto	20	6	Não	Não	Estudante		No município	16	4	Sim, incapacidade auditiva	Não	Estudante	Na freguesia	Trabalho por conta de outrem
216		No município														Trabalho por conta de outrem, Apoios sociais (pensões, subsídios)
218																Reforma
219																Trabalho por conta de outrem; Apoios sociais (pensões, subsídios)
221																Apoios sociais (pensões, subsídios)
223																Apoios sociais (pensões, subsídios)
224																Apoios sociais (pensões, subsídios)
225																Trabalho por conta de outrem; Apoios sociais (pensões, subsídios)
226		Outro: Porto	25	6	Não	Não	Trabalhador por conta de outrem		Outro: Porto							Trabalho por conta de outrem
227																Apoios sociais (pensões, subsídios)
228																Trabalho por conta de outrem, Trabalho por conta própria, Apoios sociais (pensões, subsídios)
239																Apoios sociais (pensões, subsídios)
253																Trabalho por conta de outrem, Reforma
274																Trabalho por conta própria
275																Apoios sociais (pensões, subsídios)
277																Trabalho por conta de outrem
278																Apoios sociais (pensões, subsídios)
279																Outro; Vivem com a ajuda das irmãs

ID	Ind4. Se respondeu na pergunta anterior "Desempregado" indique há quanto tempo.	Ind4.Local de Trabalho / Escola	Ind5. Idade	Ind5. Nível de Escolaridade	Ind5. Tem alguma incapacidade? (Sim/ Não/ Qual)	Ind5. Recebe algum apoio específico? (Sim/ Não/ Qual)	Ind5. Ocupação	Ind5. Se respondeu na pergunta anterior "Desempregado" indique há quanto tempo.	Ind5. Local de Trabalho / Escola	Ind6. Idade	Ind6.Nível de Escolaridade	Ind6.Tem alguma incapacidade? (Sim/ Não/ Qual)	Ind6.Recebe algum apoio específico? (Sim/ Não/ Qual)	Ind6. Ocupação	Ind6. Local de Trabalho / Escola	Qual é a principal fonte de rendimento do seu agregado familiar?
280																Apoios sociais (pensões, subsídios)
281		Outro: Freixo														Trabalho por conta de outrem; reforma do marido
282																Trabalho por conta de outrem
284																Trabalho por conta de outrem;Reforma da mãe
287																
288																Apoios sociais (pensões, subsídios)
290																Apoios sociais (pensões, subsídios)
291																Apoios sociais (pensões, subsídios)
295		No município														Trabalho por conta de outrem
297																Trabalho por conta de outrem
298																Trabalho por conta de outrem;Apoios sociais (pensões, subsídios)
299		No município														Trabalho por conta de outrem;Trabalho por conta própria
301		Outro: Arouca														Trabalho por conta de outrem;Apoios sociais (pensões, subsídios)
303																Trabalho por conta de outrem
304																Reforma
306																Trabalho por conta de outrem;Trabalho por conta própria
310																Reforma
311																Apoios sociais (pensões, subsídios)
312																Trabalho por conta de outrem
313																Trabalho por conta de outrem
317																Apoios sociais (pensões, subsídios)
318																

ID	Ind4. Se respondeu na pergunta anterior "Desempregado" indique há quanto tempo.	Ind4.Local de Trabalho / Escola	Ind5. Idade	Ind5. Nível de Escolaridade	Ind5. Tem alguma incapacidade? (Sim/ Não/ Qual)	Ind5. Recebe algum apoio específico? (Sim/ Não/ Qual)	Ind5. Ocupação	Ind5. Se respondeu na pergunta anterior "Desempregado" indique há quanto tempo.	Ind5. Local de Trabalho / Escola	Ind6. Idade	Ind6.Nível de Escolaridade	Ind6.Tem alguma incapacidade? (Sim/ Não/ Qual)	Ind6.Recebe algum apoio específico? (Sim/ Não/ Qual)	Ind6. Ocupação	Ind6. Local de Trabalho / Escola	Qual é a principal fonte de rendimento do seu agregado familiar?
319		Na freguesia														Apoios sociais (pensões, subsídios)
320																
329																Apoios sociais (pensões, subsídios)
400																Apoios sociais (pensões, subsídios)
410																Trabalho por conta de outrem, Apoios sociais (pensões, subsídios), Rendimento de propriedade (aluguéis, terrenos, etc.)
415			22	6	Não	Não	Estudante									Trabalho por conta de outrem, Apoios sociais (pensões, subsídios)
416																Apoios sociais (pensões, subsídios)
418		Outro: Porto	22	6	Não	Não	Estudante		Na freguesia							Trabalho por conta de outrem
419																Apoios sociais (pensões, subsídios)
428		Outro: Porto														Trabalho por conta de outrem, Trabalho por conta própria
433		Outro: Ponte de Lima														Apoios sociais (pensões, subsídios), Rendimento de propriedade (aluguéis, terrenos, etc.)
434																Apoios sociais (pensões, subsídios), Rendimento de propriedade (aluguéis, terrenos, etc.)
443																Apoios sociais (pensões, subsídios)
444	NR		30	5	Não	Apoio ao emprego: Desemprego - Subsídio de Desemprego	Desempregado			7	2	Não	Apoio Social Direta (refeições, transporte, etc.)	Estudante	Na freguesia	Apoios sociais (pensões, subsídios)
452																Apoios sociais (pensões, subsídios)

ID	Ind4. Se respondeu na pergunta anterior "Desempregado" indique há quanto tempo.	Ind4.Local de Trabalho / Escola	Ind5. Idade	Ind5. Nível de Escolaridade	Ind5. Tem alguma incapacidade? (Sim/ Não/ Qual)	Ind5. Recebe algum apoio específico? (Sim/ Não/ Qual)	Ind5. Ocupação	Ind5. Se respondeu na pergunta anterior "Desempregado" indique há quanto tempo.	Ind5. Local de Trabalho / Escola	Ind6. Idade	Ind6.Nível de Escolaridade	Ind6.Tem alguma incapacidade? (Sim/ Não/ Qual)	Ind6.Recebe algum apoio específico? (Sim/ Não/ Qual)	Ind6. Ocupação	Ind6. Local de Trabalho / Escola	Qual é a principal fonte de rendimento do seu agregado familiar?
453																Apoios sociais (pensões, subsídios)
454																Apoios sociais (pensões, subsídios)
458																Trabalho por conta de outrem
126A																Trabalho por conta de outrem
302A																Trabalho por conta própria

(Cont.)

Tabela 1 – Compilação de dados recolhidos com recurso a inquérito – Habitações (4/6)

ID	Qual o setor de atividade principal dos membros ativos do agregado familiar?	O seu agregado possui terrenos agrícolas?	Que utilidade têm esses terrenos para o seu agregado?	Que percentagem aproximada do rendimento familiar vem da utilização desses terrenos?	Alguém no agregado familiar trabalha em unidades industriais na zona? Quantos elementos?	Tipo de ocupação	Tipo de residência	Encargos com a residência (especifique)	Nº divisões	Tipologia	Em caso de moradia, identifique se inclui	Finalidade do terreno de cultivo	Infraestruturas	Há quando tempo vive nesta localidade?	Por que razão vive nesta localidade? Se Outra, especifique	Estou satisfeito por viver nesta localidade (Sim/ Não)
117	Administração num condomínio, Limpezas	Não				Proprietário	Residência principal	Sem encargos	8	Moradia isolada			Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Porque a vida é mais barata	Sim
118	Indústria transformadora; Comércio / Serviços	Não				Proprietário	Residência principal	Com encargos (360€)	9	Moradia geminada			Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	entre 5 e 10 anos	Outra: Pela residência	Mais ou menos
121						Proprietário (co-proprietário + 3 irmãos e mãe viúva)	Outro (Casa de família)			Moradia isolada			Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações		Outra: Herança	
122	Reformado(a)	Sim	Outro- Disponibiliza o terreno a terceiros para cuidarem do mesmo, sem ter qualquer retorno financeiro		Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	13	Moradia isolada			Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Outra: Porque já possuía o terreno	Sim
123		Sim				Proprietário	Residência principal	Sem encargos	1	Moradia isolada			Rede elétrica; via pavimentada; telecomunicações		Porque estou próximo da família; Outra: o irmão comprou	Sim

ID	Qual o setor de atividade principal dos membros ativos do agregado familiar?	O seu agregado possui terrenos agrícolas?	Que utilidade têm esses terrenos para o seu agregado?	Que percentagem aproximada do rendimento familiar vem da utilização desses terrenos?	Alguém no agregado familiar trabalha em unidades industriais na zona? Quantos elementos?	Tipo de ocupação	Tipo de residência	Encargos com a residência (especifique)	Nº divisões	Tipologia	Em caso de moradia, identifique se inclui	Finalidade do terreno de cultivo	Infraestruturas	Há quando tempo vive nesta localidade?	Por que razão vive nesta localidade? Se Outra, especifique	Estou satisfeito por viver nesta localidade (Sim/ Não)
124	Comércio / Serviços	Sim	Produção para autoconsumo	Não sei / Prefiro não responder	Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos		Moradia isolada	Jardim	Autoconsumo	Rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Casa própria ou da família, Proximidade da família, Qualidade de vida (ex. sossego, custo de vida), Espaço exterior (terreno de cultivo,jardim)	Sim
126	Desempregado(a);Reformado(a)	Sim	Produção para autoconsumo		Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	15	Moradia isolada			Servida por água; rede elétrica; telecomunicações	mais de 10 anos	Porque é sossegado;Porque a vida é mais barata	Sim
130	Reformado(a);Cultura (Músico)	Sim	Produção para autoconsumo		Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	6	Moradia isolada			Servida por água; rede elétrica; telecomunicações	mais de 10 anos	Porque estou próximo da família	Sim
140	Comércio / Serviços;Administração pública / Educação / Saúde	Sim	Produção para autoconsumo		Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	17	Moradia isolada			Servida por água; rede elétrica; telecomunicações	mais de 10 anos	Porque estou próximo da família	Sim
142	Manutenção e preparação de veículos de saúde, estética	Sim	Produção para autoconsumo			Arrendatário	Residência principal	Sem encargos	6	Moradia isolada	Anexos, Garagem ou telheiros, Terreno de cultivo	Autoconsumo	Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	entre 1 e 5 anos	Outra: oportunidade da venda da casa anterior	Sim
152	Administração pública / Educação / Saúde, Reformado(a)				Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	8	Moradia isolada	Anexos, Garagem ou telheiros, Jardim, Terreno de cultivo		Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Casa própria ou da família	Sim
158	Agricultura / Floresta / Pecuária, Construção civil, Limpeza	Sim	Produção para autoconsumo		Não	Arrendatário	Residência principal	Sem encargos	5	Moradia isolada	Terreno de cultivo	Autoconsumo	Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos		Sim
176	Comércio / Serviços	Não			Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	10	Moradia isolada			Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Porque já tinha casa;Porque estou próximo da família;Porque nasci aqui/aqui perto	Sim
177	Comércio / Serviços, Administração pública / Educação / Saúde, Reformado(a)	Sim	Produção para autoconsumo	Entre 25% e 50%	Sim, NR	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	9	Moradia isolada	Anexos, Jardim, Terreno de cultivo	Autoconsumo	Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Espaço exterior (terreno de cultivo,jardim), Proximidade do emprego, Outra: A compra foi feita para pode acompanhar os meus pais enquanto a velhice e os meus filhos na infância, junto do campo, com agricultura de aubaiaatência em que acredito e dá vida aos meus pais nesta fase de vida.	Sim

ID	Qual o setor de atividade principal dos membros ativos do agregado familiar?	O seu agregado possui terrenos agrícolas?	Que utilidade têm esses terrenos para o seu agregado?	Que percentagem aproximada do rendimento familiar vem da utilização desses terrenos?	Alguém no agregado familiar trabalha em unidades industriais na zona? Quantos elementos?	Tipo de ocupação	Tipo de residência	Encargos com a residência (especifique)	Nº divisões	Tipologia	Em caso de moradia, identifique se inclui	Finalidade do terreno de cultivo	Infraestruturas	Há quando tempo vive nesta localidade?	Por que razão vive nesta localidade? Se Outra, especifique	Estou satisfeito por viver nesta localidade (Sim/ Não)
179	Comércio / Serviços, Turismo / Restauração	Não			Não	Proprietário	Residência principal	Com encargos (600€)	12	Moradia isolada	Anexos, Garagem ou telheiros, Jardim		Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	entre 1 e 5 anos	Proximidade da família, Outra: Localização	Sim
181	Indústria transformadora, Reformado(a)	Sim	Produção para autoconsumo		Não	Proprietário	Residência principal	Com encargos (NR)	9	Moradia isolada	Anexos, Garagem ou telheiros, Jardim, Terreno de cultivo	Autoconsumo	Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; telecomunicações	mais de 10 anos	Outra: Boa oportunidade	Sim
183	Indústria transformadora	Sim	Produção para autoconsumo	Não sei / Prefiro não responder	Sim; 2	Outro	Residência principal		13	Moradia isolada			Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Proximidade da família, Qualidade de vida (ex. sossego, custo de vida), Espaço exterior (terreno de cultivo,jardim), Proximidade do emprego	Sim
184	Reformado(a), Supermercado, loja de roupa		Produção para autoconsumo		Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	8	Moradia isolada	Terreno de cultivo	Autoconsumo	Rede elétrica; via pavimentada; telecomunicações	mais de 10 anos	Casa própria ou da família	Sim
185	Comércio / Serviços	Sim	Produção para autoconsumo		Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	6	Moradia isolada	Anexos, Garagem ou telheiros, Jardim, Terreno de cultivo	Autoconsumo	Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Casa própria ou da família, Proximidade da família, Qualidade de vida (ex. sossego, custo de vida), Espaço exterior (terreno de cultivo,jardim), Proximidade do emprego	Sim
186	Arquitetura ; Cinência Marinhas	Sim	Produção para autoconsumo			Outro (Casa de Família)	Residência principal	Sem encargos	6	Moradia isolada	Garagem ou telheiros, Jardim, Terreno de cultivo	Autoconsumo	Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Casa própria ou da família, Proximidade da família, Qualidade de vida (ex. sossego, custo de vida), Espaço exterior (terreno de cultivo,jardim), Proximidade do emprego	Sim
187	Reformado(a)	Não			Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	4	Moradia isolada	Anexos, Garagem ou telheiros, Jardim		Servida por água; rede elétrica; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Casa própria ou da família, Proximidade da família, Qualidade de vida (ex. sossego, custo de vida), Espaço exterior (terreno de cultivo,jardim)	Sim
188	Agricultura / Floresta / Pecuária	Sim	Produção para autoconsumo			Proprietário	Residência principal	Sem encargos	15	Moradia isolada			Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Porque já tinha casa;Porque estou próximo da família;Porque é sossegado;Porque tenho quintal/horta	Sim

ID	Qual o setor de atividade principal dos membros ativos do agregado familiar?	O seu agregado possui terrenos agrícolas?	Que utilidade têm esses terrenos para o seu agregado?	Que percentagem aproximada do rendimento familiar vem da utilização desses terrenos?	Alguém no agregado familiar trabalha em unidades industriais na zona? Quantos elementos?	Tipo de ocupação	Tipo de residência	Encargos com a residência (especifique)	Nº divisões	Tipologia	Em caso de moradia, identifique se inclui	Finalidade do terreno de cultivo	Infraestruturas	Há quando tempo vive nesta localidade?	Por que razão vive nesta localidade? Se Outra, especifique	Estou satisfeito por viver nesta localidade (Sim/ Não)
190	Comércio / Serviços	Sim	Produção para autoconsumo		Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	9	Moradia isolada			Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Outra: Porque já tinha terreno	Sim
193	Administração pública / Educação / Saúde	Sim	Produção para autoconsumo		Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	10	Moradia isolada	Anexos, Garagem ou telheiros, Jardim, Terreno de cultivo	Autoconsumo	Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; telecomunicações	mais de 10 anos	Proximidade da família, Espaço exterior (terreno de cultivo,jardim)	Sim
195	Talho; Engharia Automóvel	Não			Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	4	Moradia isolada	Anexos, Garagem ou telheiros, Jardim		Rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Casa própria ou da família, Espaço exterior (terreno de cultivo,jardim)	Sim
200	Carpintaria	Não			Não	Proprietário	Segunda residência	Sem encargos	9	Moradia isolada			Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Porque estou próximo da família;Porque é sossegado	Sim
204		Sim	Produção para autoconsumo		Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	7	Moradia geminada			Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	menos de 1 ano	Porque estou próximo da família;Porque nasci aqui/aqui perto	Sim
205	Reformado(a)	Sim	Produção para autoconsumo		Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	7	Moradia isolada	Anexos, Jardim	Autoconsumo	Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Casa própria ou da família, Proximidade da família	Sim
206	Comércio / Serviços;Cuidadora da mãe	Sim	Produção para autoconsumo			Proprietário	Residência principal	Sem encargos	9	Moradia isolada			Servida por água; rede elétrica; telecomunicações	mais de 10 anos	Porque estou próximo da família;Outra:por gostar da terra	Sim
216	Comércio / Serviços	Sim	Produção para autoconsumo		Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos		Moradia isolada	Anexos		Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; telecomunicações	mais de 10 anos	Proximidade do emprego	Sim
218	Reformado(a)	Sim	Produção para autoconsumo		Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	6	Moradia isolada			Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Outra: Marido comprou o terreno e construiu	Sim
219	Turismo / Restauração	Não			Não	Arrendatário	Residência principal	Com encargos (500€)	5	Moradia geminada			Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Porque a vida é mais barata	Mais ou menos
221	Reformado(a)	Não			Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	4	Moradia isolada			Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Porque nasci aqui/aqui perto	Sim

ID	Qual o setor de atividade principal dos membros ativos do agregado familiar?	O seu agregado possui terrenos agrícolas?	Que utilidade têm esses terrenos para o seu agregado?	Que percentagem aproximada do rendimento familiar vem da utilização desses terrenos?	Alguém no agregado familiar trabalha em unidades industriais na zona? Quantos elementos?	Tipo de ocupação	Tipo de residência	Encargos com a residência (especifique)	Nº divisões	Tipologia	Em caso de moradia, identifique se inclui	Finalidade do terreno de cultivo	Infraestruturas	Há quando tempo vive nesta localidade?	Por que razão vive nesta localidade? Se Outra, especifique	Estou satisfeito por viver nesta localidade (Sim/ Não)
223	Reformado(a)	Sim	Produção para autoconsumo		Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	7	Moradia isolada			Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Porque nasci aqui/aqui perto	Sim
224	Reformado(a)	Não			Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	7	Moradia isolada	Anexos, Garagem ou telheiros, Jardim		Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; telecomunicações	mais de 10 anos	Proximidade da família	Sim
225	Indústria transformadora;Distribuição	Não			Sim;1	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	8	Moradia isolada			Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; telecomunicações	mais de 10 anos	Outra: Porque tinha o terreno	Sim
226	Desempregado(a), Reformado(a), Outro	Não			Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	8	Moradia isolada	Anexos, Garagem ou telheiros, Jardim, Terreno de cultivo	Autoconsumo	Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; telecomunicações		Casa própria ou da família, Proximidade da família, Qualidade de vida (ex. sossego, custo de vida), Espaço exterior (terreno de cultivo,jardim)	Sim
227	Reformado(a)	Sim	Produção para autoconsumo		Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	7	Moradia isolada	Anexos, Garagem ou telheiros, Jardim, Terreno de cultivo	Autoconsumo	Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; telecomunicações	mais de 10 anos	Espaço exterior (terreno de cultivo,jardim), Proximidade do emprego	Sim
228	Comércio / Serviços, Desempregado(a)	Sim			Não	Proprietário	Residência principal	Com encargos (empréstimo)	9	Moradia isolada	Anexos, Garagem ou telheiros, Jardim		Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; telecomunicações	mais de 10 anos	Proximidade da família	Sim
239	Reformado(a)	Não				Proprietário	Residência principal	Sem encargos	4	Moradia isolada	Anexos, Garagem ou telheiros		Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; telecomunicações	mais de 10 anos	Qualidade de vida (ex. sossego, custo de vida)	Sim
253	Desempregado(a), Reformado(a), Programador de máquinas de fabrico de papel	Sim	Produção para autoconsumo		Não	Arrendatário	Residência principal	Com encargos (Renda)	9	Moradia isolada		Autoconsumo	Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	entre 5 e 10 anos	Outra: Renda	Sim
274	Administração pública / Educação / Saúde;Marketing	Sim	Produção para autoconsumo			Proprietário	Residência principal		7	Moradia isolada			Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	entre 1 e 5 anos	Porque a vida é mais barata;Porque está bem servida de equipamentos/serviços	Sim
275	Reformado(a)	Sim	Produção para autoconsumo		Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	8	Moradia geminada	Terreno de cultivo	Autoconsumo	Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; telecomunicações	mais de 10 anos	Casa própria ou da família	Sim
277	Comércio / Serviços	Não				Proprietário	Residência principal	Sem encargos	3	Moradia isolada			Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Porque já tinha casa;Outra: Herança de família	Sim

ID	Qual o setor de atividade principal dos membros ativos do agregado familiar?	O seu agregado possui terrenos agrícolas?	Que utilidade têm esses terrenos para o seu agregado?	Que percentagem aproximada do rendimento familiar vem da utilização desses terrenos?	Alguém no agregado familiar trabalha em unidades industriais na zona? Quantos elementos?	Tipo de ocupação	Tipo de residência	Encargos com a residência (especifique)	Nº divisões	Tipologia	Em caso de moradia, identifique se inclui	Finalidade do terreno de cultivo	Infraestruturas	Há quando tempo vive nesta localidade?	Por que razão vive nesta localidade? Se Outra, especifique	Estou satisfeito por viver nesta localidade (Sim/ Não)
278	Reformado(a)	Não				Arrendatário	Residência principal	Com encargos (300€)	5	Moradia geminada			Servida por água; rede elétrica; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Porque estou próximo do meu emprego/do meu cônjuge	Sim
279	Outro-apoio das irmãs	Não			Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	10	Moradia isolada			Servida por água; rede elétrica; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Porque já tinha casa; Porque estou próximo da família; Porque nasci aqui/aqui perto; Outra: pela vista/paisagem	Sim
280	Reformado(a)	Não			Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	9	Moradia geminada			Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; telecomunicações	mais de 10 anos	Outra: Pelo preço das casas	Sim
281	Reformado(a)	Não				Proprietário	Residência principal		10				Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações		Porque estou próximo da família; Outra: Nasci aqui	Sim
282	Administração pública / Educação / Saúde	Não			Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	10	Moradia geminada	Anexos		Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; telecomunicações	mais de 10 anos	Casa própria ou da família	Sim
284	Limpezas	Não				Arrendatário	Residência principal	Com encargos (350€)	6	Moradia geminada			Servida por água; rede elétrica; rede esgotos; telecomunicações	entre 1 e 5 anos	Porque estou próximo da família; Porque nasci aqui/aqui perto	Sim
287						Proprietário (A esposa é proprietária)	Segunda residência	Sem encargos	9	Moradia isolada			Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações			
288	Reformado(a)	Não				Proprietário	Residência principal	Sem encargos	8	Moradia isolada			Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Porque já tinha casa; Porque nasci aqui/aqui perto	Sim
290	Reformado(a)	Sim	Produção para autoconsumo			Proprietário	Residência principal	Sem encargos	6	Moradia geminada			Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Porque estou próximo da família	Sim
291	Reformado(a)	Sim	Produção para autoconsumo			Proprietário	Residência principal	Sem encargos	7	Moradia geminada			Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Porque nasci aqui/aqui perto	Sim
295	Turismo / Restauração	Não			Não	Arrendatário	Residência principal	Com encargos (400€)	8	Moradia geminada			Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	entre 1 e 5 anos	Outra: Localização	Sim
297	Administração pública / Educação / Saúde	Não				Arrendatário	Residência principal	Com encargos (NR)	7	Moradia geminada			Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	menos de 1 ano	Outra: Porque quis viver com a irmã	Sim

ID	Qual o setor de atividade principal dos membros ativos do agregado familiar?	O seu agregado possui terrenos agrícolas?	Que utilidade têm esses terrenos para o seu agregado?	Que percentagem aproximada do rendimento familiar vem da utilização desses terrenos?	Alguém no agregado familiar trabalha em unidades industriais na zona? Quantos elementos?	Tipo de ocupação	Tipo de residência	Encargos com a residência (especifique)	Nº divisões	Tipologia	Em caso de moradia, identifique se inclui	Finalidade do terreno de cultivo	Infraestruturas	Há quando tempo vive nesta localidade?	Por que razão vive nesta localidade? Se Outra, especifique	Estou satisfeito por viver nesta localidade (Sim/ Não)
298	Logística	Não			Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	7	Moradia geminada			Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Porque estou próximo da família	Sim
299	Comércio / Serviços	Não			Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	14	Moradia geminada			Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Porque já tinha casa; Porque estou próximo da família; Porque nasci aqui/aqui perto; Porque a vida é mais barata; Porque estou próximo do meu emprego/do meu cônjuge; Porque está bem servida de equipamentos/serviços	Sim
301	Administração pública / Educação / Saúde; Reformado(a)	Não			Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	12	Moradia geminada			Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Porque está bem servida de equipamentos/serviços	Sim
303	Administração pública / Educação / Saúde	Não				Proprietário	Residência principal	Sem encargos	3	Moradia isolada			Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	entre 1 e 5 anos	Porque tenho quintal/horta; Porque estou próximo do meu emprego/do meu cônjuge; Porque está bem servida de equipamentos/serviços	Sim
304	Reformado(a)	Não			Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	6	Moradia isolada			Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Porque já tinha casa; Outra: Já era dos pais	Sim
306	Construção civil	Não			Não	Proprietário	Residência principal	Com encargos (NR)	7	Moradia isolada			Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Porque já tinha casa; Porque estou próximo da família; Porque nasci aqui/aqui perto; Outra: Gostam da localização	Sim
310	Reformado(a)	Não				Arrendatário	Residência principal	Com encargos (80€)	3	Moradia geminada			Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Porque estou próximo da família; Outra: Casou e veio para aqui	Sim
311	Reformado(a)	Não				Arrendatário	Residência principal	Com encargos (250€)	5	Moradia geminada			Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Porque nasci aqui/aqui perto; Porque é sossegado	Sim
312	Indústria transformadora, Comércio / Serviços	Não			Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	4	Moradia isolada	Anexos		Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	entre 1 e 5 anos	Casa própria ou da família	Sim

ID	Qual o setor de atividade principal dos membros ativos do agregado familiar?	O seu agregado possui terrenos agrícolas?	Que utilidade têm esses terrenos para o seu agregado?	Que percentagem aproximada do rendimento familiar vem da utilização desses terrenos?	Alguém no agregado familiar trabalha em unidades industriais na zona? Quantos elementos?	Tipo de ocupação	Tipo de residência	Encargos com a residência (especifique)	Nº divisões	Tipologia	Em caso de moradia, identifique se inclui	Finalidade do terreno de cultivo	Infraestruturas	Há quando tempo vive nesta localidade?	Por que razão vive nesta localidade? Se Outra, especifique	Estou satisfeito por viver nesta localidade (Sim/ Não)
313	Engenharia	Não				Outro (Familiar)	Residência principal	Sem encargos	6	Moradia geminada	Anexos, Jardim		Servida por água; rede elétrica; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Casa própria ou da família, Proximidade da família, Qualidade de vida (ex. sossego, custo de vida), Espaço exterior (terreno de cultivo,jardim), Proximidade do emprego	Sim
317	Segurança	Não			Não	Arrendatário	Residência principal	Com encargos (NR)	4	Moradia geminada			Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Porque nasci aqui/aqui perto	Sim
318		Não				Proprietário	Residência principal	Sem encargos	5	Moradia isolada	Anexos		Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Casa própria ou da família	Sim
319	Comércio / Serviços	Não			Não		Residência principal	Sem encargos	8	Moradia geminada	Jardim		Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; telecomunicações	menos de 1 ano	Outra: Comodidades da casa	Sim
320						Proprietário (Co proprietária com o irmão)	Segunda residência	Sem encargos	16	Moradia isolada			Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações			
329	Reformado(a)	Não			Não	Arrendatário	Residência principal	Sem encargos	6	Moradia isolada	Anexos, Jardim		Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Casa própria ou da família	Sim
400	Reformado(a)	Não			Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	7	Moradia isolada			Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Casa própria ou da família	Sim
410	Comércio / Serviços, Reformado(a)	Sim	Produção para autoconsumo		Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	8	Moradia geminada	Anexos, Garagem ou telheiros, Jardim, Terreno de cultivo	Autoconsumo	Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Casa própria ou da família	Sim
415	Comércio / Serviços, Desempregado(a), freelancer	Não			Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	5	Moradia isolada	Garagem ou telheiros, Jardim, Terreno de cultivo	Autoconsumo	Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Casa própria ou da família	Sim
416	Desempregado(a), Reformado(a)	Sim	Produção para autoconsumo			Proprietário	Residência principal	Sem encargos	8	Moradia isolada	Garagem ou telheiros, Jardim, Terreno de cultivo	Autoconsumo	Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Casa própria ou da família, Espaço exterior (terreno de cultivo,jardim)	Sim

ID	Qual o setor de atividade principal dos membros ativos do agregado familiar?	O seu agregado possui terrenos agrícolas?	Que utilidade têm esses terrenos para o seu agregado?	Que percentagem aproximada do rendimento familiar vem da utilização desses terrenos?	Alguém no agregado familiar trabalha em unidades industriais na zona? Quantos elementos?	Tipo de ocupação	Tipo de residência	Encargos com a residência (especifique)	Nº divisões	Tipologia	Em caso de moradia, identifique se inclui	Finalidade do terreno de cultivo	Infraestruturas	Há quando tempo vive nesta localidade?	Por que razão vive nesta localidade? Se Outra, especifique	Estou satisfeito por viver nesta localidade (Sim/ Não)
418	Indústria transformadora, Turismo / Restauração, Desempregado(a), Reformado(a), Estudante	Não			Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	15	Moradia isolada	Anexos, Garagem ou telheiros		Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Casa própria ou da família	Sim
419	Reformado(a), mulher é cuidadora do marido, é reformado por invalidez	Sim	Produção para autoconsumo		Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	7	Moradia isolada	Anexos, Garagem ou telheiros, Jardim, Terreno de cultivo	Autoconsumo	Rede elétrica; via pavimentada; telecomunicações	entre 5 e 10 anos	Casa própria ou da família, Proximidade da família, Qualidade de vida (ex. sossego, custo de vida), Espaço exterior (terreno de cultivo,jardim)	Sim
428		Não			Sim;1	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	9	Moradia geminada			Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	entre 5 e 10 anos	Qualidade de vida (ex. sossego, custo de vida)	Sim
433	Reformado(a)	Não			Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	5	Moradia geminada	Anexos, Garagem ou telheiros, Jardim		Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	entre 5 e 10 anos	Proximidade da família	Sim
434	Desempregado(a), Reformado(a)	Sim	Produção para autoconsumo		Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	7	Moradia geminada	Anexos, Garagem ou telheiros, Jardim, Terreno de cultivo	Autoconsumo	Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	entre 5 e 10 anos	Proximidade da família	Sim
443	Desempregado(a)	Não			Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	5	Moradia geminada	Anexos, Garagem ou telheiros		Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Casa própria ou da família	Sim
444	Desempregado(a), Reformado(a)	Sim	Produção para autoconsumo		Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	7	Moradia isolada	Anexos, Garagem ou telheiros, Jardim, Terreno de cultivo	Autoconsumo	Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Proximidade da família	Sim
452	Reformado(a)	Não			Não	Arrendatário	Residência principal	Com encargos (NR)	4	Moradia isolada	Anexos		Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Outra: Casou e arranjou casa aqui	Sim
453	Reformado(a)	Não				Arrendatário	Residência principal	Sem encargos	4	Moradia geminada			Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Proximidade do emprego, Outra: Oportunidade de emprego	Sim
454	Desempregado(a), Reformado(a)	Sim	Produção para autoconsumo		Não	Proprietário	Residência principal	Sem encargos	7	Moradia isolada	Anexos, Garagem ou telheiros, Jardim, Terreno de cultivo		Rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Casa própria ou da família, Proximidade da família, Qualidade de vida (ex. sossego, custo de vida), Espaço exterior (terreno de cultivo,jardim)	Sim

ID	Qual o setor de atividade principal dos membros ativos do agregado familiar?	O seu agregado possui terrenos agrícolas?	Que utilidade têm esses terrenos para o seu agregado?	Que percentagem aproximada do rendimento familiar vem da utilização desses terrenos?	Alguém no agregado familiar trabalha em unidades industriais na zona? Quantos elementos?	Tipo de ocupação	Tipo de residência	Encargos com a residência (especifique)	Nº divisões	Tipologia	Em caso de moradia, identifique se inclui	Finalidade do terreno de cultivo	Infraestruturas	Há quando tempo vive nesta localidade?	Por que razão vive nesta localidade? Se Outra, especifique	Estou satisfeito por viver nesta localidade (Sim/ Não)
458	Comércio / Serviços, Administração pública / Educação / Saúde	Não			Não	Arrendatário	Residência principal	Com encargos (Renda)	5	Apartamento			Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Proximidade da família	Sim
126A	Indústria transformadora;Comércio / Serviços	Sim	Produção para autoconsumo		Sim; 1	Outro (em casa de amigos)	Residência principal	Com encargos (NR)	15	Moradia isolada			Servida por água; rede elétrica; telecomunicações	mais de 10 anos	Porque estou próximo da família	Sim
302A	Turismo / Restauração;Desempregado(a)	Não			Não	Arrendatário	Residência principal	Com encargos (400€)	9	Moradia geminada			Servida por água; rede elétrica; via pavimentada; rede esgotos; telecomunicações	mais de 10 anos	Porque estou próximo do meu emprego/do meu cônjuge;Porque está bem servida de equipamentos/serviços	Sim

(Cont.)

Tabela 1 – Compilação de dados recolhidos com recurso a inquérito – Habitações (5/6)

ID	Justifique a resposta anterior	Sinto que pertenço a este local (Sim/Não/Outro)	Gostaria de sair desta localidade	Como avalia a qualidade de vida na zona?	O agregado familiar tem acesso regular a cuidados de saúde?	Tem conhecimento do projeto da linha de alta velocidade?	Como tomou conhecimento do projeto?	Participou em sessões públicas ou recebeu informações?	Quais são as suas principais preocupações relativa/ ao projeto?	Tem conhecimento se será, de alguma forma, afetado?	COMO ESPERA QUE O PROJETO AFETE			
											O ambiente e (ruído, paisagem, biodiversidade)	A economia local (p.ex: aumento de oportunidades)	A mobilidade e acessos (p.ex: pontes)	O seu dia-a-dia (p.ex: valorização imobiliária, expropriação)
117		Sim	Não	Média	Sim, com facilidade	Não	Jornais / TV	Não	Não está em Portugal caso a casa vá abaixo	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
118	Por causa da A29	Mais ou menos	Mais ou menos	Boa	Sim, mas com dificuldades (ex. tempo de espera, distância)	Sim	Outro: Junta de Freguesia através de um panfleto do feriado do corpo de deus	Sim	A qualidade de vida que vai ter a seguir	Sim	Sim	Não	Não	Não
121						Sim	Jornais / TV	Não	Indemnização justa; Preocupações relativamente à obra	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
122		Sim	Não	Boa	Sim, com facilidade	Sim	Jornais / TV	Não	Que a obra possa ter um impacto negativo na qualidade de vida	Sim	Sim		Sim	Sim
123		Sim	Não		Sim, mas com dificuldades (ex. tempo de espera, distância)	Não		Não	ficar sem habitação	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
124	Facilidade deslocação para trabalho, perto família e muita paz de espírito	Sim	Não	Boa	Sim, com facilidade	Sim	Jornais / TV, Vizinhos, Sessão de Esclarecimento	Não	Perceber quando vão contactar os proprietários. após inicio das obras quanto tempo tenho para sair da minha habitação	Sim	Sim	Não	Não	Sim
126		Sim	Não	Boa	Sim, com facilidade	Sim	Redes Sociais; Sessão de Esclarecimento	Sim	-Arranjar uma casa de substituição. -Dinheiro mal gasto no projeto.	Sim	Não	Não	Sim	Não
130		Sim	Não	Muito boa	Sim, com facilidade	Sim	Jornais / TV; Sessão de Esclarecimento	Sim	Ficar sem casa	Sim	Não	Não	Sim	Sim

ID	Justifique a resposta anterior	Sinto que pertenço a este local (Sim/Não/Outro)	Gostaria de sair desta localidade	Como avalia a qualidade de vida na zona?	O agregado familiar tem acesso regular a cuidados de saúde?	Tem conhecimento do projeto da linha de alta velocidade?	Como tomou conhecimento do projeto?	Participou em sessões públicas ou recebeu informações?	Quais são as suas principais preocupações relativas ao projeto?	Tem conhecimento se será, de alguma forma, afetado?	COMO ESPERA QUE O PROJETO AFETE			
											O ambiente (ruído, paisagem, biodiversidade)	A economia local (p.ex.: aumento de oportunidades)	A mobilidade e acessos (p.ex.: paradas)	O seu dia-a-dia (p.ex.: valorização imobiliária, expropriação)
140		Sim	Não	Boa	Sim, com facilidade	Sim	Jornais / TV; Sessão de Esclarecimento	Sim	-Perder a casa. -perder os acessos e proximidade a tudo.	Sim	Não	Não	Não	Sim
142		Sim	Não	Muito boa	Sim, com facilidade	Sim	Outro: Carta I.P.	Não	Se a casa for afetada diretamente	Não sabe	Sim	Sim	Sim	Sim
152	Bem localizado e perto de serviços	Sim	Não	Muito boa	Sim, com facilidade	Sim	Jornais / TV, Redes Sociais, Vizinhos, Sessão de Esclarecimento	Sim	A definição de um traçado que não prejudique a casa e a vida	Sim				
158		Sim	Não	Boa	Sim, com facilidade	Sim	Outro: visita de técnico	Sim	Ter uma casa em condições semelhantes	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
176		Sim	Não	Boa	Sim, com facilidade	Sim	Jornais / TV; Redes Sociais	Não	Ser afetado diretamente	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
177	Vivo no campo, perto da cidade onde tenho todos os serviços e vivo com animais e horta, rodeado por natureza e boa vizinhança.	Sim	Não	Muito boa	Sim, com facilidade	Sim	Jornais / TV, Vizinhos, Sessão de Esclarecimento	Sim	Perder a maior parte do terreno que é o principal para a minha família. Compramos para ter casa com terreno e sentir que vivemos no campo podendo recorrer à agricultura e criação de animais. Não podemos aceitar que nos tirem a maior parte do terreno ainda para mais sendo em túnel. E ficar sem água do furo, também é impensável para a agricultura.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
179		Sim	Não	Muito boa	Sim, com facilidade	Sim	Outro: Técnico	Sim	Perda de propriedade aliado a um filho menor	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
181		Sim	Não	Muito boa	Sim, com facilidade	Sim	Outro: Senhoria	Não	Casa nas mesmas condições, terrea, o marido tem problemas de mobilidade devido a um AVC	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
183	Pelo sossego, tranquilidade, ar puro, boa vizinhança, boa localização, qualidade de vida	Sim	Não	Muito boa	Sim, com facilidade	Sim	Sessão de Esclarecimento	Sim	O impacto ambiental,sonoro e na qualidade de vida das pessoas;o impacto na habitação com a crescente desvalorização imobiliária; ruídos e vibrações; risco de segurança	Sim	Sim	Não	Sim	
184		Sim	Não	Muito boa	Sim, com facilidade	Não	Vizinhos	Não	Ir perder o acesso à habitação	Sim				
185		Sim	Não	Muito boa	Sim, com facilidade	Sim	Outro: técnicos	Não	-O custo da habitação; -Gerir esta situação com a mãe; -O espaço que tem e não conseguir arranjar um espaço igual; -Perda de memórias afetivas.	Sim	Sim	Não	Não	Sim
186		Sim	Não	Muito boa	Sim, com facilidade	Sim	Outro: Técnicos	Não	-Perda de local de trabalho; -Custo de habitação; -Gerir a situação com a avó (senhora de idade avançada); -Perda de memórias afetivas do lugar.	Sim	Sim	Não	Não	Sim

ID	Justifique a resposta anterior	Sinto que pertenço a este local (Sim/Não/Outro)	Gostaria de sair desta localidade	Como avalia a qualidade de vida na zona?	O agregado familiar tem acesso regular a cuidados de saúde?	Tem conhecimento do projeto da linha de alta velocidade?	Como tomou conhecimento do projeto?	Participou em sessões públicas ou recebeu informações?	Quais são as suas principais preocupações relativa/ ao projeto?	Tem conhecimento se será, de alguma forma, afetado?	COMO ESPERA QUE O PROJETO AFETE			
											O ambiente e (ruído, paisagem, biodiversidade)	A economia local (p.ex.: aumento de oportunidades)	A mobilidade e acessos (p.ex.: paradas)	O seu dia-a-dia (p.ex.: valorização imobiliária, expropriação)
187		Não	Não	Muito boa	Sim, com facilidade	Sim	Vizinhos, Outro: começou a ouvir falar o ano passado	Não	nenhuma	Sim	Não	Não	Não	Não
188		Sim	Não	Boa	Sim, com facilidade	Não	Jornais / TV	Não	Proximidade das obras, indemnização justa pelos terrenos.	Não sabe				
190		Sim	Não	Boa	Sim, com facilidade	Não	Jornais / TV; Outro: Técnico	Não	Ficar sem casa	Não				
193		Sim	Não	Boa	Sim, com facilidade	Sim	Outro: Técnico	Não	Perda de terreno (quinta e anexo)	Sim	Sim	Não	Não	Sim
195		Sim	Não	Muito boa	Sim, com facilidade	Não		Não	-Ruído das Obras; -Pó.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
200		Sim	Não	Boa	Sim, com facilidade	Não	Jornais / TV	Não	Barulho e destruição	Não	Sim	Não	Não	Não
204		Sim	Não	Boa	Sim, com facilidade	Sim	Vizinhos	Não	Sair de casa	Não	Sim	Não	Não	Sim
205		Sim	Não	Muito boa	Sim, com facilidade	Sim	Outro: visita técnico	Não	ter uma casa semelhante e indemnização	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
206		Sim	Não	Boa	Sim, com facilidade	Sim	Outro: Técnicos ao domingo	Não	Ter conhecimento dos timings e o que vai acontecer, perder a casa, e segurança.	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
216		Sim	Não	Média	Sim, com facilidade	Sim	Outro: Técnico	Não		Não sabe				
218		Sim	Não	Boa	Sim, mas com dificuldades (ex. tempo de espera, distância)	Sim	Jornais / TV	Não	Preocupada se vai ter de sair de casa	Não sabe	Sim	Sim	Sim	Sim
219		Mais ou menos	Sim	Boa	Sim, com facilidade	Não	Outro: Técnicos	Não	Ter que sair de casa	Não sabe	Sim			Sim
221		Sim	Não	Boa	Sim, com facilidade	Sim	Jornais / TV	Não		Não	Sim	Sim	Sim	Sim
223		Sim	Não	Média	Sim, com facilidade	Não	Outro: Técnico	Não	Perder a habitação	Não	Sim	Não	Não	Sim
224		Sim	Não	Boa	Sim, com facilidade	Sim, Não	Outro: Técnico	Não	Deitar a casa a baixo	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
225		Sim	Não	Média	Sim, mas com dificuldades (ex. tempo de espera, distância)	Não	Outro: Filho	Não	Falta de informação; Que as expropriações não propiciem em casas	Não	Sim	Não	Não	Não
226		Sim	Não	Muito boa	Só em situações urgentes	Sim	Outro: Visita técnico das expropriações	Não	Danificarem a casa		Sim	Sim	Sim	Sim
227		Sim	Não	Boa	Sim, com facilidade	Sim	Vizinhos, Outro: Técnico	Não	Perder a casa	Sim	Não	Não	Não	Sim
228		Sim	Não	Muito boa		Sim	Outro: Visita de técnico	Não	Ficar sem a casa, não conseguir ter uma habitação com as mesmas condições	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
239		Sim	Não	Boa	Sim, com facilidade	Sim	Outro: Técnicos	Não	Saúde	Não sabe	Sim	Não	Não	Não
253		Sim	Não	Muito boa	Sim, com facilidade	Não	Jornais / TV, Outro: internet	Não	Ruído das obras, pó, vibrações.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

ID	Justifique a resposta anterior	Sinto que pertenço a este local (Sim/Não/Outro)	Gostaria de sair desta localidade	Como avalia a qualidade de vida na zona?	O agregado familiar tem acesso regular a cuidados de saúde?	Tem conhecimento do projeto da linha de alta velocidade?	Como tomou conhecimento do projeto?	Participou em sessões públicas ou recebeu informações?	Quais são as suas principais preocupações relativa/ ao projeto?	Tem conhecimento se será, de alguma forma, afetado?	COMO ESPERA QUE O PROJETO AFETE			
											O ambiente e (ruído, paisagem, biodiversidade)	A economia local a local (p.ex: aumento de oportunidades)	A mobilidade de e acessos (p.ex: rampas)	O seu dia-a-dia (p.ex: valorização imobiliária, expropriação)
274	Qualidade de vida	Sim	Não	Muito boa	Sim, com facilidade	Sim	Jornais / TV;Sessão de Esclarecimento	Sim	Preocupação principal é económica, ver todo o investimento feito e ficar sem proveito, uma vez que investiu tudo na reabilitação da casa + airbnb o que incluiu ainda o projeto de arquitetura.	Sim	Sim	Não	Não	
275		Sim	Não	Muito boa	Sim, com facilidade	Sim	Vizinhos, Outro: Ouviu falar	Não		Sim	Sim	Sim	Sim	
277		Sim	Não	Muito boa	Sim, com facilidade	Sim	Vizinhos	Não	Problema psicológico, incerteza do que vai acontecer, se o dinheiro que irá receber dará para comprar outra casa.	Sim				
278		Sim	Não	Muito boa	Sim, com facilidade	Sim	Outro: Visia de técnico	Não	Gostaria de ficar a viver na proximidade e além disso de ter uma casa semelhantes para poder viver com a família - mulher e neto.	Sim	Sim	Não	Não	
279		Sim	Não	Muito boa	Sim, com facilidade	Não	Vizinhos;Outro: pessoas de fora	Não	Uma casa nas proximidades, presidente da câmara, disse que têm terreno em Noeda, para construção, para ficarem perto de onde viveram sempre	Sim	Sim	Não	Sim	
280		Sim	Não	Boa	Sim, com facilidade	Sim	Jornais / TV;Vizinhos	Não	Perder a casa	Sim	Sim	Não	Não	
281		Sim	Não	Muito boa	Sim, com facilidade	Sim	Jornais / TV;Sessão de Esclarecimento	Não	stress, saber para onde vai	Sim				
282		Sim	Não	Boa	Sim, mas com dificuldades (ex. tempo de espera, distância)	Sim	Outro: Técnicos	Não	-Não saber para onde ir.	Sim	Sim	Não	Sim	
284		Sim	Não	Muito boa	Sim, com facilidade	Sim	Jornais / TV;Vizinhos	Sim	Uma habitação na zona perto do trabalho (limpeza da motaengil), para manter emprego	Sim	Sim	Não	Não	
287						Sim	Jornais / TV	Sim	Indemnização justa	Sim	Sim	Sim	Sim	
288		Sim	Não	Muito boa	Sim, com facilidade	Sim	Vizinhos	Não	Perder a casa	Sim				
290	pelo estilo de vida bom	Sim	Não	Boa	Sim, com facilidade	Sim	Jornais / TV;Vizinhos	Não	Ter que abandonar	Não	Não	Não	Não	
291		Sim	Não	Muito boa	Sim, com facilidade	Sim	Vizinhos	Não	ter que sair daqui	Não	Não	Sim	Não	
295		Sim	Não	Boa	Sim, com facilidade	Sim	Vizinhos	Não	Indemnização justa	Sim	Sim	Não	Não	
297	sossegado	Sim	Não	Média	Sim, com facilidade	Não		Não	Preocupação em arranjar outra casa aqui perto	Não	Sim	Não	Não	
298		Sim	Não	Boa	Não;Sim, com facilidade	Sim	Jornais / TV;Vizinhos	Não	Desalojar as pessoas	Sim	Não	Sim	Não	
299	Zona central	Sim	Não	Muito boa	Sim, mas com dificuldades (ex. tempo de	Sim	Redes Sociais;Vizinhos	Sim	Processo de expropriação; Perda de acesso a serviços; Mudança da dinâmica diária.	Sim	Sim	Sim	Sim	

ID	Justifique a resposta anterior	Sinto que pertenço a este local (Sim/Não/Outro)	Gostaria de sair desta localidade	Como avalia a qualidade de vida na zona?	O agregado familiar tem acesso regular a cuidados de saúde?	Tem conhecimento do projeto da linha de alta velocidade?	Como tomou conhecimento do projeto?	Participou em sessões públicas ou recebeu informações?	Quais são as suas principais preocupações relativa/ ao projeto?	Tem conhecimento se será, de alguma forma, afetado?	COMO ESPERA QUE O PROJETO AFETE				
											O ambiente e (ruído, paisagem, biodiversidade)	A economia local (p.ex.: aumento de oportunidades)	A mobilidade e acessos (p.ex.: paradas)	O seu dia-a-dia (p.ex.: valorização imobiliária, expropriação)	
					espera, distância)										
301	tem acesso a tudo	Sim	Não		Sim, com facilidade	Sim	Jornais / TV; Vizinhos	Sim	-Local da futura habitação e condições. -Ter de abandonar a casa atual.	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	
303		Sim	Não	Muito boa	Sim, com facilidade	Sim	Outro: Através da IP, pediu esclarecimento após a construção	Sim	demolições, valor da expropriação não permite uma casa no mesmo local, as casas mais baratas são muito pequenas e custam mais de 600 mil euros	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
304		Sim	Não	Boa	Sim, com facilidade	Sim	Jornais / TV	Não	As indemnizações e o realojamento das pessoas face ao valor do mercado porque gostavam de ficar a viverem juntos	Sim	Sim				
306		Sim	Não	Muito boa	Sim, com facilidade	Sim	Jornais / TV; Redes Sociais	Não	Não incomodar; Não ficar sem casa.	Não sabe	Sim		Sim	Sim	
310		Não	Sim	Muito boa	Sim, com facilidade	Sim	Vizinhos	Não	Ter casa nas mesmas condições e rés do chão.	Não	Sim	Não	Não	Não	
311		Sim	Não	Muito boa		Sim	Vizinhos	Não	Ser diretamente afetada e ter de sair.	Não sabe	Sim	Não	Não	Não	
312		Sim	Não	Muito boa	Sim, com facilidade	Sim	Outro: Visita de técnico	Não		Sim					
313	Qualidade de vida	Sim	Não	Muito boa	Sim, com facilidade	Sim	Jornais / TV, Outro: Fóruns internet	Não	Desinformação às pessoas afetadas. Realojamento das pessoas afetadas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
317		Sim	Não	Muito boa	Sim, com facilidade	Sim	Jornais / TV; Vizinhos	Não	que destrua a vida e o dia a dia das pessoas	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	
318		Sim	Não		Não	Sim	Outro: Técnico	Não	Ter uma indemnização justa	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
319		Sim	Não	Boa	Sim, com facilidade	Sim	Outro: Técnico	Não	-Perda de casa; -Perda de valor.	Sim	Sim	Não	Não	Sim	
320						Sim	Jornais / TV	Não	Indemnização justa ou uma casa para os arrendatários serem realojados.	Sim	Sim	Não	Sim	Não	
329		Sim	Não	Muito boa	Sim, com facilidade	Sim	Outro: Sondagens no terreno vizinho	Não	Ter uma casa com condições semelhantes, espaço livre para ter os cães. Perder qualidade de vida- vê animais , alimenta pombos bravos com as árvores de fruto	Não sabe	Sim	Sim	Sim	Sim	
400		Sim	Não	Média	Não	Sim	Outro: Técnico	Não	Perda da casa	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	
410		Sim	Não	Muito boa	Sim, com facilidade	Sim	Outro: Familiares	Não	A Incerteza; Sem informações do que podem fazer	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
415		Sim	Não	Média	Só em situações urgentes	Sim	Outro: Técnico	Não	Prejudicar o dia-a-dia , acessos , casa danificada	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
416		Sim	Não	Boa	Sim, com facilidade	Sim	Jornais / TV, Sessão de Esclarecimento	Sim	Ruído, devido à elevada proximidade, uma vez que é uma zona bastante calma	Não	Sim	Sim	Sim		
418	É muito sossegada,	Sim	Não	Muito boa	Sim, com facilidade	Sim	Jornais / TV, Vizinhos, Sessão de Esclarecimento	Sim	Tudo preocupa, nível ambiental, animais	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	

ID	Justifique a resposta anterior	Sinto que pertenço a este local (Sim/Não/Outro)	Gostaria de sair desta localidade	Como avalia a qualidade de vida na zona?	O agregado familiar tem acesso regular a cuidados de saúde?	Tem conhecimento do projeto da linha de alta velocidade?	Como tomou conhecimento do projeto?	Participou em sessões públicas ou recebeu informações?	Quais são as sua principais preocupações relativa/ ao projeto?	Tem conhecimento se será, de alguma forma, afetado?	COMO ESPERA QUE O PROJETO AFETE				
											O ambiente e (ruído, paisage m, biodiver	A economi a local (p.ex: aumento de oportuni	A mobilida de e acessos (p.ex: rapidez)	O seu dia-a-dia (p.ex: valoriza ção imobiliár ia, expropri	
	bastante área verde e animais								selvagens, proximidade das habitações e ruído.						
419		Sim	Não		Sim, com facilidade	Sim	Outro: técnicos ao longo dos anos	Sim		Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
428		Sim	Mais ou menos	Boa	Sim, mas com dificuldades (ex. tempo de espera, distância)	Sim	Outro: Técnico	Não	Preocupação com tudo , pelo desconhecimento	Não sabe					
433		Sim	Não	Muito boa	Sim, com facilidade	Sim	Jornais / TV, Outro: Técnico	Não	-Perda de rendimentos e habitação	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
434		Sim	Não	Muito boa	Sim, com facilidade	Sim	Jornais / TV, Outro: Técnico	Não	-Para onde ir; -Ecomo vai substituir a fonte de rendimento; -Perder a proximidade de tudo.	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
443		Sim	Não	Muito boa	Sim, com facilidade	Sim	Outro: Carta e visita de técnico	Não	Danificarem a casa com as obras e ficar inabitável	Não sabe	Sim	Sim	Sim	Sim	
444		Sim	Não	Boa	Sim, com facilidade	Não	Outro: Técnico	Não	Barrulho	Não	Sim	Não	Não	Não	
452		Não		Muito boa	Sim, com facilidade	Sim	Outro: Técnicos	Não	Danificarem a casa	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	
453		Sim	Não	Boa	Sim, com facilidade	Não	Outro: Técnicos	Não	Perda do Local de alojamento	Sim	Sim	Não	Não	Não	
454		Sim	Não	Muito boa	Sim, com facilidade	Sim	Outro: Visita técnico	Não	Casa danificada, indemnização justa	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	
458		Sim	Não	Boa	Sim, com facilidade, Sim, mas com dificuldades (ex. tempo de espera, distância), Só em situações urgentes	Sim	Jornais / TV, Redes Sociais	Não	Movimento acrescido de pessoas e transportes próprios	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	
126A		Sim	Não	Boa	Sim, com facilidade	Sim	Redes Sociais; Sessão de Esclarecimento	Sim	Ater que arranjar uma casa para substituir esta	Sim	Sim	Não	Sim	Não	
302A	boa vivência	Sim	Não	Média	Sim, com facilidade	Sim	Vizinhos	Não	Indemnização justa	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	

(Cont.)

Tabela 1 – Compilação de dados recolhidos com recurso a inquérito – Habitações (6/6)

ID	IDENTIFIQUE IMPACTES POSITIVOS E NEGATIVOS QUE PREVÊ				Sugestões de medidas de mitigação ou compensação	Gostaria de participar em sessões futuras?	Gostaria de receber informações sobre o projeto?	Comentários adicionais	Agregado - Como se desloca habitualmente?	Com que frequência contacta com familiares que vivem por perto?
	O ambiente (ruído, paisagem, biodiversidade)	A economia local (p.ex: aumento de oportunidades de emprego)	A mobilidade e acessos (p.ex: rapidez e estado de acessos)	O seu dia-a-dia (p.ex: valorização imobiliária, expropriações)						
117	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo	Valor justo nas indemnizações	Sim	Sim		Suiça	
118	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo	Indemnização por causa do ruído e da proximidade ao viaduto. Desvalorização do imóvel	Sim	Sim			
121	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo	Indemnização justa; árvores de frutos					

ID	IDENTIFIQUE IMPACTES POSITIVOS E NEGATIVOS QUE PREVÊ				Sugestões de medidas de mitigação ou compensação	Gostaria de participar em sessões futuras?	Gostaria de receber informações sobre o projeto?	Comentários adicionais	Agregado - Como se desloca habitualmente?	Com que frequência contacta com familiares que vivem por perto?
	O ambiente (ruído, paisagem, biodiversidade)	A economia local (p.ex: aumento de oportunidades de emprego)	A mobilidade e acessos (p.ex: rapidez e estado de acessos)	O seu dia-a-dia (p.ex: valorização imobiliária, expropriações)						
122	Negativo		Negativo	Negativo	Que a passagem da linha de alta velocidade nesta zona, por causa da estrada e da linha ferroviária existente, fosse em túnel mineiro para minimizar o impacto	Sim	Sim	Que tenham em atenção a resposta do ponto V.8		
123	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo	Arranjar um lugar num lar para ter cuidados de saúde adequados, em vez de habitação	Sim	Sim			
124	-	-	-	+	Não há forma de responder a esta questão. Primeiro deveriam informar qual o valor médio m2 para a zona. Segundo não esquecer que atualmente na zona aquisição de imóveis ronda em média entre os 250 000 e 300 000 euros.	Sim	Sim			
126	Negativo	Positivo	Positivo	Negativo	-Indemnização justa; -Serem bem informados durante o processo	Sim	Sim			
130	Negativo	Negativo			Uma casa com as mesmas condições	Sim	Sim			
140	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo	o valor justo da indemnização	Sim	Sim	manter as pessoas mais informadas		
142	-	-	-	-	Manter as condições.	Sim	Sim		Carro próprio	Diariamente
152	-					Sim	Sim		A pé, Carro próprio	Diariamente
158	-	-	-	-	ter uma casa nas mesmas condições	Não	Sim		A pé	
176	Negativo	Positivo	Negativo	Negativo	Ter uma habitação idêntica ao que temos	Não	Sim			
177	-	-	-	-	Não há compensação possível para algo que construímos ou recuperamos com as próprias mãos e ajuda de familiares e vizinhos. Planeamos viver aqui com os meus filhos e pais, com terreno para podermos cultivar é justo que me arranquem condições idênticas às que tenho. Iguais jamais vão conseguir.	Sim	Sim	As coisa devem ser avaliadas no seu contexto. Uma casa com terreno não é casa e terreno é um todo. Ficar com a casa e ficarm-me com o terreno é me dar facadas no coração sempre que abrir a janela e ver o que me roubaram...	A pé, Bicicleta, Carro próprio	Diariamente
179	-	-	-	-	-Indemnização justa; -Habitação com as mesmas condições da atual.	Sim	Sim	-Ser rencercido do valor gasto nesta habitação, para poder ir para uma casa com as mesmas condições; -Reforçar o incomodo que tem sido.	Carro próprio	Diariamente
181	-	-	-	-	Casa nad mesmas condições, piso terreo com espaço para os animais, horta...	Sim	Sim		Carro próprio	Raramente
183	-	-	-	-		Sim	Sim			
184					Construírem uma cesso novo	Sim	Sim		Carro próprio	Diariamente
185	-	-	-	-	-Indemnização justa em conta os preços do mercado atual; -Um terreno/habitação equivalente.	Não	Sim	Informação prévia, dilação temporal fase à evolução do projeto.	Carro próprio	Diariamente
186	-	-	-	-		Sim	Sim	-Informação prévia; -Dilação temporal fase à evoução do projeto.	Carro próprio	Diariamente
187						Não	Não		Carro próprio	Raramente
188						Sim	Sim	Desinformação total sobre o projeto, três entidades diferentes afirmaram que não era afetado, mas afinal é.		
190					Indemnização justa e obter umas casas com as mesmas condições	Sim	Sim	Não está preparada para perder a casa		
193	-	-	-	-	-Indemnização justa; -Ser expropriado na totalidade (pela proximidade à linha)	Sim	Sim	-O projeto não trará vantagens (pela não apricação de bitola europeia)	Carro próprio	Raramente

ID	IDENTIFIQUE IMPACTES POSITIVOS E NEGATIVOS QUE PREVÊ				Sugestões de medidas de mitigação ou compensação	Gostaria de participar em sessões futuras?	Gostaria de receber informações sobre o projeto?	Comentários adicionais	Agregado - Como se desloca habitualmente?	Com que frequência contacta com familiares que vivem por perto?
	O ambiente (ruído, paisagem, biodiversidade)	A economia local (p.ex: aumento de oportunidades de emprego)	A mobilidade e acessos (p.ex: rapidez e estado de acessos)	O seu dia-a-dia (p.ex: valorização imobiliária, expropriações)						
195	-	-	-	-	-Maioritariamente, isolamento acústico; -Reposição da garagem de preferência depois das obras	Não	Sim	Falta de Informação	Carro próprio	Diariamente
200	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo	Reparação dos estragos	Não	Sim	Valorizar os sentimentos das pessoas		
204	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo	Ter uma casa de substituição	Não	Sim			
205	-	-	-	-		Sim	Sim		A pé, Carro de familiares/ vizinhos	Diariamente
206	Negativo	Positivo	Positivo		Indemnização justa, tempo para planear o futuro.	Sim	Sim	Que as pessoas sejam informadas atempadamente.		
216						Não	Sim		Carro próprio	Raramente
218	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo	Indemnização justa	Sim	Sim			
219	Negativo			Negativo	Não passar por aqui	Não	Não	Não passar por aqui		
221	Negativo	Positivo	Positivo	Negativo		Não	Não			
223	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo	Indemnização	Não	Sim			
224	-	-	-	-	-Uma casa; -Indemnização	Sim	Sim		Carro próprio	Várias vezes por semana
225	Negativo	Positivo	Positivo	Negativo	Assumir a responsabilidade dos danos; Se não houver solução haver casa nova	Sim	Sim	Poderá trazer problemas à importância da casa; Fazer reuniões informativas com pessoas que são afetadas direta e indiretamente		
226	-	-	-	-	Se danificarem arranjam	Sim	Sim		A pé, Carro próprio, Carro de familiares/ vizinhos	Diariamente
227	-	-	-	-	Indimnização justa; -Casa com as mesmas condições	Sim	Sim	-Bem informados; -Não por as pessoas em alvoroso -Chatear as pessoas coordenadamente.	Carro de familiares/ vizinhos	Diariamente
228	-	-	-	-	Casa semelhante nas mesmas condições e nas proximidades	Sim	Sim	Não ter esta incerteza	A pé, Carro próprio, Transporte público	
239	-	-	-	-	Indemnização justa	Não	Não		Carro próprio	Raramente
253	-	-	-	-	Melhor isolamento da casa	Não	Sim		Carro próprio, Transporte público	Raramente
274	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo	Muito boa compensação construção. financeira; Pedido de desculpas por parte da CMP que concedeu a licença de habitabilidade e	Sim	Sim	Mais transparência e comunicação no processo		
275	-	-	-	-	Habitação com acessibilidade e junto aos transportes	Sim	Sim		Carro de familiares/ vizinhos	Diariamente
277	Negativo			Negativo		Sim		Falta de informação		
278	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo	Indemnização justa	Sim	Sim			
279	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo	O presidente da CMP - diz que faz residências em Noeda, para construção das afetados na Campanhã	Sim	Sim			
280	Negativo	Positivo	Positivo	Negativo	Arranjar outra casa	Não	Sim	Qua as casa não sejam afetadas		
281				Negativo		Sim	Sim			
282	-	+	+	-	Darem uma habitação subtituta perto do local que vive agora	Sim	Sim	É triste perder uma herança	Transporte público	Diariamente
284	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo	Alojar a população do bairro no bairro da Noeda no terreno que a câmara disponibiliza	Sim	Sim			
287	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo			Sim			

ID	IDENTIFIQUE IMPACTES POSITIVOS E NEGATIVOS QUE PREVÊ				Sugestões de medidas de mitigação ou compensação	Gostaria de participar em sessões futuras?	Gostaria de receber informações sobre o projeto?	Comentários adicionais	Agregado - Como se desloca habitualmente?	Com que frequência contacta com familiares que vivem por perto?
	O ambiente (ruído, paisagem, biodiversidade)	A economia local (p.ex: aumento de oportunidades de emprego)	A mobilidade e acessos (p.ex: rapidez e estado de acessos)	O seu dia-a-dia (p.ex: valorização imobiliária, expropriações)						
288					Indemnização	Não	Sim	Havia outros projetos mais importantes para fazer, do que este projeto		
290	Positivo	Positivo		Negativo	Casa cm codições idênticas: Imdemnização	Não	Sim	se for expropriado ,que deêm uma casa com condições semelhantes como a que tem agora		
291	Negativo	Positivo	Positivo	Negativo	Uma casa semelhante; -Imdemnização justa	Não	Sim			
295	Negativo	Positivo	Positivo	Negativo		Sim	Sim	Falta de informação relativamente ao projeto		
297	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo	Imdemnização justa e apropriada aos valores atuais do mercado	Sim;Não	Sim			
298	Negativo	Positivo	Negativo	Negativo	Construção de habitação com a mesma tipologia	Não	Sim	Gostava de saber porque de tantos sítios que poderia passar, tem que passar aqui"? "Porque não se faz em tunel?"		
299	Negativo	Positivo	Positivo	Negativo	Expropriação justa; Tempo de transição/mudança justo	Sim	Sim	Alteração do Projeto de modo a não afetar habitação		
301	Negativo	Negativo	Positivo	Negativo	Realojamento; cedência dos terrenos municipais de Noeda para construção de habitações unifamiliares, com condições semelhantes às habitações atuais, (têm garagem).	Sim	Sim	Não queremos abandonar o local por estarem bem servidos		
303					Sugere que o terreno expropriado pelo Município em Noeda (do outro lado da rua) seja utilizado para a construção de uma urbanização a custos controlados para alojar as pessoas que não querem sair da zona. Foi criada uma associação assoalheira para defender os interesses dos residentes.	Sim	Sim			
304	Negativo		Positivo	Negativo	Valor da indemnização tendo em conta a bolha imobiliária no porto	Sim	Sim	O valor da indemnização pode não ser suficiente para pagar casa noutro local		
306	Negativo		Positivo	Negativo	Não ficar sem a casa; Pela breve introdução do projeto, analisamos que existe a nascente, sendo este o lado da escavação, uma solução: manter o terreno à cota existente excutando uma cobertura no arruamento.	Sim	Sim	falar connosco; expor a situação pessoalmente; ps: "grande desafio de um arquiteto é pegar no que existe e saber aproveitar".	Porto; Lisboa; Coimbra e Palmela	
310	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo	Ter uma casa semelhante nas proximidades	Não	Sim			
311	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo	Recompensa no caso de afetação	Sim	Sim			
312					Monetariamente	Sim	Sim			
313	-	+	+	-	A compensação deverá assegurar um reposição efetiva das condições atuais de habitação, tendo em conta que se trata de habitação permanente. Nesse sentido deverá permitir a aquisição de um imóvel com características equivalentes na mesma zona ou comparável, sem prejuízo económico. Para além do valor de mercado do imóvel, deverão ser considerados todos os impactos associados à expropriação, incluindo custos de mudança, eventuais encargos adicionais com aquisição de nova habitação e o contexto atual de forte pressão no mercado imobiliário no Porto(Município declarou calamidade habitacional), o que dificulta o acesso a soluções equivalentes. Deverão ainda ser tidas em conta as características específicas do imóvel, nomeadamente a sua localização, exposição (vista e proximidade ao Rio Douro) e valorização associada, garantindo que a compensação reflete o seu real valor, e não apenas o estado atual das construções.	Sim	Sim	Esta é a primeira interação com o projeto vindo "de entidade pública/privada". No entanto, por iniciativa própria tenhoo cesso a todos os estudos, EIA, Projeto, IP, etc. Contudo é de estranhar que no primeiro RECAPE não tenha chegado este documento.		
317	Negativo	Positivo	Positivo	Negativo	Mais comércio nas proximidades	Não	Sim			
318	-	-	-	-	casa com condições semelhantes	Sim	Sim		Transporte público	
319	-	+	+	-	-Indemnização justa; -Uma casa com as mesmas condiações.	Sim	Sim	-Que seja um processo rápido; -Mais informações.	Carro próprio	Raramente
320	Negativo	Negativo	Negativo	Negativo	Indemnização justa	Sim	Sim	Rápida resolução		

ID	IDENTIFIQUE IMPACTES POSITIVOS E NEGATIVOS QUE PREVÊ				Sugestões de medidas de mitigação ou compensação	Gostaria de participar em sessões futuras?	Gostaria de receber informações sobre o projeto?	Comentários adicionais	Agregado - Como se desloca habitualmente?	Com que frequência contacta com familiares que vivem por perto?
	O ambiente (ruído, paisagem, biodiversidade)	A economia local (p.ex: aumento de oportunidades de emprego)	A mobilidade e acessos (p.ex: rapidez e estado de acessos)	O seu dia-a-dia (p.ex: valorização imobiliária, expropriações)						
329	-	-	-	-	Casa nas mesmas condições, casa térrea, espaço para os animais de companhia	Sim	Sim		A pé, Carro próprio	Raramente
400	-	+	+	-		Sim	Sim	Construir o muro que deitaram abaixo	Transporte público	Diariamente
410	-	-	-	-	-Casa para eles, para o filho quando vem (pois em uma casa em anexo à deles), e uma casa para os inquilinos; -Indemnização justa.	Sim	Sim		Transporte público	Raramente
415	-	-	-	-	Indemnização justa	Sim	Sim		A pé, Carro próprio	Diariamente
416	-	+	+			Sim	Sim			
418	+	+	+	+	Bão fazerem a linha TGV	Não	Não			
419	-	-	-	-		Sim	Sim			
428						Sim	Sim		Carro próprio	Raramente
433	-	+	+	-		Sim	Sim		Transporte público	Diariamente
434	-	+	+	-	-Restituir os Rendimentos que têm; -Arranjar um local igual; -Indemnização justa.	Sim	Sim		Transporte público	Várias vezes por semana
443	-	-	-	-		Não	Sim	Que isto não avance	Carro próprio	Diariamente
444	-	+	+	+		Não	Sim		Carro próprio	Raramente
452	-	-	-	-	Finaceiramente ou uma casa com as mesmas condições, nas proximidades	Sim	Sim		A pé	Várias vezes por semana
453	-	-	-	-	-Nova habitação; -Financeiramente Indemnizado.	Sim	Sim		A pé	Várias vezes por semana
454	-	-	-	-		Sim	Sim		A pé, Transporte público	Diariamente
458	-	+	+	-		Não	Sim		Carro próprio, Transporte público	Uma vez por semana
126A	Negativo	Positivo	Positivo	Negativo	Indemnização justa. Ser bem informado durante o processo.	Sim	Sim			
302A	Negativo	Positivo	Positivo	Negativo	Uma casa com as mesmas condições. Uma indemnização.	Não	Sim			

Tabela 2 – Compilação de dados recolhidos com recurso a inquérito – Atividades Económicas (1/5)

ID	Troço PE	Tipo de afetação	Município	Freguesia	Nome	Relação com a empresa	Ramo de atividade	Quais os principais produtos/ serviços que a empresa oferece?	Área	Sede/Filial?	Tipo de ocupação	Encargos com o terreno	Volume de negócios
116	4	diretos	SM Feira	São Paio Oleiros	Poça Consulting Lda	Sócio-Gerente	Des. Informático, marketing, contabilidade	Software, marketing, contabilidade, gestão e consultoria	Mais de 1.000 m²	Sede única	Outro	Sem encargos	Até 2 milhões de euros
125	4	diretos	Espinho	Anta	Guilherme Tavares Pinto	Gerente	Serralharia Civil	Prestação de Serviços	500 – 1.000 m²	Sede única	Proprietário	Sem encargos	Não sei / Prefiro não responder
178	4	indiretos	VNG	Serzedo	Sociedade Hípica Quinta Outeiral, 4410-042 Serzedo	Administradora	Ensino desportivo e recreativo	Equitação, Venda cavalos desporto	Mais de 1.000 m²	Sede única	Proprietário	Sem encargos	Até 2 milhões de euros
197	4	diretos	VNG	Canelas	Guimotec Unipessoal Limitada	Sócio	Construção e reabilitação	Construção e reabilitação	Até 500 m²	Sede única	Arrendatário	Sem encargos	Até 2 milhões de euros
198	4	diretos	VNG	Canelas	Aires Coelho Lda	Gerente	Serralharia	Corte e quinagem de chapa / Serralharia	Até 500 m²	Sede única	Arrendatário	Sem encargos	Não sei / Prefiro não responder
209	4	diretos	VNG	Canelas	TOP Car_Peak Drive Automoveis , Lda	Sócio Gerente	Comércio, Reparação/Manutenção e Peças Auto	Veiculos & Peças Auto	500 – 1.000 m²	Única	Arrendatário		Até 2 milhões de euros
210	4	indiretos	VNG	Canelas	JL Nogueira , Lda	Diretora Financeira	Instalações Elétricas	Instalações Elétricas	Mais de 1.000 m²	Sede	Proprietário	Sem encargos	Entre 2ME e 50ME
211	4	diretos	VNG	Canelas	Monteiro & Filho Materiais De Fixação Lda	Sócio Gerente	Comércio	Fabrico e comércio de fixações	Mais de 1.000 m²	Única	Proprietário	Com encargos (empréstimo bancário)	Até 2 milhões de euros
212	4	diretos	VNG	Canelas	PPG DYRUP S.A	Coordenador C.D	Tintas	Tintas e Vernizes	500 – 1.000 m²	Filial	Arrendatário	NR	Não sei / Prefiro não responder
214	4	indiretos	VNG	Canelas	GLS transport	Gerente	Transporte	Transporte	500 – 1.000 m²	Filial	Arrendatário	NR	Até 2 milhões de euros
215	4	diretos	VNG	Canelas	Escolha alinhada Ida.	Gerente	Comércio	Madeira	Até 500 m²	Sede única	Proprietário	Sem encargos	Até 2 milhões de euros
217	4	indiretos	VNG	Canelas	Carpintaria	Proprietário	Carpintaria	Construção civil e outros moldes	500 – 1.000 m²	Única	Proprietário	Sem encargos	Até 2 milhões de euros
230	4	diretos	VNG	Vilar do Paraíso	Perpicola, Comércio de etiquetas e autocolantes Lda	Sócio-Gerente	Artes Gráficas	Etiquetas-Autocolantes	Mais de 1.000 m²	Sede única	Arrendatário	NR	Até 2 milhões de euros
231	4	diretos	VNG	Vilar do Paraíso	Poluic Ida	OUTRO	Eletrcidade	eletromecânica	Até 500 m²	Filial	Proprietário	Sem encargos	Até 2 milhões de euros
232	4	diretos	VNG	Vilar do Paraíso	Cardoso & Trigo Lda.	Sócia	concessão de Standes para feiras	Carpintaria/ Designer	500 – 1.000 m²	única	Arrendatário		Até 2 milhões de euros
233	4	diretos	VNG	Vilar do Paraíso	Perfilium metal sistem	Administradora	Construção Metálicas	Ferro e Alumínio	500 – 1.000 m²	Sede única	Arrendatário	NR	Até 2 milhões de euros
234	4	diretos	VNG	Vilar do Paraíso	Colisauto	Sócio Gerente	Comércio Reparador Auto	Repação Auto	500 – 1.000 m²		Arrendatário		Não sei / Prefiro não responder
236	4	diretos	VNG	Vilar do Paraíso	Confeiteiros Arco & Arcádio SA	Colaboradora	Confeitaria	Confeitaria/ Pastelaria	Mais de 1.000 m²	Filial	Arrendatário	NR	Entre 2 ME e 50ME
237	4	diretos	VNG	Vilar do Paraíso	Hyper metal	outro	metalúrgica	metalúrgica	Até 500 m²	Sede única	Arrendatário	Sem encargos	Até 2 milhões de euros
240	4	diretos	VNG	Vilar do Paraíso	GIS Segurança Privada Unipessoal, Lda	Administrador	Segurança Privada	Segurança Privada	Mais de 1.000 m²	Sede Única	Proprietário	Com encargos (empréstimo bancário)	Entre 2ME e 50ME
241	4	diretos	VNG	Vilar do Paraíso	Intercereais do Oeste Lda.	Sócio Gerente	Comércio e distribuição de alimentos para animais de estimação	Alimentos para animais de estimação	Até 500 m²	Filial	Arrendatário		Até 2 milhões de euros
242	4	diretos	VNG	Vilar do Paraíso	Seabra Tavares-Formulários Lda	Proprietário	Transformação e Impressão de Papel	Impressos para uso Informático	Mais de 1.000 m²	Única	Proprietário	Sem encargos	Entre 2ME e 50ME
256	4	diretos	VNG	Oliveira do Douro	Kaninine - Centro de Treino Canino	Sócio Gerente	Serviços	Hotel, Creche e Treino canino	Mais de 1.000 m²	Única	Arrendatário		Até 2 milhões de euros
257	4	diretos	Porto	Bonfim	Cepsa - Portugal Petróleos, Lda /Propel- Produtos de Petróleo, Limitada	Diretor da Rede / Gerente	Comércio a Retalho de Combustíveis	Combustíveis / Loja de Conveniência / Restaurante	Mais de 1.000 m²	Filial	Proprietário	Sem encargos	Entre 2ME e 50ME
273	5	diretos	Porto	Bonfim	Frederic	Gerente	Hotelaria	Alojamento Local	Mais de 1.000 m²	Sede única	Proprietário	Com encargos (empréstimo bancário)	Até 2 milhões de euros

ID	Troço PE	Tipo de afetação	Município	Freguesia	Nome	Relação com a empresa	Ramo de atividade	Quais os principais produtos/ serviços que a empresa oferece?	Área	Sede/Filial?	Tipo de ocupação	Encargos com o terreno	Volume de negócios
302	5	diretos	Porto	Campanhã	O boraquinho do freixo	Gerente	Restauração	Refeições	Até 500 m²	Sede única	Proprietário	Sem encargos	Até 2 milhões de euros
325	5	diretos	Porto	Campanhã	Madfiel	Proprietário gerenye	Setor Metalúrgico		Mais de 1.000 m²	Única	Proprietário	Sem encargos	Não sei / Prefiro não responder
402	4	diretos	VNG	Canelas	silliker portugal s.a	Diretora	Prestação de Serviços	Análises químicas laboratoriais	Mais de 1.000 m²	Única	Proprietário	Sem encargos	Entre 2ME e 50ME
403	4	diretos	VNG	Mafamude	Nova Chaves Santo Ovídio	Gerente	Comércio e Serviços	Venda de Chaves e ferragem	Até 500 m²	Única	Arrendatário		Até 2 milhões de euros
404	4	diretos	VNG	Mafamude	Fernanda - Cabeleireira	Gerente	Serviços	Cabeleireira	Até 500 m²	Única	Arrendatário		Até 2 milhões de euros
405	4	diretos	VNG	Mafamude	Costa Eletrecista	Sócio Gerente	Serviços	Eletrecista Mecânica	Até 500 m²	Única	Outro	Sem encargos	Até 2 milhões de euros
412	4	diretos	VNG	Mafamude	Porto Charme	Gerente	Estética	Estética	Até 500 m²	Filial	Arrendatário	Sem encargos	Até 2 milhões de euros
413	4	diretos	VNG	Mafamude	Joaquina Ribeiro Velhote Limitada	Sócio/Proprietário	Padaria / Pastelaria	Padaria / Pastelaria	Até 500 m²	Filial	Arrendatário	Sem encargos	Até 2 milhões de euros
422	4	diretos	VNG	Vilar do Paraíso	By Food	Administrador	Comércio de bens alimentares	Produção alimentar	Até 500 m²	Filial	Arrendatário		Entre 2ME e 50ME
441	4	diretos	VNG	Canelas	J. Silva Reis - Engenharia, Unipessoal Lda	Sócio Gerente	Obras Públicas e Exploração de pedreiras	Venda de Agregados britados	Mais de 1.000 m²	Sede	Outro	Sem encargos	Até 2 milhões de euros
451	4	diretos	VNG	Canelas	João Pinho	Gerente	Fabrico de ferragens para mobiliário	Ferragens para mobiliário	Até 500 m²	Única	Proprietário	Sem encargos	Até 2 milhões de euros
257A	4	diretos	Porto	Bonfim	O Fintas	Gerente	Café/Restaurante		NR	Sede única	Arrendatário	Sem encargos	Até 2 milhões de euros
306A	5	diretos	Porto	Campanhã	PNP- Pedro Neves Pinto Ida.	Sócio-Gerente	Arquitetura, engenharia e construção	Projetos, consultoria e construção	Até 500 m²	Sede única	Proprietário	Sem encargos	Até 2 milhões de euros
273A	5	diretos	Porto	Bonfim		Gerente	Marketing	Marketing	Até 500 m²	Sede única	Proprietário	Com encargos (empréstimo bancário)	Até 2 milhões de euros

(Cont.)

Tabela 2 – Compilação de dados recolhidos com recurso a inquérito – Atividades Económicas (2/5)

ID2	III.1. NÚMERO DE TRABALHADORES	LOCAL(AIS) DE RESIDÊNCIA DOS TRABALHORES (FREGUESIA / MUNICIPIO)	QUAL O NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES (N.º OU %) [9º ano (5º ano antigo)]	QUAL O NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES (N.º OU %) [12º ano (7º ano antigo)]	QUAL O NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES (N.º OU %) [Universitária/Politécnica]	QUAL É A FAIXA ETÁRIA PREDOMINANTE NOS TRABALHADORES [até aos 18 anos]	QUAL É A FAIXA ETÁRIA PREDOMINANTE NOS TRABALHADORES [18-25 anos]	QUAL É A FAIXA ETÁRIA PREDOMINANTE NOS TRABALHADORES [26-50 anos]	III.4. QUAL É A FAIXA ETÁRIA PREDOMINANTE NOS TRABALHADORES [>51 anos]	OS TRABALHADORES DA EMPRESA TRABALHAM A TEMPO INTEIRO?
116	20-49	Sta. Maria Feira, Feãos, S.João da Madeira, Ovar, Espinho, Ourosã, Vila Nova de Gaia, Oliveira de Azemeis, Penafiel	< 2 / < 20%		6 - 8 / 60% - 80%					Sim todos trabalham a tempo inteiro
125	1	Anta - Espinho	< 2 / < 20%						< 2 / < 20%	Sim todos trabalham a tempo inteiro
178	2-9	Próprio espaço e norte de Portugal							8 - 10 / 80%-100%	Sim todos trabalham a tempo inteiro
197	2-9	Espinho, Porto, Granja.	2 - 4 / 20%-40%	< 2 / < 20%				2 - 4 / 20%-40%	< 2 / < 20%	Sim todos trabalham a tempo inteiro
198	1	Pedroso, Gaia	8 - 10 / 80%-100%						8 - 10 / 80%-100%	Sim todos trabalham a tempo inteiro
209	15	Canelas, VNGaia, Sta Maria Feira, Avintes, Valbom, Contumil, Custóias, Maia, Paredes, Espinho, Matosinhos	6 - 8 / 60% - 80%		6 - 8 / 60% - 80%		2 - 4 / 20%-40%	8 - 10 / 80%-100%	< 2 / < 20%	Sim todos trabalham a tempo inteiro, Entre 50% e 75%
210	39		8 - 10 / 80%-100%	8 - 10 / 80%-100%	8 - 10 / 80%-100%	< 2 / < 20%	2 - 4 / 20%-40%	8 - 10 / 80%-100%	8 - 10 / 80%-100%	Sim todos trabalham a tempo inteiro
211	25	Vila Nova de Gaia; Maia; Vial do Conde	4 - 6 / 40% - 60%	4 - 6 / 40% - 60%				8 - 10 / 80%-100%	2 - 4 / 20%-40%	Sim todos trabalham a tempo inteiro
212	2-9	Mafamude, Canelas, Grijó	8 - 10 / 80%-100%					8 - 10 / 80%-100%		Sim todos trabalham a tempo inteiro
214	10-19	Município de Gaia		6 - 8 / 60% - 80%	< 2 / < 20%			8 - 10 / 80%-100%		Sim todos trabalham a tempo inteiro

ID2	III.1. NÚMERO DE TRABALHADORES	LOCAL(AIS) DE RESIDÊNCIA DOS TRABALHADORES (FREGUESIA / MUNICÍPIO)	QUAL O NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES (N.º OU %) [9º ano (5º ano antigo)]	QUAL O NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES (N.º OU %) [12º ano (7º ano antigo)]	QUAL O NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES (N.º OU %) [Universitária/Politécnica]	QUAL É A FAIXA ETÁRIA PREDOMINANTE NOS TRABALHADORES [até aos 18 anos]	QUAL É A FAIXA ETÁRIA PREDOMINANTE NOS TRABALHADORES [18-25 anos]	QUAL É A FAIXA ETÁRIA PREDOMINANTE NOS TRABALHADORES [26-50 anos]	III.4. QUAL É A FAIXA ETÁRIA PREDOMINANTE NOS TRABALHADORES [>51 anos]	OS TRABALHADORES DA EMPRESA TRABALHAM A TEMPO INTEIRO?
215	2-9	1- freguesia; 1-Munícípio	< 2 / < 20%	< 2 / < 20%					2 - 4 / 20%-40%	Sim todos trabalham a tempo inteiro
217	2	Munícípio	< 2 / < 20%					< 2 / < 20%		Sim todos trabalham a tempo inteiro
230	10-19	Vila Nova de Gaia							8 - 10 / 80%-100%	Sim todos trabalham a tempo inteiro
231	2-9	5- Gaia/ 1- Rio Tinto	4 - 6 / 40% - 60%					4 - 6 / 40% - 60%		Sim todos trabalham a tempo inteiro
232	9	Vila Nova de Gaia; Santa Maria da Faria; Braga; Paços de Ferreira.	2 - 4 / 20%-40%	2 - 4 / 20%-40%	2 - 4 / 20%-40%			8 - 10 / 80%-100%	< 2 / < 20%	Sim todos trabalham a tempo inteiro
233	NR	Espinho; São Félix; Gaia.	8 - 10 / 80%-100%	< 2 / < 20%				8 - 10 / 80%-100%		Sim todos trabalham a tempo inteiro
234	2 a 9	Vila Nova de Gaia; Porto	8 - 10 / 80%-100%					8 - 10 / 80%-100%		Sim todos trabalham a tempo inteiro
236	20-49	Vila Nova de Gaia; Matosinhos; Porto; Santa Maria da Feira; Gondomar	22%	50%	28%	0	10	87	3	Sim todos trabalham a tempo inteiro
237	2-9	4- Póvoa de Varzim 3- Porto	< 2 / < 20%		6 - 8 / 60% - 80%			8 - 10 / 80%-100%		Sim todos trabalham a tempo inteiro
240	350	Portugal Continental		8 - 10 / 80%-100%				8 - 10 / 80%-100%		Entre 50% e 75%
241	3	Munícípio de Gaia	< 2 / < 20%		< 2 / < 20%			2 - 4 / 20%-40%		Sim todos trabalham a tempo inteiro
242	10 a 19	Vila Nova de Gaia	8 - 10 / 80%-100%					4 - 6 / 40% - 60%	4 - 6 / 40% - 60%	Sim todos trabalham a tempo inteiro
256	4	Vila Nova de Gaia			8 - 10 / 80%-100%			8 - 10 / 80%-100%		Sim todos trabalham a tempo inteiro, Entre 50% e 75%
257	2 a 9	Freguesia de Oliveira do Douro, Município de Vila Nova de Gaia União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, Município do Porto Freguesia Ermesinde, Município do Porto Rio Tinto, Município de Gondomar	2 - 4 / 20%-40%	4 - 6 / 40% - 60%	2 - 4 / 20%-40%		2 - 4 / 20%-40%	4 - 6 / 40% - 60%	2 - 4 / 20%-40%	Entre 50% e 75%
273	2-9	Campanhã Porto			8 - 10 / 80%-100%			8 - 10 / 80%-100%		Menos de 50%
302	2-9	1-Gaia 1-Rio tinto 3 Porto	8 - 10 / 80%-100%						8 - 10 / 80%-100%	Menos de 50%
325										
402	125	Vila Nova de Gaia			8 - 10 / 80%-100%		< 2 / < 20%	6 - 8 / 60% - 80%	< 2 / < 20%	Sim todos trabalham a tempo inteiro
403	1	Vila Nova de Gaia			8 - 10 / 80%-100%				8 - 10 / 80%-100%	Sim todos trabalham a tempo inteiro
404	1	Gondomar	8 - 10 / 80%-100%						8 - 10 / 80%-100%	Sim todos trabalham a tempo inteiro
405	1	Vila Nova de Gaia	8 - 10 / 80%-100%						8 - 10 / 80%-100%	Sim todos trabalham a tempo inteiro
412	7	Na Freguesia					4 - 6 / 40% - 60%	4 - 6 / 40% - 60%		Sim todos trabalham a tempo inteiro
413	1	Freguesia	< 2 / < 20%						< 2 / < 20%	Sim todos trabalham a tempo inteiro
422	14	Vila Nova de Gaia; Porto; Famalicão; Matosinhos.			8 - 10 / 80%-100%			8 - 10 / 80%-100%		Sim todos trabalham a tempo inteiro
441	11	avintes, pedroso, grjó, canelas, em V. N. Gaia	6 - 8 / 60% - 80%	2 - 4 / 20%-40%				8 - 10 / 80%-100%		Sim todos trabalham a tempo inteiro
451	1	Freguesia		< 2 / < 20%					< 2 / < 20%	Entre 50% e 75%
257A	2-9	Tudo no Porto	6 - 8 / 60% - 80%	< 2 / < 20%				< 2 / < 20%	6 - 8 / 60% - 80%	Sim todos trabalham a tempo inteiro
306A	2-9	2 na freguesia; 1 em Ermesinde.		< 2 / < 20%	2 - 4 / 20%-40%			2 - 4 / 20%-40%		Sim todos trabalham a tempo inteiro
273A	2-9	Munícípio do Porto			8 - 10 / 80%-100%			8 - 10 / 80%-100%		Sim todos trabalham a tempo inteiro

(Cont.)

Tabela 2 – Compilação de dados recolhidos com recurso a inquérito – Atividades Económicas (3/5)

ID	MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO PELOS TRABALHADORES	OS TRABALHADORES TÊM RELAÇÕES FAMILIARES ENTRE SI? FAMÍLIAS, CASAIS, ETC.?	POR QUE RAZÃO SE ENCONTRA NESTA LOCALIDADE?	A LOCALIZAÇÃO É CRÍTICA PARA O FUNCIONAMENTO DA EMPRESA	SE RESPONDEU "SIM", IDENTIFIQUE AS RAZÕES	Se na pergunta anterior respondeu "Outra", por favor especifique 2	ESTÁ SATISFEITO COM O LOCAL DA ATIVIDADE	Justifique	GOSTARIA DE SAIR DESTA LOCALIDADE
116	Transporte próprio (automóvel)	Não	Já tinha terreno; Outra	Sim, completamente	Acessibilidade		Sim		
125	Transporte próprio (automóvel); Transporte da empresa	Não	Proximidade da residência do proprietário(a)/sócio(a)	Não			Sim	Sossego	Não
178		Não	NR	Sim, completamente	Acessibilidade		Sim		Não
197	Transporte público; Transporte da empresa	Sim	Proximidade da matéria prima; Outra	Sim, completamente	Acessibilidade; Proximidade a matérias primas; Procura/ oferta; Disponibilidade de mão de obra		Sim		Não
198	Transporte próprio (automóvel)	Não	Outra	Sim, completamente	Acessibilidade; Proximidade a matérias primas; Procura/ oferta		Sim		Não
209	Transporte próprio (automóvel), Transporte público	Sim	Outra	Sim, completamente	Acessibilidade, Procura/ oferta, Disponibilidade de mão de obra		Sim	Zona industrial em crescimento	
210	Transporte próprio (automóvel), Transporte da empresa	Não	Terreno próprio, Proximidade da matéria prima, Outra	Sim, completamente	Acessibilidade, Procura/ oferta, Disponibilidade de mão de obra, Outra	proximidade a projetos	Sim		
211	Transporte próprio (automóvel), Transporte público	Sim	Terreno próprio, Proximidade da residência do proprietário(a)/sócio(a)	Sim, completamente	Acessibilidade, Procura/ oferta		Sim		
212	Transporte próprio (automóvel)	Não	Disponibilidade de mão de obra	Parcialmente	Acessibilidade		Sim		Não
214	Transporte próprio (automóvel)	Não	Proximidade da matéria prima	Sim, completamente	Acessibilidade; Procura/ oferta		Sim		Não
215	Transporte próprio (automóvel)	Não	Proximidade da residência do proprietário(a)/sócio(a)	Sim, completamente	Procura/ oferta		Sim		Não
217	Transporte próprio (automóvel)	Não	Outra	Sim, completamente	Acessibilidade, Proximidade a matérias primas, Procura/ oferta		Sim	Próximo de casa	Outro: _____
230	Transporte próprio (automóvel)	Sim	Já tinha terreno	Sim, completamente	Acessibilidade; Proximidade a matérias primas		Sim		Não
231	Transporte próprio (automóvel); Transporte da empresa	Não	Já tinha terreno	Não			Sim		Não
232	Transporte próprio (automóvel), Transporte da empresa	Sim, Não	Disponibilidade de mão de obra	Sim, completamente	Acessibilidade, Disponibilidade de mão de obra		Sim		Bons acessos, Saneamento
233	Transporte próprio (automóvel); Transporte da empresa	Não	Proximidade da matéria prima; Outra	Sim, completamente	Acessibilidade		Sim		Não
234	Transporte próprio (automóvel)	Não	Disponibilidade de mão de obra	Sim, completamente	Procura/ oferta		Sim		Outro: _____
236	Transporte próprio (automóvel); Transporte público	Sim	Outra	Sim, completamente	Acessibilidade	Disponibilidade de energia	Sim		Não
237	Transporte próprio (automóvel)	Não	Outra	Parcialmente			Sim		Não
240	Transporte próprio (automóvel), Transporte público, Transporte da empresa	Não	Outra	Sim, completamente	Acessibilidade, Procura/ oferta, Disponibilidade de mão de obra, Outra	Visibilidade	Sim	Localização, acessibilidade, imagem, parque estacionamento	
241	Transporte próprio (automóvel)	Não	Outra	Sim, completamente	Acessibilidade, Procura/ oferta, Outra	Por terem mais entrega de material a norte do rio	Sim		

ID	MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO PELOS TRABALHADORES	OS TRABALHADORES TÊM RELAÇÕES FAMILIARES ENTRE SI? FAMÍLIAS, CASAIS, ETC.?	POR QUE RAZÃO SE ENCONTRA NESTA LOCALIDADE?	A LOCALIZAÇÃO É CRÍTICA PARA O FUNCIONAMENTO DA EMPRESA	SE RESPONDEU "SIM", IDENTIFIQUE AS RAZÕES	Se na pergunta anterior respondeu "Outra", por favor especifique 2	ESTÁ SATISFEITO COM O LOCAL DA ATIVIDADE	Justifique	GOSTARIA DE SAIR DESTA LOCALIDADE
242	Transporte próprio (automóvel)	Sim	Terreno próprio	Sim, completamente	Acessibilidade, Disponibilidade de mão de obra		Sim		
256	Transporte próprio (automóvel), Transporte da empresa	Sim, Não	Proximidade da residência do proprietário(a)/sócio(a), Disponibilidade de mão de obra, Proximidade da matéria prima	Sim, completamente	Acessibilidade, Proximidade a matérias primas, Procura/ oferta		Sim		Saneamento
257	Transporte próprio (automóvel)	Não	Terreno próprio	Sim, completamente	Outra	Complemento de Rede na Cidade do Porto	Sim	Zona de grande, prestígio e boa localização	Outro: _____
273		Sim	Outra	Sim, completamente	Disponibilidade de mão de obra		Sim	Gosta de Portugal e sobretudo do Porto	Não
302	Transporte próprio (automóvel);Transporte público	Sim	Proximidade da residência do proprietário(a)/sócio(a)	Sim, completamente	Procura/ oferta		Sim	Boa vivência	Não
325			Terreno próprio				Sim		
402	Transporte próprio (automóvel), Transporte público	Não	Terreno próprio	Parcialmente			Sim		Outro: _____
403	Transporte próprio (automóvel)		Outra	Sim, completamente	Procura/ oferta		Sim		Espaço (dimensão das isntalações, estacionamento)
404	Transporte público		Outra	Sim, completamente	Procura/ oferta		Sim		
405	Transporte próprio (automóvel)	Sim	Terreno próprio, Proximidade da residência do proprietário(a)/sócio(a), Outra	Sim, completamente	Procura/ oferta		Sim		
412	Transporte público	Não	Outra	Sim, completamente	Acessibilidade, Procura/ oferta		Sim	clientes	
413	Transporte próprio (automóvel)	Não	Outra	Sim, completamente	Procura/ oferta		Sim		Espaço (dimensão das isntalações, estacionamento)
422	Transporte próprio (automóvel)	Sim, Não	Outra	Parcialmente	Acessibilidade		Sim		Outro: _____
441	Transporte próprio (automóvel)	Não	Terreno próprio	Sim, completamente	Outra	Licença para a exploração pedreira, licenciada desde 1958	Sim		
451		Sim	Terreno próprio, Proximidade da residência do proprietário(a)/sócio(a)	Sim, completamente		Atividade económica realizada na parte de trás da habitação	Sim	Está em casa	Saneamento
257A	Transporte próprio (automóvel);Transporte público	Sim	Outra	Sim, completamente	Acessibilidade;Procura/ oferta		Sim		Não
306A	Transporte próprio (automóvel);Transporte público;Transporte da empresa	Sim	Proximidade da residência do proprietário(a)/sócio(a);Outra	Sim, completamente	Acessibilidade		Sim		Não
273A	Transporte próprio (automóvel);Transporte público	Não	Benefícios fiscais;Outra	Sim, completamente	Outra	Local tranquilo	Sim		Não

(Cont.)

Tabela 2 – Compilação de dados recolhidos com recurso a inquérito – Atividades Económicas (4/5)

ID	Justifique	Quais são os principais problemas/ carências deste local?	COMO CARACTERIZA A RELAÇÃO COM A POPULAÇÃO RESIDENTE NA ENVOLVENTE				Tem conhecimento do projeto da LAV?	Como tomou conhecimento do projeto?	Se na pergunta anterior respondeu "Outro", por favor especifique
			A população apoia o negócio	As pessoas da terra dependem do negócio	Não há grande relacionamento entre vizinhos	Indiferente			
116					Sim		Sim	Sessão de Esclarecimento	
125			Sim				Sim	Jornais/TV; Redes Sociais; Vizinhos	
178		Acessos, Educação	Sim				Sim	Vizinhos	
197			Sim	Sim	Não		Sim	Vizinhos	
198	Pela procura-oferta da zona, matéria prima disponível						Sim	Outro	Visita de um técnico LusoPonte
209							Não		
210							Não		
211							Sim	Outro	Técnico
212		Transportes		Não	Sim		NR		
214		Transportes					Sim;Não	Vizinhos	
215							Sim	Outro:	Técnicos no terreno
217	Água						Sim	Jornais/TV, Outro	Técnicos
230		Outro: Saneamento	Sim	Sim	Não	Não	Não	Outro	Este papel
231							Não		
232							Sim	Outro	Técnicos
233		Transportes					Sim	Outro	Através do técnico da RRplanning
234	Transportes						Sim	Jornais/TV	
236		NR	Sim	Não	Não		Sim	Outro	Pelo inquérito
237		Acessos					Sim	Jornais/TV	
240							Sim	Jornais/TV	
241							Sim	Outro	Técnicos da Luso-Roux
242							Não	Outro	Técnico
256							Sim	Vizinhos, Outro	Senhorio
257	Não tem						Sim	Jornais/TV	
273		Acessos			Não		Sim	Sessão de Esclarecimento	
302		Poluição Ambiental	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Vizinhos	
325							Sim	Jornais/TV	
402	Transporte Público						Sim	Jornais/TV, Vizinhos	
403							Sim	Vizinhos	
404							Sim	Outro	Técnico
405							Sim	Outro	Técnico
412							Não	Vizinhos	
413							Sim	Outro	Visita Técnico
422	Transporte Público						Sim	Vizinhos	
441	Não falta, possui todos os serviços necessários						Sim	Jornais/TV, Sessão de Esclarecimento	
451							Sim	Outro	Visita de Técnico
257A	Muitos anos a explorar	Segurança	Sim	Sim	Não		Sim	Jornais/TV	
306A		Outro: fluxos				Sim	Sim	Jornais/TV; Redes Sociais	
273A		Acessos		Não	Não	Sim	Sim	Sessão de Esclarecimento	

(Cont.)

Tabela 2– Compilação de dados recolhidos com recurso a inquérito – Atividades Económicas (5/5)

ID	Participou em sessões públicas de esclarecimento ou recebeu informações sobre o projeto?	Quais são as suas principais preocupações relativamente ao projeto?	COMO ESPERA QUE O PROJETO AFETE				Tem conhecimento se a sua atividade será, de alguma forma, afetada?	Identifique impactes positivos ou negativos que identifique	Sugestões de medidas de mitigação ou compensação	Gostaria de participar em sessões de esclarecimento futuras?	Gostaria de receber informações sobre o projeto?	Comentários adicionais	A atividade/ produção tem algum tipo sensibilidade a ruído ou vibrações?	Se afirmativo especificar
			O ambiente	A economia local	A mobilidade e acessos	O seu dia-a-dia								
116	Sim	Ter que abandonar as instalações, encontrar outro local que satisfaça todos os colaboradores, a mudança provisória, voltar a construir tudo de novo e encontrar lugar com as mesmas condições	Sim			Não	Instalações;Terreno;Perda de acessos rodoviários;Aumento de ruído / poeiras;Interrupção de serviços ou fornecimentos;Perda de rendimentos;Diminuição da produtividade	Os impactos positivos não são para nós, não vamos ter melhores condições que as que temos agora pelo menos durante todo este processo	Isso tem que ser uma resposta vossa, rapidez em todos este processo e suportar todas as consequências que forem necessárias...	Sim	Sim			
125	Sim	Indemnização justa, falta de informação e falta de apoios				Sim	Instalações;Terreno;Perda de rendimentos		NR	Sim	Sim	Seja o que deus quiser		
178	Não	Ver documentos em anexo do Relatório	Sim			Sim	Instalações, Terreno, Aumento de ruído / poeiras, Interrupção de serviços ou fornecimentos, Perda de rendimentos, Diminuição da produtividade		NR	Sim	Sim			
197	Não	Indemnização justa Ajuda na arranjar terrenos ficar na mesma localidade	Sim	Sim	Não	Não	Instalações;Terreno	Deslocalização da empresa, obras não podem parar	indemnização justa e apoio para arranjar novo local	Sim	Sim			
198	Não	Indemnização justa; custo da deslocalização da maquinaria.	Sim	Não	Não	Não	Instalações;Terreno		Indemnização justa, ajuda a encontrar terreno semelhante próxima da localidade onde se localiza	Sim	Sim			
209	Não	Não conheço o projeto						Não conheço o projeto	Não conheço o projeto	Sim	Sim	Muita pouca informação sobre o projeto	Sim	Para uso ferramentas de precisão necessários na operação. As vibrações e ruídos afetam o resultado
210	Não	Desconhecemos o projeto						Desconhecemos o projeto	Desconhecemos o projeto	Sim	Sim		Sim	
211	Sim	Não conseguir cumprir contratos					Instalações, Terreno	Perda de rendimento; Atividade em risco; Falta de trabalho.	Nova Localização e infraestruturas com o mesmo valor	Sim	Sim	Necessidade de esclarecer as pessoas sobre o que se vai passar e prazos	Sim	Maquinaria sensível
212	Não	NR							NR					
214	Não	Arranjar uma solução	Não	Não	Sim	Não	Instalações;Terreno;Interrupção de serviços ou fornecimentos;Perda de rendimentos;Diminuição da produtividade	Ter que sair daqui Não há oferta de espaços	Ter uma solução de localização do negócio	Sim	Sim			
215	Não	Perder o espaço	Sim	Não	Não	Não	Instalações;Terreno;Aumento de ruído / poeiras;Perda de rendimentos;Diminuição da produtividade	Torpidações; danificação das instalações	Indemnização justa	Sim	Sim	Não deitar o armazém a baixo		
217	Não									Não	Sim		Não	

ID	Participou em sessões públicas de esclarecimento ou recebeu informações sobre o projeto?	Quais são as suas principais preocupações relativamente ao projeto?	COMO ESPERA QUE O PROJETO AFETE				Tem conhecimento se a sua atividade será, de alguma forma, afetada?	Identifique impactes positivos ou negativos que identifique	Sugestões de medidas de mitigação ou compensação	Gostaria de participar em sessões de esclarecimento futuras?	Gostaria de receber informações sobre o projeto?	Comentários adicionais	A atividade/ produção tem algum tipo sensibilidade a ruído ou vibrações?	Se afirmativo especificar
			O ambiente	A economia local	A mobilidade e acessos	O seu dia-a-dia								
230	Não	Funcionamento do negócio, perda de clientes	Sim	Sim	Sim	Sim	Instalações; Terreno; Perda de acessos rodoviários; Aumento de ruído / poeiras; Interrupção de serviços ou fornecimentos; Perda de rendimentos; Diminuição da produtividade		NR	Sim	Sim			
231	Não	arranjar outro local para instalar a atividade	Não	Sim	Sim	Sim		Perder o terreno	arranjar outro local para instalar a atividade	Não	Sim			
232	Sim	Não ter um lugar para recolocar a atividade; Não poder tomar decisão sobre contratos futuros; Arrendo acessível.					Instalações, Terreno, Aumento de vibração / ruído, Perda de rendimentos	Perda de clientes; tempo prolongado das mudanças; instabilidade do futuro.	Recolocação da atividade com rendas acessíveis; Compensados pela perda de contratos; Compensados pela Penalização contratuais; Compensação pelo dinheiro investido no armazém; Ajudas de custo para as mudanças; Retenção dos funcionários (pagar os salário enquanto a atividade não estiver estabilizada)	Sim	Sim		Não	seccionadora
233		recolocação da empresa	Sim	Sim	Sim	Não	Instalações; Terreno; Interrupção de serviços ou fornecimentos; Perda de rendimentos	Remover a indústria	Indemnização justa	Sim	Sim			
234	Não						Interrupção de serviços ou fornecimentos	Transferir a empresa	Colocar alternativas viáveis	Não	Sim			
236	Não	Afetar a unidade industrial, crítica para o funcionamento da empresa, colocando em causa o fornecimento das nossas lojas e a sobrevivência da empresa e cerca de 400 postos de trabalho	Não	Não	Não	Não	Da informação pública, não irá afetar o nosso estabelecimento.			Sim	Sim	Não entendemos o motivo do inquérito, pois de acordo com o projeto tornado público, não irá afetar o nosso estabelecimento.		
237	Não	NR							NR					
240	Não	Ser obrigado a sair do local						Sem impactes positivos	Não tenho dados para responder À pergunta	Sim	Sim		Sim	Sensores sísmicos
241	Não	Parar a atividade momentaneamente; continuar a assegurar os trabalhadores e pagamentos					Instalações, Terreno	Perda de rendimentos; custos dos trabalhadores; despesa com a deslocação da atividade	Cedência de lote para ter construção própria, com área semelhante e preço de mercado semelhante.	Sim	Sim			
242	Não						Instalações			Sim	Sim			
256	Não	Perda dos clientes; Atividade que se manteve ao longo nos anos neste lugar e agora tem que mudar.					Instalações, Terreno, Aumento de vibração / ruído, Diminuição da produtividade	Perda de Clientes; Perda de rendimento.	Financiamento; Recolocar a atividade em outro local nas proximidades; Espaço com renda acessível.	Sim	Sim	Informações concretas	Sim	Animais sensíveis ao ruído
257	Sim	Implicações da construção da ponte ferroviária.					Instalações, Terreno, Perda de acessos rodoviários, Aumento de vibração / ruído,	A construção da ponte pode afetar dramaticamente o posto de abastecimento ao	Evitar edificação na zona do posto de abastecimento.	Sim	Sim			

ID	Participou em sessões públicas de esclarecimento ou recebeu informações sobre o projeto?	Quais são as suas principais preocupações relativamente ao projeto?	COMO ESPERA QUE O PROJETO AFETE				Tem conhecimento se a sua atividade será, de alguma forma, afetada?	Identifique impactes positivos ou negativos que identifique	Sugestões de medidas de mitigação ou compensação	Gostaria de participar em sessões de esclarecimento futuras?	Gostaria de receber informações sobre o projeto?	Comentários adicionais	A atividade/ produção tem algum tipo sensibilidade a ruído ou vibrações?	Se afirmativo especificar
			O ambiente	A economia local	A mobilidade e acessos	O seu dia-a-dia								
							Interrupção de serviços ou fornecimentos, Perda de rendimentos, Diminuição da produtividade	nível de acessos da própria estrutura.						
273		Preocupação económica; Perda do valor investido recentemente e não poder usufruir	Sim	Sim	Não	Sim	Instalações; Terreno; Perda de rendimentos	Impacte Negativo - Abandonar o Local que construiu	indenização justa e pedido de desculpas por parte da CMP por ter permitido a construção do AL sabendo que a LAV iria avançar	Sim	Sim			
302	Não	Indemnização justa	Não	Sim	Sim	Sim	Instalações; Terreno; Perda de rendimentos; Diminuição da produtividade	Perder o negócio e rendimento Dificuldade em arranjar outro local	NR	Não	Sim	Mais informação esclarecedora e atempada sobre o projeto		
325	Não	Indemnização justa					Instalações, Terreno	Perder espaço	Compensado adquadamente	Sim	Sim			
402	Não	Funcionamento da atividade					Instalações, Terreno, Aumento de vibração / ruído, Interrupção de serviços ou fornecimentos, Perda de rendimentos, Outra	Funcionamento da atividade neste espaço completamente condicionado pela especificidade e rigor exigido.	Recolocação num local com as mesmas condições	Sim	Sim		Sim	equipamentos de laboratório muito sensível (Ex: Balanças analíticas)
403	Não	Perder a sua atividade; Ser mal Indemnizada.					Instalações	Alteração dos modos de vida;	Indimnização justa; Recolocação da atividade nas proximidades.	Sim	Sim		Não	
404	Não	Perder a atividade; Incerteza sobre contratar uma nova colaboradora devido ao seu estado de saúde agravado.					Instalações	Perder a atividade; Incerteza do futuro; Agravamento do estado de saúde.	Idemnizada; Relocalização da atividade nas redondezas.	Sim	Sim		Não	
405	Não	Ficar sem o seu espaço, rendimento; Pocurar um lugar semelhante.					Instalações, Terreno, Perda de rendimentos	Ficar sem a sua atividade.	Recolocação da atividade numa instalação semelhante	Não	Sim		Não	
412	Não	Perda de Espaço; Clientes fixos.					Instalações	Negativos	Financeiramente; Local com as mesmas condições na proximidade;	Sim	Sim	Incerteza nos timings	Não	
413	Não	Perda do espaço; Perda de rendimento imediato.					Instalações, Interrupção de serviços ou fornecimentos, Perda de rendimentos	Perda de rendimento	financeiramente	Sim	Sim		Não	
422	Sim	Mudar a atividade de lugar; Encontrar um novo local com as mesmas condições.					Instalações	Perda de rentabilidade da atividade	Compesados pela perda de condições e investimento realizado até ao momento; Recolocação da atividade em um local com as mesmas condições.	Sim	Sim	Não ter conhecimento se vai ser afetado na totalidade ou parcialmente		
441	Sim	Com a construção deste projecto inviabiliza a actividade da empresa na exploração da pedreira licenciada, tanto na actividade de exploração e transformação de agregados britados assim como com a actividade de depósitos de terras e pedra.					Instalações, Terreno	positivos: não tem impactos negativos : destruição de diversas actividades económicas	Compensação monetária calculada por : - pela extinção de postos de trabalho, - inviabilidade da exploração da pedreira - Inviabilidade do depósito de terras e rocha - indemnização pelo terreno área ocupada para a LAV - indemnização pela criação	Sim	Sim		Não	

ID	Participou em sessões públicas de esclarecimento ou recebeu informações sobre o projeto?	Quais são as suas principais preocupações relativamente ao projeto?	COMO ESPERA QUE O PROJETO AFETE				Tem conhecimento se a sua atividade será, de alguma forma, afetada?	Identifique impactes positivos ou negativos que identifique	Sugestões de medidas de mitigação ou compensação	Gostaria de participar em sessões de esclarecimento futuras?	Gostaria de receber informações sobre o projeto?	Comentários adicionais	A atividade/ produção tem algum tipo sensibilidade a ruído ou vibrações?	Se afirmativo especificar
			O ambiente	A economia local	A mobilidade e acessos	O seu dia-a-dia								
									de zona nom edificanti nos terrenos anexos					
451	Não	Perda de espaço e impacto na vida pessoal					Instalações, Terreno	Perda de propriedade	Indimnização justa pela perda de rentabilidade e espaço	Sim	Sim		Não	
257A	Não	Indemnização justa, família depende do negócio	Sim	Sim	Sim	Sim	Instalações	Positivo: Dinamização do emprego. Negativo: Perda de negócio e rendimento familiar	NR	Sim	Sim			
306A	Não	Perder a sede da empresa	Sim	Sim	Sim	Sim	Instalações;Terreno;Interrupção de serviços ou fornecimentos;Perda de rendimentos;Diminuição da produtividade	Só negativos (tudo que envolva o projeto	Manter a casa e arranjar soluções alternativas para o projeto	Sim	Sim	"O grande desafio de um arquiteto é pegar no que existe e saber aproveitar"		
273A	Sim	Preocupação económica (por ter sido permitida o investimento e por terem sido os 1º a investir no local) De não poder usufruir do investimento que fez até ao momento.	Sim	Sim	Não	Sim	Instalações;Terreno;Perda de rendimentos;Diminuição da produtividade	Abandonar o local que construiu	Muito bem Indemnizado Um pedido de desculpas por terem deixado construir, sabendo que o projeto iria passar ali.	Sim	Sim	Manter as pessoas mais informadas		

Tabela 3 – Compilação de dados recolhidos com recurso a inquérito – Outras construções (1/2)

ID	Município	Freguesia	Troço PE	Tipo de afetação	Sexo	Idade	Relação do inquirido com o edificado	Que tipo de estrutura é?	Se respondeu na pergunta anterior "Outro" por favor especifique	Estado de Conservação	Utilizado para fins de:	Local onde se insere	Infraestruturas associadas
189	VN Gaia	Perosinho	4	indiretos	Feminino	46	Proprietário	Armazém de ferramentas / material;Outro	O armazém é amovível	Em utilização	Armazenamento de ferramentas ou máquinas	Habitação/ ou outro isolado; Campo agrícola	Telheiro

(Cont.)

Tabela 3 – Compilação de dados recolhidos com recurso a inquérito – Outras construções (2/2)

ID	A perda ou desativação dessas estruturas teria impacto no seu dia a dia ou rendimento?*	Essas estruturas têm ligações a serviços?	Tem conhecimento do projeto da LAV?	Como tomou conhecimento do projeto?	Participou em sessões públicas de esclarecimento ou recebeu informações sobre o projeto?	Quais são as suas principais preocupações relativamente ao projeto?	Tem conhecimento se será, de alguma forma, afetado?	Espera que o projeto o afete				Identifique impactes positivos e negativos que prevê				Sugestões de medidas de mitigação ou compensação	Gostaria de participar em futuras sessões públicas de esclarecimento sobre o projeto?	Gostaria de receber informações sobre o projeto?
								O ambiente	A economia local	A mobilidade e acessos	O seu dia-a-dia	O ambiente	A economia local	A mobilidade e acessos	O seu dia-a-dia			
189	5	Eletricidade; Água canalizada ou furo; Acesso por estrada/caminho	Sim	Redes Sociais; Sessão de Esclarecimento	Não	Têm uma hipoteca e têm o terreno à venda já sinalizado	Sim	S	S	S	N	-	+	+	-	Pagamento justo pelo terreno	Sim	Sim

*Escala de impacto (1 = nenhum impacto | 5 = impacto muito elevado)

7.6 ANEXO VI – CONFIDENCIAL / INQUÉRITOS REALIZADOS E COMPILAÇÃO DE DADOS